

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**CUBA: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE MULHERES NEGRAS
(SÉCULO XX)**

DIONISIO LÁZARO POEY BARÓ

**Brasília
2009**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DIONISIO LÁZARO POEY BARÓ

**CUBA: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE MULHERES NEGRAS
(SÉCULO XX)**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Olga Cabrera

**Brasília
2009**

TERMO DE APROVAÇÃO

DIONISIO LÁZARO POEY BARÓ

**CUBA: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE MULHERES NEGRAS
(SÉCULO XX)**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof^ª. Dra. Olga Rosa Cabrera
Departamento de História (UnB)

Prof. Dr. Alecsandro José Prudêncio Ratts
Departamento de História (UFG)

Prof^ª. Dra Maria Thereza Ferraz Negrão de Mello
Departamento de História (UnB)

Prof^ª. Dra. Nancy Alessio Magalhães
Departamento de História (UnB)

Prof^ª. Dra. Maria Auxiliadora César
Departamento de História (UnB)

Prof^ª. Dra. Eleonora Zicari Costa De Brito (Suplente)
Departamento de História (UnB)

Brasília, Maio de 2009

DEDICATÓRIA

Dianys,

Esta tese está dedicada a:

tua mãe, Margarita; tuas tias Rosa e Orquídea, tua avó Elpidia, que não conhecestes; tua outra avó, Feliza. Às tuas tias-avó Cira, Anita, Santa, Oneida e Esperanza.

Está dedicada às tuas três bisavós paternas, mães do meu pai: Nemesia, Jacobita e Vitalia; a Clara Poey, mãe de Nemesia e à mãe dela, a africana Ma'Cornélia. A Rosita, mãe da minha mãe e tua bisavó, a Julia tua tataravó, a Rosa Gutiérrez, a mãe dela.

A nossa história não começa no engenho Las Cañas. A maternidade se dissemina entre as mulheres do canavial. Dedico esta tese, então, a todas as escravas de Matanzas. Nós vivíamos no sonho delas. Olha para trás, Dianys, pergunta e segue em frente.

AGRADECIMENTOS

Meu maior agradecimento para a Professora Olga Rosa Cabrera, pela sua orientação e o seu constante estímulo e apoio ao longo destes anos.

Aos professores e professoras da área de História Cultural do Curso de Pós-Graduação em História, especialmente Teresa Negrão, Nancy Magalhães, José Walter, Márcia Kuyumjian e Eleonora Zicari. Os conhecimentos que me transmitiram foram imprescindíveis para minha formação profissional.

A Daisy Rubiera, pelo seu livro e os novos dados que gentilmente me forneceu numa entrevista.

A realização desta tese significa também a culminação de uma longa caminhada na que sempre contei com o apoio, o afeto e o alento de inúmeros companheiros, familiares e amigos que criaram o clima adequado para a sua realização. Não posso deixar de agradecer:

A Cristina, que me alertou sobre a especificidade dos conflitos da mulher negra e ofereceu bibliografia a respeito. A Akinnwolê e Sowandê.

Aos professores Nelson e Dora, coordenadores do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab) e do Núcleo de Estudos Cubanos (Nescuba), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB, e aos pesquisadores e estagiários desses centros que me ofereceram seus espaços para trabalhar e intercambiar opiniões. Dentre eles, os professores Luis, Paula, Sales, Marli e às estagiárias Deise e Catiane. Agradeço também à professora Nair e ao professor Alex.

A os amigos Cláudia, Diva, Irmã Raimunda, Eduardo (de São Paulo), Sato, Mário Theodoro, Nathalie, Marconi, Dojival, Carlos Emanuel, César, Danielli, Adolfo, Moracén, Alicia, Piedra, Quenes, Nilson, Glória, Kátia Cilene e Douglas. Aos colegas do Ministério da Saúde e do IPEA. Aos estudantes de História e Pedagogia da Unidesc e aos dos cursos do Neab.

Aos funcionários e técnicos da Biblioteca Nacional José Martí, de Havana, Cuba pela cooperação.

Ao meu pai, Dionisio, minhas irmãs Rosa e Orquidea, primos, tios e demais familiares que me estimulam desde longe, sobretudo, Wilmer, Orlando e Mercedes.

Aos meus amigos de Cuba, principalmente, Josefina, Regina, Caridad, Rito, Sebazco, Freyre, Espí, Victoria, Misas, Enriquito, Servando, Sonnia, Aldama, Zurbano

e Gisela. Aos meus vizinhos de Havana. Aos intelectuais anti-racistas que diariamente pensam e discutem as melhores maneiras de melhorar as relações raciais em Cuba. O estímulo de todos esses amigos e de grande importância para mim.

SUMÁRIO

Resumo.....	i
Abstract.....	ii
Introdução.....	1
I. A instituição familiar em Cuba. Heranças culturais, re-significações.....	12
1.1. A transmissão da história familiar pela avó.....	28
1.2. A mulher. Eixo da família dos negros pobres.....	30
1.3. Relacionamento entre os principais setores raciais do país. O amancebamento.....	34
1.4. A família negra em Cuba.....	36
II. Branqueamento racial como estratégia de fundo cultural.....	51
2.1. Para uma definição da branquitude.....	72
III. República, racismo, resistência.....	78
3.1. A saída proposta pelo Partido Independiente de Color.....	93
3.2. O Partido Independiente de Color, a família de Reyita e a repressão.....	105
3.3. O movimento de Marcus Garvey em Cuba.....	118
IV. Novos tempos, novas lutas.....	125
4.1. Um novo projeto para o negro em Cuba.....	135
4.2. Da relação de dominação à autonomia.....	155
4.3. Crise no lar.....	158

V. Reyita, raça e revolução.....	177
5.1. A estrutura de poder racial e a revolução social cubana.....	183
Conclusão.....	219
Referências.....	222

RESUMO

Em 1886 o governo espanhol aboliu a escravidão em Cuba. Entre 1895 e 1898 teve lugar uma cruenta guerra pela independência na qual a população negra participou ativamente esperando conseguir, na futura República, o fim da discriminação e o reconhecimento dos seus direitos cidadãos. Em 1902 foi inaugurada a República, mas o negro continuou sendo discriminado. Nesse mesmo ano nasce Maria de los Reyes Castillo, “Reyita” (1902 –1997), quem relatará para sua filha fatos importantes da sua vida, que serão publicados, em 1997, no livro *Reyita simplemente*.

Neste trabalho são analisadas as estratégias de sobrevivência que a protagonista do livro e, por extensão, as mulheres e as famílias negras pobres cubanas adotaram para fazer frente às dificuldades que a discriminação racial e a pobreza lhes impunham. Analisa-se também a relação entre essas estratégias e a realidade social e política do país ao longo do século XX, assim como as lutas da população negra contra a discriminação racial.

Palavras chaves: Cuba, Discriminação Racial, Racismo, Estratégias Familiares de Sobrevivência, Família, Mulher Negra.

ABSTRACT

In 1886, the Spanish government abolished slavery in Cuba. Between 1895 and 1898 a bloody independence war issued in the country, in which Black population participated actively, hoping to reach, in the future republic, the end of discrimination and the acknowledgement of their citizen rights. In 1902 the Cuban Republic was declared, but the Black population continued to be discriminated. In that very same year was born Maria de los Reyes Castillo, 'Reyita' (1902-1997), who related to her daughter crucial facts about her life, which would be published in 1997, in the book *Reyita Simplemente*. This thesis analyses strategies of survival adopted by the protagonist of the book – and, by extension, women from poor Black Cuban families – to face the difficulties created by racial discrimination and poverty. It also analyses the relation between these strategies and the social and political reality of the country during the 20th century, as well as the efforts of black population against racial discrimination.

Keywords: Cuba, Racial Discrimination, Racism, Strategies of Survival, Family, Black Women.

I. Introdução

O livro *Reyita simplemente* foi o resultado de um intenso diálogo entre a nonagenária Maria de los Ángeles Castillo (Reyita), mulher negra nascida no ano de criação da República cubana (1902) e falecida em 1997, no mesmo dia em que a obra era apresentada ao público, e sua filha, Daisy Rubiera Castillo, feminista e defensora da igualdade racial em nossos dias.

Durante longas horas de conversação a idosa foi revelando para sua filha o seu intenso mundo interior. Contava-lhe sobre a história familiar e fundamentalmente das mulheres; a chegada dos seus ascendentes da África, a escravidão; os estupros sofridos pela sua mãe e sua avó; a saída da fazenda após a abolição; a participação da família na guerra de independência e as perdas familiares; a luta por erguer um lar; as frustrações da população negra após a criação da república; o racismo; a resistência; o seu casamento; a criação da sua nova família; a luta para fazê-la avançar; a discriminação; a esperança.

Esses temas foram expostos por Reyita de uma maneira serena, calma, reflexiva. Nota-se nos seus relatos que nem ainda nos momentos piores da sua acidentada vida perdeu a esperança de avançar e conseguir melhores condições de vida para ela e, depois, para seus filhos. Nem Reyita, nem a mãe, nem as avós aparecem alguma vez derrotadas psicologicamente. Vê-se que para elas, a adversidade e o sofrimento eram a norma, e para continuar vivendo num meio social ferreamente hostil criaram estratégias de sobrevivência nas quais confiavam plenamente.

Essas estratégias estavam compostas de elementos culturais legados pelos seus antecessores, principalmente as mulheres, e outros apreendidos durante as suas lutas diárias pela existência.

Desses componentes culturais utilizados para construir suas estratégias de vida, escolho a instituição familiar como objeto de estudo primordial neste trabalho. Mas essa escolha me conduziu a outros elementos que possuem seu epicentro no lar, como são a cooperação familiar e o matrimônio que, na sua variante inter-racial serão abordados aqui.

O livro *Reyita simplemente* pode ser considerado um exemplo paradigmático do que Edouard Glissant tem chamado de *oralitura*, termo que designa a oralidade levada à escritura. A transmissão oral dos conhecimentos acerca da história e da cultura assume

um papel central para os povos africanos. Entre os filhos deste continente levados como escravos para a América e seus descendentes, a oralidade jogou um papel essencial para a transmissão dos conhecimentos necessários para a conservação da identidade grupal e a vinculação com o país deixado atrás.

Reyita refere-se ao interesse da sua avó angolana em contar-lhe sobre a sua cultura. Por isso em momentos do relato é possível observar que alguns dos elementos que ela utilizou como meio de sobrevivência estavam influenciados pela tradição cultural africana recebida por ela de sua família e também do próprio meio social no qual se desenvolveu sua vida. Integrava uma família de negros pobres de áreas rurais, muitos dos quais tinham ainda presentes a memória da escravidão.

Os relatos de Reyita, a forma como apresenta os fatos e suas reflexões fornecem a matéria prima necessária para que este livro possa ser considerado um documento de grande valor histórico e cultural, e o cuidadoso trabalho realizado pela filha com esse material, evidenciado na disposição dos capítulos, na seleção dos temas, no aprofundamento dos assuntos de interesse para o leitor atual e, sobretudo, no cuidado com a escrita a fim de garantir o frescor e a fluidez da narração, a salvação dos matizes da voz, a intencionalidade de suas palavras, a transmissão dos sentimentos e até dos estados de ânimo da entrevistada, fazem deste livro um exemplo clássico de oralitura.

Por todos esses valores presentes na obra pode-se dizer que o livro de Daisy Rubiera sobre Reyita situa-se, junto à *Biografia de um Cimarrón*, de Miguel Barnet, entre os mais destacados exemplos de literatura de narração oral na história das letras cubanas. Trata-se para mim de trabalhar com esse documento e fazer o diálogo entre o “não dito” e o “dito” procurando entrar no complexo campo da “não história” como recomendam os teóricos caribenhos Edouard Glissant, Wilson Harris e outros.

Para a realização deste trabalho resulta de interesse primordial tanto o que Reyita conta quanto o que se deduz de sua fala e até dos seus silêncios. Para entender-la, entender a época e as influências da história sobre ela e seus familiares devo ir além do texto em questão e analisar assuntos que trazem luz sobre os significados atribuídos pelos protagonistas às experiências vividas por eles.

Para a realização desta tese foi de particular importância a metodologia empregada pelo autor Robert Darnton (1986)¹, que ao explicar o método seguido por ele para compreender as informações presentes em documentos relativos ao antigo regime

¹ Robert Darnton. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

nos diz que se faz necessário entender primeiro as particulares visões do mundo das pessoas daquelas épocas e procurar a interpretação que elas faziam de suas práticas culturais, com freqüência ininteligível para nós.

Quando esse historiador se refere ao método que utiliza para extrair os significados das fontes, muitas vezes precárias, fragmentadas, os “restos” de que fala Glissant, nunca convencionais, adverte sobre a necessidade de não pretender levar nossos entendimentos de hoje àqueles passados relativamente remotos, pois em cada época o mundo é percebido de um modo particular. Alerta-nos também para o fato de aproveitar os pontos obscuros, as opacidades que aparecem nessas fontes, cujos significados fogem de nosso entendimento.

A técnica que Darnton emprega, preferencialmente, consiste na contextualização do documento e a re-visita ao mesmo após a contextualização. Em toda época, embora exista uma forma individual de vivenciar cada elemento da cultura, há também um acordo comum, um compartilhamento coletivo das premissas e dos limites básicos dessa cultura. Ele está influenciado pelas concepções do antropólogo Clifford Geertz (1989)², para quem a cultura, na sua conhecida definição, é como uma grande teia de significados, presentes antes de nós nascermos e da qual todos os humanos compartilhamos, seja qual for a condição social do membro da comunidade. Darnton expressará essas idéias a partir do ângulo da história cultural desenvolvendo as idéias de Maurice Halbwachs (2004)³ quando afirmava que mediante o testemunho individual é possível alcançar a memória coletiva de um povo. Para Darnton a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, pois aprendemos a classificar e entender as coisas no interior de uma estrutura fornecida pela cultura⁴.

A partir dessas premissas tentei entender não só determinadas expressões do pensamento e atitudes assumidas pela entrevistada, em épocas longínquas, mas também a particular maneira de vivenciar costumes e hábitos da época mais recente.

Pretendia ainda, penetrar na transmissão de alguns elementos da tradição de seu setor social pelas gerações anteriores e como estes atuaram sobre os elementos culturais aprendidos por ela no seu dia a dia, fortalecendo a resistência às pressões e reações de um mundo hostil.

² Geertz, Clifford. A interpretação das culturas. LTC Editora, 1989.

³ Halbwachs, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

⁴ Darnton, p. XVII.

Certos modos de atuação e pontos de vistas presentes em várias personagens do livro (como a própria Reyita, sua mãe Isabel e as avós) são analisados com o objetivo de conhecer as particulares formas de apropriação delas daqueles pressupostos ideológicos prevalentes nessa época. Alguns elementos culturais coletivos, já destacados acima quando nos referimos a Clifford Geertz (1989) resultam potencializados, pautados e oficializados pelos grupos dominantes para bem e proveito do seu domínio. Mas, uma vez estabelecidos, são apropriados e reconstruídos a partir da cultura de cada grupo social e/ou étnico, de forma tal que, ao mesmo tempo em que se cumprem as normas, se garante a não auto-liquidação no empenho, sobretudo naqueles casos em que não resulta objetivamente possível ou natural cumprir-las. Esse processo de proteção exige sabedoria. Uma sabedoria transmitida de geração em geração.

Nesse sentido, tento desvendar algumas táticas transmitidas a Reyita pela mãe e as avós, para enfrentar as dificuldades que a discriminação racial impunha aos descendentes de africanos em Cuba. São interpretações e manipulações de elementos culturais comuns, como a instituição familiar e a conduta a seguir perante os integrantes da raça branca socialmente privilegiada no país.

O uso da metodologia de pesquisa proposta por Robert Darnton (1986) permitiu ir além do pretendido por mim inicialmente, quando meu objetivo era entender as estratégias de vida utilizadas por Reyita e sua família em cada etapa da República e explicar como se estabelecia também o diálogo entre a história nacional e a pessoal. Porém, quando viajo do texto ao contexto e o interrogo para entender aquele, a resposta que recebo se me apresenta na forma de uma nova realidade, fincada no mundo material e no mundo das idéias. Interrogo essa realidade e me aparece outra que, obviamente, não posso pretender que seja a última possível, pois se as indago aparecerão outras novas.

As respostas que recebi explicaram satisfatoriamente minhas perguntas iniciais e, de quebra, incrementaram-me o conhecimento sobre as idéias e os comportamentos de diferentes setores da população cubana no que concerne à problemática racial no longo período que vai desde a abolição até o final do século XX.

Essas respostas também transformaram vários aspectos da minha interpretação da política, da sociedade e da cultura cubanas, a partir do momento em que me apresentam a realidade da existência de um movimento de reivindicações anti-racistas, contínuo e não fragmentado, integrado por membros do grupo discriminado, cujas demandas têm como norte a obtenção de uma república democrática onde todos seus

habitantes, negros ou brancos, exercitem seu direito à cidadania. Essa proposta tinha suas raízes no movimento independentista cubano que, à diferença de outros de seu tipo na América Latina, fizeram da abolição da escravidão e da igualdade de direitos uma bandeira fundamental.

Esse movimento reivindicativo dos negros se encontrou, a partir da década de 1920, com um movimento de re-valorização dos aportes culturais dos africanos e seus descendentes em Cuba promovido por intelectuais e artistas brancos, liderados pelo historiador e antropólogo Fernando Ortiz, que rapidamente adotou posições de enfrentamento à discriminação racial. Intelectuais negros como Nicolás Guillén, também nessa década, apresentam ao mundo das letras a visão do negro sobre sua própria realidade. Por último, os movimentos político-sociais renovadores da república, fundamentalmente os partidos nacionalistas, o Partido Comunista e os sindicatos, todos com forte presença negra nos seus quadros dirigentes, incorporaram nos seus programas a luta pela igualdade racial. Todas essas forças e correntes de pensamento atuaram unidas para criar um paradigma de república racialmente inclusiva, que conseguiu permear a ideologia predominante na sociedade cubana, ainda que se mantivesse vigente, na consciência e na prática social dos cidadãos, a ideologia racista.

O racismo é um dos elementos estruturantes da sociedade cubana e, em consequência, a população negra viu-se obrigada a elaborar estratégias de sobrevivência para enfrentá-lo. Essas estratégias, para cumprir o seu papel, mudavam cada vez que aconteciam mudanças importantes na história do país.

Devido à forma de construção deste trabalho - caracterizada pela abordagem sucessiva de variados aspectos da história e da cultura cubanas para poder entender as idéias e os atos da entrevistada e da sua família -, fez-se necessário utilizar diferentes autores como apoio, alguns deles não historiadores, pois a variedade de temas tratados obriga a utilizar diferentes campos do saber em função da história aqui analisada.

Junto aos autores que servem explicitamente de apoio, encontram-se muitos outros que conformaram meu pensamento sobre a história de Cuba. Minhas concepções foram constantemente confrontadas com os fatos descritos pela autora e, em ocasiões, confirmaram-se e, em outras, modificaram-se.

Devo destacar que não tenho sido um observador “imparcial” dos fatos narrados pela entrevistada. Nunca o fui. Quando este livro caiu em minhas mãos no ano de 1997, senti uma forte atração pela história contada, pela personagem principal e a saga familiar. Li e reli o livro inúmeras vezes, marcava-o, sublinhava frases, rabiscava suas

bordas. Via outra maneira de encarar a história, uma forma, suave, singela, mais muito vital. Meu pensamento passava, imperceptivelmente, do livro à minha família. Vinham-me à mente as histórias ouvidas dos meus pais, comparava-as ao que lia e me perguntava como seria a vida cotidiana, as percepções, as dores dos meus ascendentes e principalmente, das minhas avós, bisavós e demais mulheres da família, muitas das quais nem seus nomes conheço.

Durante a busca de respostas para as questões enunciadas por Reyita encontro também respostas para minhas preocupações cidadãs. A existência do racismo que tanto a marcou me marca também. Não de uma maneira tão violenta como a ela, mas sim igualmente profunda. Ela reconhece que apesar de todos os esforços governamentais o racismo ainda se manifesta na sociedade cubana, e eu quero saber por quê. As respostas servem para os dois.

Ela é de uma geração anterior à de meus pais, mas viveu intensamente nas mesmas décadas que eles. Por isso resulta inevitável que utilize também nas minhas análises, o conjunto de experiências transmitidas a mim pelos meus pais e demais parentes e amigos que viveram durante a primeira metade do século XX e as acumuladas por mim no final do mesmo, e confronte cada linha escrita com esse meu acervo pessoal.

Dentre os autores utilizados foram de grande utilidade alguns como Fernando Ortiz, que com seu conceito de transculturação, apresentado no capítulo V, oferece as chaves para entender o complexo processo de formação da população cubana, caracterizado pela interação contínua entre os diversos elementos das culturas espanholas e africanas, em igualdade de condições. Essa concepção é a que vêm subsidiando desde a década de 1930 as diferentes propostas de solução do racismo em Cuba.

Outros autores foram fundamentais para a realização deste trabalho. Por exemplo, para compreender a família utilizei os conceitos clássicos oferecidos por Claude Lévi-Strauss (1986), no seu livro *O olhar distanciado*, no qual expõe a essência dessa instituição e as diferentes formas que adota nas mais diferentes comunidades humanas. Para o estudo das características que assume a família em Cuba, bem como as relações inter-raciais durante a época colonial o livro de Verena Stolcke (1997), *Racismo y Sexualidad en la Cuba Colonial* é fundamental, pois forneceu, pela primeira vez na historiografia cubana, uma visão do matrimônio em Cuba, da legislação colonial

a respeito e das estratégias implementadas pelos casais inter-raciais para contornar os obstáculos e proibições interpostas pela legislação e pelos costumes predominantes.

Mas foi a historiadora Maria del Carmen Barcia, com seus livros *Capas populares y modernidad em Cuba (1878 – 1930)* de 2005 e *La outra família. Parientes, redes y descendência de los esclavos em Cuba*, de 2003, dedicados, respectivamente, ao estudo das formas de sociabilidade das camadas populares em Cuba colonial, dentre elas os negros, e à criação de estratégias de vida mediante a re-significação da instituição familiar por parte dos escravos e da população negra livre, que forneceu o apoio mais imediato para contextualizar o significado da re-modelação familiar realizada pela entrevistada e por algumas integrantes da sua família.

O matrimônio inter-racial consumado por Reyita não esteve livre dos efeitos das práticas patriarcais e racistas existentes na sociedade cubana. A análise dos conflitos do casal; as relações assimétricas entre os esposos; a opressão, a rebeldia, a revolta e a transformação da vida familiar dentro do espaço doméstico, puderam ser explicado a partir das idéias expostas por Heleieth Saffioti nos seus livros *Violência de Gênero. Poder e impotência* (1995) e *O poder do macho*, que definem o patriarcado como a expressão de um antigo sistema de poder exercido pelos integrantes do gênero masculino sobre os do feminino, ainda vigente.

A aspiração ao estabelecimento de uma relação mulher negra - homem branco como estratégia de vida - almejada pela protagonista do livro e também pelas mulheres mais velhas da sua família que a transmitiam como um valioso legado para as mais novas -, é um fenômeno comum a todas as sociedades coloniais. Quando é realizada sem eliminar previamente os mecanismos de opressão racial deixam sua marca danosa na psique das pessoas que a praticam, tal como explica o psiquiatra e pensador martiniquense Frantz Fanon, quem no livro *Peles negras, máscaras brancas* (1975), além de desvendar determinados mecanismos de opressão desenvolvidos pelos colonialistas e apontar caminhos para a descolonização do pensamento, analisa casos reais acontecidos na Martinica, que mostram certas semelhanças e algumas diferenças com os propugnados por Reyita e sua mãe em Cuba.

O branqueamento racial como conceito aparece quase sempre relacionado aos projetos políticos e econômicos promovidos pelas elites intelectuais coloniais e neocoloniais que propunham a imposição de um modelo de nação europeizada. No fundo dessa perspectiva vigorava a concepção racista que identificava o êxito das nações européias – “o progresso” - com o predomínio da raça branca nesse continente e

“o atraso” à presença de povoadores negros, índios e mestiços no país. Para corrigir essa “tara” pretenderam facilitar a entrada de imigrantes de Europa e reduzir violenta ou lentamente, as populações consideradas por eles defeituosas.

O branqueamento que é estudado nestas páginas refere-se àquela versão elaborada pelos próprios negros e que consiste na aspiração ao desfrute por eles ou seus descendentes, das prerrogativas concedidas pela sociedade racista às pessoas que tem o direito de portar brancura. Entendendo-se este último termo como o conjunto de valores positivos que os colonizadores se auto-atribuíram e, por extensão, atribuíram aos demais europeus em contraposição aos negros, índios e asiáticos que compunham os povos que colonizariam. A estes lhes adjudicaram valores negativos.

A persistência do afã de branqueamento pessoal, observável através dos séculos em segmentos importantes da população negra, demonstra que o casamento de integrantes dessa raça com os da branca e, por derivação, a procriação de filhos com traços fisionômicos mais próximos dos europeus lhes concede certas vantagens materiais e o desfrute de prestígio social maior que os dos demais integrantes do seu grupo racial.

A existência de uma tendência praticamente atemporal ao branqueamento aponta para a presença de alguma estrutura social que facilita - em qualquer etapa da história do país escravista ou ex-escravista -, a satisfação das necessidades materiais da pessoa que tem acesso à brancura num grau mais elevado que antes do seu acesso ao desfrute das tais prerrogativas, que, evidentemente, são realizadas no espaço reservado para isso na estrutura econômica e classista do país.

Perante essa evidência empírica formulo a hipótese da existência de uma estrutura de poder racial nos países onde a discriminação está enraizada na cultura e nas práticas sociais desde a época escravista, tendo como objetivo principal dar ou negar às pessoas acesso aos espaços privilegiados da estrutura de poder classista, visando a conservação das fontes de renda e de prestígio social nas mãos dos portadores da brancura. Essa estrutura de poder racial possui uma dimensão simbólica e outra de tipo material, e está assegurada por um conjunto de mecanismos e procedimentos legalizados pelas elites políticas, que por regra geral, são também as que controlam o poder sócio-classista.

O fato de serem praticamente os mesmos agentes sociais os que dominam um e outro sistema tem conduzido muitos interessados na solução do fenômeno da

discriminação racial ao erro. Estes centram seus esforços na correção ou supressão da estrutura sócio-classista, pretendendo, com tais ações, atingir o problema racial.

Nesse sentido, a experiência da revolução cubana no campo racial reforça essa hipótese, pois após 50 anos da destruição do sistema capitalista de classes, a discriminação racial aflora com força, como aponto no decorrer do estudo, principalmente naqueles setores econômicos que garantem maiores condições de bem-estar e de prestígio à população.

Para ampliar a compreensão da forma como funciona esse sistema de poder racial chamado de “branquitude” (ou “branquidade”, como também é denominado esse fenômeno social) serve, em primeiro lugar, o livro organizado por Vron Ware, intitulado *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo* (2004), que reúne várias abordagens sobre a estrutura branca de poder existente em países diferentes como os Estados Unidos, a Austrália e a África do Sul, entre outros. Alguns desses trabalhos se concentram na exposição das formas de manifestação do poder racial nesses países. Outros como os de Peter Rachleff (2004) discutem a origem do sistema de relações de branqueamento nos Estados Unidos, enquanto a escritora Ruth Frankenburg (2004), encaminha-se a decifrar a essência e o conteúdo da branquitude.

Durante a realização deste trabalho que, como já disse, foi-se desenvolvendo a partir de perguntas feitas ao texto original, cujas tentativas de respostas me conduziam a um plano mais profundo da história contada no livro, vi-me frente à necessidade de entender os mecanismos de funcionamento do sistema de poder racial na Cuba atual onde como também afirmei, não existia uma classe burguesa dominante tradicional desde o início da revolução de 1959.

Para auxiliar-me na interpretação da realidade racial atual e dos efeitos da crise econômica iniciada em 1990 sobre a população negra e das mudanças na economia e na estruturação classista do país acontecida durante esses últimos anos do século XX até a atualidade, pude utilizar os resultados de pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Investigaciones Económicas, de Havana (2006). Esses dados, quando são cruzados entre si demonstram que a população negra está em condições mais desfavoráveis do que a branca em renda e qualidade de vida. Outra pesquisa, realizada pelo sociólogo Pablo Rodríguez (1995), para conhecer o grau de participação dos negros nos setores econômicos chamados emergentes (empresas de capital misto, firmas estrangeiras, setor turístico e outros), que proporcionam melhor nível de vida na Cuba atual demonstra a grave situação de exclusão racial do negro desses setores.

Algumas das respostas obtidas por esse pesquisador, que revelam a existência de profundos sentimentos racistas em funcionários com poder de decisão para o emprego nos setores emergentes, são aproveitadas por mim nesta tese e incorporadas ao discurso principal que demonstra a existência de uma estrutura de poder racial, inclusive na Cuba atual. Esses dados apontam também para a existência de um sentimento de identidade grupal entre integrantes desses grupos privilegiados, sendo um dos seus componentes a condição racial branca.

A vontade de entender as causas da existência e permanência dessa verdadeira camada social elitizada e excludente do negro, em pleno sistema socialista, me leva a penetrar nos mecanismos que permitiram sua formação. Neste caso, aos dados da pesquisa antes mencionada somam-se os resultados da minha observação empírica e o acúmulo de experiências adquiridas no convívio diário e de reflexões realizadas durante as duas últimas décadas do século XX em Cuba.

A penetração em diferentes dimensões da história e da cultura cubana deixou-me dois resultados gratificantes: primeiramente, a satisfação de constatar, ao voltar da minha viagem darntoniana pelos contextos, que as afirmações feitas por Reyita sobre diversos temas e as atitudes que ela tomou em diferentes momentos de sua história pessoal podiam ser entendidas à luz do modo de pensar e de interpretar a vida, existentes em cada momento histórico por ela vivido e narrado no seu testemunho.

Em segundo lugar, como conseqüência do repetido passar do texto para o contexto e a conseguinte abertura de novas janelas, foi-me possível obter uma visão mais geral da história do negro e das relações raciais em Cuba, que não poderei abordar sem observar os elementos políticos, econômicos e culturais entrelaçados.

Nos capítulos a seguir serão estudados temas variados, mas sempre ressaltando um ou vários elementos fundamentais. Nesse sentido, no capítulo I, é analisada a família em geral e a família negra em particular; no II, o significado do branqueamento racial entre os negros e sua relação com a estrutura de poder racial; no III, aborda-se a frustração dos negros durante as primeiras décadas republicanas e suas lutas; no IV, destaca-se o processo de emancipação de Reyita da opressão de gênero no lar e se retoma o estudo da luta anti-racista no novo marco político criado a partir da segunda metade da década de 1930 e, no V, analisa-se a manifestação da questão racial após a revolução de 1959.

I. A instituição familiar em Cuba. Heranças culturais, re-significações.

Maria de los Reyes Castillo (Reyita), e seus familiares ascendentes e descendentes, tem as raízes fincadas no século XIX. O estudo de seu testemunho autobiográfico⁵ tem a ver com os problemas criados na América, e particularmente em Cuba, pela instauração do regime escravista que, iniciado nos primórdios do século XVI atingiu o seu momento de auge entre 1790 e meados da década de 1850. A partir desta última data se iniciou um processo de decadência da escravidão, concluído em 1886, quando foi eliminado definitivamente mediante Real Ordem promulgada pelo governo espanhol.

As vicissitudes das pessoas mencionadas por Reyita na sua entrevista e que serão analisadas aqui foram idênticas às experiências de milhões de pessoas nos séculos XIX e XX. Elas são, neste estudo, resumos de inúmeras vidas semelhantes, frustradas nas suas aspirações, permanentemente estressadas. Pessoas residentes num território em que imperavam leis e modelos de comportamentos para normalizar as vidas de todos, mas que a elas prescreviam, ferreamente, a subalternidade com respeito aos outros, aqueles súditos ou cidadãos brancos considerados de primeira classe.

É possível analisar a relação existente entre a história, a sociedade e o indivíduo de distintos pontos de vista, porém neste trabalho será observada essa relação a partir do ângulo da instituição familiar e, concretamente, do de uma mulher pertencente a uma família humilde subalternizada. Ambas – família e personagem -, são capazes de revelar muita informação sobre a realidade social e a capacidade do indivíduo para adaptar-se e /ou enfrentar um meio hostil e continuar vivendo.

O regime escravista moderno era um sistema muito bem estruturado. Foi-se conformando durante quatro séculos e, no momento do seu apogeu, tinha integrado harmonicamente todas as esferas da vida social, cultural, política, econômica e militar. Tudo estava encaixado de modo coerente e as suas partes não podiam ser acionadas de maneira independente porque, se tal acontecesse, o sistema poderia estourar em conjunto. A economia, baseada na cultura da cana e na produção do açúcar com mão de obra escrava constituía o núcleo desse sistema. Ela pautava os moldes em que o país devia se organizar. Todo o pensamento social, a produção das suas elites pensantes, a legislação, as relações humanas, a arquitetura, o urbanismo, a educação oficial e a

⁵ Rubiera, Daisy. *Reyita simplemente. Testimonio de una cubana nonagenaria*. La Habana: Ediciones Verde Olivo, 2000.

consuetudinária, enfim, a cultura, tomavam suas formas a partir das necessidades ditadas pela economia uma que funcionavam integradas para defender a estabilidade e garantir a reprodução do sistema.

Em cada país escravista o modelo de organização implantado teve as suas características próprias no que concerne ao pensamento dominante entre seus habitantes, o qual era determinado pela realidade prevalecente em cada esfera da vida social. A realidade estava marcada pela cultura e nesta participam múltiplos fatores, desde o socioeconômico até o geo-climático. Será só do ângulo da cultura que se podem entender as diferenças ou as semelhanças do comportamento do comportamento das pessoas aqui abordadas, as quais, ao estabelecer estratégias de sobrevivência, acudiam ao estoque de experiências adquiridas durante o seu percurso vital ou legadas pelos seus antepassados. Essas experiências variavam de indivíduo para indivíduo, influenciando nessa variedade a particular posição que ocupa cada um na estrutura classista e racial do país.

Como é sabido o escravismo foi introduzido nas Américas através de países europeus tais como Espanha, Portugal, Inglaterra, França e alguns outros menores, para incrementar a entrada de recursos financeiros mediante a exploração das minas deste continente num primeiro momento, e para produzir depois, em larga escala, produtos agrícolas necessários à expansão do comércio e à suplência das necessidades do desenvolvimento industrial. Nas colônias se foi criando, portanto, um tipo de economia e de sociedade que apresentava traços econômicos e culturais comuns, alguns dos quais perduraram após a abolição

Esses elementos estruturais coincidentes facilitaram, nas diferentes sociedades do continente, tanto o surgimento de parecidas formas de comportamento (tais como o racismo, a discriminação, a subalternização por causa da cor) quanto de idéias descolonizadoras e anti-racistas encaminhadas a explicar e/ou fazer frente à manifestação desses fenômenos comportamentais no próprio país ou no conjunto dessas sociedades.

Ainda que os pensamentos e teorias que explicam esses fenômenos possam ser de utilidade para as análises realizadas em sociedades distintas daquelas onde foram concebidas, sempre será necessário não perder de vista a impossibilidade de elas darem conta de todas as manifestações e derivações do escravismo em outro país. Interpor-se-ia no caminho dessa pretensão universalista muitos elementos e variantes existentes no modelo escravista aplicado em cada sociedade.

Segundo o antropólogo Edmund Leach (1995), cada uma das variações culturais observadas na expressão de uma estrutura social poderia ver-se como “um modelo”. De tal modo é possível pensar que as diferenças entre o funcionamento da escravidão no Brasil ou na Venezuela, por exemplo, implicam modelos diferentes do de Cuba. Mas a procura pela definição de um modelo deve ser realizada com cuidado, pois – alerta -, o resultado pode representar, simplesmente, “a hipótese do cientista sobre o modo como o sistema social opera”⁶, e essa hipótese, ainda que estiver bem estruturada e com as suas partes totalmente coerentes, se não são levadas em consideração as variáveis mais determinantes para o funcionamento e reprodução do sistema no país escolhido para análise, pode levar a engano.

Discorrendo sobre os elementos essenciais para a definição de um modelo de estrutura social, Leach (1995) se refere ao importante papel que a cultura exerce, especialmente, por meio das idéias sustentadas pelos diferentes indivíduos e setores populacionais acerca da própria sociedade, das relações de poder e dos lugares que devem nela ocupar. Diz:

Sustento que essa estrutura social em situações práticas (em contraste com o modelo abstrato do sociólogo) consiste num conjunto de idéias sobre a distribuição do poder entre pessoas e grupos de pessoas. Os indivíduos podem nutrir e nutrem, idéias contraditórias e incongruentes sobre esse sistema. São capazes de fazê-lo sem embaraço, por causa da forma em que suas idéias são expressas⁷.

Esse fragmento aponta também na direção do papel do indivíduo como sujeito de seu próprio destino, mas ainda que o portador se veja exercitando o livre arbítrio, na realidade está submetido a rédeas culturais, sociais e políticas que a sociedade reserva para ele. Porém, no breve espaço de manobra de que dispõe o indivíduo, tecendo desejos e limitações infranqueáveis, elabora uma estratégia de vida que pode coincidir plenamente ou não com o padrão de comportamento que a sociedade lhe destina.

Essas estratégias que cada indivíduo adota para conseguir viver segundo as suas aspirações – as quais, por regra geral (obviando as anomalias e as transgressões), consistem em viver ajustado às instituições, concepções e valores preestabelecidos na sua comunidade -, estão determinadas:

⁶ Leach, Edmund. *Sistema Político da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1995. P. 68.

⁷ *Ibidem*, p. 71.

1. Pelas aspirações gerais que a sociedade preestabelece para todos os seus membros.
2. Pelas aspirações que a comunidade geralmente predetermina para os grupos que a integram, por exemplo: membros de classes sociais, raças, etnias, gêneros, castas, regiões, etc.
3. Pela interferência que as estruturas sociais existentes exercem, as quais podem tanto facilitar a obtenção das aspirações quanto obstaculizá-lo.
4. Pela preparação cultural adequada por parte do indivíduo, a qual inclui, por um lado, o processo de aprendizado cultural espontâneo mediante a sua atividade prática ao longo da sua vida e, por outro lado, a recepção da herança dos seus antepassados.
5. Pela particular capacidade econômica do indivíduo – sobretudo em sociedades mercantis – para facilitar seu êxito na consecução dos seus ideais.
6. Pelo grau de intensidade das pressões que a sociedade exerce sobre o indivíduo para obrigar-lo a ajustar a sua conduta e aspirações às normas e aspirações predeterminadas para ele.

As estratégias seguidas pelos indivíduos abarcam todas as esferas da vida social, mas este trabalho se centra no estudo de Reyita, personagem representativa de uma época e de um grupo social, e das relações da sua vida familiar com a social geral do país.

A família, como a define Lévi-Strauss, é um sistema - de fato arbitrário – de representações e carece de uma forma comum para todas as sociedades. Tem a sua base no casamento, o qual, por sua vez, é impulsionado a se realizar, fundamentalmente, por interesses econômicos e sociais⁸, ainda que aspectos tais como o amor e a afinidade psicológica tenham algum papel, sempre distinto em cada comunidade. Pode predominar numa sociedade a família nuclear ou elementar, e em outras reger a poligamia em suas variantes poligínica ou poliândrica. As formas que a família adota são numerosas e, inclusive, podem-se combinar umas e outras na mesma sociedade. Porém, para o autor francês é possível definir, de modo geral, alguns elementos comuns a todas elas:

1. A família tem sua origem no casamento.

⁸ Lévi-Strauss, Claude. *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 84.

2. Ela inclui o marido, a mulher e os filhos nascidos da sua união, formando um núcleo em torno do qual outros parentes podem, eventualmente, se agregarem.
3. Os membros da família estão unidos entre si por:
 - a. Laços jurídicos.
 - b. Direitos e obrigações de natureza econômica, religiosa ou outra.
 - c. Uma rede precisa de direitos e proibições e um conjunto variável e diversificado de sentimentos, como o amor, o afeto, o respeito, o medo, etc.

A família introduzida em Cuba pelos colonizadores espanhóis era tipicamente nuclear, com ascendência bilateral (patrilínea e matrilinear). O modelo estabelecia - ainda que não fosse possível cumpri-lo na prática - uma orientação patrifocal em quanto às relações de autoridade no seio familiar e no cumprimento das funções de prover o sustento econômico e a responsabilidade por impor as normas culturais internas que a família devia seguir. Isso tudo era próprio de um país com cultura marcada pelo patriarcalismo. A unidade elementar: pai - mãe - filho, se legitimava ideologicamente com as doutrinas da religião católica, a qual estava muito enraizada na sociedade espanhola.

Esses eram os traços básicos do modelo de família que os espanhóis levaram a Cuba e que oficializaram na colônia. Todos os habitantes, inclusive os escravos, eram compelidos a cumpri-los, tanto mediante a transmissão cultural espontânea da população, como pela força das leis e da pressão da igreja católica. Esse modelo de família, como pertencia à cultura do dominador era o “legítimo”, o “civilizado”, o “incontestável” na colônia.

As condições escravistas do país obrigavam ao estabelecimento de uma sociedade profundamente hierarquizada próxima ao que podia ser um sistema de castas. Era necessário para a conservação do sistema o estabelecimento de marcos legais rígidos para impedir as misturas das raças, pois nessas sociedades a raça e sobretudo a cor da pele funcionavam como elemento simbólico do status social das pessoas e de sua colocação na estrutura social geral. As uniões inter-raciais, se generalizadas provocariam uma crise no campo simbólico e poriam em perigo a própria existência do sistema escravista, do qual muitas pessoas eram beneficiárias. Um papel central na proteção e reprodução do sistema social foi outorgado às mulheres brancas cubanas e

espanholas. Elas estavam obrigadas a conservar as suas purezas sexual e racial para garantir, à sua vez, a pureza racial e a posição hierárquica superior das suas famílias e de todo o grupo branco da população. Elas deviam estabelecer um casamento legal, com pessoas de status semelhante e, se fosse possível, superior aos seus. As pressões que sobre ela exerciam os pais e irmãos para que cumprisse o papel que lhe foi outorgado eram, às vezes, brutais.

A reprodução do modelo não só se garantia com o uso da força por parte dos homens da família doméstica. Todas as pessoas em volta eram ensinadas desde a infância a viver conforme o modelo oficial. Para Pierre Bourdieu (1980), o “hábito” é um fator primordial no processo reprodutivo. No seu livro *Le Sense Pratique*, referindo-se à transmissão dos modelos, insistirá em que a obrigatoriedade do cumprimento das normas se dá também por meio da submissão espontânea à “ordem estabelecida”⁹ por parte da pessoa que deve adotá-la. Essa submissão se origina na compreensão, por parte da pessoa submissa, da lógica de funcionamento de um modelo e das vantagens que o grupo ao qual pertence pode obter, inclusive às custas do seu bem-estar pessoal. O cumprimento do papel atribuído pode significar um grande sacrifício individual em prol dos interesses do grupo, seja para a conservação do patrimônio rural ou de qualquer parte da fazenda no caso de alguma família camponesa ou para a proteção do prestígio simbólico da família e da linhagem que, no caso da Cuba escravista, se resumia no falso e simbólico termo de “limpeza de sangue”. Também no livro citado, Bourdieu explica que nos casos em que objetivamente não é possível aplicar os métodos habituais para manter os privilégios, interesses e posições dos grupos, pode-se acudir ao uso de determinadas estratégias que, sem destruir a essência do modelo, garantam o cumprimento dos objetivos desejados. Assim é possível apelar para a utilização:

de estratégias de reprodução biológica, cultural e social (...) para transmitir à geração seguinte, mantidos ou aumentados, os poderes e os privilégios herdados. As estratégias matrimoniais não têm por princípio nem a razão calculadora nem as determinações mecânicas da necessidade econômica, mas as disposições inculcadas pelas condições de existência, sorte de instinto socialmente constituído, que leva a viver como necessidade inelutável do dever o como apelo irresistível do sentimento

⁹ Bourdieu, Pierre. *Le sens pratique*. Paris, Edit. Minuit, 1980. Cap. I, p. 270.

as exigências objetivamente calculáveis de uma forma particular de economia¹⁰.

Realmente, estes princípios podem ser aplicados na análise do caso da reprodução do modelo oficial de família na Cuba escravista, mas é preciso também marcar uma diferença importante com o caso dos camponeses estudados por Bourdieu pois, na reprodução do modelo de família dominante em Cuba, entra em jogo abertamente, “a razão calculadora” e “a necessidade econômica”. É que se trata de um sistema anômalo. O uso da mão de obra escrava num sistema econômico integrado ao capitalismo mundial não pode mostrar as características puras do escravismo antigo nem as do capitalismo industrial. O lucro era o único motor que movia essa sociedade. Todos os demais mecanismos de conservação estavam subordinados a esse interesse fundamental.

Uma das estratégias que se empregaram em Cuba para garantir a correção das anomalias e a conservação do modelo de família intacto foi o recurso do branqueamento racial. Isto é, de acentuar a “limpeza de sangue” mediante a manipulação do sistema de linhagem. Como o sistema de linhagem hispânico era bilateral, no caso de casais interraciais, o filho resultante era inscrito no “livro de pardos e morenos”, predominando assim a hipoascendência. O resultado da mestiçagem era um ser “inferior”. Se a mãe, como quase em todos os casos, era mulata ou negra, o filho não podia entrar no mesmo registro que seu progenitor masculino. Por isso alguns pais solicitavam das autoridades a inscrição do filho no “livro de brancos” empregando argumentos tais como este recolhido pela pesquisadora Verena Stolcke (1992) nos arquivos paroquiais, e que cita no seu livro *Racismo e sexualidade na Cuba colonial*: “está entendido que os filhos legítimos e naturais seguem a condição dos pais”¹¹. Era uma recorrência ao princípio da patrilinealidade para tentar conseguir que a criança mantivesse o status privilegiado. Mas esses argumentos adiantavam muito pouco. O filho era mantido na condição de pardo. Ainda que a limpeza de sangue também fosse comprada muitas vezes assim como os títulos nobiliários.

O governo mesmo tinha todo um arsenal de leis e Reais Ordens aprovadas desde o século XVIII, nas que se regulamentava, claramente, a obrigatoriedade de

¹⁰ Idem.

¹¹ Stolcke, Verena. *Racismo e Sexualidad en Cuba colonial*. Madrid: Ed. Alianza Editorial, Madrid, 1992. p. 46.

submeter à consideração das autoridades as solicitações de matrimônios inter-raciais ou de qualquer outro tipo que acusasse desigualdade - por exemplo, membros da nobreza que desejavam se casar com pessoas de condição social mais baixa -. O critério seguido era o da escuta da opinião dos pais e, em segundo lugar, o dos interesses da segurança do Estado colonial. Assim, segundo a autora citada, desde 1864 até meados da década de 1870, as autoridades não aceitaram aprovar qualquer matrimônio inter-racial na Ilha, quaisquer que tenham sido as circunstâncias, enfrentando as esporádicas campanhas de pressões da igreja a favor da aprovação e, em ocasiões, contrariando a aprovação dos próprios pais.

Em todos os documentos oficiais referentes ao tema enfatiza-se que a união entre as raças constitui uma ameaça ao sistema e, por isso, era vista com receio e resultava obstaculizada pelos sucessivos governos da Ilha. Deve-se destacar que no momento em que aumentavam as tensões raciais, como em 1844, quando foi reprimida uma conspiração de escravos e se desatou uma forte repressão sobre a classe média negra, e também entre 1868 e 1878, anos em que aconteceu a primeira guerra de independência, que tinha também um caráter abolicionista, se reforçava, por parte do governo espanhol, a proibição dos matrimônios inter-raciais. Só em 1881, depois de aprovada uma lei de abolição parcial da escravidão, e de serem utilizados politicamente pelos independentistas os exemplos de integração racial que eles deram durante a guerra, foi que Espanha decidiu abolir qualquer direito de intervenção do Estado na aprovação desse tipo de matrimônio.

Por outro lado, a aplicação do modelo oficial de família em Cuba foi sempre altamente complexa. A sociedade cubana não era igual à espanhola. A estrutura socioeconômica era essencialmente diferente. Os objetivos e as aspirações coletivas dos seus residentes diferiam das existentes em Espanha. Na Ilha começam a interacionar pessoas procedentes de inúmeras etnias disseminadas pelo continente africano, fundamentalmente na faixa costeira que se estende do Senegal a Angola.

Os espanhóis que chegaram a Cuba em geral não pertenciam aos setores e classes sociais dominantes na metrópole. Eram andaluzes de cidades portuárias, catalães, galegos sem possibilidade de herdar terras na Galícia e agricultores das Ilhas Canárias. Havia soldados, marinheiros, alguns nobres envolvidos no tráfico de escravos, comerciantes de todo tipo de artigos e familiares de políticos influentes na metrópole. Em Cuba muitos mudavam de ofícios, profissões e posição social quando eram empregados no setor comercial ou na administração colonial, enquanto outros iam ao

campo para trabalhar nos engenhos açucareiros. Havia ainda os que conseguiram transplantar os seus costumes a Cuba, como por exemplo, camponeses canários que receberam, como parte de uma política de estímulo à imigração branca, parcelas de terra e facilidades para plantar tabaco, trigo e outros produtos típicos do seu país.

Não existem motivos para supor que alguma destas imigrações hispânicas tivesse contradições essenciais com o modelo de parentesco e de organização familiar oficializado em Cuba pelas elites dominantes de Madrid. Cabe levantar a hipótese de que, pelo menos, entre os camponeses de Canárias e de Galícia se acentuasse mais a tendência à conservação do modelo tradicional uma vez que encontraram em Cuba terra em quantidade e condições adequadas para garantir a estabilidade familiar, situação diferente daquela deixada atrás nas regiões das quais procediam, onde a escassez de terra - que compelia uma parte dessas populações do campo a emigrar -, afetava a estabilidade familiar típica das suas regiões.

Nos grandes centros urbanos se criaram as condições favoráveis para a transgressão do modelo oficial de família mediante a interação quase obrigatória de pessoas, costumes e concepções de vida nas áreas reservadas para espaço público. Foi aí que o pequeno comerciante, o empregado do comércio, o trabalhador braçal chegado da Península ibérica começam a interação com pessoas de todos os setores das classes humildes. Eles, em geral, viajaram sem família e trabalharam ao lado dos outros brancos cubanos pobres e os livres de cor. Criaram-se então as condições para estabelecer certo grau de confluência entre indivíduos de diferentes raças nesse mundo profundamente racista.

A possibilidade de conservar ou modificar o modelo familiar oficial varia de acordo com a posição social ocupada. Muitos indivíduos da metrópole – como é típico no colonialismo – conseguem mobilidade social só na colônia. Nela é possível que um imigrante pobre se empregue na administração pública e chegue a alcançar altas posições sociais e econômicas, casar com mulher rica do país e começar a aplicar o modelo oficial de família na colônia. Na cidade confluem múltiplas pessoas de classes, etnias e culturas diferentes: brancos, negros, ricos, pobres, cidadãos, camponeses, alguns conseguem mudar de status e, por conseguinte, os modelos de parentesco que vieram da África, ou da Península Ibérica não podem ser aplicados.

Outro fator impediu fossem cumpridas as normas oficialmente estabelecidas na sociedade e nesses casos o ser humano lança mão da sua capacidade adaptativa e faz mudanças nas normas para poder viver equilibradamente no meio social que lhe

correspondeu habitar. A disparidade demográfica entre os sexos, durante todo o período escravista, impulsionou o desvio do padrão oficial de família.

Segundo a historiadora Verena Stolcke (1992), em 1844 existiam 114 homens brancos para cada 100 mulheres brancas. Em 1846 a relação foi de 127 e 100. Em 1862 já era de 150 e 100. Entre os escravos obviamente a cifra de mulheres era inferior à dos homens, mas entre a população negra livre, o número de mulheres era maior do que o dos homens: 21.235 homens e 24.235 mulheres; em 1846 existiam 72.651 homens e 76.575 mulheres e em 1862, 111.268 homens e 114.670 mulheres¹²

A realidade expressa nessas cifras revela que para o governo era impossível conseguir o respeito absoluto das normas de organização familiar oficial. Mas, elas funcionavam apesar da sua violação massiva. O mecanismo aplicado para resolver esse problema objetivo foi o amancebamento. Isto é, o casamento não oficializado. De tal maneira se propagou em Cuba essa prática, que algumas autoridades eclesiásticas iniciaram campanhas em diferentes momentos do século XIX para que os padres visitassem os casais assim unidos e os convencessem a contrair matrimônio. Nas paróquias continuaram as campanhas, mas a resistência para se casar era muito forte. Acontecia que a maioria dos homens que viviam nessa condição, a pesar de terem largas proles mestiças com as suas mulheres negras, não haviam abandonado o modelo racista de organização familiar. Eram capazes de quebrar as normas individualmente, mas nem todos mudaram as concepções racistas da época que vigoravam também na relação marital.

Nos documentos que Verena Stolcke (1992) recolhe há opiniões desses amancebados que abertamente reconhecem que o matrimônio deve ser entre iguais enquanto eles e suas mulheres não o são. Por exemplo, um desses homens amancebados, analfabeto e de baixa condição social declarou às autoridades que:

(...) jamais havia pensado em contrair matrimônio com a morena Candelária Enrique e que se bem tem relações com ela, estas não tem sido nem podem ser suficientes para se casar com ela em atenção à imensa distância de classe¹³.

Outro aspecto interessante neste modelo adaptativo é que o matrimônio de homem branco com mulher negra ou mulata implicava um rebaixamento de status para

¹² Ibidem, p. 92.

¹³ Ibidem, p. 90.

ele. Porém, no amancebamento, como não havia casamento oficial, não existia tal rebaixamento no status do homem. Pode ser um contra-senso que um homem extremamente pobre acreditasse ter maior status que a sua companheira de outra raça e isto acontecia, inclusive, em casais cuja mulher era a mais solvente economicamente. Esse pobre do campo viola os preceitos do modelo oficial, mas não os rejeita, pelo contrário, os defende fortemente.

Klass Woortman (1987), no seu livro *A família das mulheres*, ao referir-se aos dois níveis em que opera a cultura, o “puro” e o “normativo”, explica que é no nível normativo onde o parentesco pode ser manipulado por parte das pessoas que por questões de classe ou posição social necessitam modificar o modelo oficial. E, após compartilhar a idéia de que os pobres a pesar de terem algumas características diferentes do modelo oficial nas suas famílias não possuem uma sub-cultura, como tem afirmado alguns autores, se referirá a casos como o do homem analfabeto antes mencionado:

Os padrões de parentesco dos pobres são o resultado de uma interação entre um modelo ideal e uma “ideologia adaptativa”, e não simplesmente entre o comportamento ou o contexto no qual o comportamento toma lugar e um único modelo ideológico. O pobre partilha os valores do rico, mas seu comportamento não pode exprimi-los por razões situacionais. Essa impossibilidade não implica no abandono de tais valores, mas no desenvolvimento de um segundo modelo alternativo adaptado à pobreza e que opera simultaneamente com o ideal¹⁴.

Na prática, o processo de adaptação ao modelo oficial por parte daquelas pessoas que não têm condições para viver de acordo com as normas estabelecidas e que compartilham seus princípios, pode resumir-se na frase “mudar um pouco para não mudar nada”. O amancebamento é, por tal motivo, neste caso aqui descrito, um recurso adaptativo.

Mas o amancebamento também é um recurso adaptativo para a outra parte envolvida: a mulher. No caso aqui estudado, a mulher que assume os preceitos do modelo oficial e não pode segui-los estritamente desenvolve numerosas estratégias para tentar cumpri-los, ainda que isso implique violar algum.

¹⁴ Woortmann, Klass. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: e Brasília: Tempo Brasileiro, 1987. pp. 300 -301.

Servem de exemplo três casos concretos de mulheres onde se dão de modo diferente as estratégias de adaptação da sua vida ao modelo de família ideal.

A mãe de Reyita, Isabel, expulsa da fazenda e jogada ao caminho real com um filho nos braços - fruto de um estupro sofrido na fazenda dos antigos amos onde continuou trabalhando após a abolição – é um símbolo do desamparo no qual ficou a mulher escrava após o decreto que aboliu a escravidão em 1886.

Eram tempos de crise econômica, muitos dos escravistas médios e pequenos estavam arruinados e não tinham recursos para pagar aos seus libertos nem condições para retomar os trabalhos nas plantações de açúcar. A massa de escravos liberada vagava de um lugar a outro buscando onde se estabelecer. A avó de Reyita, escrava de origem angolana, também saiu da fazenda com o seu marido e os filhos comuns¹⁵ - Isabel era fruto de uma violação por parte do amo -. Cabe pergunta-se:

Isabel foi deixada na fazenda por solicitação do pai biológico para protegê-la das vicissitudes que correriam os demais ex-escravos?

Foi deixada atrás pelo esposo da mãe de Isabel, que não gostaria de andar, no seu novo status de homem livre, exibindo a marca vivente da humilhação da sua honra, honra impossível de limpar do modo em que possivelmente se fazia na sua comunidade africana?

Concordaria a mãe africana em deixar atrás a uma filha que poderia despertar o apetite brutal da família dos amos?

Estaria ela em condições de impor ao marido a obrigação de ir com Isabel?

Poderia insistir até o ponto de por em risco o seu matrimônio com o esposo humilhado? O casamento também implica, como ensina Levy-Strauss no texto citado, uma distribuição de trabalho entre os sexos, totalmente imprescindível para os dois. Poderia ela, nesses momentos turbulentos e de incertezas se expor à possibilidade de destruir o matrimônio e colocar ainda mais em risco a segurança e a vida dos filhos?

Qualquer que tenha sido a decisão dessa angolana foi altamente traumática, mas ela seguiu adiante, procurando um lugar onde se assentar, trabalhar e manter o matrimônio de modelo oficial a pesar de todas as dificuldades colocadas pela sociedade no seu caminho.

¹⁵ Ibidem, pp.21-22.

Vale destacar ainda a possibilidade de uma rejeição de Isabel por parte do esposo da mãe que poderia ver na pele clara de Isabel, contrastada com a escura dos outros filhos, outras significações:

1. A marca viva da humilhação que sofreu de seu amo, pois a violação da esposa nas culturas patriarcais, tais como a espanhola e muitas das africanas (e por decorrência, na cubana, que apesar de ter uma matriz espanhola possuía elementos das africanas que se transculturaram durante séculos na ilha) é vista, primordialmente, como uma ofensa ao pai e aos irmãos da vítima e ao esposo, se a mulher é casada.
2. A possibilidade de ter um status social superior ao da sua mãe e dos irmãos maternos com os que ela vivia, ainda que para ela a patrilateralidade não tivesse significado positivo pois estava privada de compartilhar o status dos outros filhos e dos demais familiares de seu pai biológico - até o ponto de ser estuprada depois por um deles – em virtude da cor da pele.
3. No caso de ter ficado na fazenda por solicitação dos donos, apesar das circunstâncias negativas que envolvem o caso, significaria também, para os outros oprimidos, a irrefutável verdade de que a pele clara nessa sociedade livra de alguns inconvenientes a quem a possui. E fatores como este, apesar do seu fundo trágico, contribuíram para alimentar entre muitos dos negros a aspiração ao branqueamento racial como formas de ter esperanças.

Isabel saiu com seu filho da fazenda e começou uma série de amancebamentos com homens brancos. Segundo parece suas uniões eram muito precárias. Para qualquer homem da época era evidente sua situação vulnerável pelo que teve de suportar inimagináveis abusos. Em cada amancebamento ganhava um filho. Um fator mais de instabilidade e de estímulo para procurar outro parceiro.

As dificuldades e os sofrimentos dessa mulher ao longo da sua vida deveriam ser imensos, mas quando se analisa seu caso e o de outras muitas mulheres que dirigiram suas próprias famílias e que recriavam constantemente lares sucessivos com homens diversos, se entende que elas estavam estabelecendo uma estratégia de sobrevivência em um meio hostil.

O homem de mentalidade poligínica – como são quase todos os de países onde impera uma cultura patrifocal - e que têm recursos econômicos e possibilidades para amancebar-se, aproxima-se da mulher com esse objetivo, mas ela tem também o seu objetivo bem definido. A relação estabelecida implica, freqüentemente, numa troca de ajudas mútuas e numa repartição de papeis no seio familiar que se afasta do prescrito pelo modelo tradicional. A característica mais interessante, como explica Woortman (1987) neste trecho citado, é a matrifocalidade que se estabelece nessas unidades domésticas em proporção inversa à patrifocalidade, a qual é aceita de bom grado por muitos homens que praticam este tipo de relacionamento. A mulher domina e é a responsável principal pelo sustento econômico da família, da educação e formação dos filhos. O próprio autor, no estudo realizado com a população negra da Bahia, se refere à evidente influência da herança africana na cultura de seus descendentes.

A cultura familiar implantada na América inclui elementos da deixada na África, assim como outros criados no país durante a época escravista. Por exemplo, nos princípios ideológicos que regem as condutas das pessoas é possível observar a velha herança:

Assim, uma ideologia poligínica incluía um componente matrifocal na “bagagem cultural” trazida para a Bahia pelos negros escravos, independentemente das condições da escravidão, mas por esta reforçado (...) A poliginia é impossível para a maioria dos homens, não tanto por motivos jurídico-legais, como por razões econômicas, mas pode se especular sobre se as compulsões trazidas pela escravidão e pela pobreza “livre”, ao minimizarem a atuação da patrifocalidade implícita na descendência agnática não teriam, por outro lado, maximizado a atualização da matrifocalidade implícita na poligínica, no Brasil¹⁶.

Entre as condições que reforçam e sustentam a matrifocalidade, figura o trabalho feminino. Em Cuba, a tradição de trabalho da mulher escrava começou desde os primeiros séculos coloniais. Muitos donos de escravos domésticos e de escassos recursos punham a escrava para vender produtos alimentícios e praticar variadas formas de comércio varejista nas praças e noutros lugares públicos, o que dava a possibilidade de obter algum lucro adicional. Outras escravas comerciavam, com o

¹⁶

Woortmann, p. 271.

consentimento dos seus amos, doces e outros produtos caseiros elaborados por elas mesmas e o nível de independência econômica adquirido por essas mulheres foi muito variado, chegando algumas a conseguir, com o trabalho de suas mãos e com a estrita economia, comprar a sua liberdade e a de seus filhos. Também pode influir na consciência social da aceitação da independência econômica e de caráter da mulher negra, o fato de que algumas de condição livre conseguiram acumular recursos através do artesanato e de ofícios como o de modista.

A família de Reyita estava regida claramente pelos princípios da matrilinealidade e da matrifocalidade. Inclusive, a autora do livro, Daisy Rubiera, filha de Reyita, praticamente não menciona os nomes nem as biografias dos seus ascendentes masculinos. Nota-se uma forte consciência da preponderância da matrilinealidade na sua família.

Esta característica deixou suas marcas na formação cultural de Reyita. Da mãe e da sua avó conheceu elementos da cultura angolana, receitas culinárias, medicina tradicional. Soube o modo de tratar as pessoas de outro sexo e de outras raças, confiar nas suas próprias forças, ser criativa, considerar a adversidade como destino de sua vida e a lidar com ela.

Quando se analisa com parâmetros economicistas as condições de vida dos setores mais desfavorecidos naquelas sociedades em que existe um alto grau de desigualdade e opressão social, corre-se o risco de não se entender como muitas dessas pessoas conseguem sobreviver e, até inclusive, melhorar suas condições de vida. Chama também a atenção o fato de uma ampla maioria ficar aparentemente satisfeita ou resignada com o tipo de vida que a sociedade cria para ela, cercada por barreiras que, para o entendimento de um pesquisador contemporâneo, resultam intransponíveis.

Uma possível resposta a essa interrogante está na velha afirmação de que o ser humano, como qualquer outra espécie vivente, tem como tarefa primeira a luta pela conservação e a reprodução da sua vida e, no caso do primeiro, também da sua cultura. Conhece-se que nos momentos em que mais pressões contra a vida ele sofre, maior é a quantidade de recursos que emprega para sobreviver.

Os humanos procuram recursos que aporta a cultura para se protegerem e, por isso, como são os únicos seres viventes capazes de criá-la e modificá-la, eles têm sido mais eficientes que os demais para sobreviver às devastações, massacres, epidemias, penúrias econômicas, e aniquilações planejadas acontecidas em todos os séculos. No caso da população negra pobre que me ocupa nestas páginas, acontece o mesmo: ela

lança mão de elementos culturais transmitidos pelas gerações anteriores aos seus descendentes, cria outros durante sua própria existência, e modifica normas prescritas para a sociedade em geral ou para elas em particular, elaborando, com toda essa matéria prima, armas para a defesa da vida.

No encontro forçado entre pessoas de três continentes, obrigadas a residir na ilha caribenha, exercendo as funções de escravos e amos, ricos e pobres, negros e brancos, com obrigações e deveres específicos para cada uma das categorias mencionadas, o convívio provocou uma interdependência entre elas e, por conseguinte, um aprendizado mútuo das maneiras de cumprir os papéis estabelecidos pela elite dominante. A longa relação cultivada entre elas nos espaços rurais e urbanos: nas casas senhoriais, nos campos de cana, nas praças, nos mercados, e em outros locais abertos ou fechados, sempre assimétricas e favoráveis aos poderosos, facilitaram, por sua vez, o aprendizado mútuo. Cada grupo ou classe aprendeu a forma de conviver com o oposto, devendo desenvolver estratégias para conservar e reproduzir suas condições privilegiadas, num caso, e para enfrentar o acosso às suas vida e dignidade, noutra.

1.1. A transmissão da história familiar pela avó.

Reyita sentava-se junto à sua avó Tatica para escutar a história da sua família trazida de Angola pela força. A história transmitida oralmente contribuiu para dotá-la de uma identidade cubana, mas com uma dimensão histórica africana assumida conscientemente, fato não tão fácil de encontrar em Cuba no século XX, precisamente pela freqüente interrupção da transmissão da história por via oral. O máximo que se obtêm dos idosos negros cubanos, quando indagados sobre seus ancestrais, é a referência ao engenho onde trabalharam os ascendentes escravizados ou ao município ou região de onde provinham seus avós. Muitos, orgulhosamente, detêm o retrocesso da memória na guerra de independência acontecida entre 1895 e 1898, na qual o negro jogou um papel fundamental, pois se calcula que 70% dos soldados eram dessa raça, como também muitos dos mais importantes oficiais e generais.

Tatica, a avó materna, transmitiu para Reyita a parte da história familiar que acontecera em Angola. Na memória da nonagenária se mantiveram frescas as cenas quase cinematográficas do relato da avó acerca da sua captura, junto a duas irmãs, em Angola; o traslado até a costa; o envio a Cuba num barco negreiro que em determinado momento jogou vários cativos pela borda; o banho que lhes deram para

limpá-las e melhorar suas aparências antes de serem vendidas para uma família de fazendeiros.

Reyita interiorizou os muitos detalhes da vida de sua família na África antes da devastadora incursão dos brancos:

Tatica contava que sua família morava numa aldeia, num lugar chamado Cabinda¹⁷, que eram quicongos¹⁸, que se dedicavam ao cultivo da mandioca e do café e também teciam. Os homens da aldeia fabricavam canoas, tambores e diferentes utensílios de madeira. Minha bisavó se chamava Sabina e tinha sete filhos: seis fêmeas e um varão.

Nessa incursão foram capturados a avó junto a duas irmãs, um irmão e o pai dela. Reyita absorveu o relato de sua avó e interiorizará para sempre:

- A dor da sua desconhecida bisavó: “Minha avó nunca esqueceria os gritos da sua mãe, nem nunca pôde explicar por que não a levaram também, pois não era tão velha, tampouco soube se sobreviveu a aquilo tudo”¹⁹.

- Os assassinatos no barco negreiro:

(..) como o barco vinha tão lotado se apresentaram dificuldades que Tatica não sabia quais eram, mas começaram a atirar homens à água, fundamentalmente os mais velhos, os mais fracos. Que abuso! Aquilo somente de ouvi-lo dá desejos de chorar, se enchem os olhos de lágrimas e se sente tremenda indignação, porque os atiravam vivos, sem compaixão alguma²⁰

Esses relatos formaram parte do acervo pessoal de Reyita. A dor, a humilhação, a tristeza, a impotência, a ira reprimida que a sociedade escravista impôs à sua família em Cuba entrará também na consciência da menina que recepciona os relatos das adultas:

Na fazenda onde foram levadas as puseram a trabalhar muito duro nos labores do campo. Cortar e recolher a cana, desmatar. Também preparavam caldo de cana para os amos tomarem e para fazer rapadura.

¹⁷ Província mais setentrional de Angola. Antigamente pertencia ao reino Congo.

¹⁸ Grupo étnico pertencente ao grupo etno-lingüístico Banto. Estão assentados no norte de Angola, em Cabinda e no Congo.

¹⁹ Rubiera, p. 20.

²⁰ Idem.

Os Hechavarria²¹ também compraram outros africanos, em total eram quinze ou vinte. Entre eles um jovem e forte, que não era da aldeia de minha avó. Chamava-se Basílio, e Tática e ele se apaixonaram.

Viviam juntos ocultamente, para que os amos não soubessem. Ainda que minha avó não quisesse ter filhos – e para evitá-lo tomava remédios de ervas e raízes – engravidou e teve uma filha que chamaram Socorro. E que teve que trabalhar muito desde pequena. Depois nasceu minha mãe, que teve que trabalhar como escrava na casa dos amos, embora isso fosse após a aprovação da Lei de Ventre Livre²².

Minha mãe não era filha de Basílio, senão de um dos amos da minha avó. As escravas não podiam reagir quando os amos desejavam aproveitar-se delas. Isso custava couro e cepo²³. Isso era uma imoralidade daqueles homens: para uma coisa as desprezavam, mas para ficar com elas não se importavam com a cor²⁴.

Todos os fatos narrados pelas representantes das duas gerações anteriores formarão parte da identidade de Reyita. Na estrutura psicológica estarão intimamente entrelaçados os fatos do passado e os de seu presente.

Essas dores serão todas suas. Reyita é ela e suas circunstâncias - como diria Ortega y Gasset -, mas também é ela e a história pregressa da sua família. É também ela, mais a história das circunstâncias que rodearam seus ascendentes na África e em Cuba, transmitidos através da história familiar.

1.2. A mulher. Eixo da família dos negros pobres.

Importante papel na preparação de Reyita para a vida desempenhou Emiliana, sua avó paterna conhecida por Mamacita. Nascida em Cuba, de família livre urbana,

²¹ Sobrenome de seus donos. Eles tinham o direito de apagar os nomes e os sobrenomes de seus escravos para atingir a sua identidade e rebaixar-lhes a auto-estima. Após a abolição um irmão de Reyita solicitou oficialmente a mudança do sobrenome materno da família e escolheu o sobrenome “Bueno” (“Bom”, em português).

²² Lei aprovada em julho de 1870 que estabelecia uma suposta liberdade aos escravos que nascessem após a promulgação da mesma. Essas crianças deveriam continuar trabalhando para o fazendeiro até completar a maioridade. A abolição definitiva da escravidão em Cuba aconteceu, finalmente, em 1886.

²³ Torturas infligidas aos escravos. “Couro” era o nome popular do chicote feito com a pele do boi e o “cepo” estava composto por duas pesadas tabuas de madeira com três buracos através dos quais se passavam a cabeça e os braços do castigado, obrigando-o a permanecer imobilizado durante dias.

²⁴ Rubiera, p.21.

casou-se com um carpinteiro também negro a contragosto da sua própria família que desejava que o fizesse com algum branco. Ela era uma mulher sem preconceitos, sem complexos raciais e de elevada auto-estima, segundo a descrição que dela faz a neta²⁵. Teve com ele sete filhos (o último seria o futuro pai de Reyita) e todos juntos se incorporaram à primeira guerra de independência que fracassou após dez anos de iniciada. Como o marido morreria durante a contenda ela teve que assumir sozinha o sustento de seus sete filhos durante o período de paz que sucedeu à guerra:

(...) regressou a Santiago. Desde aquele momento começou uma dura luta pela vida, tinha que garantir casa e comida para ela e para seus filhos. Mamacita era de caráter muito forte e conseguiu que os filhos aprendessem um ofício. Ela se dedicava a fazer doces para vender, tanto na casa como na rua; também punha mesinhas para vendê-los nos dias de festa em Santiago e em outras cidades pequenas²⁶

Durante uma festa de São José, patrono do povo La Maya, onde ela vendia doce, conheceu Pancho, dono de um pequeno sítio, homem branco com quem se uniu maritalmente, mas sem casar-se e sob a hostilidade da família dele. Mamacita e seus filhos foram para o sítio.

Quando se iniciou a segunda guerra de independência (1895) Pancho emigrou com sua família branca, mas Mamacita decidiu incorporar-se outra vez, com todos os seus filhos, às forças libertadoras. Dois deles foram capturados e morreram nas prisões espanholas em Ceuta, África. Um filho virou capitão, o pai de Reyita, sargento, e os demais, soldados. Finalizada a guerra ela regressou com sua prole ao sítio abandonado e o fez prosperar novamente. Até que já mais velha, e quase sozinha, foi morar com um dos seus filhos casados.

Um lar estruturado no sentido comumente aceito pela sociedade é visto em todas as sociedades como um espaço de paz.. É também uma garantia de coesão social e de segurança e desenvolvimento multilateral da prole. Em vários momentos do seu relato, Reyita mostra o descontentamento que sentia, quando criança, com a desestruturação de sua família nuclear e se refere seu desejo de constituir, quando fosse adulta, uma família unida e estável. Diria para a entrevistadora:

Eu nunca esquecerei Mamacita. Ay, minha filha! Se sempre tivesse morado com ela, que distinta teria sido minha vida! Não haveria sofrido

²⁵ Rubiera, p. 37.

²⁶ Ibidem, p. 38.

tantos vexames e maus tratos e, sobretudo, não teria que rolar tanto, da casa de um familiar para a casa de outro²⁷.

Mas esses lares sem presença masculina permanente propiciam a existência de um tipo de mulher também diferente do modelo oficial. Neles, a função provedora é realizada pela mulher e a autoridade concomitante fica também em suas mãos. A sua preparação para exercer essas funções, que já tinham sido experimentadas em famílias poligínicas de diferentes regiões da África, foi transmitida pela via familiar. Na África a mulher lavrava a terra, mas também elaborava e vendia produtos alimentícios. As vendedoras de alimentos tinham uma presença permanente nas cidades angolanas.

Não pode ser esquecido que muitos dos africanos trazidos à América vinham de regiões onde se realizavam grandes transações comerciais desde muitos séculos atrás. Os povos ao Sul do Saara, na região mais ocidental do Continente, participavam do comércio com as regiões do leste africano, com árabes e, em ocasiões com europeus e asiáticos, muito antes de se iniciar o processo de dominação de suas nações.

Nas fazendas a mulher negra era utilizada em diferentes funções, desde as domésticas até o extenuante corte de cana. Com tal histórico, ela acumulou uma ampla experiência sobre como tirar proveito do mundo do trabalho para sua sobrevivência e a de sua prole.

A disposição para o trabalho era permanente. Para a população negra pobre, feminina ou masculina, não havia outra opção. Reyita menciona que sua avó materna, após a abolição, trabalhou junto ao marido na preparação de um pedaço de terra que ele conseguiu para cultivá-la. A outra, a paterna, também trabalhou no campo até ficar bem idosa e complementou a renda com a venda de produtos caseiros. Isabel, depois da guerra de independência, volta à vida civil e deve cortar cana. Uma das tias que amparou Reyita e a levou para sua casa, deixava-a acorrentada junto a uma mesa, como um pequeno animal, porque tinha que sair cedo para o campo. Ela rememora:

Não posso lembrar bem como foi a minha vida na casa da tia Casilda, lá por 1906. Só tenho claro que como ela morava sozinha e tinha que trabalhar no campo e atender seus animais, de manhã, quando saía, me deixava amarrada ao pé da mesa, me punha uma vasilha com água e outra com comida. Ai eu fazia minhas necessidades, dormia, acordava,

²⁷

Ibidem, p. 39.

até que ela chegava à tarde, ay, Deus...! Então me soltava, me dava banho, me dava o que comer, me deixava andar pela casa até a hora de dormir. Minha tia me queria muito, mas não podia fazer outra coisa; era a luta pela vida que a obrigava a fazer aquilo, tinha que trabalhar para se sustentar e sustentar-me²⁸.

Quando se lêem as referências que Reyita faz aos trabalhos realizados pela família e, ao mesmo tempo, se presta atenção ao estado de ânimo que ela deixa transluzir quando fala de cada caso, é possível compreender que, para ela, o trabalho pode constituir-se tanto em motivo de satisfação porque dele saíria o sustento familiar e, por conseguinte, a possibilidade da reunificação de toda a família sob um mesmo teto, quanto em motivo de tristeza pela frustração das suas expectativas após tantos esforços empenhados. A pobreza, a exclusão social e racial e o tipo de relação matrimonial praticado pelo pai, conspiram para dificultar a vida familiar e roubam, de quebra, a infância da menina. Com perceptível tristeza conta para a filha uma seqüência de esperança e frustração:

(...) um dia chegou tua avó para buscar-me. Íamos viver novamente com meu pai noutra monte. A irmã dele tinha-lhe dado um pedacinho de terra num lugar chamado “Los Caguairanes” – perto de Cuatro Caminos -, onde ele fez uma casa de folhas de palma e convenceu tua avó de que ele tinha mudado. Ela acreditou nele e se juntaram outra vez. Com eles foi tua tia Maria e eu (...)

Era começar uma nova vida, preparar a terra para plantar, criar animais. Tu não tens a menor idéia de como era aquilo, o que é viver no meio do monte, sem vizinhos, sem luz elétrica, pegando água do rio, carregando lenha. Porque para os pobres - e ainda mais, para os pobrezinhos – os filhos nunca puderam ser crianças, e muito menos podiam brincar; seu jogo era trabalhar quase desde que aprendiam a caminhar. A isso nos dedicamos para acondicionar aquilo, embora fosse só para sobreviver.

Quando mais contente estava minha mãe, teu avô foi trabalhar longe, nas minas de “El Cuero”, e não voltou. Esse era um problema que tinham as famílias pobres e, sobretudo, as negras: os maridos iam trabalhar longe e

²⁸

Ibidem, p. 32.

na maioria dos casos não regressavam. Minha mãe, Maria e eu trabalhávamos até a exaustão, e vivíamos. Que tremendo esforço ela teve que fazer para nos manter, atender o plantio, os poucos animais que tínhamos, e, ainda mais, grávida de novo. Mas tua avó não tinha sorte: ao ir embora meu pai, a sua irmã lhe tirou o pedacinho de terra. Conservo na memória o dia que nos fomos... O caminho real, as sacolas com a pouca roupa que tínhamos, um bode, e, na saída, um novo membro da família: José Maria, “Cuto”, meu irmão mais novo.

A pobreza extrema e a instabilidade recorrente, não foram suficientes para abalar essa família, nem essa parcela da população que, esperançosa na República, continuou despregando criatividade, esforços, trabalho de todo tipo para ajudar-se a viver. Neste cenário, a herança cultural foi, possivelmente, a arma mais eficaz na luta pela sobrevivência.

1.3. Relacionamento entre os principais setores raciais do país. O amancebamento.

Os desequilíbrios de gênero facilitaram as relações entre as duas raças, mas realizada de uma forma assimétrica: o homem branco, desde sua alta posição de poder, externava, com escassa oposição, a tendência dos homens da sociedade patriarcal à múltipla possessão de mulheres. O estupro das escravas era questão comum nas fazendas. A avó e a mãe de Reyita foram vítimas do desaforo dos homens da família escravista. Ambas tiveram filhos deles, que não foram reconhecidos.

Entre as mulheres negras livres a capacidade de defesa era relativamente maior. A lei e a exposição pública típica da vida urbana, ao menos nominalmente, as amparavam. Era-lhes possível controlar seus corpos livres perante a lei. Aprenderam a negociar. O recurso encontrado para solucionar a disparidade demográfica e de sexo foi o amancebamento.

O homem branco que casava oficialmente com mulher negra rebaixava seu prestígio, tendo então que recorrer ao amancebamento, que era um casamento não oficializado, para contornar esse problema. A igreja exigia a oficialização do mesmo, mas o governo não a estimulava, por razões de segurança da colônia, pois a mistura de raças, se oficializada, afetaria a estrutura de classes no plano simbólico, o que teria consequências políticas. Uma das estratégias ao alcance das mulheres negras foi a

negociação: O homem branco daria proteção econômica, prestígio social e, o mais importante: possibilidade de branquear a prole para tentar fugir das agruras causadas pela cor e ele, em troca, teria o que seu machismo lhe fazia desejar.

Essa relação não se deu em sentido inverso. A mulher branca que pretendia casar com homem negro era punida cruelmente pela família, pelo governo e pela sociedade. Se amancebasse, não se livrava da ira familiar.

Essa prática trouxe conseqüências prejudiciais para as famílias negras. Segundo dados do Censo de 1899, 68,15 % dos filhos ilegítimos eram negros e mulatos. Na capital, Havana, essa cifra chegava a 73, 40% do total enquanto os brancos nessa situação eram 26,60%²⁹ Por outro lado, após a instauração da república, aumentou o número de matrimônios na população negra. Entre 1907 e 1919 o percentual de casais dessa raça oficializados passou de 9,6% a 13,6% porém, essas cifras estavam muito abaixo das dos brancos: 25,4% em 1907 e 26,7% em 1919³⁰

Cabe salientar que os homens negros, seja por hábitos culturais patriarcais herdados de alguns dos povos africanos no que diz respeito às relações homem-mulher, seja pela necessidade de movimentação constante para trabalhar longe durante longas temporadas, seja - quando escravos - pela interferência insana dos amos nas suas relações familiares, contribuíram também para a criação de lares desestruturados desde o ponto de vista do modelo oficial de família almejado pelas diferentes camadas da sociedade.

1.4. família negra em Cuba.

Na historiografia cubana inexistente a tradição de estudo da família como instituição social. São escassos e muito recentes os estudos históricos centrados nas relações de família e parentesco entre os escravos. Ainda menos se tem escrito expressamente sobre as famílias negras descendentes dos ex-escravos.

A escravidão tem sido estudada em Cuba sob muitos ângulos, em relação à cultura da cana e a elaboração do açúcar; ao fenômeno da trata; à periodização da entrada de escravos na Ilha; ao reflexo do escravismo no pensamento político cubano; às manifestações da resistência escrava, principalmente o cimarronaje³¹, às

²⁹ Barcia, María del Carmen. *La otra familia. Parientes, redes y descendencia de los esclavos en Cuba*. La Habana: Fondo Editorial Casa de las Américas, 2003. P.240 e 242.

³⁰ Ibidem, p. 251.

³¹ *Cimarronaje* é o nome que recebe em Cuba o ato de resistência antiescravista consistente na fuga do escravo e sua ocultação em lugares remotos do campo ou em áreas da periferia urbana. O

conspirações, insurreições e repressões marcantes; à participação das culturas de origem africana na conformação da cultura nacional e às análises e biografias de determinadas figuras históricas negras.

Alguns trabalhos, especialmente os do historiador Pedro Deschamps Chapeau (1971)³², se debruçam sobre o setor populacional dos negros livres na primeira metade do século XIX, demonstram a existência de uma classe média negra e fazem referências às relações entre as figuras notáveis e às suas relações sociais, dentre elas as inter-familiares, mas existe ainda um grande vazio no que respeita à caracterização das famílias negras do século XX e as contemporâneas, assim como às estratégias de sobrevivência que utilizaram ao longo do século XX e a marca que as condições de vida e as relações raciais da época escravagista deixaram nelas. Esse vácuo começa a ser preenchido por trabalhos como os da historiadora Maria del Carmen Barcia, cujos livros recentes *La otra familia. Parientes, redes y descendencia de los esclavos en Cuba*³³ y *Capas populares y modernidad en Cuba (1878 – 1930)*³⁴, podem ser considerados os primeiros que assumem a tarefa de começar a entender a especificidade da família escrava, bem como a utilização, por parte dela, da instituição do parentesco com as redes de solidariedade e apóio mútuo que lhes são inerentes junto a outras redes de solidariedade em função da sobrevivência.

Esta autora, após anos dedicados ao estudo do regime escravagista desde a perspectiva da história econômica, interessa-se no estudo do escravo e da população negra livre e, como resultado de esse olhar escreve *La otra familia* desde uma perspectiva histórica cultural, baseando-se fundamentalmente nas informações sobre demandas judiciais dos escravos, juízos, legislações e outros documentos achados nos arquivos, com os que consegue caracterizar essas famílias e dar uma idéia do modo como elas atuam e se relacionam no seio da sociedade escravista. O resultado dessa pesquisa desbanca a visão anti-negra construída desde a época colonial e aponta para a

cimarrón morava sozinho no mato ou em grupos. Quando existiam condições para estabelecer-se num determinado lugar eram chamados de “apalencados” e o lugar de “palenque”. Estes últimos termos podem se traduzir por “quilombolas” e “quilombos”.

O mais célebre *cimarrón* cubano, Esteban Montejo, ditou suas memórias ao escritor e etnólogo Miguel Barnet, que as publicou como livro em 1964. Ver. Barnet, Miguel. *Biografía de un cimarrón*. La Habana: Editorial Letras Cubanas, 2006.

³² Ver. Chapeau, Pedro Deschamps. *El negro en la economía habanera del siglo XIX*. La Habana: UNEAC, 1971.

³³ Barcia, María del Carmen. *La otra familia. Parientes, redes y descendencia de los esclavos en Cuba*. La Habana: Fondo Editorial Casa de las Américas, 2003.

³⁴ Barcia, María del Carmen. *Capas populares y modernidad en Cuba (1878 – 1930)*. La Habana: Fundación Fernando Ortiz, 2005.

capacidade dos setores populacionais mais subalternizados na sociedade escravista para transformar elementos da instituição familiar e do parentesco em componentes essenciais das estratégias de sobrevivência:

[...] as relações entre as famílias de negros e mulatos eram muito fortes e solidárias, esses grupos constituíam uma frondosa rede detrás da qual aparecia como objetivo central o desejo de ascender na escala social, isso que os sociólogos denominam eufemisticamente, “mobilidade social”. Para consegui-lo essas famílias tinham diversas estratégias e uma delas consistia em que os conhecimentos especializados de música, história, canto, costura, idiomas, ou qualquer outro tipo, eram transmitidos pelos membros dessas redes que tinham conhecimentos particulares em cada um desses assuntos³⁵.

Barcia (2003) pretende demonstrar que entre os escravos existiu sempre o interesse na criação de famílias, principalmente de tipo nuclear, apesar dos aparentemente intransponíveis obstáculos que a condição escrava coloca perante a vida do escravizado. Os dados dos censos demonstravam – ao contrário do que se tem instituído em lugar comum – que os africanos chegados a Cuba (e a diferentes países da América, segundo afirmam outros pesquisadores citados pela autora)³⁶ não traziam a tendência à instabilidade familiar e à criação de famílias matrifocais e que, pelo contrário, mostravam-se mais dispostos a contrair matrimônios formais ou uniões consensuais estáveis que os escravos ou livres nascidos no país.

Segundo a autora, tanto as famílias bantos do Sul e do Leste da África (de onde procede a maioria dos escravos levados a Cuba nas duas primeiras décadas do

³⁵ Barcia, 2003, pp.7-8.

³⁶ O padrão de pardos e morenos de São Isidro, bairro popular de La Habana, segundo a autora, mostrava que em 1870, 20.15% dos africanos que nele moravam eram casados, enquanto só 10% dos negros e mulatos nascidos em Cuba tinham similar condição. Esse dado vem ao encontro dos resultados de pesquisas realizadas em países do Caribe, citados pela autora, nas quais se chegou a resultados semelhantes ao do padrão mencionado. Uma delas, realizada por Michael Craton em 26 plantações de Bahamas, mostrou que 54% das famílias estavam compostas de pai, mãe e filho e 12,5% por mãe e filho. Em quanto à origem, 61% das famílias nucleares eram de africanos. e 6,7% estavam compostas só de mãe e filho, face aos negros nascidos no país que apresentavam 48,4% de famílias nucleares e 16,8% de famílias de mães e filhos somente. Na Jamaica, uma outra pesquisa demonstrou que 35,2 % das famílias escravas eram nucleares e só 11, 5% estavam compostas unicamente por mãe e filhos. Barcia, María del Carmen. *La otra familia. Parientes, redes y descendencia de los esclavos en Cuba*. P. 32.

século XIX), quanto os europeus cuja origem de modelo matrimonial provém da antiga Roma, caracterizavam-se por ser patrilineais³⁷.

Concordo com essa informação irrefutável aportada pelos dados estatísticos que, de quebra, contribuem para a rejeição das idéias de matriz racistas presentes no imaginário colonialista que tendem atribuir ao africano uma natureza sensual e leviana e uma incapacidade ingênita para assumir relações familiares de tipo nuclear, monogâmica e patrifocal que foi o modelo oficialmente implantado na América pelas metrópoles.

Porém, julgo prematuro tirar uma conclusão definitiva sobre os motivos das diferentes atitudes dos africanos recém chegados e os negros livres e escravos residentes no país até que seja possível comparar o tipo de estruturas familiares predominantes nas principais etnias que chegaram em cada período histórico, com as características que assumia o casamento entre os escravos e a população negra nos países pesquisados, levando em conta sempre tanto a legislação vigente na hora quanto as práticas sociais e as condições demográficas capazes de incidir na disposição para o casamento das populações já residentes e as recém chegadas.

O livro *Capas populares e modernidade em Cuba (1870 -1930)* focaliza, dentre o heterogêneo conjunto de camadas, setores e grupos sociais, os negros livres e escravos, os brancos cubanos pobres, os imigrantes espanhóis e as mulheres, e estuda as formas de sociabilidade familiar, grupal, setorial e classista, tendo como pano de fundo o processo de passagem da colônia para o estágio de modernidade capitalista. As práticas associativas desses setores estavam em sintonia como os objetivos de proteção grupal e de consecução do progresso para os seus integrantes.

Neste livro, além da análise das instâncias associativas, se faz referência à criação e utilização de novos mecanismos de parentesco visando à constituição de estruturas familiares que substituíssem as que foram rompidas abruptamente no momento da captura e traslado dos prisioneiros africanos para a América. A família original, de orientação patrilineal, matrilineal ou bilineal, com tudo o que significa para o conforto, a ajuda mútua e a proteção dos seus integrantes, ficou para trás. Em torno da pessoa acorrentada só existia a agressividade dos seus compradores, o desconhecimento da língua, dos costumes, da religião que lhe impunham, da organização social em que era jogado violentamente, do estresse acentuado, da saúde

³⁷ Barcia, 2003, pp. 20-21.

afetada, do terror perante o destino. Talvez sejam essas as principais razões que compelem o recém chegado a tentar constituir uma família coesa o suficiente para dar conta da sua necessidade de proteção.

É assim que aparecem novas formas de parentesco, inclusive, o não consangüíneo, que vigorarão junto aos consangüíneos, chegando ambos a misturarem-se harmonicamente, segundo constatou Barcia (2003):

Uma classificação simples nos permitiria diferenciar pelo menos dois tipos de parentesco: o que se fundava sobre a base da consangüinidade e o que se instituía a partir da afinidade. E ainda que este ordenamento não é privativo das relações familiares que se estabeleciam entre escravos, revela, sobretudo nas relações por afinidade, particularidades intrínsecas. O parentesco por consangüinidade se manifestava com maior freqüência nas famílias nucleares e nas matrifocais. Raramente se encontram núcleos agrupados sob a presença unívoca do pai, ainda que em ocasiões se advirtam casos de homens que vivem sozinhos com seus filhos e filhas e constituem o único suporte econômico destes.

Por outra parte, qualificar a algumas famílias escravas como “extensas” a partir da convivência sob um único teto de uma quantidade apreciável de membros, pode resultar simples demais para definir os complexos laços que uniam a consangüinidade e a afinidade entre os parentes africanos e seus descendentes. As famílias escravas não estranhavam a presença de afilhados de diversa índole ou de parentes agregados a partir de vínculos étnicos ou de outros surgidos nos barcos negreiros que atravessavam o Atlântico sem que isto modificasse seu caráter primordial como nucleares, matrifocais ou patrifocais enquanto se mantém as características das suas estruturas a partir dos chefes de lar e da configuração de um núcleo básico. Definir estes núcleos como mistos pode ser uma solução conveniente, ao mesmo tempo em que fixa um conceito que facilita seu estudo e comparação.

Os vínculos familiares por afinidade que se manifestavam entre carabelas, confrades, padrinhos, afilhados e taitas³⁸, podiam ser tão

³⁸ Os negros velhos eram chamados de “taitas”. Segundo os costumes africanos eram respeitados e consultados constantemente por pessoas mais novas. Os africanos chegados a Cuba chamavam

formais que permitiam a constituição, por si só, de famílias. Esta situação era mais freqüente nas áreas rurais, sobretudo nas dotações, nas que vários carabelas, por exemplo, se reuniam sob um mesmo teto, ou onde um escravo antigo tomava como filhos outros recém adquiridos, da sua própria etnia ou a seus afilhados.

Também se estabeleciam redes de parentesco entre várias famílias consangüíneas e seus confrades do cabildo negro³⁹.

Esse tipo de parentesco novo é consequência da adaptação do ser humano escravizado em Cuba e talvez em alguns outros lugares da América. Pode ser considerada uma criação própria, uma resultante de manipulação e re-significação de determinados modelos de parentescos existentes na África e de outros típicos das sociedades europeu-cristãs (como é o caso da instituição do apadrinhamento) postos em função da sobrevivência do ser humano em face às agressões do meio social hostil.

Elementos dessas novas estruturas familiares mostraram sua eficácia em tempos de escravidão e continuaram a serem utilizados pelos liberados e seus descendentes nos anos pós-abolição, pois as condições de sua existência seguiram sendo precárias em sentido geral, resultando-lhes necessária a utilização de mecanismos de proteção provavelmente adequados para dar respostas às vicissitudes das suas vidas.

A família de Reyita, como se verá mais adiante, continuou a utilizar em plena República, elementos organizativos e estruturais como os acima descritos. Quando se faz um seguimento da saga de família de Isabel a partir do final da guerra de independência aparece a multiplicidade de recursos adaptativos que o seu núcleo familiar e os de outros parentes deveriam empregar para garantir a existência.

O percurso vital dessas pessoas acontece num marco social caracterizado pelo abandono oficial do setor popular ao que pertencem, durante um período em que não existiam políticas públicas de Estado que lhes oferecessem algum tipo de ajuda. Não havia para eles previdência social, nem legislação trabalhista, nem auxílio para o acesso aos serviços de educação e saúde públicos. Tampouco foram implementadas

“carabelas” aos outros cativos que viajaram no mesmo barco negreiro, ainda que não os conhecessem antes ou pertencessem a outras etnias. Entre eles se estabeleciam laços de afinidade e até de parentesco.

³⁹ Barcia, 2003, p. 83-85.

medidas para promover a adequação da população do campo, sobretudo nas regiões mais afetadas pela recente guerra de independência, às novas condições econômicas surgidas após o final da mesma.

A tarefa de reconstrução das vidas social, familiar e privada ficou totalmente nas mãos dos próprios cidadãos, sem auxílio nenhum do Estado.

No modo de agir da família de Isabel, observa-se o emprego de recursos adaptativos da instituição familiar criados pelo seu setor social na época da escravidão, especialmente pelas mulheres, postos em prática para garantir a sobrevivência no sentido mais literal: a vida dela e de seus filhos.

Pode-se ilustrar esta idéia seguindo a saga do núcleo familiar de Isabel, focalizada desde o ângulo de Reyita, durante as primeiras duas décadas do século XX:

1899 – 1902: Após a conclusão da guerra, Isabel, seus dois filhos sobreviventes e o marido Castillo, saem do acampamento militar para iniciar uma nova vida familiar juntos. Vão para o sítio “El Desengaño”, propriedade de Pancho, marido de Mamasita, a mãe de Castillo.

Nesse lugar constituem uma família nuclear, na qual nascem os filhos do casal, Julián e Reyita.

Para incrementar os recursos criam uma fonda⁴⁰ na pequena cidade de La Maya, próximo do sítio. Provavelmente Castillo utilizou para esses empreendimentos o dinheiro que lhe correspondeu receber ao se licenciar como combatente do Exército Libertador. Na fonda ele trabalhava junto à sua mulher, evidenciando que o trabalho feminino em lugar público não era objetado por ele, pois no setor social de negros e negras pobres, do qual provinham, o trabalho feminino era uma constante.

Pouco tempo depois, o empreendimento fracassa e se agrava a situação econômica da família. Ao mesmo tempo Castillo, pelas suas constantes infidelidades, ocasiona a ruptura do lar estável, a qual se consuma quando Isabel, por esse motivo, decide sair da casa. Começa a desestruturação da família nuclear com a separação dos filhos:

- a) Julián fica com o pai e a avó no sítio “El Desengaño”.
- b) Pepe e Maria, filhos mais velhos, são levados para a casa de uma prima de Isabel, em La Maya.

⁴⁰

Pequeno restaurante onde se vendia principalmente almoço.

c) Reyita, de colo, vai com a mãe para Guantánamo.

1902 - 1906: Isabel começa a trabalhar cortando cana em Guantánamo. Dorme no antigo barracão dos escravos onde deixa Reyita durante o dia aos cuidados de uma imigrante haitiana.

Relaciona-se com um dos administradores brancos da central açucareira, que a engravida e lhe constrói uma casa de tábuas, podendo sair do barracão. Morou ai durante alguns meses até que deu à luz no sítio de uma tia materna, Casilda. Nasce uma menina, chamada Gloria, e Isabel parte de imediato com ela. Não regressa a Guantánamo porque está convencida de que o pai da menina não a acolherá.

1906: Casilda toma conta de Reyita. Ela mora sozinha, pois o seu único filho, tido com o amo dela quando era escrava, foi reconhecido pelo pai, que o enviou para estudar Direito em Paris. Voltou formado e passou a defender os camponeses e os negros da região, motivo pelo qual desapareceu, sendo provavelmente assassinado. Ela nunca mais o viu.

Reyita era objetivamente um estorvo para Casilda, que devia cuidar sozinha das plantas e dos animais e não tinha como atender uma menina de 4 anos de idade. Mas, o “sentido do dever” (e estamos aplicando conscientemente o termo utilizado por Pierre Bourdeu para explicar a predisposição positiva da camponesa da França ao sacrifício de suas vontades em função da proteção dos valores e as necessidades familiares), lhe impôs a obrigação de ficar com Reyita para que a sobrinha Isabel pudesse seguir caminho com sua nova filha no colo, procurar sustento e refazer sua vida.

Reyita, longe de se sentir magoada com esse tratamento reconheceu o esforço da tia-avó. E agrega, explicitando a dimensão social e não unicamente pessoal dos problemas da sua vida:

Não creio que meu caso fosse o único. Houve piores no campo. O que acontece é que disso não há nada escrito. Parece que aos escritores esse tema não lhes chamava a atenção, ou não o conheciam⁴¹.

Isabel cumpriu seu propósito. Buscou a maneira de reconstituir sua vida, desta vez com o antigo esposo num pedaço de terra emprestado pela irmã dele. Tomou Reyita e a levou com ela.

⁴¹ Rubiera, p. 32.

1906 – 190(?): A família mora no sítio emprestado chamado “Los Caguairanes”. Estão juntos mãe, pai, e os filhos Reyita, Maria e Gloria (a caçula). Estas duas últimas de outros pais. Reconstituem a família nuclear de tipo bilineal. Trabalham muito forte na terra, mas, quando a estabilidade e o sucesso da família pareciam estar próximas, o núcleo familiar se desfaz porque o marido viajou para trabalhar numas minas e nunca mais voltou, explica Reyita com tristeza. Devem sair da terra emprestada pela tia.

1908 – 1909: Isabel, orgulhosa, nega-se a se estabelecer no sítio “El Desengaño” da mãe do marido. Fica na casa da prima em La Maya, onde tinha sido acolhido antes o seu filho. Forma-se com eles agora ali, uma família mista com parentes consangüíneos e outros simplesmente afetivos. Ainda que não apareçam informações adicionais sobre essa prima, constata-se que é uma mulher acolhedora, que apoia a Isabel nos momentos mais difíceis da sua vida.

1909 – 1910: Isabel conhece Narciso Barreiras, mulato e tropeiro. Vai morar com ele num sítio afastado chamado “Belleza”. Cria-se uma nova família composta por eles dois, Reyita, seu novo caçula chamado José Maria e Tatica, a mãe de Isabel. Barreira tem uma filha coetânea de Reyita, chamada Agustina e ambas estabelecerão uma forte amizade.

Tem sido constituída uma família nuclear que se forma mediante a negociação do casal, enquanto os descendentes de cada lado formam parte dela ao mesmo tempo e em igualdade de status. Neste caso existe a possibilidade de se conseguir uma vida estável e harmoniosa entre os integrantes da mesma. Reyita só tinha objeções do caráter amargurado do padrasto e do isolamento do lugar.

1910 – 1912: Reyita é levada a residir na casa do seu tio materno Juan, que não tinha filhos e morava com sua esposa e uma afilhada dela. Poderia ser uma família mista, com parentes consangüíneos e afetivos (a afilhada), mas não se concretizou o afeto. Reyita foi maltratada desde a chegada pela mulher do tio, Mangá, e pela afilhada.

Envolvida no movimento do Partido Independiente de Color, a tia é presa em meio à repressão desatada pelo governo.

1912 – 1915: Parece que Reyita esteve em Banes, novo lugar de residência da avó paterna Mamasita. Não fornece dados acerca das características desse núcleo familiar, mas parece que se encontrou com Maria e Julián, os dois irmãos que sempre moraram com essa avó. Dirá:

Durante o tempo que vivi em Banes fui feliz, muito feliz. Mamacita gostava de me ver bonita, bem vestida. Como ela padecia de reumatismo e lhe doíam muito os dedos pagava para que me penteassem e me pusessem uns laços grandes e lindos Sempre estava muito arrumada. Todas as lembranças que tenho de minha avó Mamasita são boas⁴².

Mamasita morreu em 1917. Reyita, já com 15 anos, teve que assumir as funções típicas do seu gênero, que sua avó desempenhava. “Ali tinha treze homens para atender. Papá Panchito estava velho, o trabalho era muito duro para eu sozinha e com a morte da minha avó já as coisas não eram como antes”⁴³.

As informações que ela dá acerca dessa família são insuficientes para definir as características da mesma. Não há dados suficientes para saber a condição de todos esses homens que residiam na casa, porém, a sensação de felicidade que ela transmite nas suas lembranças demonstra que ali recebeu a segurança, o conforto e a afetividade só encontráveis numa família que prioriza a solidariedade e o acolhimento.

1917 – 1918: Após sair da casa da avó, Reyita procura a de seu pai, casado com uma mulher que tinha dois filhos e uma filha. É recebida com certa hostilidade pela madrasta e seus filhos. Fazem-na trabalhar, enquanto os outros filhos são poupados. Sendo a filha de Castillo, poderia ter sido aceita normalmente pelos demais integrantes da família, mas, tal como ocorrera anos atrás, quando se integrou à família de Juan e Mangá, foi vista como um corpo estranho, “uma boca a mais para alimentar”⁴⁴.

Os dois casos citados parecem apontar o fato de que se bem as diferentes formas de estruturação das famílias consangüíneas e a criação do parentesco por afinidade eram ferramentas de inestimável valor para a elaboração de estratégia de sobrevivência para as famílias colocadas em condições de vulnerabilidade social, somente teriam sucesso no cumprimento dos seus propósitos se fossem o fruto de uma negociação entre os integrantes da mesma e se todos os participantes da experiência estivessem envolvidos em um clima de verdadeira afetividade.

1919 - 1920: Com 17 anos de idade mora com uma prima junto à qual trabalha como passadeira das roupas de um hotel. Ganha um jornal escasso, mas adequado para não ficar totalmente dependente. Já tem amadurecido com o tempo.

⁴² Ibidem, p. 51.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Ibidem, p. 52.

Passa em um concurso para estudar no ensino médio, mais os seus ingressos são insuficientes para poder assumir os gastos necessários. Faltaram-lhe recursos e também uma família estável e unida que pudesse ajudá-la. Uma estratégia empregada sempre pelas famílias de setores sociais humildes consiste no investimento de todos seus integrantes naquele de seus membros que estiver em melhores condições para avançar socialmente por meio dos estudos, para que depois pudesse reverter esse apoio para o progresso dos demais.

Reyita no ano de 1920 volta a Banes e dá aulas para crianças na própria casa. Começa a trabalhar como camareira num hotel onde pode dormir também. É totalmente independente.

Não terá mais essa vida errante que caracterizou sua família. A partir desse momento ela poderá definir e criar suas próprias estratégias de sobrevivência e de avanço num mundo hostil.

Com respeito a Isabel, pouco depois da saída de Reyita do sítio “Belleza”, rompeu as relações com Barrientos, e foi para a casa de La Maya, onde sempre encontrava acolhida. Ai teve a sua última filha, Maria De La Cruz. Os filhos e filhas mais velhos casaram-se. Ela e as crianças menores foram morar com uma das filhas, na cidade de Santiago de Cuba, onde finalmente encontrou a estabilidade familiar almejada e a segurança econômica através do seu trabalho e da colaboração financeira das filhas que já trabalhavam.

A utilização nas estratégias de vidas de modelos de parentesco obtidos a partir da modificação ou ressignificação de modelos originários da África ou Europa continua a ser praticada na República, décadas depois da abolição da escravidão. O motivo foi a continuação de condições de vida desfavoráveis para os setores sociais que foram submetidos à escravidão ou que se encontram em situações sócio-econômicas similares, o que os leva a utilizar elementos culturais que já mostraram a sua eficácia em famílias de setores paupérrimos.

Cabe aclarar que os modelos alternativos foram assumidos sempre como recursos adaptativos, talvez de maneira bem consciente, pois quem os utilizava estava ciente das distorções que apresentavam com respeito ao modelo oficial de organização familiar que era o almejado por todos, pois para o ser humano resulta mais fácil, prazeroso e menos arriscado viver de acordo com os modelos de vida sacramentados como válidos pela sociedade. Quem não os aplicava em estado puro, era porque não tinha como fazê-lo.

No caso de Reyita, que sempre teve o desejo de criar uma família estável e de modelo tradicional, de que careceu durante a sua infância, quando conseguiu criá-la, decide incluir nela pessoas recém conhecidas as quais passou a apreciar após conhecer suas histórias de vida. Contará para a sua filha Daisy:

Nessa Praça do Mercado conheci muitas pessoas. Algumas com uma pobreza espiritual muito grande, essas eram as prostitutas!.Elas “trabalhavam” de noite, dormiam de manhã, por isso não cozinhavam. Como eu, na minha luta pela vida, tinha posto um “trem de cantinas”⁴⁵ muitas delas foram me ver para que lhes fizesse a comida. Daquelas relações conheci a Dália e a Delia. Que bom coração tinham! Sentiam muito carinho pela minha família, tanto que uma a ti te batizou e a outra batizou tua irmã Carlota. Muitas dessas mulheres não eram más. Diria que quase todas eram vítimas do sistema imperante no nosso país⁴⁶.

A instituição do apadrinhamento aplicada neste caso não implicava o convívio direto da madrinha no lar das afilhadas, mas constituía um tipo de enlace forte e respeitado naquela época. Em caso de morte da mãe, a madrinha era uma das pessoas que estavam nos primeiros lugares para substituí-la. Mas esse sistema flexível de parentesco continuou a ser aplicado por Reyita noutros momentos da sua vida.

O caso mais significativo foi o de Marta, uma prostituta que Reyita encontrou chorando na escadaria do Mercado. Consolou a moça e a levou para sua casa. Explica:

A história de sempre: quando a sua família soube, desprezou-a. Não a deixavam ver os seus filhos. Como ela queria tê-los, eu me ofereci para cuidá-los. Estiveram comigo até que saíram casados da minha casa. Marta também se casou, conheceu um estrangeiro que tinha vindo viver em Cuba, ele se apaixonou e a tirou dessa vida. Eles me querem muito e me dizem avó. Esses meninos já têm até netos. Todos me querem muito⁴⁷.

⁴⁵ Pequeno negócio de elaboração e venda de alimentos que são levados aos domicílios dos clientes.

⁴⁶ Rubiera, p. 71.

⁴⁷ Ibidem, pp. 73-74.

Este caso mostra plenamente a utilização do modelo de parentesco por afinidade do modo mais direto. Evidencia-se a essência do mesmo como sistema de proteção social, fundamentalmente, das crianças em situações de risco. Elas integraram-se na família de Reyita, desenvolveram e conservaram os vínculos afetivos com ela.

Vale a pena ressaltar como ela é capaz de transitar entre dois modelos aparentemente opostos: o oficial que sempre desejou ter na sua família e o modificado, que aplica de maneira quase instantânea quando aparece alguém que necessita da sua implementação e ela se encontra em condições de aplicá-lo.

A resposta para essa atitude contraditória está no acervo de experiência histórica do seu grupo social, que ela carrega e defende apesar da oposição do marido, que não compreende nada dessa atitude. É uma experiência transmitida e vivenciada principalmente pelas mulheres negras desde a época da escravidão, e como persistem as condições sociais hostis à sobrevivência mesma da descendência, ainda era necessário apelar a esse mecanismo de proteção. Tratando que o marido a entendesse lhe dizia: “pense nos seus filhos, que se algum dia se viessem sozinhos, seria muito bom encontrar alguém que os amparasse”⁴⁸.

A utilização desse modelo de parentesco, criado pelas famílias escravas, continuava vigente na sociedade. Formava parte do estoque de recursos adaptativos das famílias negras, em primeiro lugar, e era aplicado nas mais dissimiles situações da vida social.

Por exemplo, um estudo realizado pela professora Olga Cabrera (1989), acerca das condições de vida de um setor de trabalhadoras da indústria do tabaco em Cuba, conhecidas como “despalilladoras”, encarregadas de retirar as veias das folhas da planta que serão finalmente torcidas por outros trabalhadores nesse sistema manufatureiro, demonstra que essas mulheres, na sua imensa maioria negras e mal remuneradas, aplicavam um sistema de parentesco especial nos cortiços em que residiam, trasladando as relações sociais existentes na indústria para o espaço doméstico.

As condições de trabalho desse setor eram muito precárias desde a época colonial. Elas só conseguiram algumas melhoras econômicas significativas e certa proteção trabalhista após o ano 1935, quando começaram a ser aplicadas algumas legislações laborais e eram mais efetivos os resultados das lutas dos sindicatos, nos quais as mulheres negras ocupavam lugares de destaque.

⁴⁸ Ibidem, p. 74.

Elas, coletivamente, acumularam maior experiência no trabalho fora de casa. Preconceitos contra as mulheres que trabalhavam nas indústrias pouco podiam modificar sua decisão de trabalhar, pois além de precisarem desesperadamente tirar o sustento na indústria, desde a escravidão estiveram obrigadas a fazê-lo. A experiência vinha de longe, pois em dissimiles regiões da África, donde chegaram suas antecessoras, era comum a prática do trabalho feminino, sem sofrer as prevenções que o machismo do ramo europeu determinou para a mulher trabalhadora.

Elas, com menos oposição a sua presença na rua e com maior experiência e liberdade de ação, dada, entre outros motivos, pelo fato de serem em Cuba as que menos vínculos matrimoniais tinham - como explicado anteriormente – e por isso, as menos sujeitas ao controle masculino no lar, conseguiram destacar suas habilidades nas organizações sindicais, as que quase sempre presidiam, à diferença das suas colegas brancas, que tinham que pedir permissão aos pais e maridos para participarem em alguma atividade sindical ou até para colocar a sua assinatura num manifesto, pois o espaço público, segundo as concepções sociais da época, era visto como masculino enquanto o espaço da mulher era o do lar⁴⁹.

Após a realização de entrevistas a antigas despalilladoras, ficou claro que essas mulheres negras, na sua imensa maioria sem casar e muitas delas mães solteiras, para poder continuar na cidade, face aos seus baixos salários, habitavam quartos de cortiços ou pequenas casas onde se juntavam duas ou três famílias.

A solidariedade entre as despalilladoras foi muito forte. Entre elas era selecionada a madrinha do filho ou da filha da companheira, e se ajudavam segundo as possibilidades: “Quando minha mãe morreu, minha madrinha me disse ‘Eu fiz uma promessa a tua mãe que eu te recolheria se a ela lhe passava algo, eu vou te ajudar, mas não tenho casa’. Ela não podia, era solteira”⁵⁰.

Essa era a realidade da mulher negra e pobre cubana décadas depois da abolição da escravidão. As formas acima mencionadas eram também as mais adequadas para fazer frente às dificuldades imposta pelo meio social. Mas numa sociedade díspar e

⁴⁹ “A pesquisa mostra a existência de uma maior repressão da sexualidade da mulher branca, e a maior influência, nesse sentido, parece proceder da família, num segundo termo, da comunidade ‘o que dirão’ e só no terceiro lugar, a religião”. Cabrera, Olga. “El mundo de la despalilladora”. In: *Historia y Fuente Oral*. n.1. 1989. Barcelona, España. p. 156.

⁵⁰ Idem. p. 154.

com problemas sociais e raciais misturados, não é possível pensar que as estratégias de sobrevivência fossem utilizadas só pelas negras. Porém, a sociedade escravista, com suas discriminações e opressões racistas de todo tipo, impeliu especialmente as famílias negras a criar e conservar, inclusive, na pós-abolição, esse modelo de re-significação e modificação da instituição familiar que mostrou sua utilidade para a proteção e a sobrevivência das famílias negras numa sociedade extremamente hostil.

II. Branqueamento racial como estratégia de fundo cultural.

Que estranho parece aos nossos olhos acostumados a ler textos que defendem a dignidade pessoal, rejeitam os pensamentos e as práticas opressivas inculcadas nos dominados e exaltam a auto-estima grupal, encontrar num livro de 1997, a seguinte confissão:

Eu sou Reyita, uma pessoa comum e corrente. Uma pessoa natural, respeitadora, prestativa, honrada e muito independente. Para minha mãe foi uma desgraça que eu fosse, entre suas quatro filhas, a única negra. Sempre senti a diferença que existiu entre nós, porque o afeto e o carinho dela para mim não eram iguais aos que sentia pelas minhas irmãs. Corrigia-me de forma incorreta, constantemente me dizia: “A negra esta, a *jocicúa*⁵¹ esta”.

Eu fui vítima de uma terrível discriminação por parte da minha mãe, mas se a isso se soma a que existia em Cuba, poderá se entender por que nunca quis um marido negro. Eu tinha uma razão importante que explica tudo, sabe? Não queria ter filhos negros como eu, para que ninguém os humilhasse. Ay, só Deus sabe! Não quis que os filhos que eu tivesse sofressem o que eu sofri. Por isso quis adiantar a raça, por isso me casei com um branco⁵².

⁵¹ Deformação da palavra *hocicuda* (*focinhuda*), derivada de *hocico* (*focinho*). Aplicada pejorativamente aos negros para referir-se aos seus lábios grossos.

⁵² Rubiera, p. 17.

Não é freqüente que uma pessoa publique sua aspiração ao branqueamento racial, ainda menos numa época como esta em que existem inúmeros estudos que explicam a essência alienante e auto-desvalorizadora dessa posição, porém na escolha deste fragmento para iniciar o livro não é alheia a intencionalidade da autora, a sua filha Daisy Rubiera, intelectual feminista e anti-racista.

Essa declaração desgarrada, surpreendente para nós, concentra toda a emoção contida nos membros das raças discriminadas, da perspectiva de uma mulher. Em poucas linhas explicitam-se amargura, incompreensão, humilhação, subordinação, frustração, assimilação das concepções discriminantes, desnaturalização dos valores familiares, aspiração a melhorar de vida utilizando qualquer meio possível e, sobretudo, muita dor. Uma dor profunda, contínua, permanente.

Para aproximar-nos do seu mundo interior e tentar entendê-lo é preciso compreender o contexto social e cultural que provoca essas desgraças e que compele quem as sofre a procurar uma saída.

No capítulo anterior fizemos referência às prevenções dos governos contra a violação do modelo oficial de família e, especificamente, aos obstáculos que interpunham para impedir os casamentos inter-raciais, pois viam neles um perigo para a estabilidade do regime racista. Vimos ainda como esses casais encontravam maneiras de consumá-los, fundamentalmente, recorrendo ao expediente do concubinato que, com freqüência, tinha objetivos que iam além do natural desejo de um casal morar junto, constituindo-se no resultado da negociação entre o afã poligênico de um homem branco e a aspiração de branqueamento racial de uma mulher negra.

A existência de uma organização social hierarquizada racialmente, onde cada grupo tinha suas prerrogativas e interdições determinadas pelo grau de concentração de melanina na pele e a colocação na estrutura classista colonial, fazia com que as pessoas das faixas inferiores da pirâmide aspirassem, incessantemente, a subir andares na escala racial.

Na Cuba colonial existia uma ampla legislação que amparava minimamente a possibilidade do escravo sair dessa situação classista e, uma vez liberado, avançar para andares superiores. Nada impedia - pelo menos na legislação - o ex-escravo ascender na pirâmide classista até certos limites, transformar-se em jornaleiro livre, artesão, pequeno comerciante, músico, jornalista da imprensa negra. Podia integrar uma classe média, apelidada de “negra” para marcar as diferenças intransponíveis entre classe e raça, e até possuir escravos.

Porém, o status racial era o mais determinante na sociedade escravista. Funcionava como porta de entrada para as melhores posições na estrutura de classe. E sendo uma aspiração natural do ser humano ter ele e seus descendentes aberta a possibilidade de transitar em qualquer direção da estrutura social, incluindo o topo mesmo da pirâmide, se dita mobilidade lhe é impedida pela lei ou pelas práticas consuetudinárias, sentirá uma frustração permanente e, em muitos casos, ansiará burlar as barreiras interpostas, seja mediante ações práticas ou mediante a elaboração e transmissão aos filhos de saídas mais imaginárias do que reais.

Habitualmente, quando se fala em branqueamento racial se pensa na pretensão de incrementar a presença de população branca em países escravistas ou pós-escravistas e extinguir a negra mediante o genocídio imediato ou através da lenta mestiçagem, promovida por setores das elites políticas e intelectuais⁵³. Porém, este recurso do branqueamento também foi utilizado pelo grupo racial negro, mas com objetivos diferentes aos das elites. O mesmo foi incluído no “estoque” de práticas e procedimentos úteis para enfrentar os efeitos da subalternização em que estavam obrigados a viver.

O branqueamento, visto desde o ponto de vista dos negros, foi uma das saídas mais primárias que elaboraram para enfrentar a situação social adversa. Decorria da simples análise empírica da realidade racial. Consistia na pretensão de acesso da pessoa de raça não branca ou de seus descendentes ao desfrute das prerrogativas e das benesses outorgadas pela sociedade ao grupo racialmente dominante. Para muitas pessoas das raças desvalorizadas, o sonho de algum dia se branquear funcionava como um bálsamo para o sofrimento do dia a dia. Branquear-se significava aceder ao status racial do branco e compartilhar ao menos uma parte das suas prerrogativas; ter reduzidos os obstáculos para as melhoras econômicas e a mobilidade inter-classista; aumentar o prestígio social entre seus semelhantes e desfrutar das satisfações psíquicas que esse prestígio lhe concede no espaço onde vive; garantir a redução do sofrimento pré-determinado dos filhos e colocá-los em melhores condições para conseguirem continuar o processo de procura do branqueamento que deverão transmitir aos seus descendentes até que em sucessivas gerações desapareça o último vestígio da cor preta, identificada por essas pessoas como a causa principal das suas desgraças.

⁵³ Principal expoente dessa tendência em Cuba foi José Antonio Saco, que na primeira metade do século XIX propugnava abertamente a importação de imigrantes europeus pobres, de origem camponesa, para que se misturassem com as negras cubanas e tivessem filhos mestiços. Com esse procedimento, pensava que após duas gerações já não haveria mais negros em Cuba.

Portanto, conseguir um matrimônio com um homem branco significava, nas palavras de Reyita: “entrar na glória”⁵⁴.

Mas não só era tido como necessário “adiantar a raça” - frase que ainda se utiliza em Cuba -, era também muito importante não “deixá-la atrasar”. Quando a mãe de Mamasita - a avó paterna que tanto cuidou de Reyita - soube que ela casaria com um negro, se incomodou:

Minha bisavó não esteve de acordo com aquela união, considerou que Mamasita “atrasava a raça”. Os negros, e sobretudo os velhos, sempre consideraram importante a união com o branco, porque quanto o negro mais claro fosse, passavam menos vicissitudes com a discriminação. Eu entendi aquelas preocupações da minha bisavó, porque por ser negra tive que sofrer muito⁵⁵.

O casamento com brancos não dava todas as satisfações, não abria todas as portas, mas deixava os descendentes em melhores posições para avançar. É curioso esse sentimento de família voltado para o futuro, esse compromisso assumido com os prováveis descendentes pelos membros de famílias escravizadas e discriminadas, apesar de toda a conspiração do regime escravista contra a família negra.

O arrebatamento das crianças do colo da mãe para vendê-las, a pesar da existência de leis para impedi-lo; a utilização das mães recém paridas como amas de leite de crianças brancas enquanto as suas choravam de fome; a entrega dos pais para quem oferecesse o melhor preço, deixando atrás para sempre a criança, que ficava a cargo dos padrinhos ou de alguma outra pessoa que a acolhesse no barracão. A utilização de homens e mulheres altos e fortes para procriar “criollitos” que seriam vendidos como “cochinaticos”⁵⁶, segundo contava o antigo escravo Esteban Montejo. Tanta dor e tanto crime não apagavam o amor filial entre as famílias negras.

Esse amor, obstaculizado por toda parte, aflorava do jeito que podia aparecer. Em Isabel ora se manifestava em forma de violência, ora de forma moderada, fornecendo lições e conselhos para a filha entender a vida e o seu “dever” de melhorá-la, como aconteceu quando Reyita lhe mostrou o marido branco que conseguira:

Fui com Rubiera a Santiago para que conhecesse minha mãe e minhas irmãs. Isabel ficou muito contente, em primeiro lugar porque ele era

⁵⁴ Rubiera, p. 60.

⁵⁵ Rubiera, p.38.

⁵⁶ Porcos recém-nascidos, na linguagem do camponês cubano. In: Barnet, Miguel. *Biografía de un Cimarrón*, La Habana, Editorial Letras Cubanas, 2006. Pp.27 e 44.

branco e seus netos não seriam negros pretos; parabenizou-me por eu ter entendido o importante que era adiantar a raça. E, em segundo lugar, porque estabilizaria minha vida⁵⁷.

Reyita tinha apreendido muito bem a lição por indução da mãe e talvez de outras integrantes da sua família. E por si própria, discriminada na rua e até na casa por ter a pele mais escura do que a de suas irmãs.

De caráter empreendedor, voluntariosa, adotou a decisão de escolher um homem branco para se casar. Aos dezoito anos conheceu e namorou um jovem branco, de pele bronzeada, “parecido com Mella”⁵⁸, que a deixou por outra mulher. Sofreu, mas não se abalou. Continuou lembrando esse homem até o final dos seus dias. Retomou a procura utilizando todos os meios a seu alcance:

Eu tinha muita fé na Virgem da Caridad del Cobre. Um dia me ajoelhei abraçada à sua imagem e lhe pedi um marido branco, bom, trabalhador, sem família, que não se envergonhasse de mim por ser negra. Sei que você compreende por que eu quis casar com um branco. E não é demais dizer, agora, que amo minha raça, que amo os negros, mas casar com um branco naquela época era vital. A Virgem me concedeu o jovem, bom moço, lindo, trabalhador. Tinha muitas virtudes, não era de ir a festas, nem bebedor, nem mulherego. Em troca dessa petição prometi à Virgem colocar sua imagem na sala da casa que eu tivesse quando casasse – de frente para a rua, para que todo mundo a viesse quando passasse⁵⁹.

Ela tinha os seus objetivos claros e os alcançou. Compreende que na época da entrevista para o livro (1996) esses argumentos já não são bem acolhidos. Sabe que está sendo entrevistada por uma filha feminista e defensora dos valores negros e africanos⁶⁰,

⁵⁷ Rubiera, pp. 61-62.

⁵⁸ Julio Antonio Mella. Líder estudantil, criador da Federação de Estudantes Universitários em 1923 e um dos fundadores do Partido Comunista de Cuba em 1925. Era um homem alto, de pele morena e forte compleição física. Carismático e valente gozava de grande prestígio entre a juventude. Enfrentou o governo do ditador Geraldo Machado. Após uma greve de fome que durou 28 dias exilou-se no México, onde realizou um amplo trabalho nos meios políticos e sindicais.

No México namorou a revolucionária italiana e fotógrafa Tina Modotti, que lhe fez uma série de fotografias muito divulgadas em Cuba. Foi assassinado nesse país em 1928 por pistoleiros enviados pelo governo de Machado.

⁵⁹ Rubiera, p. 59.

⁶⁰ Daisy Rubiera dirigiu em Santiago de Cuba o Centro Cultural Africano Fernando Ortiz, lugar onde se realizavam pesquisas e diversas atividades valorativas da presença africana na cultura nacional.

mas não tenta ocultar suas idéias de antes e as expõe firmemente, acompanhando-as da lógica que as sustentava. Assim, fala- à filha do que esperava da boda com o pai:

Vislumbrava uma estabilidade, o lar que nunca tive sem que ninguém me discriminasse pela cor da minha pele, nem por meus lábios, ou pelo meu nariz, enfim: ia entrar na glória. Se tua avó foi à boda? Não me molestei em avisá-la. Ali não tinha ninguém da minha família. Para que? O que estava em jogo era meu destino, meu futuro. Já a avisaria no momento apropriado⁶¹.

O casamento foi, por parte dela, a consumação da estratégia de vida que tinha traçado nessa etapa. Longe do amor romântico (que reservou para aquele primeiro homem que parecia com Mella) começou uma relação familiar visando à criação de um lar de tipo oficial⁶². De parte do marido, aparentemente, era a satisfação de um gosto pessoal por Reyita e um desejo de criar uma família estável com ela⁶³, pois evidentemente existia uma forte atração sexual entre os dois.

Talvez a sexualidade desinibida de Reyita, nessa época de repressão do erotismo da mulher, contribuisse para sua união permanente com ela, que exigia com firmeza:

(...) deu-lhe um pouco de trabalho poder me ver nua, mas o conseguiu e...até tomávamos banho juntos! Chegamos a fazer amor no banho! Tampouco vou negar que eu gostava disso. Fomos tomando uma confiança tal que até no caminhão, quando íamos à praia tivemos relações sexuais. Estou contando-te coisas muito íntimas da minha vida privada, mas fiz tantas coisas para agradar teu pai... Ai, garota! re, re, re,

⁶¹ Rubiera, p. 60-61.

⁶² “Eu quis muito o velho, mas nunca o amei. Meu grande amor foi o primeiro, aquele que parecia com Mella, a quem recordo cada vez que vejo a foto desse revolucionário em um jornal, numa revista ou na televisão. Vou te confessar algo que sempre guardei no fundo do meu coração. Muitas vezes, fazendo o amor com teu pai, fechava os olhos, deixava voar a imaginação, uh, me parecia que estava com aquele, com o que se parecia com Mella. Isso é também infidelidade, mas não materializada. Que por que não te digo seu nome? Perdoa, mas deixa-me reservar-me isso”. Idem, p. 160

⁶³ Na década de 1950 Reyita precisou obter uma certidão de matrimônio para realizar determinadas gestões e descobriu que não estava casada legalmente. O matrimônio tinha sido uma simulação urdida pelo marido com ajuda do tabelião. Nunca chegaram a estar legalmente casados. Reyita decidiu não deixar que ele se explicasse. Depois, como parte da pesquisa para esse livro, Daisy Rubiera e a sua colega historiadora Sonnia Moro descobriram que muitos dados da vida familiar do marido de Reyita estavam falseados. Nunca se soube qual foi o motivo de tantos enganos, pois à época ele já tinha falecido. De sua visita aos parentes maternos Daisy conseguiu esta opinião sobre Reyita dita por Rubiera aos seus parentes: “Se não houvesse sido por essa negra não sei que haveria sido de mim”, o que parece uma “justificação” para seus familiares brancos pelo fato de ter-se casado com ela.

re. Eu gostava muito de laços. Sempre os punha no meu cabelo, mas não só da cabeça...!⁶⁴

Mas esse modelo de família oficial, mesmo que satisfazendo as aspirações respectivas do casal, não resolveu os problemas criados pelo conflito de raças nem fora nem dentro do lar. Faltou diálogo e acordos sobre o tema nesse matrimônio inter-racial. Ela esperava não ser nunca mais discriminada, mas não teve sucesso, pois, de um lado, as relações patriarcais que ambos compartilhavam impediam-lhe, nessa época, de assumir uma atitude de enfrentamento ao marido ou pautar uma discussão a respeito. De outro lado, o seu afã de branqueamento incluía, necessariamente, uma dose de submissão ao parceiro branco. Isso fica claro em frases do tipo: “Rubiera era branco e não teve reparos em se casar comigo...”⁶⁵.

Rubiera, enquanto pôde, estabeleceu no lar uma relação de desigualdade racial, tentando reproduzir as relações sociais imperantes na época, pautadas também pelo patriarcalismo. Com relação a sua esposa, estabeleceu as relações de autoridade e servisais que eram típicas da época. Ele assumia plenamente todas as “prerrogativas” que os papéis socialmente aceitos davam ao homem e ao branco e avançava ainda mais. Daisy lembra quando “via meus irmãos e irmãs refrescando-o com o abanador e me parecia um colonizador na sua fazenda, rodeado de escravos, como os que eu via nos filmes”⁶⁶. Na própria casa usava frases ofensivas contra o negro, a pesar de ter filhos dessa cor.

Sua relação com Reyita foi marcada por uma dualidade: de um lado, gostava evidentemente dela, da sua sexualidade liberada, dos jogos sexuais que empreendiam, da satisfação de suas fantasias sexuais. Esses elementos o fizeram ficar ao seu lado ainda que, do outro lado, não tivesse forças, capacidade, nem vontade, fundamentalmente, para romper com os preceitos racistas sociais que condenavam esse tipo de relacionamento inter-racial e, quando estabelecidos, os confinava para o espaço interior do lar.

Ele teve também - e com isso Reyita não contava - vergonha de andar em lugares públicos acompanhado de sua família negra. Não participava de festas, como os carnavais de Santiago, e tentava impedir a participação dos filhos. Uma vez que a

⁶⁴ Rubiera, pp.159-160.

⁶⁵ Ibidem, p.61.

⁶⁶ Ibidem, p. 163.

esposa pensou que o tinha convencido para levá-los ao carnaval, simplesmente colocou toda a família num caminhão e os levou por ruas escuras e afastadas, longe dos lugares onde se desenvolvia a folia. Negou-se, inclusive, a estar presente nas bodas de suas filhas e filhos.

Muitas das expectativas de Reyita com seu casamento inter-racial aos poucos se dissiparam. O racismo determina um tipo de relacionamento entre casais inter-raciais, marcando um pensamento, uma atuação.

Para os beneficiários do status quo racista, somente é possível se furtar desses pensamentos e práticas nocivos quando adquirem consciência do dano que ocasionam na parte discriminada e da sua nocividade para o convívio social. Para os discriminados, o abandono dos critérios e das atuações impostas pelo grupo dominante vem a partir do momento em que conseguem entender a essência do sistema que os oprime e que começam a acreditar na possibilidade de manter um novo tipo de relacionamento entre as raças. Mas são escassas as pessoas que assumem esta posição, pois não é fácil enfrentar com sucesso ou ficar à margem dessa complexa rede de pensamentos, idéias, práticas e modos de conviver entre as raças que formam parte da cultura, e que é aceita por quase todos, seja pela força, pelo ensinamento, pela conveniência ou pela falta de perspectivas.

Por outro lado, não há como sustentar coletivamente um posicionamento alternativo de vida sem contar antes com uma base social de apoio que permita aos transgressores instaurar valores distintos dos imperantes na sociedade geral, capazes de sustentar outras relações sociais entre os membros da tal coletividade. São os casos do cimarrón, exemplo do contestador individual do sistema e dos apalencados, conjunto de cimarrões que consegue estabelecer uma sociedade alternativa.

Entre os submetidos que não são capazes de procurar saídas alternativas - e constituem a imensa maioria dos integrantes desse setor social prejudicado -, forjam-se, então, fórmulas de escape individuais que, objetivamente, não atentam contra a integridade do sistema, como é o caso da ideologia do branqueamento mencionada aqui.

Se entre os integrantes do grupo oprimido são escassos os que conseguem sair do sistema de pensamento e ação oficializado no âmbito das relações raciais, entre os do grupo racialmente dominante, os desejos e a possibilidade de abandonar os valores estabelecidos são ainda menores, pois conspira contra isso o perigo de perder posições para o outro num mundo altamente competitivo e a dificuldade para refletir de um modo

diferente acerca da vida cotidiana que não lhe tem sido hostil e, portanto, parece-lhe normal.

Reyita constatou a dificuldade que as pessoas tinham para mudar as condutas arraigadas durante séculos de prática social racista. O casamento com o homem branco não lhe transferiu automaticamente as prerrogativas da branquitude e, pelo contrário, parecia incomodar os colegas de trabalho do marido e aos vizinhos.

Quando do meu primeiro parto uma vizinha branca me foi a ver e me surpreendeu a ênfase que pôs quando disse:

- Ay, que preto é o menino! - e isso que os filhos dos negros nascem clarinhos e às vezes meio branquinhos⁶⁷.

Seu filho foi discriminado no primeiro dia de nascido! A sua cor preta foi considerada um estigma, uma coisa indesejável. Toda mãe espera ouvir elogios à sua tenra criatura, palavras carinhosas, afagos. A vizinha falou como se a mulher negra não precisasse dessas atenções, como se o recém-nascido não fosse ante todo, uma criança, um novo ser, senão uma cor, um símbolo, a representação simbólica da negrura. Para a mãe o que nasceu foi uma criança fofa, linda, uma continuação de si, um filho simplesmente.

Outra constatação da sua real situação na sociedade apesar de seu casamento inter-racial, se deu durante a tarde desse mesmo dia. Uma amiga, idosa e negra que trabalhava como servente na casa de uma família branca, aclarou as coisas:

Como naquele lugar quase todo o mundo era chamado de “dom” ou “dona”, - dom José, dona Amélia, dona Caridad - e eu via que a mim ninguém me dizia assim, perguntei-lhe:

- Marcelina, por que se eu sou uma mulher casada e com um branco, a mim não me dizem dona? – Ela sorriu com tristeza e me respondeu:

- Por que vão te dizer dona? A essa gente lhe dizem dona porque são brancas e têm dinheiro, mas a ti, negra preta e sim, casada com branco, mas pobre – dona de quê? Reyita!⁶⁸.

Mas a discriminação por motivos raciais não se limitava a ela e aos filhos. Atingia o marido. Os vizinhos brancos, que eram a maioria, o rejeitavam por se haver casado com uma negra, enquanto os vizinhos negros, segundo Reyita, “ainda que

⁶⁷ Ibidem. p. 62.

⁶⁸ Ibidem, pp. 62 -63.

reconhecessem que casar com branco era um passo de avanço”⁶⁹, tinham certo receio de Rubiera porque ele não era muito sociável. Talvez o seu problema de relacionamento com os negros estivesse motivado pelos seus próprios preconceitos, que como dito mais acima, os exercitava até com a família.

Sua vida social estava marcada pelas relações raciais imperantes. Ele não era capaz de enfrentá-las, pois, como visto, as compartilhava. Quando começou a trabalhar numa empresa como secretário se relacionou com os colegas de modo ativo, mas deixando a família do lado de fora:

Ele se dava muito bem com o dono do Expresso, sempre ia visitá-lo. Porém, eles nunca foram à minha casa nem teu pai me levou nunca à deles; aquilo me doía. Nunca lhe censurei nada, necessitava conservar meu matrimônio a qualquer preço⁷⁰.

Aceitar todas essas manifestações de desprezo de parte do marido branco era a outra cara da moeda desse tipo de casamento inter-racial. A auto-desvalorização é um dos preços que deve pagar a pessoa que aceita estabelecer relações sem garantir a mudança dos paradigmas ao interior da família.

Para Frantz Fanon (1975), que analisou condutas como essa manifestada, por exemplo, numa mulher negra martiniquense que optou pelo casamento com um militar francês, sem que mediasse um respeito à sua dignidade⁷¹, ditas relações determinariam conseqüências na psique dos envolvidos. Ela:

(...) ama um Branco de quem aceita tudo. É o senhor. Ela não pede nada, não exige nada, senão um pouco de brancura para sua vida. E quando, ao pôr-se a questão de saber se ele é belo ou feio, a apaixonada diz: “Tudo o que sei é que tinha os olhos azuis, os cabelos louros, a pele clara, e que eu o amava”⁷².

⁶⁹ Ibidem. p. 63.

⁷⁰ Ibidem. p. 86.

⁷¹ Fanon dirige epítetos duríssimos a Mayotte Capécia, que no seu livro autobiográfico *Jê suis Martiniquaise* descreve suas relações com um aviador francês, caracterizadas pela aceitação consciente de um papel totalmente subordinado por motivos da sua cor. Para Fanon, esse livro, inequivocamente, “é uma obra sem valor, enaltecendo um comportamento malsão”. Fanon, Frantz. *Peles Negras Máscaras Brancas*. Porto, Portugal: Paisagem, 1975. P. 56.

⁷² Ibidem. P. 56.

A relação era totalmente assimétrica. O marido, tal como o de Reyita, a excluía da sua vida social que se baseava em rígidos cânones racistas. Mas ela ia mais longe do que Reyita na alienação, pois aceitava e justificava a atitude discriminatória:

Alguns dos camaradas de André que, como ele, se encontravam bloqueados pela guerra nas Antilhas, tinham conseguido fazer vir as suas mulheres. Compreendia que André não podia ficar sempre à margem. Aceitava também não ser admitida nesse círculo por ser uma mulher de cor, mas não podia impedir-me de ser ciumenta. Em vão ele me explicava que a sua vida íntima era uma coisa que só a si pertencia e a sua vida social e militar uma outra de que não era dono; eu tanto insisti que um dia levou-me a Didier. Passamos o serão numa dessas pequenas casas que eu admirava desde a minha infância, com dois oficiais e suas mulheres. Estas me olhavam com uma indulgência que me foi insuportável. Sentia que me tinha pintado demais, que não estava vestida como devia ser, que não ficava bem ao lado de André, talvez só por causa da minha cor, enfim, passei um serão tão desagradável que decidi nunca mais pedir a André para o acompanhar⁷³.

A humilhação, o constrangimento como lição para retornar o(a) negro(a) transgressor(a) ao seu lugar são recursos extremos aplicados pela parte dominante nessa relação interpessoal. Quem a sofre fica tão perturbado que perde a capacidade de discernimento e reforça o sentimento de culpa, chegando até a assumir a responsabilidade pela situação criada. Mayotte nunca mais pedirá para ser levada a esses encontros sociais e Reyita corre apavorada quando após seu casamento é levada pelo marido para visitar a sua família e a mãe dele, quando abriu a porta e viu que ela era uma negra, a fechou violentamente, não lhe permitindo entrar⁷⁴.

Ainda que ambas as mulheres tenham pagado - por causa de seus casamentos inter-raciais - as conseqüências da transgressão da norma social é possível observar uma diferença entre elas no concernente à auto-estima, pois Reyita, diferentemente de Mayotte, não renega a sua identidade negra e assume o matrimônio como parte de uma

⁷³ Capécia, Mayotte. *Je suis Martiniquaise*. Apud: Frantz Fanon. *Peles Negras Máscaras Brancas*. Porto, Portugal: Paisagem, 1975. P. 57.

⁷⁴ Rubiera, p. 61.

estratégia de vida para garantir seu desenvolvimento e o dos futuros descendentes, o que comportava riscos de agressões e constrangimentos.

Fanon (1975) relata muitos casos de mulheres e homens da sua Ilha que aspiram a ter uma relação inter-racial, motivados pelo afã de conseguir um status social superior numa sociedade colonial estruturada sobre o racismo. Esse tipo de motivação estimula a existência de “comportamentos malsãos”, pois fazem com que os casais tentem adaptar o seu mundo pessoal às exigências de uma sociedade injusta, introduzindo-las no interior do lar. Os conflitos aparecem de imediato, pois como Fanon explica:

O amor autêntico continuará a ser impossível enquanto não forem expulsos o sentimento de inferioridade, ou a exaltação adleriana, a super-compensação, que parecem ser o indicativo da *Weltanschauung* negra⁷⁵.

Segundo o intelectual martiniquense, pessoas que aspiram ao branqueamento têm uma visão dualista do mundo, na que o Branco e o Negro significam dois pólos opostos e em luta perpétua. Ao pólo Branco é atribuído todo tipo de virtudes; ao Negro, uma essência sentimental de origem africana, uma vinculação com a natureza. Os que compartilham dessas visões criadas no colonialismo, sejam brancos ou negros, partem “para o corpo a corpo com a sua negridão ou a sua brancura, em pleno drama narcisista, cada um encerrado na sua particularidade”⁷⁶. No caso do negro, “não podendo escurecer o mundo, vai tentar embranquecê-lo, no seu corpo e no seu pensamento”⁷⁷. E na sua descendência, caberia agregar.

Nessa dicotomia racial, as pessoas colocadas em ambos os pólos desenvolvem experiências úteis para a continuação da relação inevitável entre elas, mas procurando proteger-se ao máximo dos riscos inerentes a essa relação. Assim, as experiências herdadas são testadas em situações da vida cotidiana e podem ser úteis ou não, dependendo do resultado da sua colocação na prática. Reyita levou ao seu casamento o estoque de experiências transmitidas pelas mulheres de sua família e as resultantes de suas observações juvenis. A implementação das mesmas lhe deu alguns resultados positivos, mas outros bem negativos e por vezes chocantes, como a constatação da sua impossibilidade de evitar, para ela e seus filhos, a discriminação.

⁷⁵ Fanon, p. 56.

⁷⁶ Ibidem, p.59.

⁷⁷ Idem.

As dificuldades encontradas no seu percurso vital são também incorporadas no “estoque” e utilizadas na construção das ferramentas úteis para fazer frente às inesperadas agressões verbais e comportamentais que ela e seus filhos receberam. Essa nova experiência também a transmitirá aos descendentes, como parte de uma corrente de transmissão de cultura, cujos elos perpassam o período escravista e se fincam na África de sua avó. É uma corrente que muda de formas, mas não desaparece. Assim, a Reyita que quando recém casada ouvia palavras desvalorizadoras de sua raça e sua família, sem saber como atuar nesses casos, na década de 1940 sabe como enfrentar a agressão verbal e utilizar as armas que a etiqueta “politicamente correta”(necessária para o convívio entre pessoas de diferentes condições sociais e concepções ideológicas) exigia:

Sempre tentei que a sombra da discriminação não afetasse vocês, por isso me incomodava tanto quando algum dos comerciantes - com quem teu pai tinha relações de trabalho – para chamar vocês lhes dizia: “Oi, negrinho”, “Venha cá, negrinho”, mas não de forma carinhosa, senão com desprezo.

Na minha frente ninguém se atrevia a usar graças de nenhum tipo com vocês, porque eu, da melhor maneira possível, e sempre *sorridente*, respondia com firmeza a qualquer um. Tinham que respeitar vocês e como é natural, vocês tinham que respeitar os demais⁷⁸.

As estratégias de defesa aplicadas pelos setores discriminados atingem a sua maior eficácia quando são capazes de garantir a salvaguarda da dignidade da pessoa, permitindo-lhe ainda usufruir de todos os direitos cidadãos que lhe correspondem, incluindo o direito à segurança pessoal, ao trabalho, à habitação, ao estudo, à saúde, entre outros. Os conselhos que Reyita dá aos filhos que se iniciam no mundo do trabalho estão impregnados da sua experiência vital. Se quando recém-casada esperava que algum dia o marido a incluísse no convívio com os seus chefes e os funcionários brancos da empresa, agora ensinará os filhos a ficarem atentos para as características da racialidade do país, atuar em conseqüência e prever conflitos que poderiam colocar em perigo o próprio emprego:

⁷⁸

Rubiera, p. 107.

Em quanto às relações com os comerciantes e com todos os que tivessem a ver com a companhia, tu sabes que eu orientei a teus irmãos que fossem unicamente de trabalho, porque o dinheiro e a cor criavam uma diferenciação muito grande: portanto, homem com prata e branco não era amigo de homem pobre e negro. Houve exceções, mas o demais era palavrearia dos políticos para se assegurar dos votos e da literatura⁷⁹.

Essas últimas palavras de Reyita “o demais é palavrearia dos políticos e da literatura” apontam para uma das características mais intrigantes do tipo de convívio social existente em Cuba, onde podem ser encontrados, por sua vez, elementos contraditórios que apontam, por um lado, à existência de uma sociabilidade inter-racial e de um discurso anti-racista na boca de todos e, por outro, à existência de práticas racistas. Ambos os elementos, por vezes, são manifestados no mesmo espaço e pelas mesmas pessoas.

Para entender essas contradições que existiam à época em que Reyita dava esses conselhos aos seus filhos, é necessário apontar a presença de um discurso político oficial que sempre insistia – e ainda insiste - na suposta ausência de tensões raciais no país. Esse discurso apoiou-se na crescente produção intelectual sobre o negro e seus aportes à cultura cubana, notadamente a partir da década de 1940, que foi impulsionada, entre outros motivos, pelos debates que aconteceram no mundo inteiro acerca dos danosos efeitos do racismo nazi-fascista.

Essas idéias anti-racistas, que eram reproduzidas a escala massiva a través da escola, da radio, dos jornais, das revistas, das sociedades culturais, dos pronunciamentos públicos de respeitadas intelectuais e dos políticos, foi criando um estado de opinião no país favorável à assimilação das mesmas, enquanto se consolidava também um discurso que insistia na existência de um particularismo nas relações raciais cubanas, caracterizadas, supostamente, pela ausência de tensões, pois todos os cubanos, com raízes na África ou na Espanha, tinham contribuído para a conformação da cultura nacional, como diziam esses pesquisadores. O racismo violento, o que precisava ser destruído era aquele promovido pelos nazistas e o existente nos Estados Unidos. Essa foi, de fato, a dúbia consequência da divulgação dos novos conhecimentos acerca dos aportes de cada grupo populacional à nação cubana.

⁷⁹

Idem.

O racismo cubano, efetivamente, tem características que o diferenciam do norte-americano, que é mais aberto e claro. O modelo cubano de relações raciais - que une sociabilidade pública inter-racial e rejeição privada ao negro, discurso anti-racista e prática contrária -, confunde os observadores e dificulta a solução dos problemas de discriminação que ocasiona.

Entender esse fenômeno social implica entrar nele e analisá-lo a partir de qualquer uma das suas manifestações. No meu caso, considero que a insistência da população negra em conseguir o branqueamento racial de maneira constante ao longo dos séculos, me oferece um caminho novo a ser explorado para entender a essência do racismo e da discriminação que se pratica no país.

Antes de entrar nesse labirinto prefiro definir o Branqueamento racial como a busca do desfrute das vantagens que a sociedade ocidental concede àquelas pessoas que têm, por acordo de sua sociedade, o direito de portar a “brancura”, entendida como o conjunto de valores auto-atribuídos pelos súditos das nações européias que participaram do estabelecimento de relações de conquista e de avassalamento das nações não européias durante o processo de expansão mundial do capitalismo moderno. Esses valores, de caráter positivo, foram criados em oposição aos que eles entendiam que eram típicos dos povos das nações a serem dominadas e que serviriam para aliviar a sua consciência dos crimes cometidos ou que deveriam cometer durante o processo de conquista. O traço mais evidente da diferença entre eles e os outros, a cor da pele, seria utilizado como indicador que daria nome ao conjunto de valores que se atribuíram.

Como os desmandos seriam cometidos em nome dos interesses de seus respectivos Estados, cujos súbditos participariam direta ou indiretamente dos benefícios resultantes, os valores da “brancura” foram estendidos a todos eles e, progressivamente, ao conjunto dos europeus, seus descendentes e a todos que tivessem ou conseguissem ter traços físicos aproximados aos fenótipos dos europeus.

A “brancura”, conceito essencial da modernidade, tem data de nascimento similar à da “negrura” (conjunto de valores negativos dados a todos os habitantes da África subsaariana, a seus descendentes e a todos os que possuem traços fenotípicos similares aos desses africanos): o início do processo de conquista da África e do tráfico negreiro. Segundo o escritor haitiano René Depestre (1986), “a colonização deu ao negro sua negrura e ao branco sua brancura”⁸⁰.

⁸⁰ Ver: Depestre, René. *Buenos días e adiós a la negritud*. La Habana: Editorial Casa de las Américas, 1985.

Os valores da “brancura”, obviamente, mudam com o tempo, como parte do processo de adaptação do conceito para continuar servindo as necessidades de domínio social dos seus portadores. Novos valores entram para fazer parte do conjunto e outros saem, mas o que permanece invariável é a somatória positiva do conjunto de valores e a sua relação desigual e de dominação estabelecida com o seu par eterno: “a negrura”.

Se bem na Europa existem atualmente outros problemas sociais, outras contradições e conflitos além dos determinados pelo racismo, nos países de América que conheceram a escravidão, o conflito de raças, ou mais propriamente dito, - o conflito entre a “brancura” e a “negrura”- adquire um caráter fundamental na vida social, pois essas nações foram estruturadas a partir da relação desigual e injusta entre dois grandes contingentes populacionais chegados de além mar para conviver forçosamente numa relação de amor e ódio mútuos, mais de ódio do que de amor.

Essa relação injusta em nenhum desses países foi resolvida de forma tal que reparasse as conseqüências dos séculos de injustiças, pois as abolições e as independências nacionais foram conduzidas, na maioria dos casos, pelos integrantes de setores beneficiados com a escravidão e a desigualdade racial.

A “brancura” é o elo que guia as relações entre a raça branca e a negra através dos tempos, desde o início da escravidão do negro em América e particularmente em Cuba. Foi ela a encarregada de determinar os lugares e papéis que deviam ocupar e desempenhar o negro após a abolição e na nova república criadas em 1902. A brancura pauta as posições que devem ocupar os brancos, quais devem ceder aos negros, que tipo de ofícios e profissões correspondem aprender os integrantes de cada raça, o que podem esperar do mercado de trabalho, quais os espaços em que deve ou não deve morar.

É a brancura que determina antes do cidadão nascer, qual será o seu destino na terra, qual a expectativa de vida, a possibilidade de desenvolvimento humano, a sua qualidade de vida.

Dentre os portadores da “brancura“, aqueles que têm maior interesse na conservação da desigualdade racial – isto é, na desvalorização do preço da mão de obra de uma grande parcela populacional; na sua exclusão da livre concorrência pelos postos de trabalho; na reserva para si dos melhores espaços para morar; na negação ou rebaixamento da importância dos aportes culturais do grupo de origem africana para que imperem os de origem européia para satisfazer assim a sua identificação simbólica subserviente com relação à desenvolvida Europa; e outros interesses mesquinhos -, são

os encarregados de definir as características da “negrura” a cada etapa histórica. São empresários, operários, integrantes da classe média, políticos. Eles elaboram as idéias, manipulam qualquer fato que possa afetar a integridade dos membros do grupo excluído, elaboram e disseminam constantemente piadas racistas, que é um meio de transmissão e consolidação dos estereótipos raciais. Intelectuais, de maneira aberta ou dissimulada, teorizam a necessidade de manter as diferenças; jornalistas, publicitários e a mídia eletrônica ou impressa, se encarregam de difundir as idéias racistas e de convencer a sociedade a não mudar o status quo racial.

Eles determinam também as características essenciais da brancura. Quais cidadãos em determinado país podem e devem portar brancura; quais negociações devem ser feitas para incrementar ou reduzir o número das pessoas agraciadas com a “brancura”. Determinam qual o lugar do mestiço na sociedade racializada, quais deles podem ser “elevados” à categoria de brancos e qual o caminho que devem percorrer para conseguir desfrutar plenamente desse status.

Não será assim tão absurdo que os integrantes de setores discriminados, aparentemente sem outras portas de saída para escapar da sua situação, apostassem no expediente do branqueamento racial durante o período escravista e nas primeiras décadas do século XX. Mas, ainda hoje, as inegáveis vantagens que a “brancura” oferece nas nossas sociedades racializadas contemporâneas predispõem muitos não brancos a procurar a brancura.

Por outra parte, o triunfo do capitalismo europeu / branco norte-americano, nesta era de globalização, inclina muitas pessoas a se identificarem com os valores dessas sociedades triunfadoras, cujos significantes típicos, como por exemplo, as cores emblemáticas da “brancura” (o amarelo do cabelo dos europeus; o azul dos seus olhos), são assumidos como modas por muitas pessoas não brancas em África, Ásia e América Latina, onde é possível enxergar japoneses, afro-norteamericanos, cubanos e brasileiros, de classe alta, média, favelados ou moradores de rua com o cabelo amarelo ou lentes de contatos azuis.

Impõe-se conhecer mais sobre esse assunto cujos estudos acadêmicos são relativamente recentes⁸¹ e vão ganhando espaço em países que tiveram responsabilidade

⁸¹ Acadêmicos dos Estados Unidos, da Inglaterra e África do Sul são os que mais têm avançado no estudo da branquitude. O interesse por esses estudos cresceu na década de 1990.

especial no surgimento e na aplicação de formas de dominação sustentadas na branquitude⁸², como Estados Unidos, África do Sul e Inglaterra.

É na atualidade que na academia se adquire consciência da necessidade de tratar os estudos sobre branquitude de maneira sistemática, delimitando seu espaço específico dentro do conjunto dos estudos raciais, pois até agora, se bem na maioria dos trabalhos acadêmicos que abordam a temática racial se faz menção, de algum modo, aos efeitos que a relação branco–negro exerce no branco, as pesquisas focalizam fundamentalmente o negro, que continua sendo um objeto de estudo privilegiado na academia tradicional, enquanto o branco geralmente é o sujeito e não o objeto das pesquisas, demonstrando-se nesse fato a persistência de relações de poder racial na própria academia.

Por outro lado, os trabalhos acadêmicos realizados por autores negros tendem a focalizar o negro, respondendo à urgência de falar em nome do seu grupo social “minorizado” – pois quase nunca é minoritário no conjunto populacional. Esses intelectuais são responsáveis pelo incremento e diversificação temática dos estudos raciais, principalmente naqueles países onde o conflito racial se apresenta com mais força. É um processo que só tende a crescer, pois na medida em que os negros estão incrementando a sua presença nos espaços de saber que lhes era negada, vão introduzindo o seu ponto de vista neles.

Nos lugares mais adiantados no processo de inclusão de homens e mulheres negras nas universidades - graças à consecução da independência nacional, como é o caso das nações caribenhas que foram colonizadas pelos ingleses, franceses e holandeses, ou mediante a implementação de algumas políticas afirmativas ou universalistas que facilitaram o acesso de representantes de setores excluídos aos espaços acadêmicos, como em Estados Unidos ou Inglaterra -, as contribuições dos autores negros são reconhecidas e em ocasiões pautam a discussão sobre o tema. Autores como Eduard Glissant, Stuart Hall, Paul Gilroy, e alguns outros intelectuais

⁸² Neste trabalho utilizo indistintamente os termos brancura, branquitude e branquidade. Vale aclarar que aqui utilizo a “brancura” como o conjunto de atributos adjudicados inicialmente ao homem europeu em contraposição aos de outros povos que eles se propunham conquistar. O termo “branquitude” é empregado aqui para designar um sistema de poder estabelecido sobre bases raciais, que privilegia aquelas pessoas portadoras de brancura sobre outras que não têm o direito de portá-la.

Essa relação de poder que está sendo estudada em vários países com mais afinco desde a década de 1990, é chamada de “Branquidade” no livro organizado por Vron Ware: *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*, Rio de Janeiro: Garamount, 2004, do qual eu extraio algumas das referências. Para garantir a fidelidade das citações retiradas desse livro decidi deixar essa denominação no texto.

desses países, afro-americanos e de outras nações, são expressivos desse processo - ainda incipiente - de assimilação de intelectuais negros pela academia globalizada.

O debate mais democratizado, a pluralização das vozes e a exposição de pontos de vista sobre os mais variados aspectos da temática racial enriqueceram as ciências sociais e humanas. Com o incremento das contribuições desses intelectuais negros e a sua divulgação em escala internacional, a academia se acostumou à leitura das abordagens que eles faziam. Porém, evidenciou-se que estava faltando algo importante nesse quadro: a visão crítica do branco sobre o branco.

O estudo da branquitude vem preencher esse vazio. Não fica reduzido ao branco, pois nesse campo há espaço tanto para a análise crítica do branco sobre si mesmo quanto para o negro e os representantes de outros grupos subalternizados no mundo, sobre o sistema de domínio criado em função do branco, tendo ambos os enfoques uma base comum: a consideração da branquitude como fenômeno objetivo de natureza subjetiva, que possui um caráter ideológico e ocasiona efeitos materiais sobre a vida de inúmeras sociedades.

Os que percorrem esse caminho assumem uma postura crítica acerca do significado dessa ideologia na sociedade moderna e tentam defini-la, caracterizar seus mecanismos de funcionamento interno e as causas de sua permanência até nossos dias. No caso dos pesquisadores brancos e, em especial, daqueles que conseguem voltar seus instrumentos de trabalho sobre si e sua prática intelectual, observa-se geralmente um prévio deslocamento com respeito ao seu lugar de fala, uma tomada de distância entre ele como ser humano, o branco que ele é e o branco que a branquitude criou para ele.

Para um desses atores, o norte-americano Peter Rachleff, estes estudos contribuíram para uma melhor compreensão das relações raciais de seu país e constituíram um incentivo para passar à ação:

Em sua invisibilidade, a “branquidade” esteve e está em toda parte. Constitui um obstáculo para as pessoas de cor em seus esforços para atingir uma existência humana, assim como também foi um obstáculo na jornada dos brancos para uma humanidade plena.(...)

Alguns estudiosos da “branquidade” nos Estados Unidos ouviram o chamado de Baldwin⁸³ e com isso aliamos nosso trabalho erudito ao ativismo. Clamamos pela “traição da raça” e pela “abolição da

⁸³ James Baldwin, o escritor afro-americano que em 1965 conclamou o branco a estudar o seu passado histórico tal como foi.

branquidade”. Já que “a raça branca é uma formação social historicamente construída”, dizemos, “a chave para resolver os problemas sociais de nossa era é abolir a raça branca”⁸⁴.

O fato de que sejam naqueles países mencionados onde mais sistematicamente se vem estudando o fenômeno da branquitude não quer dizer que em outros lugares não se realizem abordagens da questão. Por exemplo, no Brasil, em 2002 apareceu o livro de Iray Carone e Maria Aparecida Bento titulado *Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*⁸⁵ onde vários autores, negros e brancos, trabalharam diferentes formas de manifestação desse conceito no Brasil contemporâneo.

Os intelectuais negros brasileiros possuem uma tradição de estudo das relações raciais tendo como pano de fundo o que agora chamamos de branquitude. Geralmente abordavam o tema em um processo dialógico, estabelecendo um contraponto entre os efeitos ocasionados pelo racismo nos negros e as motivações que levaram o branco a causá-los. A partir desses efeitos tendem a penetrar nas causas, que geralmente estão situadas no lado branco da balança.

Nessa linha está, para só citar um exemplo, os aportes da pesquisadora Lélia Gonzalez (1982), quem em vários ensaios define o comportamento grupal do branco brasileiro nas suas relações com a mulher negra, o qual está pautado pela ideologia e as práticas consuetudinárias dos princípios da branquitude, adaptados às condições específicas da sociedade brasileira. Essa branquitude à brasileira possui desde suas origens um forte componente machista e classista que se potencializa com todas suas forças quando se exercita sobre a mulher negra⁸⁶.

2.1 Para uma definição da Branquitude.

A branquitude tem sido definida de diferentes maneiras e essas diferenças freqüentemente decorrem do ponto de vista do pesquisador e das características

⁸⁴ Rachleff, Peter. “‘Branquidade’: seu lugar na historiografia da raça e da classe nos Estados Unidos”. In: Vron Ware (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamount, 2004. P108-109.

⁸⁵ Carone, Iray; Silva Bento, Maria Aparecida. *Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

⁸⁶ Lélia Gonzalez. “A mulher negra na sociedade brasileira”. In: Luz, Madel (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982; Beatriz Nascimento: “A mulher negra e o amor”. In. *Jornal Maioria Falante*, fevereiro a março de 1990, p. 3; Gislene Aparecida dos Santos. *Mulher negra, homem branco*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

específicas do país. Para alguns, esse conceito tem um caráter ideológico, se cria a partir das relações com o ser humano objeto da dominação e se estende depois ao conjunto populacional do país dominador. Para outros autores, o mesmo surge a partir de uma relação de poder pré-estabelecida entre grupos populacionais, que depois é explicada e justificada em termos ideológicos.

Para realizar uma aproximação ao tipo de branquitude imperante em Cuba, que é a que determina as maneiras de se conduzir as relações entre as principais raças que povoaram o país, causando tranqüilidade a uns e desconforto a outros que - tal como Reyita e sua família -, tentarão desesperadamente fugir dos seus efeitos, é preciso partir das definições realizadas por outros autores em seus respectivos contextos.

Segundo Peter Rachleff (2004), para quem os problemas criados pela branquitude estão intimamente vinculados aos de gênero e classe, trata-se de um construto sem essência cultural própria, elaborado sobre uma imagem retorcida e falsa do dominado pelo dominante. Ele explica que os europeus que arribaram aos Estados Unidos em sucessivas ondas migratórias, não conseguiam satisfazer as suas expectativas de uma vida com dignidade e solvência econômica e sentiam-se frustrados na sociedade industrial norte-americana. Contudo, sua situação era melhor que a dos negros e gozavam de prerrogativas por causa da sua cor branca.

Essa situação intermediária na sociedade foi utilizada em seu favor, realizando "alianças" com o grupo dominante em detrimento do negro, para o qual empregavam o argumento da cor. Uma vez estabelecida a identidade entre os novos imigrantes europeus e a população branca natural do país, passaram a reclamar a concessão de vantagens econômicas e sociais, pois argumentavam, que por serem brancos não poderiam cair na situação em que estavam os negros. Assim explica, citando a argumentação de David Roediger, que ele compartilha:

Com a cooperação de patrões, políticos, donos de meios de comunicação e produtores culturais, todos brancos, eles criaram uma "negritude" nascida de seus próprios desejos não realizados, agiram no sentido de reprimi-la e negá-la e, em seguida, definiram-se como "brancos", como não sendo aquilo que haviam criado como "negros". Sabiam ser "brancos" porque sabiam não ser "negros"⁸⁷.

⁸⁷

Rachleff, Ob. Cit.

As argumentações desse autor norte-americano fazem sentido para a realidade do seu país. A constante chegada de imigrantes europeus reforçou a linha da cor nos Estados Unidos e contribuiu para a formação de uma determinada forma de relacionamento entre as raças negra e branca. Rachleff, inclusive, refere-se ao processo tardio de incorporação dos irlandeses ao grupo racial branco norte-americano, seguindo o padrão de negociações exposto mais acima. Contudo, deve-se destacar que desde os séculos XIX e XX até hoje, existem milhões de pessoas da América Latina - muitas delas com características fenotípicas similares à dos europeus e considerados brancos nos seus países de origem-, aos quais a sociedade norte-americana não lhes dá o direito de “portar a brancura” e de assumir as benesses da branquitude no território dos Estados Unidos. Para eles foi criado o status de “latinos” e concedida uma posição quase semelhante à dos negros do país.

Essas incoerências levam a pensar que para adquirir o status de “branco” nos Estados Unidos não bastava uma “negociação” entre os imigrantes e os representantes da parcela dominante no país. Formulo a hipótese de que o direito à brancura nos Estados Unidos foi concedido aos imigrantes das nações européias, porque eles já tinham o direito de portá-la desde o século XVI, quando começou o processo de expansão européia sobre a África e a Américas indígena, processo durante o qual foi criado, pela necessidade de justificar a conquista e dar uma unicidade aos conquistadores, o conceito da brancura, o qual foi estendido para todos os europeus, ainda que não participassem das aventuras coloniais.

As legislações de todas as nações colonialistas e escravistas, quando normatizavam os deveres e os direitos dos escravos e dos súbditos coloniais, reconheciam, de fato, a existência de dois grupos separados pela linha da cor. De um lado estavam “aqueles”, os dominados, e do outro os integrantes da etnia ou da nação dominante. E como os textos das legislações a esse respeito estavam percorridos pela argumentação da diferença de raças, os integrantes da nação, que eram brancos, passavam a desfrutar, de jure, das prerrogativas da branquitude.

Os primeiros europeus a chegar a América do Norte ou do Sul, já vieram imbuídos pelos conceitos de brancura e branquitude e os exercitaram em relação aos índios, aos que despojaram, massacraram e desprezaram do mesmo jeito que os seus conaturais faziam na África. Por isso, no século XIX, tanto os norte-americanos assentados de longa data, quanto os imigrantes recém-chegados da Europa, tinham direito à brancura, que se foi negado inicialmente a estes últimos, bastou só fazer uma

demonstração de que tinham consciência de suas prerrogativas e que saberiam utilizá-las de modo adequado contra o negro, para que fossem aceitos como iguais.

Isso não aconteceu nem com o chinês, nem com o latino da América do Sul quando chegaram aos Estados Unidos. Eles não tinham nem tem o direito de portar nos seus corpos a brancura, nem de ocupar nesse país posições não subalternas no sistema de poder racial que chamamos de branquitude.

Outra explicação ampla da branquitude é defendida pela também norte-americana Ruth Frankenburg (2004). Ela analisa o significado intrínseco do termo, mas não enfatiza os vínculos do mesmo com a questão de classe, preferindo adentrar-se nas conotações do termo e suas características. Mas, igual que Peter Schaffer, o considera um produto intrinsecamente vazio. E diz:

A branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados de branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis.

O caráter relacional e socialmente construído da branquitude não significa, convêm enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irrealis em seus efeitos materiais e discursivos⁸⁸.

Porém, em um trabalho de 1993, citado pela pesquisadora sul-africana Melissa Steyn, Frankenburg, afirmava o que segue:

A branquitude tem de fato um conteúdo na medida em que gera normas, modos de compreender a história, modos de pensar sobre o eu e o outro e até modos de pensar sobre a própria idéia de cultura. Por isso, a branquitude precisa ser examinada e historicizada. Precisamos examinar mais de perto o conteúdo do que é normativo e tentar analisar a sua

⁸⁸ Ruth Frankenburg. "A miragem de uma branquitude não- marcada". In: Vron Ware (Org). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamount, 2004. p. 312 -313.

história e suas conseqüências. A branquitude precisa ser delimitada e “localizada”⁸⁹.

De fato, Frakenburg se estende na explicação de uma essência, um conteúdo, que a meu ver, foi dado pela prática contínua das prerrogativas do grupo populacional agraciado. Acredito que, como a branquitude foi criada para agir em função de determinados interesses materiais tem um conteúdo: o empoderamento de determinados grupos humanos sobre outros para exercerem e conservarem o poder de controlar as fontes de riqueza de uma sociedade determinada. Esse conceito contribui para auxiliar na seleção das pessoas que exercerão materialmente os espaços de poder sejam estes econômico, político, representativo, mediático. Determina também as interdições que devem sofrer as pessoas de maneira grupal ou individual, visando à manutenção da estrutura social existente.

Nesse sentido, a branquitude é tão material como o são um departamento de Recursos Humanos, as normas de administração internas de uma empresa ou as prerrogativas de um Presidente da República. Uma proibição ditada pela branquitude pode ser praticamente inapelável e a sua violação, em determinadas sociedades, podia levar à morte.

Em Cuba inexistem estudos sobre esta temática. O problema de raças foi tratado desde óticas diferentes desta. A saber, a resistência escrava, a religiosidade de origem africana, a participação da cultura do africano na conformação da cultura nacional, as propostas abolicionistas de diferentes signos ideológicos, mas até hoje não tem sido publicado algum trabalho que penetre nos mecanismos de poder e de dominação racial. É uma tarefa necessária que precisa ser empreendida com urgência.

Meu interesse em compreender o fenômeno da branquitude decorre da constatação da insistência ao longo da história de muitos integrantes da população negra em conseguir o branqueamento racial. Esse afã, que está presente em Reyita, a mãe, a avó, a bisavó e muitas outras pessoas que tiveram contato com a sua família, ainda hoje é possível encontrá-lo em Cuba entre muitos jovens não brancos.

Isso me conduz a pensar que não se trata de uma simples opção para escapar das dificuldades da vida, senão que remetem para a existência de uma complexa relação

⁸⁹ Ruth Frankenberg. *White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness*. Mineápolis: Minnesota University Press, 1993. Apud: Melissa Steyn. “Novos matizes da ‘branquitude’: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática”. In: Vron Ware (Org). *Ob. Cit.* p. 121.

de poder, criada durante o processo de conquista das Américas e da África e da escravização dos africanos pelos europeus, que conviveu junto a outras formas estruturantes da sociedade colonial e escravista.

Enquanto outras formas de exercício do poder, como por exemplo, as classistas coloniais, desapareceram ou mudaram de forma, a determinada pela branquitude perpassou diferentes etapas históricas, continuou viva ao longo do século XX e continua a existir na atualidade.

A busca pelo branqueamento racial pode ser vista como a procura permanente de ascensão dentro da escala racial determinada pela branquitude, visando à obtenção das prerrogativas que o sistema sócio-classista reserva àquelas pessoas que podem portar a brancura.

O branqueamento como elemento da estratégia de vida de muitas pessoas se transmite de geração em geração, desde a época escravista, e seguirá existindo enquanto a branquitude não seja destruída como sistema de poder.

III. República, racismo e resistência.

A última guerra de independência (1895 -1898), da qual participaram os pais, os tios, os avôs maternos e a avó paterna de Reyita, não foi concluída da maneira que os combatentes esperavam.

A guerra se estendeu rapidamente por todo o território nacional que se transformou em um imenso teatro de operações. O governo colonial, dirigido por Valeriano Weyler, pretendendo asfixiar os insurgentes impedindo-lhes de receber qualquer apoio da população civil, promulgou a denominada “Reconcentração” que estabelecia para a população dos campos a obrigatoriedade de trasladar-se de imediato às cidades sob pena de execução sumária.

Sem possuir qualquer estrutura idônea para acolher esse grande número de camponeses, as pequenas cidades do interior e os subúrbios das grandes se transformaram em verdadeiros campos de concentração onde a população morria de fome ou de todo tipo de doenças⁹⁰.

Perante essa situação - em que foi praticamente decretada a erradicação da vida rural durante o tempo em que durasse a guerra -, muitas das famílias camponesas que simpatizavam com os ideais defendidos pelos independentistas e não desejavam ir para as cidades, se incorporaram ao Exército libertador. Nele, os homens aptos para combater o fizeram como soldados enquanto as mulheres, as crianças e os homens mais velhos procuravam alimentos e colaboravam na cozinha, no cuidado dos feridos e em outras funções auxiliares. No caso específico das mulheres, não todas se limitaram ao desempenho dessas funções tipicamente femininas no campo militar. Houve algumas que participaram diretamente como soldados nos combates ou colaboraram nas cidades na criação de redes de apoio e de envio de informações estratégicas aos combatentes.

O fato de Cuba se encontrar numa situação extraordinária de alteração da ordem social, onde as necessidades e as penúrias próprias da guerra faziam impossível manter intactas todas as práticas e os costumes prescritos pela sociedade para todos, exerceu influência nas estratégias de vida das pessoas envolvidas e nas de suas famílias, tanto durante os anos da guerra quanto depois de concluída. Em muitos casos as famílias se dividem; se desestruturam; o chefe sai e não volta; a mulher estende os limites das suas responsabilidades socialmente prescritas; as fontes tradicionais do sustento alimentício se interrompem; o papel de fornecedor pode passar a mãos insuspeitadas: o filho menor

⁹⁰ Um profundo estudo sobre as características e as repercussões desse processo de reconcentração foi realizado por Francisco Perez Gusmán. *Herida profunda*. La Habana: Ediciones Unión, 1998.

de idade que forrageia, a moça adolescente que se prostitui; o soldado ou a autoridade governamental, até então desconhecidos, que entram na casa com o sustento para uma família que não é a sua em troca de acolhida sexual. A mulher assume trabalhos e ofícios que eram “de homens”. Reforça-se a solidariedade entre os moradores dos pequenos povoados rurais e, nos acampamentos mambises⁹¹, entre os integrantes da “impedimenta”⁹² e os soldados. A luta pela subsistência, e mesmo pela existência, passa a um primeiro plano.

Perante essas necessidades vitais acha-se pouco sentido nos convencionalismos sociais criados pelas elites para reforçar sua diferença com respeito à maioria e nas estratégias anteriormente criadas para confrontar essas convenções. Isabel, com três filhos – os dois últimos, do homem branco com quem se juntara e que emigrou para Santo Domingo com a sua família oficial para fugir da guerra -, a pesar de sua rejeição à cor preta, une-se a um soldado negro como estratégia de sobrevivência, e com ele tem mais três crianças durante a contenda. Estas, assim como o filho mais velho morreram por causa de doenças, em circunstâncias terríveis como a relatada a seguir:

Uma vez estavam os familiares dos mambises ocultos no leito de um rio seco, porque ia passar uma coluna espanhola; mas Candita chorava muito porque estava muito doente. As demais mulheres, temendo serem descobertas diziam para tua avó: “Isabel, busca a maneira de calar essa menina”. Ela, sem saber o que fazer, deixou as outras crianças e se foi caminhando e caminhando até que chegou a um córrego.

Levava sua filha apertada contra o peito. Quando a menina deixou de chorar, Isabel se deu conta de que estava morta. Novamente teve que abrir a terra com as mãos e enterrá-la embrulhada em folhas. Não pôde se deter para chorar e sofrer, pois corria o risco de que o grupo se movimentasse do lugar e não pudesse voltar a ver seus outros filhos⁹³.

⁹¹ Nome pejorativo dado aos soldados do exército libertador cubano pelos espanhóis durante a primeira Guerra de independência (1868 – 1878). Os soldados cubanos acolheram o termo e se autodenominaram assim, com orgulho.

⁹² Chamava-se de “impedimenta” o conjunto de pessoas não combatentes que acompanhavam o exército libertador. Pertenciam a ela os militares doentes ou feridos, os que tinham funções administrativas ou auxiliares e o conjunto de famílias civis que acompanhavam as tropas. Esta, embora fosse protegida pelos militares, pois constituíam um alvo privilegiado para os grupos para-militares pró-espanhóis (chamados de “guerrilheiros”) era considerada uma carga pesada, pois “impedia” a rápida movimentação das tropas para as operações militares e exigia a destinação de soldados para defendê-la.

⁹³ Rubiera, p. 31.

O que é traumático e quase aniquilador em tempos de paz torna-se comum em época de guerra e fortalece a vontade de seguir vivendo e de conseguir um contexto social onde a vida possa ser desenvolvida de maneira tranqüila e, sobretudo, em paz. Esta é a aspiração essencial de Isabel que pretendeu conduzir pelas vias do branqueamento.

A mulher que passou pela experiência da guerra dificilmente aceita a idéia de se recolher na casa para realizar as funções pré-determinadas ao seu gênero pela sociedade. Ainda menos se foi escrava ou negra livre e viu-se obrigada a realizar inúmeras atividades produtivas antes e depois da abolição para sustentar seus filhos. Tampouco pensará que está incapacitada para se ocupar dos assuntos públicos de seu país, como determinara a Assembléia Constituinte, integrada apenas por homens, que em 1901 aprovou a constituição da república e instaurou o direito ao voto exclusivamente para os homens⁹⁴. A vocação participativa das mulheres negras será posta de manifesto em momentos de mobilização política e social durante as primeiras décadas da vida republicana.

Elas, como os homens de sua raça, não aceitaram as manifestações de discriminação racial explícita aprovadas pelo governo interventor norte-americano que foi imposto a Cuba durante os anos 1899 - 1902, entre outras coisas, porque afetavam as possibilidades de avanço econômico e social das suas famílias. Todos esperavam o fim da intervenção para que um governo genuinamente cubano, dirigido por líderes independentistas implementasse o programa de igualdade pelo que tanto haviam lutado.

Conhece-se que os combatentes da guerra de independência eram na sua maioria negros, representavam aproximadamente 70% do Exército cubano e tinham importante presença na oficialidade. Muitos eram trabalhadores agrícolas que percorriam os campos em busca de trabalho após a abolição; ex-escravos, negros livres das cidades e diversas categorias de lavradores que viviam da terra; integrantes de sociedades e de organizações reivindicadoras dos direitos dos negros, que se uniram conscientemente ao movimento independentista, procurando obter, num país independente, uma vida melhor.

⁹⁴ Rebeca Scott. *Grados de Libertade. Cuba e Luisiana después de la esclavitud*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006. p. 259.

Os objetivos da guerra proclamados pelos seus organizadores principais⁹⁵ incluíam, junto à criação de uma república independente, o estabelecimento de uma verdadeira igualdade racial onde os negros e os brancos desfrutassem dos mesmos direitos civis. Essa proposta foi interpretada pelo setor discriminado como a instauração da igualdade de oportunidades real para todos os cidadãos e a desapareição de todas as formas de discriminação racial que identificaram com o regime colonial.

Por isso, uma vez concluída a guerra, os combatentes acreditavam haver chegado o momento de colher os frutos de seus esforços. Muitos entraram vitoriosos na capital e nas grandes cidades, foram recebidos com festas, música e dança, mas rapidamente perceberam que não havia espaço para eles desenvolverem suas vidas em qualquer lugar da Ilha. O famoso *cimarrón* e mambí Esteban Montejo observou, com sua perspicácia habitual, os sinais do novo tempo:

Quando terminou a guerra e todas as tropas chegaram a Havana, eu comecei observar as pessoas. Muitos queriam ficar ai, cômodos, viver suave na cidade. Bom, pois esses que ficaram saíram pior do que se tivessem regressado ao monte. Pior, porque começou o estica e encolhe, o engano e as mentiras. “Negro tu vai ser rico aqui” E nada! Esse era o primeiro que morria de fome. Por isso, quando os chefes disseram: “A guerra já terminou. Há que trabalhar”, eu peguei meu embrulho e fui à ferroviária, ao lado da muralha⁹⁶ de Havana. (...) Ai mesmo me embarcaram para Las Villas. Eu pedi isso. Las Villas é a melhor parte do mundo e como eu nasci ali...

Aos guerrilheiros⁹⁷ os deixaram nos escritórios porque eram homens de contas e dessas bobearias, ou tinham uma filha bonita ou dinheiro. Eu voltei ao campo sem um centavo no bolso. Licenciei-me temporariamente.

⁹⁵ José Martí. “Mi raza”. In: *Obras Completas*, t.2. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1973;

José Martí e Máximo Gómez. “Manifiesto de Monteristi”. *Ibidem*, t. 3.

José Luciano Franco. *El pensamiento vivo de Antonio Maceo*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1986.

⁹⁶ Muralha construída pela metrópole espanhola para proteger a cidade dos ataques de corsários e piratas.

⁹⁷ Eram chamados “guerrilheiros”, os integrantes de forças paramilitares organizadas pelo governo colonial para reprimir os civis que apoiavam o Exército cubano. Operavam nos campos e nas pequenas cidades, onde cometeram crimes atrozes.

Quando cheguei a Remédios encontrei alguns conhecidos meus, depois parti para Cruces e empecei a trabalhar no engenho açucareiro San Agustín Maguaraya. Na mesma coisa. Tudo parecia que havia voltado atrás⁹⁸.

“Parecia que tudo tinha voltado atrás”, à etapa colonial. Essa era a sensação de muitos negros em Cuba, que logo começou a se refletir na imprensa negra, nas declarações de lideranças e de militares dessa raça. O governo interventor norte-americano⁹⁹ fez o quanto pôde para excluir o negro da cena pública e subalternizá-lo, tal como fizera com a população negra em seu país após o período de Reconstrução que sucedeu à Guerra Civil. Isso tudo com o beneplácito das elites cubanas, independentistas ou não, que guiadas pela ideologia da branquitude, aceitaram as medidas discriminatórias contra seus camaradas de armas, pois viam nelas um passo de avanço no caminho da almejada europeização de Cuba. O racismo falou mais alto que os interesses de unidade nacional. Não se conhece, até hoje, alguma atitude ou pronunciamento enérgico dos ex-combatentes brancos contra a exclusão do negro dos quadros do exército nacional, da oficialidade da guarda rural, do Corpo de Artilharia e da Marinha. Generais negros com mais de 30 anos de luta pela independência, verdadeiros mitos populares como Quintin Banderas, símbolo de valentia e intrepidez, padeciam fome com suas famílias¹⁰⁰.

Alguns oficiais mambises e várias lideranças tradicionais da população negra integraram as listas eleitorais do Partido Liberal que iniciou uma campanha demagógica

⁹⁸ Barnet, p. 84.

⁹⁹ Quando em 1898 a guerra estava praticamente vencida pelo Exército Libertador, o governo dos Estados Unidos decide entrar nela, supostamente para ajudar os cubanos. Utilizando seu poderio bélico, e com a ajuda dos cubanos, conseguiu acelerar o final da contenda. Espanha negociou a paz com os Estados Unidos e ambos firmam o Tratado de Paris, que concedia aos Estados Unidos o direito de ocupar Cuba, Porto Rico, Guam e Filipinas. Em Cuba estabelecem um governo interventor (1899 -1902) que tomou todas as medidas necessárias ao fortalecimento do controle da política e da economia.

Esse governo reorganizou a administração pública e as novas forças armadas das quais excluíram os negros. Devido à inequívoca opção do povo cubano pela independência nacional e as pressões políticas de seus libertadores abandonaram a idéia de colonizar a Ilha e se retiraram do país em 1902, não sem antes impor uma emenda à Constituição cubana (chamada Emenda Platt) que lhes autorizava a intervir militarmente cada vez que acontecesse algum conflito que pusesse em perigo a ordem e as propriedades. Essa Emenda (que incluía também o controle sobre a política e o comércio exterior da República, o direito a instalar bases navais – como a de Guantánamo, que ainda existe -, proibia derrogar as leis e medidas econômicas tomadas pelo governo interventor durante o seu mandato) limitava a soberania nacional e gravitosa pesadamente sobre a nação cubana durante as três primeiras décadas do século.

¹⁰⁰ Quando o general Banderas visitou em 1905 o presidente da República Tomás Estrada Palma para solicitar algum emprego, este só lhe ofereceu um posto de carteiro e 5 pesos de seu bolso. Banderas, entre outros feitos heróicos, tinha sido o chefe da infantaria da Coluna Invasora, cabendo-lhe dirigir inúmeros combates.

para atrair o negro. O Partido Moderado, anos mais tarde Conservador, teve poucos negros nas suas fileiras. Ambos partidos adotaram um forte caráter caudilhistas e clientelista. Os líderes negros tinham tanto prestígio que nas duas primeiras eleições vários foram escolhidos como membros da Câmara de Representantes e um deles do Senado¹⁰¹. Porém, nem sequer esses políticos negros se livraram da discriminação e da ofensa racial.

As famílias negras voltaram ao trabalho, visando, antes de todo à reconstrução das suas vidas. Isabel, como já foi dito, morou junto ao seu esposo e os filhos sobreviventes num sítio familiar, onde nasceram Julian e Reyita, esta última no mesmo ano da independência. Parece-lhes chegada a possibilidade de estabelecer uma nova vida na República, com unidade familiar, estabilidade financeira, segurança alimentar e sem mais transumância.

Os avôs maternos, Tatica e Basílio, também regressam da guerra e se assentaram em La Maya, na sua região, para recompor as suas vidas.

A avó paterna, Mamasita, que se incorporou às forças independentistas com todos os seus filhos – dois deles foram enviados ao presídio espanhol na África onde morreram, outro ganhou o grau de capitão, o pai de Reyita foi sargento e os demais irmãos, soldados¹⁰² -, retornou ao trabalho na finca Desengaño e depois, quando o seu marido branco voltou de Jamaica – que igual ao de Isabel saiu do país com sua família oficial no início da guerra – a buscou e levou com ele à cidade de Banes após ter recebido um alto emprego na United Fruit Company.

Era para estes núcleos familiares e especialmente para esse setor social de negros pobres do campo e das pequenas cidades do interior, mais do que nenhum outro, a hora de colher o fruto de seus esforços e sacrifícios pela independência, de desfrutar dos benefícios individuais e sociais que podem ser traduzidos como o desejo pessoal de desenvolver em paz as suas vidas, avançar com o resultado do trabalho de suas mãos e

¹⁰¹ Dentre eles, Manuel Morúa Delgado, senador pelo Partido Liberal. Rafael Serra, o General Lino D`Ou e o Capitão Generoso Campos Marquetti representantes pelos partidos Moderado, Liberal e Conservador, respectivamente. Eles foram eleitos em diferentes legislaturas e a inda que existiam outros menos famosos, os negros sempre foram minorias na Câmara e no Senado. Uns e outros eram vistos pela população negra como seus representantes naturais, mas na medida em que se incrementava o caráter caudilhistas e clientelista de todos os partidos, os políticos negros começaram a defender mais os interesses de suas facções políticas do que os mais genuínos da população negra.

¹⁰² Ela também esteve junto ao seu marido Antonino com as tropas cubanas durante a primeira guerra de independência que durou dez anos (1868 -1878). Nela, os insurretos proclamaram a abolição da escravidão e a igualdade de todos os cidadãos perante a Lei. Antonino, pai de seus muitos filhos, morreu nessa guerra. Após a paz, ela conheceu Panchito, quem viveu com ela durante 37 anos, a pesar da oposição da sua família oficial.

obter os direitos de cidadania aos que se consideravam merecedores após tantos anos de sacrifício em prol da república democrática e independente.

Mas, como freqüentemente acontece na história, a realidade macro econômica/política/ideológica conflitou com as aspirações pessoais dos integrantes das classes populares e, neste caso específico, desse setor de negros pobres do campo e das pequenas cidades.

Durante os anos que durou a ocupação norte-americana, (1899 -1902), o governo interventor aprovou diversas medidas que favoreciam a entrada massiva do capital desse país e o controle dos principais recursos econômicos, fundamentalmente, as terras e a produção açucareira.

Em poucos anos, aproveitando-se da ruína das fazendas abandonadas por causa da guerra ou destruídas pelos insurretos, e - avançando sobre as terras comunais dos camponeses – as empresas do ramo agro-exportador de Estados Unidos adquiriram grandes extensões de terra muito baratas, para constituir enormes latifúndios dedicados à produção de produtos agrícolas para a exportação. Muitas dessas empresas, como a United Fruit Company, representavam verdadeiros enclaves estrangeiros no seio da sociedade geral. A cultura de trabalho aplicada por eles em diferentes países do Caribe, caracterizada pela exploração despótica e os baixíssimos salários, incluía a compra dos alimentos na loja criada pela empresa.

Essas unidades socioeconômicas impunham restrições à movimentação dos trabalhadores e reprimia qualquer demanda laboral, possuíam as suas próprias forças repressivas chamadas de “guarda-jurados” e dominavam, mediante a corrupção, as forças policiais e a Guarda Rural do município. Controlavam também as autoridades políticas, administrativas e judiciais da localidade. O Exército Nacional operava também nas zonas açucareiras para proteger também os interesses das companhias estrangeiras.

Nos anos da intervenção e nas próximas décadas, investidores dos Estados Unidos conseguiram controlar também as minas, os caminhos de ferro, as instalações portuárias, a indústria tabaqueira, os serviços de eletricidade, o sistema bancário.

Antes das suas forças militares saírem de Cuba pressionaram para que os delegados da Assembléia Constituinte, incluíssem na próxima Constituição cubana uma disposição que garantisse o respeito às medidas adotadas durante o período da intervenção e o direito dos Estados Unidos a intervirem militarmente em Cuba quando considerassem que, por algum motivo, suas propriedades estivessem em perigo.

Com capitais norte-americanos foi reconstruída a indústria açucareira. Grandes e modernas usinas açucareiras foram erigidas fundamentalmente nas províncias orientais, onde a guerra tinha acelerado o processo de ruína dos pequenos centrais e outras fábricas de açúcar existentes no século XIX. Os mesmos foram adquiridos pelos nortenhos, igual a muitos sítios dos camponeses que passaram a se dedicar à cultura da cana.

Essa expansão açucareira deu-se também mediante a apropriação e desmatamento de terras comunais ou realengas¹⁰³ em algumas das quais estavam assentados, desde longo tempo, pequenos produtores cubanos que foram desalojados. Essa apropriação da terra pública, provocou a diminuição para as famílias pobres da possibilidade de ganhar o seu auto-sustento nessas áreas. .

Quem chegou da guerra encontrou-se às vezes com a sua família dizimada, sem terra, com a casa queimada, a mulher desaparecida¹⁰⁴. Reunir os cacos da sua vida anterior e tentar reerguê-la foi uma tarefa titânica, pois a nova situação econômica, caracterizada pela expropriação das terras pelos norte-americanos e os grandes latifundiários cubanos, especialmente na província oriental, onde predominava a produção de açúcar e, por conseguinte, a população negra, afetou de fato as possibilidades de unidade familiar.

Os homens, como o pai de Reyita, também muitas mulheres, como Isabel, viram-se frente à obrigatoriedade de migrar constantemente, à procura de meios de subsistência, contribuindo assim para a desestruturação familiar.

Se bem a massiva transumância laboral, determinada também pelo caráter sazonal da produção de açúcar¹⁰⁵ existiu desde a abolição da escravidão, antes da guerra muitas famílias acudiram ao expediente de assentar-se em terras baldias, construir seus ranchos e praticar uma agricultura de subsistência. Essa possibilidade foi eliminada rapidamente depois da independência devido à expansão do latifúndio sobre as terras públicas ao longo da Ilha.

O descontentamento da população negra foi crescendo em todo o país. As principais lideranças nacionais, cooptadas pelos partidos políticos recém-criados para

¹⁰³ Estas terras chamavam-se realengas (“do rei”) e eram áreas rurais que ficaram fora das “mercedes” efetuadas séculos antes, transformando-se em terras coletivas.

¹⁰⁴ Aline Helg. *Lo que nos corresponde. La lucha de los negros y mulatos por la igualdad em Cuba. 1886 – 1912*. La Habana, Ediciones Imagen Contemporânea, 2000. P.164.

¹⁰⁵ Como as safras duravam cerca de seis meses, somente uma parte dos cortadores de cana podia trabalhar no resto do ano na preparação das terras e na reparação das máquinas do central. Os demais cortadores de cana tinham que procurar ocupação em fazendas dedicadas a outras culturas, que nem sempre se conseguia na mesma região.

atrair o voto da população negra, encontraram-se entravados na contradição criada, de um lado, pela sua obrigação de ter que considerar os interesses macro-políticos do país (que lhes exigia ocupar-se das múltiplas variáveis políticas capazes de incidir na retirada das tropas norte-americanas e na obtenção e conservação da soberania nacional) e, do outro, pelo compromisso com as demandas setoriais da população negra que os elegeu.

Essa contradição fazia-se mais aguda, quando se exigia delas um posicionamento claro em face aos casos flagrantes de discriminação racial promovidos pelo governo, e quando os veteranos negros começavam a organizar protestos contra a exclusão racial de que eram vítimas. Em tais casos, esses líderes faziam declarações moderadas¹⁰⁶, utilizando-se de uma linguagem apaziguadora dos ânimos e de argumentos tais como o “não fornecimento de pretextos” aos norte-americanos para continuarem por mais tempo em Cuba e, após a sua saída, para que não regressassem amparados pela Emienda Platt; “a necessidade” de esperar à superação educacional da massa negra para acessar os postos públicos; o grande “avanço” que representou a inclusão da igualdade racial na Constituição de 1901; a “unidade inter-racial” construída pelos negros e brancos na recente guerra independentista, e outros argumentos que já os descontentes estavam cansados de escutar e para os quais tinham inúmeras respostas.

Por exemplo, o capitão Generoso Campos Marquetti, que tinha colaborado com Juan Gualberto Gómez na organização da guerra, sido encarcerado pelas autoridades espanholas e regressado nos meses finais da mesma, organizou o citado ato para exigir do governo nacional e do provincial o emprego de negros nos postos públicos. Diria perante os 200 veteranos negros participantes:

[é] uma ofensa não oferecer postos de mando aos generais e oficiais de cor do Exército Libertador que tinham mostrado dotes de mando, energia de caráter, tato e perícia para dirigir as forças armadas e mantê-las disciplinadas. Estes homens vieram, com profundo pesar, como eram ignorados, enquanto seus subordinados brancos se convertiam em oficiais da Guarda Rural. As unidades de Artilharia, exclusivas de brancos ou de negros deviam ser re-organizadas e convertidas em

¹⁰⁶ Ao discursar num ato contra a discriminação racial organizado por militares negros em junho de 1902, Juan Gualberto Gomez pediu para os participantes moderar as suas demandas a fim de não prejudicar a nova república. Referiu-se à necessidade de uma fraternidade entre as duas raças e pediu para os brancos apoiar as demandas dos negros. Martin Morúa Delgado simplesmente negou-se a participar desse ato. In: Helg, p.175.

unidades multirraciais e a segregação racial devia ser abolida na penitenciária nacional, porque o Estado republicano não pode fazer distinções semelhantes sem perpetuar a preocupação da sociedade¹⁰⁷.

Na medida em que a política praticada em Cuba reforçava o seu caráter clientelista e as contendas eleitorais municipais, provinciais e nacionais se transformavam em luta pela ocupação dos empregos públicos – que constituíam uma das poucas opções de trabalho para o cubano das cidades e que ofereciam para os aventureiros, adicionalmente, a possibilidade de enriquecimento rápido mediante a corrupção – os líderes negros que atuavam nos grandes partidos afundaram-se também nessas práticas partidarista, que chegaram a constituir a marca principal das suas atividades públicas. Assim, Juan Gualberto Gómez, na sua condição de fornecedor de votos para a facção liberal liderada por Alfredo Zayas,¹⁰⁸ e que nunca foi eleito para a Câmara nem para o Senado, tinha prerrogativas sobre a indicação de pessoas para ocupar cargos de baixo escalão, tais como porteiros, secretárias, carteiros e outros, para os quais indicava pessoas negras. Martín Morúa Delgado, liberal da facção do General José Miguel Gómez¹⁰⁹, que tinha idênticas prerrogativas, distribuía também entre os negros esses postos públicos de mínima remuneração.

Essas atuações partidaristas não significam que eles tenham abandonado o comprometimento com as causas dos negros, em cuja defesa se consagraram desde os anos finais da década de 1870. Por exemplo, Morúa apresentou várias propostas de Leis anti-discriminatórias no Senado, como a que revogava a disposição do governo interventor que proibia expressamente a entrada de negros no Corpo de Artilharia. Porém, outras que ele apresentou, tais como a que condenava a discriminação em relação ao oferecimento de serviços nos estabelecimentos públicos e a que combatia a discriminação racial no acesso ao emprego, foram engavetadas pelos seus colegas do Senado, onde em muitos anos ele foi o único negro.

O que aconteceu com essas e outras figuras políticas negras da época é que não conseguiram encontrar as formas de transitar fluidamente entre a esfera da macropolítica e a esfera da política setorial, sendo que ambas requeriam o concurso de seus talentos e do seu compromisso com a soberania e a unidade nacional.

¹⁰⁷ Ibidem, p.174.

¹⁰⁸ Alfredo Zayas chegou a ser Presidente da República entre 1921 e 1925.

¹⁰⁹ José Miguel Gómez foi Presidente entre 1909 e 1913.

Para complicar mais a sua situação, Juan Gualberto e Martín Morúa se consideravam – por seus méritos históricos, políticos e intelectuais - dignos de ocupar as posições destacadas na vida política nacional que lhes foi oferecida pelo partido em que militavam. Porém, para os dirigentes dos partidos políticos, tanto eles quanto as demais figuras civis e militares negras que apresentavam ao público - mas que não recebiam poder real na direção dos partidos -, eram simples enfeites e iscas para atrair o voto do seu setor populacional. Esses partidos nunca incluíram nos seus programas a luta pela erradicação da discriminação racial nem a inclusão de todos os cubanos em igualdade de condições num projeto de nação. Pelo contrário, os políticos e intelectuais dominantes nesses partidos compartilhavam publicamente as idéias favoráveis ao branqueamento da nação mediante o incremento da imigração européia, e quando chegavam ao poder escolhiam só pessoas brancas para ocupar os altos postos dos poderes executivo, legislativo, judicial e ainda para a administração pública do país.

Por outra parte, nos primeiros anos da República esses líderes negros tradicionais não tinham concorrentes de peso que pudessem substituí-los na cena pública. O prestígio que alcançaram antes da guerra foi reforçado com sua participação¹¹⁰ e a condição de veteranos era básica para obter o aval popular.

Porém a cobrança não tardou a chegar. Alguns prestigiosos generais negros como Jesús Rabi e Agustín Cebreco e outros militares de patente mais baixa como Evaristo Estenoz, Pedro Ivonet e Ricardo Batrell começaram a questionar dos líderes negros a não satisfação das expectativas geradas pela população negra¹¹¹. Vários desses militares eram conhecidos pelos seus feitos de guerra, mas não tinham participação destacada nas anteriores lutas contra o racismo.

Criou-se assim um vácuo na representação real dos interesses da população negra, que não era bem atendida nas suas demandas fundamentais pela velha liderança e não possuía ainda líderes novos nem uma organização social que, ao estilo do Diretório

¹¹⁰ Juan Gualberto, nomeado Representante do Partido Revolucionário Cubano na Ilha, foi o principal organizador da insurreição dentro de Cuba. Ele mesmo se levantou em armas na província de Matanzas, numa ação que fracassou. Depôs as armas e ficou encarcerado até o final da guerra. Martín Morúa Delgado, eterno rival de Juan Gualberto nas lutas anti-discriminatórias, pertenceu ao Partido Liberal Autonomista que era contrário à independência. Porém, meses antes do final da guerra se passou para o lado independentista e entrou na Ilha na última expedição militar. Foi também um destacado romancista.

¹¹¹ Pedro Ivonet foi o porta-bandeira das tropas do Major General Antonio Maceo que realizaram a invasão que levou a guerra desde o oriente até o extremo ocidental de Cuba; Ricardo Batrell combateu na província de Matanzas e escreveu suas memórias sobre a guerra e Evaristo Estenoz, também veterano, teve seu nome conhecido a partir da sua participação nas greves operárias acontecidas durante a etapa da ocupação norte-americana.

Central de Sociedades da Raça de Cor¹¹², defendesse suas demandas. Aline Helg (2000)¹¹³ afirma que uma das grandes limitações do movimento reivindicativo após o final da guerra foi a não re-criação da organização social negra que existia antes de 1895. Os mambises negros, chocados pela sua inesperada exclusão da vida pública, e afundados na pobreza pessoal reagiram, exigindo os seus direitos civis como direitos ganhos com seus sacrifícios durante a guerra. Eles não conseguiram ver num primeiro momento que seus padecimentos pessoais estavam vinculados aos de todo o setor social negro e que, como aponta essa autora, era necessário ir além da solicitação de acesso aos serviços públicos¹¹⁴. Impunha-se a solução dos variados problemas sociais das massas negras do campo e das cidades. Era preciso articular a defesa dos direitos do cubano negro como um todo.

Mas isso não foi possível. Os acontecimentos políticos nos primeiros anos do século aconteciam de maneira veloz e exigiam a mudança brusca das prioridades e mudar constantemente o movimento foco, passando-o do racial ao nacional, da macropolítica à política eleitoral e vice-versa. Nesse sentido, algumas iniciativas importantes ficaram inconclusas, como a criação, no citado ato organizado por Campos Marquetti, do Comitê de Ação dos Veteranos e Associações de Cor, que tinha possibilidade de se converter no núcleo inicial de um poderoso movimento reivindicativo dos direitos do negro, mas apenas seis meses mais tarde, em dezembro de 1902, decidiu integrar-se na Associação Nacional de Veteranos para lutar pela obtenção dos recursos devidos aos militares desmobilizados. Esta última era também uma demanda prioritária de todos os militares e, em especial, dos mais pobres, que contavam com esse dinheiro para começar a reerguer sua vida pessoal. Essa luta demandava unidade entre todos os ex-combatentes.

A cifra mínima entregue a cada soldado ascendia a \$75.00 pesos cubanos (que naquela época equivalia a \$75.00 dólares). Essa cifra aumentava mais segundo a posição ocupada pelo mambi no quadro de oficiais. Houve alguns que compraram terras

¹¹² O Diretório foi criado por Juan Gualberto Gomez em 1886, mediante a união de todas as instituições representativas da população negra interessadas na luta antidiscriminatória. O Diretório estava presente em todo o território nacional e, durante a preparação da guerra de independência, seus integrantes decidiram somar-se ao campo independentista, pois consideraram que seus objetivos seriam conseguidos na república que surgisse após a eliminação do colonialismo espanhol. Muitos de seus integrantes se incorporaram à guerra e alcançaram patentes de oficiais, como o General Lino D'Ou, o capitão Generoso Campos Marquetti e outros.

¹¹³ Helg, P.173.

¹¹⁴ Ibidem, p.174

e fizeram outros negócios e com esse dinheiro iniciaram uma pequena fortuna. Outros reclamaram que não lhes era suficiente.

Por exemplo, o jovem mambí José Isabel Herrera, apelidado “Mangoché”, que escreveu suas memórias na década de 1940, mostrou o motivo da sua insatisfação com a cifra recebida:

Nós fomos licenciados ridiculamente, deram-nos 75 pesos para que fossemos para nossas casas, as quais muitas tinham desaparecido. Até nos negaram a passagem para trasladar-nos de um lugar a outro¹¹⁵, dando-se o caso de homens de Oriente que estavam em Pinar del Rio e vice-versa. Outros chegavam a seu povo e encontravam a sua família desaparecida¹¹⁶.

Evidentemente, a utilidade do dinheiro recebido dependia de vários fatores, entre eles a região geográfica e o tipo de atividade econômica passível de empreender com esse montante. Também do nível das perdas sofridas, pois para quem tinha um pedaço de terra abandonada resultava menos oneroso levantar seu patrimônio que para aquele que só encontrou ruínas no lugar onde antes estivera o seu lar. A existência de alguma estrutura familiar de apoio era imprescindível. Quem contou com ela teve melhores condições para re-criar sua vida familiar. A família de Reyita é um exemplo de como funciona a rede de apoio familiar em momentos de emergência social, como foi o do final da guerra.

O fato de Mamasita ter levado para o “Desengaño” seu filho – que não é possível saber se antes da guerra morava com ela - e a Isabel, acompanhada dos dois filhos do seu anterior casamento -, evitou a esse sargento mambí as penúrias por que passavam outros veteranos que voltaram “sem um centavo no bolso” - como disse Esteban Montejo - para suas casas, ou que permaneceram nas cidades passando fome. Para Isabel as expectativas haveriam sido mais sombrias. Como o dinheiro prometido não chegou tão cedo, as redes de proteção familiar devem ter jogado um papel extremamente importante para a proteção dos seus membros nos primeiros meses após a desmobilização.

¹¹⁵ Existe uma diferença entre as afirmações de Mangoché e as de Esteban Montejo a respeito do pagamento da viagem para o lugar da origem. Montejo conta que ele se apresentou na estação de trens e foi embarcado para Las Villas, como tinha pedido. Mangoché afirma que as viagens de regresso não se pagavam. Talvez ambos decidiram voltar em momentos diferentes e a política de retorno havia sido mudada.

¹¹⁶ Helg, p.164.

Desconhecemos o destino dado ao dinheiro recebido pelos familiares de Reyita. Parece que alguns conseguiram adquirir algumas casas ou sítios com esse dinheiro ou se sustentar com ele enquanto ocupavam e punham em produção parcelas de terra baldia. Na autobiografia de Reyita, além da finca Desengaño comprada pelo marido de Mamasita antes da guerra, mencionam-se outras propriedades cujas origens não são explicadas, como por exemplo, a terra da sua tia paterna, que emprestou um pedaço dela ao seu irmão; a terra de Casilda, a tia de Isabel com quem esta deixou morando a Reyita durante um tempo; a casa da prima de Isabel, em La Maya, onde ia buscar amparo nos momentos mais difíceis de sua vida. A casa dos tios Juan e Mangá, também em La Maya.

Uma evidência da utilização dos recursos do licenciamento para a reconstrução da vida familiar de muitas famílias negras e pobres que tiveram grandes perdas durante a guerra, oferece um informe telegráfico recebido pelo Secretário de Governança sobre os fatos acontecidos em La Maya durante o levantamento dos Independentes de Color – que será abordado mais na frente. No informe se faz referência a um incêndio que destruiu o povoado, e se explicita que “A maioria das casas de La Maya e as que foram destruídas pelo incêndio, pertencem a homens de cor que as construíram ao receber seus haveres do Exército”¹¹⁷.

Sem dúvida alguma, os familiares de Reyita contaram com esse apoio adicional para refazer sua vida. Contudo muitos outros fatores de índole sócio-econômico e cultural conspiraram para o insucesso de vida da sua família, tal como a concebia e a desejava conduzir sua mãe Isabel.

As desventuras dessa família, condicionada em grande medida pela falta de atenção especial do Estado, não foram casos isolados. Todo o setor de negros rurais as padecia em quase todo o país. A insatisfação geral com a atuação dos líderes negros históricos, incapazes de opor alguma resistência eficaz contra a exclusão racial dos negros pelo Estado, se incrementava. Rapidamente, os negros das cidades e do campo foram conscientizando-se da necessidade de exigir do governo a mudança da sua forma de tratá-los e de criar novas lideranças que preenchessem o lugar deixado pelas anteriores. Isso aconteceu, concretamente, a partir das eleições de 1908.

¹¹⁷ Com o termo “haveres” o autor da mensagem se refere ao pagamento que lhe correspondia receber aos miliares desmobilizados pela sua participação durante a luta independentista. Serafín Portuondo Linares. *Los independientes de Color*. La Habana: Editorial Caminos, 2000. P. 184.

3.1. A saída proposta pelo Partido Independiente de Color.

O Presidente Tomás Estrada Palma, que tinha pautada sua vida política pela constância na “defesa da ordem”¹¹⁸, próximo de concluir o seu mandato impopular, decidiu se reeleger, para o qual criou uma coalizão política que representava os interesses das antigas oligarquias cubana, espanhola e dos norte-americanos. Essa pretensão a levaria à frente utilizando-se de fraude e de violência contra seus opositores.

Os desmandos do governo durante as eleições de 1906 provocaram o levantamento em armas do Partido Liberal, que se sentiu injustiçado¹¹⁹. Este partido, dirigido por importantes figuras militares e civis e, principalmente, pelo carismático general José Miguel Gomez galvanizou o descontentamento popular com as frustrações republicanas.

A maioria dos negros e os setores pobres do campo e das cidades apoiavam esse partido. Em alguns casos, por confiarem nos veteranos que o compunham e, em outros, por causa dos vínculos de tipo clientelistas estabelecidos por seus líderes locais. Do Partido Liberal esperavam a adoção de uma política nacionalista frente ao domínio norte-americano, a retomada dos princípios democráticos proclamados durante a guerra, melhoras das condições de vida dos trabalhadores e da população pobre do país, a erradicação da exclusão racial¹²⁰.

Uma vez conhecidos os resultados das eleições favoráveis ao partido governamental, os liberais iniciaram uma guerra que contou com o apoio dos setores populares. Rapidamente, a insurreição se estendeu a todo o país e o Presidente Estrada Palma, perante a sua impossibilidade de derrotá-la, solicitou a intervenção militar de Estados Unidos sob o pretexto de restabelecer a ordem quebrantada e garantir a

¹¹⁸ Tomás Estrada Palma, político conservador, surgido na primeira guerra pela independência (1868 -1878) foi deputado da Câmara de Representantes e depois Presidente da República em Armas (1876). Na última contenda se desempenhou como vice-delegado e depois, Delegado do Partido Revolucionário Cubano, depois da morte do Delegado José Martí, organizador principal da guerra e detentor de um ideário profundamente democrático, antiimperialista e anti-racista. Estrada Palma sempre pregou a defesa do “civilismo” e da “ordem”. Posição que exprimia seu medo à crescente influência dos negros e dos camponeses que ascendiam através de méritos militares. Eleito Presidente de Cuba nas primeiras eleições republicanas, caracterizou seu governo pelo elitismo, a aceitação das imposições do governo norte-americano e a discriminação racial.

¹¹⁹ Sobre o movimento armado do partido liberal, a participação dos negros e outros integrantes das camadas populares e a instauração de um novo governo interventor norte-americano, ver. Ibarra, Jorge. *Cuba: partidos políticos, clases sociales y dominio neo-colonial (1898 -1923)*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1992; Yglesias, Teresita: *El segundo ensayo de República*. Las Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1980.

¹²⁰ Ibarra. Ob. Cit.

proteção das propriedades ameaçadas. Começou assim, a segunda intervenção norte-americana em Cuba, que vigorou entre 1906 e 1909.

O novo governo interventor promoveu acordos entre as cúpulas dos principais partidos para re-estabelecer a estabilidade. Ampliou o número de postos públicos para empregar pessoas indicadas pelo partido liberal e conseguiu a pacificação do país. Finalmente, organizou eleições em 1908 que, como era de esperar, deram o triunfo a José Miguel Gomez e ao seu Partido Liberal, que passariam a governar o país desde 1909.

É necessário insistir na posição da população negra em relação à distribuição dos cargos públicos. Ainda que muitos negros soubessem que não poderiam ter acesso a estas posições, a demanda tinha um grande apelo simbólico, a ponto de ser incluída na agenda relativa à igualdade racial e figurar repetidamente nos discursos, queixas e reclamações.

Para todos os cubanos, desde o final do governo colonial, trabalhar no serviço público era uma das opções preferidas, pois num país de escasso desenvolvimento industrial e com poucas oportunidades de trabalho para as camadas médias, o Estado se apresentava como uma importante fonte de emprego.

No caso específico dos negros, levando em conta que na iniciativa privada não tinham muitas oportunidades de se empregarem nem de progredirem na carreira pessoal, trabalhar para o Estado – que em teoria não podia discriminar nenhum cidadão - era praticamente a única saída. Os órgãos estatais poderiam ocupar aqueles poucos que alcançaram uma esmerada educação e aos veteranos militares negros que ainda que tivessem baixa instrução, tinham aprendido na guerra como defender militarmente a soberania do seu país. Porém, os negros foram excluídos do exército e da polícia por causa da sua cor.

Para justificar a exclusão do negro dos cargos públicos foram utilizados argumentos corriqueiros que iam desde a “pouca preparação educacional do negro” e “a necessidade de esperar para o futuro”, até as frases abertamente racistas que insistiam na sua incapacidade para desempenhar trabalhos qualificados¹²¹.

O argumento do baixo nível escolar coletivo do negro era utilizado falaciosamente. O grau de escolarização do negro era, logicamente, muito baixo após quase 400 anos de escravidão. O Censo realizado pelos norte-americanos em 1899

¹²¹ Helg, p.175

mostrou que apenas 198 homens negros e mulatos maiores de 21 anos tinham realizado estudos superiores, em relação a 8 629 brancos¹²², mas os índices de alfabetização e de escolarização do branco também não eram tão altos assim para monopolizar todos os cargos públicos. Ao negro lhe eram negados tanto os cargos que exigiam alta qualificação quanto aqueles que não precisavam de muita.

Esses argumentos eram rebatidos com evidências tiradas da realidade cotidiana, como as apresentadas pelo general Lino D`Ou (mestiço de negra e chinês), na reunião já mencionada, convocada em 1902 por Campos Marquetti:

na realidade, muitos brancos eram totalmente incompetentes para os cargos que ocupavam, enquanto muitos negros capazes seguiam desempregados. Portanto, o governo devia empregar mais negros e mulatos, mas não baseado em suas afiliações políticas¹²³.

Nessa linha de resposta aos argumentos fúteis utilizados para negar o emprego público a um negro, o veterano Evaristo Estenoz, em 1905, denunciou: “para dar-nos uma vassoura ou uma placa de mensageiro, exigem que tenhamos os conhecimentos dos senhores Gomez ou Morúa ou as heroicidades do Grande Maceo”¹²⁴.

Perante essa situação, o negro fez um extraordinário esforço de superação desde os primeiros anos de vida republicana que o levou a quase igualar os índices de escolarização primária dos brancos. Se em 1899 apenas 24% dos negros maiores de 10 anos de idade eram alfabetizados, em 1907, 44% já sabiam ler e escrever. Foi um avanço espetacular se comparado com a progressão que tivera a população branca no mesmo período, a qual passou de 44% de alfabetizados a 58%. Na faixa etária de 10 a 14 anos, em 1907 desapareceu a diferença entre as raças com respeito à alfabetização, 70 % dos brancos e dos negros sabiam ler, divulgando-se à época que as crianças negras apresentavam maior frequência às aulas do que as crianças brancas¹²⁵. Essa preocupação das famílias negras do início do século XX por garantir o estudo dos filhos além de muitos adultos decidirem estudar, a pesar da dura situação econômica familiar, demonstra quanto os integrantes desse setor social fizeram para aproveitar as poucas brechas abertas para seu avanço após o início na República, num contexto social desfavorável.

¹²² Idem.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Ibidem, p. 179.

¹²⁵ Ibidem, p. 180.

Sem dúvida alguma os negros, e também outros setores pobres, utilizaram a educação como um componente essencial das estratégias de vida da família. Basta lembrar a atividades de Reyita, ainda criança, no povoado de Báguanos, estudando e ensinando crianças que sabiam menos do que ela. A compreensão por essas famílias da necessidade do estudo para os filhos os levou à construção de uma escola na qual Reyita atuou como professora. Tempo depois ela continuou seu aprendizado de maneira informal, escutando dissimuladamente as aulas dadas por um professor particular para outra pessoa.

A pobreza, a exclusão racial, a falta de um emprego bem remunerado, as dificuldades de sua família para obter recursos além dos imprescindíveis para a sobrevivência, impediram Reyita de realizar os estudos de ensino médio. Alguns desses fatores que incidiram de modo negativo sobre sua vida não afetavam exclusivamente à população negra, mas se pode afirmar que esta parcela da população foi a mais afetada, pois, na república criada as elites dominantes, seguindo os princípios ditados pela ideologia da branquitude, incluíram na sua estrutura mecanismos de funcionamento encarregados de subalternizar de modo contínuo o setor populacional negro.

Dentre esses mecanismos, o racismo institucional¹²⁶ incorporado na máquina do Estado, impediu propositalmente o acesso do negro aos postos de trabalho que lhe permitisse obter um nível de renda e de estabilidade laboral suficientes para contornar os freios que a sociedade impunha ao seu avanço pessoal e familiar. A proibição de acesso aos cargos públicos do Estado era um desses objetivos intransponíveis, ainda que não escritos.

No âmbito econômico, como dito acima, a situação em que foi colocado o negro afastava da raça a possibilidade de criar uma pequena burguesia rural ou urbana suficientemente forte e numerosa para auxiliar os demais membros do seu setor populacional ou estimular, no plano simbólico, o avanço da geração seguinte.

¹²⁶ Chama-se aqui racismo institucional o mecanismo segundo o qual, os possuidores do poder de decisão sobre os órgãos e instituições públicas e privadas, determinam espelhar nelas as relações raciais existentes na sociedade. Nessas instituições se reservam os empregos para os integrantes do grupo racialmente dominante e se configura uma imagem pública que exprime os valores caracterizados simbolicamente como brancos e, portanto, tidos como superiores.

No caso de países que possuem constituições democráticas, a entrada de algumas poucas pessoas não brancas nessas instituições é tolerada desde que não explicitem os valores do seu grupo racial, tidos como inferiores e que sejam conflitantes com a imagem branca imposta pelos portadores do poder e, talvez, assumida pela maioria dos trabalhadores brancos.

Em alguns espaços com racismo institucional o negro pode entrar, mas só para realizar funções consideradas socialmente subalternas como, por exemplo, o oferecimento de serviços que assegurem o trabalho dos funcionários brancos (limpeza, copa, carga de materiais, custódia, condução de veículos, concerto de equipamentos, etc.).

Por outra parte, a forma em que as elites organizaram o jogo político na República impedia o acesso dos negros aos postos de decisão e, por conseguinte, as lideranças negras não estiveram em condições de conseguir colocar entre as prioridades partidárias as suas demandas.

Nessa época nenhum partido plasmou no seu programa o compromisso com a integração do negro. Nenhuma organização de veteranos, nenhuma figura política influente, nenhum intelectual reconhecido denunciou a exclusão estrutural do negro na república. O máximo que faziam alguns deles era assistir às funções artísticas que se organizavam para reunir um pouco de dinheiro em benefício de algum oficial libertador que estivesse passando fome¹²⁷. Nunca se conheceu qualquer ação enérgica para que o Estado os empregasse.

A única referência explícita à raça nos programas era a dedicada à imigração europeia, defendida pelos grandes partidos.

Como parte dos seus esforços pacificadores, o novo governo interventor aceitou nomear para o serviço público pessoas recomendadas por um Comitê de Petições do Partido Liberal integrado por brancos e que só indicava liberais da sua mesma cor. Essa atitude foi vista com desconfiança pelos negros do partido, que começaram a duvidar da sua capacidade para mudar a situação racial se algum dia alcançasse o poder¹²⁸.

Ante essa realidade, desde 1907 começou a aparecer entre os liberais negros a idéia de criar uma organização política independente dos partidos tradicionais para defender as demandas de cidadania do negro cubano, pois nenhum partido o fazia apesar de existirem negros no seu seio. Esse desejo se transformou em convicção no ano seguinte, quando nas eleições municipais e provinciais nenhum candidato negro foi eleito para cargo algum. Ai começou a história da criação do primeiro partido negro da história da América Latina.

Os descontentes publicaram manifestos onde denunciavam a discriminação racial, reuniam-se em sociedades de cor para analisar que caminho seguir, organizavam meetings onde denunciavam os problemas do negro. Foram criadas em diferentes municípios organizações políticas formadas por negros e mulatos, para preparar uma organização política. Finalmente, em 7 de agosto de 1907 após o fracasso nas eleições

¹²⁷ Foi muito concorrida a função em benefício do general Quintín Banderas. Este, em 1906, se juntou aos liberais insurgidos contra a reeleição de Estrada Palma. Foi surpreendido, enquanto dormia, pela Guarda Rural que conseguiu penetrar no seu acampamento. Assassinarão-no e despedaçaram seu corpo.

¹²⁸ Helg, p.194.

celebradas no dia 1º desse mês, quando nenhum negro foi eleito, Evaristo Estenoz , o jornalista Gregório Surin e cerca de uma centena de pessoas criaram na capital do país a Agrupação Independiente de Color, que pouco depois mudou seu nome para Partido Independente de Color (PIC)¹²⁹.

O Programa desse partido é de grande interesse para o entendimento dos contextos cubano tanto político, como social e ideológico. Também é de grande utilidade para compreender o modo de pensar da população negra nesses primeiros anos de república. Esse partido não foi, como no caso dos grandes partidos existentes, produto de acordos de algum grupo da elite do poder que cria um programa e procura depois adeptos. O PIC surgiu da confluência das vontades de diferentes grupos de negros do partido liberal, mas também de outros que não pertenciam a partido algum, mas que se sentiam irritados pelos efeitos do racismo e desiludidos dos partidos existentes. Surgiu num momento de irritação compartilhada ao longo do país, por causa de um evento, o fracasso nas eleições. Portanto, as idéias que foram plasmadas no programa do PIC recolhiam as demandas comuns a todos, as que tinham nascido desde a primeira intervenção norte-americana em 1898 e decantadas, perfiladas e justificadas ao longo de todos esses anos de denuncia, debates e propostas de aplicação.

Nesses debates tiveram um papel fundamental as idéias aparecidas em jornais como o *Nuevo Criollo*, do veterano líder negro Rafael Serra e de outros órgãos da imprensa negra e da grande imprensa nacional , como *La Lucha*, *La Discusión* e outros onde por vezes eram divulgadas noticias e opiniões sobre a problemática racial. O debate se realizava também entre os grupos negros dos partidos políticos e dos círculos de veteranos da guerra. Os Clubes, as Associações de Instrução e Recreio e todas as demais instituições organizativas do negro eram espaços naturais de debate e denuncia da situação racial.

Por isso o programa do Partido foi rapidamente estendido e ganhou apoio em quase todas as províncias do país, fundamentalmente em Oriente e Las Villas, onde existia um vigoroso crescimento da indústria açucareira. O apoio popular também se incrementava, na medida em que eram divulgados atos de perseguição contra os dirigentes do partido.

¹²⁹

Ibidem, p.200.

Também desempenharam um papel importante na difusão das idéias do PIC os muitos oradores que falavam em *meetings* organizados pelas seções do partido em diferentes municípios do interior do país.

O Partido Independiente de Color foi combatido desde o momento de sua fundação pela imprensa geral, os políticos dos demais partidos, a polícia, os juízes e até por líderes negros dos partidos liberal e conservador, temerosos de perder sua clientela política. Eles escolheram como pretexto principal para atacar o PIC a acusação de que representavam o racismo às avessas e que tendiam a dividir a nação cubana.

Esses ataques não levavam em conta o escrito no preâmbulo das Bases Programáticas:

O Partido Independiente de Color se constitui em todo o território da República para manter o equilíbrio de todos os interesses cubanos, difundir o amor à pátria, desenvolver as relações cordiais, e interessar a todos na conservação da nacionalidade cubana, fazendo participar por igual na administração pública os nascidos nesta terra¹³⁰.

O PIC se apresenta ao público com uma espécie de profissão de fé de cubania e nacionalismo, ao tempo que exprime sua preocupação pela inexistência de equilíbrio entre os principais setores populacionais, o que constitui um verdadeiro perigo para a existência da nação. Junto a essas fundamentais preocupações inclui uma resposta à principal demanda da população negra no momento, a que alude à interdição do serviço público para a população negra¹³¹.

Essa irritação tem uma dupla causa. Por um lado, os prejuízos materiais que ocasiona a exclusão do negro do serviço público e, do outro, a ofensa, o desrespeito, a burla a todo um setor social que realizou enormes sacrifícios durante a guerra. Por isso,

¹³⁰ Portuondo, pp. 39-40.

¹³¹ Segundo dados do Censo de 1907, Cuba possuía 2.048.980 habitantes. Deles 274.272 negros e 334.695 mulatos, que juntos representavam 29,7 % da população. Essa cifra foi caindo desde o século anterior devido à imigração branca e os obstáculos para a entrada de negros após o final do tráfico escravista. Segundo o censo, dos 205 empregados no governo nacional apenas 11 eram negros; dos 8.238 integrantes do Exército, só 1.718 eram negros e mulatos. E confrontavam grandes obstáculos para ascender na carreira militar. Nesse ano de 1907, o negro estava sub-representado nos empregos que ofereciam melhores salários, condições de trabalho e estabilidade. Nos trens de vapor, de 951 empregados, apenas 161 negros; nos trens elétricos urbanos, 24 negros entre 587 trabalhadores; nas companhias de telefones e telégrafos, dos 647 empregados apenas 8 eram negros.

A maioria dos negros estavam empregados (em ordem decrescente) na agricultura, nas fábricas e indústrias mecânicas, e nos serviços pessoais e domésticos. Esta última era a principal área de emprego para as mulheres negras. Ver: Fermoselle, Rafael. *Política y color em Cuba. La guerrita de 1912*. Madrid: Editorial Colibri, [s.a], pp. 82 -85.

entre as demandas que defendem está: “A admissão franca e leal nos serviços militar, administrativo, governamental e judicial da raça etiópica, para que assim estejam representadas todas as raças no serviço do Estado”¹³² Essa aspiração se completa com a exigência para representar no exterior a imagem multivariada do povo cubano: “Propenderemos a que figurem no Corpo Diplomático todos os cubanos que sejam dignos de estarem nele, e que como assunto preferente e de urgente necessidade se nomeiem cidadãos da raça da cor, para que a República esteja representada qual ela é”.

O artigo principal, colocado no início do documento exprime: “A república igualitária, soberana e independente, sem preocupações de raça nem antagonismos sociais, será nossa divisa”.

Após a leitura dessas demandas, fica difícil entender que um partido com esse programa possa ter sido acusado seriamente de inimigo da nação cubana e de propender à sua divisão. Se ele provocou tantos medos e preocupações, talvez seja necessário buscar as causas desse pavor naqueles que o sentiam, e não no PIC. O que podia ficar afetado, caso esse partido chegasse ao poder seria o sistema de privilegio baseado no racismo estabelecido na República.

Portanto, os operadores da estrutura de poder racial (jornalistas, intelectuais, juízes, políticos) lançam sinais de alerta aos beneficiários da mesma e estes se unem defensivamente para fechar o caminho à ideologia inimiga propugnadora da igualdade racial.

A principal estratégia assumida pela população negra para avançar, a educação, está amplamente representada no programa do partido. As demandas tratam desde o amplo acesso à educação pública geral até a universitária, passando pela técnica:

“O ensino gratuito e obrigatório e, compreendidos neles, as artes e os ofícios”.

“A regulamentação do ensino privado e o oficial, devendo estar aos cuidados do Estado para que resulte uniforme a educação de todos os cubanos”.

“A instrução universitária oferecida a todos gratuitamente, sendo oficial e nacional”.

“A criação das Escolas Naval e Militar”.

¹³² Este e os demais objetivos do PIC aqui citados são expostos pelo autor de maneira contínua. Portuondo, pp. 40 -41.

Até esse momento nenhum partido ou movimento social tinha apresentado demandas de tanto alcance para a democratização do ensino em todos os seus níveis. O interesse do PIC na educação vai inclusive além do acesso do negro aos diferentes sistemas de ensino, penetra no conteúdo que, como eles realçam, deve ser nacional e, portanto, tender ao fortalecimento dos princípios constitutivos da nação, dentre eles o respeito a todos os grupos componentes e a garantia de unidade entre todos. Esses princípios devem ser aplicados pelo Estado em todas as escolas, sem excluir aquelas que formam as elites governantes.

No programa foi incluído um grupo de demandas que visa à correção das deformações presentes no sistema judicial permeado pelo racismo. Na imprensa negra eram comuns e quase diárias as denúncias do tratamento desigual e injusto recebido por pessoas da raça negra¹³³ por parte dos juízes, todos brancos. Para contrabalancear a influencia dos juízes correcionais, fazendo mais coletiva a tomada de decisão sobre as pessoas, o PIC declara que “somos partidários dos Juízos por Jurados, em todos os atos de justiça que tenham lugar na República, sendo obrigatório e gratuito o cargo de Jurado”.

Muitos dos integrantes do PIC, por causa da suas atividades políticas, foram apresados e condenados em diferentes momentos¹³⁴. Eles conheciam, por experiência própria, a injustiça racista dos juízes e as duras condições dos cárceres da época, onde a imensa maioria da população penal era negra. Sobre esse tema, informam que: “Advogaremos pela abolição da pena de morte e pela criação de penitenciárias que respondam às necessidades da civilização moderna. A criação da justiça moderna em nossos Códigos e Tribunais será questão de toda nossa atividade, pois não será possível viver em consonância com o progresso sem que a justiça seja de fato e de direito”.

Essa demanda apontava para a necessidade de substituir totalmente o Código penal espanhol, pois alguns de seus elementos ainda estavam vigentes. Os integrantes do PIC também se preocupavam pela re-socialização dos jovens que cometeram delitos. Com essa finalidade pedem “A criação de Barcos-Escolas de caráter correcional para os jovens que por determinação da lei não possam sofrer condenação maior”.

¹³³ Exemplos das denúncias de atos injustos cometidos pelos juízes contra pessoas negras e mulatas, assim como mostras de tratamentos desiguais por delitos iguais, aplicados a negros e brancos, foram publicados em *Previsión*, órgão do Partido Independiente de Color.

¹³⁴ O próprio Estenez foi detido e mantido vários meses encarcerado em 1910, acusado de “conspiração”. Ver. Scott, p. 302.

O programa do PIC incluía várias demandas que não se limitavam ao estabelecimento da igualdade racial e eram de interesse para todos os trabalhadores do país. Dentre elas, a aprovação da jornada de 8 horas de trabalho e a “criação de um Tribunal do Trabalho que regule as diferenças que surjam entre o capital e o trabalho”. Com respeito ao campo, o programa é explícito no seu apoio à entrega de terras do Estado aos camponeses. Exige “A distribuição em colônias dos terrenos do Estado, ou dos que adquira para esse efeito, entre os cubanos nativos que careçam de recursos e queiram dedicar-se aos trabalhos agrícolas, preferindo sempre os que não tenham atitudes para o desempenho de destinos públicos”. Finalmente, propõe a revisão de todos os expedientes de posse de terras existentes desde os tempos da primeira intervenção norte-americana. Com isso poderiam se reverter muitas injustiças ligadas à obtenção de terras pertencentes aos camponeses.

A demanda de terras do Estado era uma aspiração antiga dos camponeses cubanos e a sua entrega foi proposta inclusive pelo organizador principal da guerra de independência José Martí. Cuba, à época da criação do Partido Independiente de Color estava relativamente despovoada e existiam grandes extensões de terra virgem onde era possível assentar camponeses ou legalizar os que se estabeleceram em lugares livres por sua conta e risco. Devido a essa situação territorial e demográfica ainda a proposta de distribuição de terras estatais poderia satisfazer as demandas dos camponeses. Poucos anos depois, com o boom dos preços do açúcar no mercado internacional provocado pela I Guerra Mundial se acelerou o processo de apropriação e concentração das terras nas mãos dos grandes produtores de açúcar cubanos e norte-americanos, que ficaram com quase todas as do Estado. Será só a partir das próximas décadas que qualquer aspiração ou proposta de redistribuição fundiária se verá obrigada a passar pela desapropriação dos grandes latifúndios açucareiros, fundamentalmente norte-americanos, que tinham crescido por conta da aquisição ou ocupação de enormes quantidades de terras públicas.

As demandas do PIC respondiam aos interesses dos negros das cidades e do campo. É certo que aos problemas do campo são dedicadas apenas duas menções, mas elas apontam para assuntos fundamentais: a distribuição de terras e a revisão dos expedientes, mediante as quais poderiam ser reparadas muitas injustiças relacionadas à expropriação de terra aos camponeses. Os demais itens demandados beneficiam à raça negra no seu conjunto, seja na condição de assalariada, de estudante, de funcionário público ou de simples cidadão passível de ser injustiçado.

Uma das demandas promovidas pelo PIC toca num tema que estava no centro dos debates nas primeiras décadas da vida republicana. Concretamente, a imigração. Seja a branca, preferida pelas elites políticas e intelectuais do país desde o século XIX ou a das ilhas do Caribe, imposta á Cuba pelas empresas açucareiras norte-americanas. O partido se posiciona a respeito: “A imigração deve ser livre para todas as raças, sem preferência de nenhuma. A livre entrada para todos os indivíduos que, dentre das prescrições sanitárias, venham a contribuir de boa fé com o fomento e desenvolvimento da riqueza pública”.

Aos “Independientes de Color” não escapava o componente racista presente nas propostas de imigração branca, que apontavam para a perda de representatividade e diminuição da raça negra mediante a entrada massiva de europeus em Cuba. Por isso, como era uma proposta de essência injusta e discriminatória, contrária à existência dos cubanos negros¹³⁵, o PIC responde com uma contraproposta equilibrada e justa: a entrada de imigrantes de qualquer nacionalidade, sem discriminação, ainda que isso significasse o incremento do número de migrantes caribenhos, que eram contratados massivamente pelos donos de centrais açucareiros para baratear o preço do trabalho.

O PIC não caiu na armadilha de culpar os imigrantes negros pelos prejuízos decorrentes da competição com seus pares cubanos pelos postos de trabalho, nem acusa todos eles de levar doenças a Cuba, como fazia a classe médica da época¹³⁶. Essa posição do PIC batia de frente com a ideologia da branquitude, difundida constantemente pelas elites intelectuais e os jornalistas. A decisão de confrontar as argumentações deles encaminhava-se também à elevação da auto-estima da população negra, obrigada a escutar ou ler diariamente critérios que justificavam a necessidade da sua extinção.

3.2 O PIC, a família de Reyita e a repressão.

O PIC se estendeu rapidamente por todo o país. Em 1908 já existiam seções em todas as províncias, exceto em Camagüey, onde a maioria dos negros do Partido Liberal decidiram conduzir suas demandas através da estrutura do partido e apresentaram a idéia de re-criar o Directorio de la Raza de Color. Nas demais

¹³⁵ Rafael Serra, no seu jornal *El Nuevo Criollo*, afirmava em 1904 que o objetivo real das políticas de imigração era fortalecer os espanhóis e destruir os negros por meio do peso demográfico e da diminuição dos salários, pois seria criado um excesso de força de trabalho. Porém, ele e o grupo de ativistas negros que se nucleava em torno ao seu jornal, eram partidários em limitar qualquer tipo de imigração para proteger o trabalhador cubano. Helg, p. 186.

¹³⁶ Beldarrain, Enrique. *Los médicos y los inicios de la antropología en Cuba*. La Habana: Fundación Fernando Ortiz, 2006. P. 202-203.

províncias, a idéia de organizar seções do Partido se propagou pelos municípios, embalada pela oratória às vezes incendiária de militantes indignados que exprimiam argumentos por todos conhecidos. Desse modo crescia na população negra o convencimento de que era possível encontrar uma solução aos problemas do racismo mediante a mobilização política coletiva.

Os principais líderes do Partido eram Evaristo Estenoz e Pedro Ivonet. E se destacaram em Havana e Santa Clara Ricardo Batrell, Julian Valdés Sierra, Gregório Surín, dentre outros. Na região de Guantánamo, o mais conhecido foi Eugenio Lacoste.

O objetivo inicial do partido foi apresentar-se nas eleições de 1909 para fazer eleger alguns representantes à Câmara, mas não tiveram sucesso. Em 1910 o partido foi declarado ilegal e Estenoz encarcerado, mas esse fato alavancou ainda mais o apoio popular ao PIC e fez com que em novos municípios se criassem comitês.

Um fator que ajudava a propagação do PIC no meio rural era que o setor ao qual ia dirigida a propaganda não tinha o menor temor de engajar-se em movimentos contestatários do sistema estabelecido, porque poucos anos atrás tinha feito o mesmo, inclusive, expondo a vida numa cruenta guerra. Essa atitude foi repetida em 1906, quando se juntou ao Partido Liberal para impedir, com as armas, a continuação do governo racista de Tomás Estrada Palma.

A propaganda do PIC não era violenta. Realizava-se nos atos políticos e através do seu jornal *Previsión*. Centrava-se na denúncia de atos de discriminação racial e criticava a ingratidão das elites brancas que unidas aos antigos colaboradores do regime colonial se apropriaram da República e excluíram os negros. Insistiam também na impossibilidade de conduzir suas demandas através dos partidos políticos existentes, dos quais muitos deles acabavam de sair, pois os mesmos também estavam comprometidos com a exclusão do negro da vida pública.

Outro fator que influenciou na rápida aceitação do partido foi a proximidade classista entre os dirigentes do PIC e suas bases. Nenhum deles pertencia à alta burguesia nem tinham atingido um status simbólico elevado durante a guerra, ainda que muitos deles tivessem participado e chegado a oficiais. A maioria pertencia à classe média baixa e alguns eram simples trabalhadores. Evaristo Estenoz concluiu a guerra de independência com o grau de tenente e após participar do levantamento dos liberais contra o governo de Estrada Palma, em agosto de 1906, passaria a ser reconhecido como general. A segunda figura do partido, Pedro Ivonet, tinha abandonado o Partido Conservador e se destacou na coluna invasora do General Antonio Maceo. Trabalhava

na área de veterinária do exército. Outros como Gregório Surin e Eugenio Lacoste eram jornalistas, Julian V. Sierra era pequeno proprietário e Enrique Fournier, simples trabalhador. A maioria deles era do Oriente¹³⁷.

Em muitas regiões onde a população negra era maioria o PIC conseguiu grande respaldo, fundamentalmente no Oriente, que tinha cerca de 200.000 cidadãos de raça negra que representavam 43% de população provincial e em Las Villas, onde os negros representavam 28 % do total populacional¹³⁸. O partido era forte nas cidades de Santiago de Cuba e Guantánamo, que são as de maior presença negra no país e em Santa Clara, capital de Las Villas.

Na província de Oriente se incrementou o percentual de população negra durante as duas primeiras décadas do século XX devido ao crescimento da produção açucareira e a conseguinte afluência de trabalhadores de outras regiões para trabalhar nos canaviais, muitos deles negros e mulatos, e à entrada de imigrantes caribenhos. Nos primeiros anos do século, essa província era muito visada pelos partidos políticos, pois seu potencial eleitoral era elevado. Segundo o censo de 1907, em Oriente existiam 87.305 cidadãos com capacidade de votar, deles 45.710 eram brancos nascidos em Cuba; 2.795 de origem espanhola e 38.481 negros e mulatos¹³⁹.

Ao norte de Santiago de Cuba, capital da então província de Oriente e segunda cidade mais importante do país, encontra-se o município Songo, cuja cidade principal é Alto Songo. Nesse município, e a poucos quilômetros de distancia da sede municipal, encontra-se o pequeno povoado chamado La Maya, onde Reyita residia na época das lutas do PIC. Vale lembrar que a maioria dos integrantes dessa família morava no perímetro urbano de La Maya ou no entorno rural, e constantemente transitavam de um ao outro, segundo as possibilidades de emprego.

A região norte de Santiago de Cuba era predominantemente negra. Em cidades como San Luis, Cuatro Caminos, Alto Songo e La Maya a população negra superava numericamente à branca, atingindo um percentual acima de 60 %.

Em Songo os negros representavam 71,8 %¹⁴⁰ e como era de esperar, foram constituídos comitês do PIC em Alto Songo e em La Maya. Neste último, o Presidente seria Ramón Gutierrez e o Secretario Calixto Vincent. Paralelamente, foi constituído um

¹³⁷ Helg, p. 213.

¹³⁸ Ibidem, p. 212.

¹³⁹ Scott, p. 300

¹⁴⁰ Meriño Fuentes, Maria de los Angeles. *Una vuelta necesaria a mayo de 1912*. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, 2006. p. 35.

“Comitê de Damas”, presidido por Margarita Planas, que era o nome verdadeiro de Mangá, a tia de Reyita.

É preciso fazer referência à participação política das mulheres no movimento reivindicativo liderado pelo PIC. Os Comitês de Damas não eram uma parte orgânica do Partido, pois a prática partidária da época, quando sequer existia o direito ao voto para as mulheres, tendia a excluí-las.

Os homens que constituíram a República impregnaram-na da ideologia e das práticas patriarcais. E, em consonância, incluíram-lhe mecanismos que impediam a plena participação cidadã à mulher, a começar pela sua impossibilidade de eleger e ser eleita para os postos públicos mais altos.

Nenhuma foi nomeada Secretária (ministra) do Governo, juíza, dirigente de partido político, legisladora, nem para ocupar qualquer posto de destaque público. A ideologia patriarcal predominante destinava para ela o espaço doméstico e a responsabilidade pelo cuidado dos filhos. E, nisso, concordavam todos, negros e brancos.

Após a guerra, se retomou a ordem tradicional no que respeita às relações de gênero. Foi só em agosto de 1912, que um grupo de mulheres brancas de classe média, decidiu criar o Partido Popular Feminista e, em dezembro, outro grupo criou o Partido Nacional Feminista. Ambos partidos se constituíram para lutar pelo sufrágio feminino, mas não para todas as mulheres cubanas, apenas para as que sabiam ler e escrever, com o qual garantiam a exclusão das negras e das brancas mais pobres.

No jornal *Previsión*, órgão do Partido Independiente de Color, recomendava-se às mulheres “respeitar e obedecer sempre seus esposos, a fim de que não se lastime o orgulho do homem”¹⁴¹. O papel que o partido dava para as mulheres era o de encorajar os homens para se incorporarem ao partido. Esse trabalho de “incitadora” ou “conscientizadora”, que lhe atribuíam, fincava-se no imaginário socialmente construído que destinava para o homem o trabalho principal nas esferas públicas.

Essa divisão de funções se fortalece, no plano ideológico, durante os conflitos bélicos, espaço de atuação tradicionalmente masculino. As necessidades geradas pelo esforço de guerra exigem a maior incorporação possível de homens e, nesses casos, a “necessidade” é convertida em “dever” e, como as convenções patriarcais estabelecem que “cumprir” os deveres estabelecidos para o homem é uma

¹⁴¹ Helg, p.203.

questão de “honra”, a não incorporação dos mesmos à guerra é vista como uma “falta moral”, uma “fraqueza”, uma “desonra” que fica mais evidente quando é contrastada com a atitude bélica de uma mulher, a quem, pelo costume pré-estabelecido, não lhe corresponde realizar essa função.

Por tais considerações são freqüentes os apelos à honra, ao dever da hombridade¹⁴², para entrar na guerra ou para participar de qualquer evento que implique assumir algum risco de tipo pessoal.

Esse foi o caso das mulheres simpatizantes do Partido Independiente de Color. Como elas também estavam interessadas na erradicação da discriminação racial, concordaram com a criação do PIC e se dispuseram a participar de suas lutas, ignorando as proibições que os homens lhes impuseram. Como não podiam entrar no partido, criaram os “Comitês de Damas” para dar a sua contribuição. Quando os homens estabeleceram então que a função dos comitês fosse a de “encorajar” os maridos, elas ultrapassaram essa função e se transformaram em recrutadoras de homens e mulheres, oradoras públicas, organizadoras partidárias e até, de fato, dirigentes do partido¹⁴³.

Não era possível recolher a mulher negra na sua casa e afastá-la da política, pois ela nunca esteve reduzida ao espaço doméstico. Nem durante a escravidão, a pós-abolição ou a guerra. A necessidade da subsistência lhes impôs continuar atuando no espaço público rural e urbano, a prática do comércio nas ruas e feiras, o corte de cana junto aos homens.

Mangá, como lembra Reyita “tinha um caráter muito forte, era severa e, sobretudo, muito trabalhadora”¹⁴⁴. Pelos relatos de Reyita, pode-se deduzir que vivia irritada e revoltada e descarregava suas tensões na menina que tinha entre 8 e 10 anos de idade. Fazia doces para vender na rua e trabalhou lavando e passando a roupa de uma família rica da cidade.

¹⁴² Quando Máximo Gómez, General em Chefe do Exército Libertador esgotou todos os seus argumentos para conseguir que um dos seus antigos subordinados da guerra anterior se incorporasse à nova, utilizou argumentos como este: “Venha. Seja Homem!”

¹⁴³ Serafin Portuondo menciona o caso de Paula Vinent, que era Secretária do Partido em La Maya. Cabe a possibilidade de que essa afirmação seja um erro, pois na lista oficial de dirigentes de comitês aparece como Secretário um homem, Calixto Vinent, mas nada impediria que alguma mulher da família, por exemplo, Paula, ocupasse de fato esse posto, pois tanto na versão de Serafin Portuondo, quanto no informe das autoridades sobre o incêndio de La Maya, se menciona “a casa de Paula Vinent”, como se fosse ela a integrante da família mais conhecida ou a chefe. De um modo semelhante se fala de Margarita Planas e não do seu marido Juan, o que indica que a mulher era mais influente nesses dois casos. Ver. Portuondo, p. 184.

¹⁴⁴ Rubiera, p. 39.

O marido de Mangá, Juan, também era membro do PIC, mas não há notícias sobre ele. Reyita, que era sua sobrinha, nada informa. Só há informação sobre Mangá, que virou um mito em La Maya, ultrapassando o prestígio do marido.

Na sua casa se reuniam os membros do partido e às vezes seus principais dirigentes. Nesses momentos, Reyita era mandada fora para vigiar. Ela, apesar do tempo transcorrido, recordava ter visto Estenoz e Ivonet na sua casa.

Obviamente, as crianças não eram informadas sobre as interioridades dessa luta, assunto considerado de adultos, mas ela era capaz de captar o ambiente de mobilização, e sobretudo, a atmosfera carregada de energia, de irritação coletiva, por motivo da ilegalidade do partido quando foi aprovada no Senado a Emenda Morúa.

Essa Emenda marcou o final do PIC ao precipitar os acontecimentos políticos. Morúa Delgado, senador negro pelo Partido Liberal, seria um dos principais políticos prejudicados caso o apoio dos negros passasse para os Independentes de Cor. Ele apresentou em janeiro de 1910 um projeto de Lei (incluído como emenda de outra Lei) que estabelecia a proibição da existência de partidos compostos por indivíduos de uma mesma raça, classe ou título profissional. Essa postura estava também em consonância com a trajetória do seu autor, avesso, desde o século anterior à existência de uma organização política autônoma dos negros¹⁴⁵.

A emenda foi aprovada em Fevereiro após modificação do texto para direcioná-lo mais claramente contra o PIC. A redação original dizia:

Não se considerará em nenhum caso, como partido político ou grupo independente, nenhuma agrupação constituída por indivíduos de uma única raça ou cor, nem por indivíduos de uma mesma classe, por motivo de nascimento, de riqueza ou de título profissional.

Mas foi aprovado no Senado e posteriormente na Câmara de Representantes com a seguinte redação:

Não se considerarão como partidos políticos ou grupos independentes, para efeitos desta Lei, as agrupações constituídas exclusivamente por indivíduos de uma única raça ou cor¹⁴⁶.

¹⁴⁵ Esgrimindo argumentos semelhantes a esse, Morúa se opusera em 1886 à criação, por Juan Gualberto Gómez, do Diretório Central de Sociedades da Raça de Cor.

¹⁴⁶ Portuondo, pp. 84 -85.

O texto de Morúa tinha como base ideológica a utopia democrática da igualdade entre os cidadãos tal como foi plasmada na Constituição. Pretendia normatizar o jogo político de forma democrática, que os partidos fossem simples agrupamentos de pessoas defensoras de determinadas propostas de interesses coletivos e não de setores e grupos específicos. Era uma tentativa de frear a atuação de grupos oligárquicos e também, de impedir que o movimento social negro alcançasse autonomia.

O resultado final da sua discussão no Congresso foi, como não podia deixar de ser, a eliminação daquelas partes da Emenda que iam contra os interesses dos grupos oligárquicos que dominavam a política e o reforço daquelas que se referiam ao PIC. Para os parlamentares, era lícita e desejável a união de cidadãos para defender demandas de classe, de profissões, de setores plutocráticos, mas não para ameaçar a estrutura racista que eles contribuíram a elaborar e sustentar na República.

Os dirigentes do PIC e mais uma centena de seus membros foram encarcerados em junho de 1910 e desde então os poderes da República não pararam de hostilizá-los. Eles concentraram sua luta na derrogação da Emenda, a qual consideravam inconstitucional. Para tal fim, fizeram todo tipo de tentativas, desde incluir alguns brancos em determinadas localidades até solicitar a intervenção do Presidente da República para ajudar a derrogar a Lei. No seu desespero escreveram, inclusive, às autoridades do governo de Estados Unidos para que pressionem em seu favor. Finalmente, tomaram a decisão polêmica de realizar um protesto armado, uma ameaça de insurreição, para forçar a derrogação da Lei.

Essas atitudes eram freqüentemente utilizadas pelos políticos descontentes com determinadas ações do governo. Durante o quadriênio do governo de Tomás Estrada Palma, aconteceram vários protestos armados, por exemplo, de veteranos para forçar a entrega da demorada indenização. Também o levante armado de agosto de 1906, dirigido por José Miguel Gómez, incluiu negociações e acordos secretos de todo tipo, inclusive, com o governo norte-americano para conseguir a satisfação das aspirações do Partido Liberal¹⁴⁷.

Mas, com o que não contaram os integrantes do PIC ao tomar essa arriscada decisão foi que as suas demandas não poderiam ser satisfeitas pelo sistema, pois se

¹⁴⁷ Helg, p. 190.

encaminhavam à destruição de um dos seus pilares básicos: o racismo. E aconteceu o que tinha que acontecer: Todos os beneficiados com a estrutura de poder racial viram no protesto armado uma ameaça ao sistema e se juntaram de imediato para destruí-lo exemplarmente.

Desatou-se a temida guerra de raças, não por parte dos negros contra os brancos, senão destes contra os negros. Organizaram-se em poucos dias mais de 10.000 voluntários em cidades de todo o país e passaram a operar guerrilhas nas áreas de conflito. As principais forças militares do Exército foram enviadas para reprimir o levantamento. Os voluntários, as guerrilhas, a guarda rural, o exército assassinavam os membros do PIC, ainda que rendidos ou feitos prisioneiros. Não pouparam a população reconhecidamente inocente, bastava ter cor escura para ser assassinado.

Contra os negros se uniram o Presidente Gómez, os secretários de Gobernación (Interior) general Geraldo Machado; o de Relaciones Exteriores Manuel Sanguily; as forças armadas; os três candidatos presidenciais para as eleições de novembro desse ano, Alfredo Zayas, Ernesto Asbert e o general Mario Garcia Menocal, que venceu nas eleições. O chanceler Sanguily, temia também que o protesto fosse utilizado como álibi pelos norte-americanos para ocupar outra vez a Ilha, mas não poupou palavras de repúdio racista contra os rebeldes.

Os principais dirigentes da Associação de Veteranos, que em todo conflito havido até esse dia sempre se dispuseram a mediar entre as partes, desta vez conclamaram o governo a derrotar os que se levantaram e se ofereceram para combatê-los militarmente.

A Câmara e o Senado condenaram duramente o PIC. Os líderes políticos negros, constrangidos, concentraram os ataques nos líderes do movimento. Os jornalistas da branquitude cumpriram esmeradamente seu papel: tergiversaram, mentiram, acusaram falsamente, publicaram charges ofensivas à raça negra, divulgaram os inevitáveis boatos nunca comprovados de estupros das mulheres brancas pelos negros¹⁴⁸.

Criaram um estado de exaltação da opinião pública branca, que o Presidente se viu obrigado a tomar medidas enérgicas para evitar graves confrontos raciais nas cidades.

¹⁴⁸ Helg, p. 263-266.

Porém, sempre que foi possível os voluntários desataram a repressão racista por conta própria. Negros eram perseguidos pelas ruas de Havana e até se chegou à paranóia de vários oficiais brancos assassinarem, com requintes de crueldade, três voluntários negros que, induzidos pela propaganda contra o PIC, tinham-se incorporado numa dessas unidades repressivas¹⁴⁹.

Dezenas de pessoas mortas foram deixadas nos caminhos para apavorar os combatentes do PIC e a população negra. Nunca se pôde saber a cifra exata dos mortos, pois as famílias temiam reclamar seus parentes assassinados e ser identificadas com os membros do PIC. A tática seguida pelos militares do governo consistente em exagerar as baixas do inimigo para atemorizar ainda mais a população civil, fez com que se falasse de milhares de mortos. Fontes jornalísticas e informes do cônsul dos Estados Unidos em Santiago de Cuba oferecem cifras que variam entre 1.500 e 3.000 mortos, quase nenhum do exército¹⁵⁰. Na realidade, nunca será possível conhecer a cifra exata das pessoas assassinadas¹⁵¹.

Juan, o tio de Reyita, foi um dos mortos nunca encontrados. Seu corpo pode ter sido atirado numa vala comum e incinerado, ou deixado abandonado num caminho. Reyita foi testemunha da repressão brutal contra os independentes capturados nas montanhas próximas a La Maya:

Imagina! Com que iam se defender? Com tercerolas¹⁵² velhas? Como não tinham suficientes armas - e além do mais, a intenção não era a guerra – caçaram-nos e os pegaram. Infelizes! Eu vi quando os baixavam do monte amarrados. Matavam-nos e depois os jogavam numas valas e tocavam fogo neles. Muitos dos que se entregaram foram levados até um lugar chamado Arroyo Blanco e ali foram assassinados por um grupo a

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ Evaristo Estenoz morreu em combate em 27 de junho de 1912 e Pedro Ivonnet foi capturado e assassinado pelo Tenente do Exército Arsenio Ortiz, que depois se destacaria como assassino e torturador durante a ditadura do General Geraldo Machado (1925 -1933)

¹⁵¹ A historiadora Maria de los Angeles Meriño Fuentes (2006) tentou estabelecer o número total de mortos. Ela revisou os documentos que oficializam o falecimento por arma de fogo de algumas pessoas em vários municípios de Oriente onde teve lugar o conflito, e deduz que o total de assassinados não passa de 300, cifra que de qualquer modo é muito elevada. Ela passa por alto o fato de ser impossível para quase todos os familiares de mortos se apresentarem perante as autoridades para denunciar a morte de um parente, pois temiam correr a mesma sorte. Algumas das atas de falecimento que a autora revisou foram forjadas na década de 1920, quando já o temor tinha passado.

¹⁵² Tipo de fuzil muito antiquado para a época.

mando de José de la Cruz Puente. Também assassinaram meu tio Juan. Aquelas coisas são muito difíceis de esquecer.¹⁵³

Juan foi assassinado nos primeiros dias do protesto armado. No dia 30 de maio um grupo de insurgentes do PIC tomou La Maya e provocou acidentalmente a queima do povoado¹⁵⁴, fato que foi utilizado pela imprensa para aumentar mais o ódio contra os negros. Os rebeldes se internaram nas montanhas.

Todos sabiam que esse fato seria utilizado para incrementar a repressão¹⁵⁵ e alguns começaram a fugir da cidade. Mangá, abalada com a morte do esposo, fica chocada, sem saber o que fazer. Terá que fugir também do povo. Chama a atenção a sensibilidade da menina Reyita para captar a atmosfera que perturbava seus sentidos, tão carregada de tensão na família e no seu entorno. A mistura de medo, dor, incompreensão dos fatos e insegurança, acrescida pelo descaso e a falta de acolhimento por parte da sua tia, única pessoa adulta responsável pela sua segurança, foi tão forte que nunca mais conseguiu esquecer o vivido naqueles dias:

Lembro-me do 30 de maio. Acordei gritando, pois ao abrir os olhos vi na frente da minha cama dois animais que pareciam gansos, que brilhavam como se estivessem acesos. Assustei-me e comecei chamar minha tia. Ela se levantou muito desgostada porque estava com muito pesar pela morte de meu tio e pelo caminho que tinham tomado os acontecimentos (...)

Mangá me obrigou a deitar e retornou ao seu quarto. Pouco tempo depois começaram a bater a porta da rua enquanto gritavam: “Dona Mangá, fogo, fogo, fogo! O povoado está ardendo!”. Mangá de imediato pegou uma imagem de Santa Clara que ela tinha e foi para o quintal rezar e chorar. Enquanto isso, Enrique Salcedo – um senhor que morava no pequeno quarto onde se guardavam as panelas para fazer os doces – e eu,

¹⁵³ Rubiera, p. 47.

¹⁵⁴ Segundo Serafin Portuondo, que entrevistou testemunhas dos fatos, a cidade foi tomada sem maiores problemas, mas no final um homem escondido numa loja disparou contra os insurgentes e estes revidaram incendiando a loja. As chamas se estenderam pelas casas próximas e acabaram por destruir o povo. Portuondo, p. 183-184.

¹⁵⁵ No dia seguinte o exército rodeou os rebeldes e utilizou todas as suas armas para massacrá-los. Jornalistas foram convidados pelo Chefe militar para assistir ao espetáculo. Calcula-se que nessa ação morreram ou ficaram feridas entre 100 e 150 pessoas. O New York Times divulgou que os mortos eram 127 homens e 18 mulheres, sem contar inumeráveis feridos. Os militares assassinaram também muitos civis sem vínculo com o movimento. Fermoselle, p. 140.

tirávamos as coisas da casa. Salcedo, por medo de ser preso, se disfarçou de mulher, pôs uma bata de Mangá e um lenço na cabeça.

No dia seguinte, Mangá estava recostada no que sobrou do local de venda dos doces, quando passou o sargento Baluja. Este lhe fez um sinal querendo dizer que lhe cortaria a cabeça. Tivemos que sair fugindo de La Maya¹⁵⁶.

Neste caso a solidariedade familiar voltou a se fazer presente. Tia e sobrinha foram para Banes, onde morava a avó paterna de Reyita e foram acolhidas, a pesar do risco que isso implicava para Mamasita, pois Mangá era muito conhecida. Poucos dias depois, graças a uma denúncia feita por um homem de La Maya, Mangá foi encontrada em casa de Mamasita e levada presa. Foi acusada de participar do incêndio da loja e, para desprestigiar sua imagem pública, uniram à falsa acusação uma imagem grotesca, de caráter racista e sexista: “Diziam que ela estava no meio do fogo perfumando-se e gritando: “Abaixo a Lei Morua!”¹⁵⁷

Mangá tinha grande prestígio no PIC e entre a população local e era vigiada de perto pelo governo do Município. Segundo informe enviado pelo prefeito de Songo aos seus superiores, Margarita Planas “fazia propaganda para que os de sua classe engrossassem as filas dos rebeldes, sua casa não foi queimada, pois nela se realizaram meetings e se conspirou contra o governo. Ela era uma grande propagandista das idéias racistas e andava com os insurgentes”¹⁵⁸.

Reyita ficou em Banes. Tinha 10 anos e concluiu uma etapa de aprendizado de mulher negra. Um aprendizado social e também familiar.

Mangá foi condenada a seis meses de prisão. Pobre da minha tia! Aquilo me deu uma grande dor e uma tremenda indignação porque foi uma injustiça, uma injustiça a mais contra os negros... Margarita Planas, dona Mangá, mulher de um caráter muito forte, uma grande mulher... mas não me queria¹⁵⁹.

Essas palavras de Reyita resumem a situação do seu setor social e racial naquela época. A dor, a indignação, a desesperança formavam parte da vida do negro pobre e

¹⁵⁶ Rubiera, p. 48.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Meriño, p. 115 -116.

¹⁵⁹ Idem.

dessa criança. O Estado que exclui o negro provoca dor; a sociedade que maltrata produz dor; a tia violenta que a espanca incrementa a dor.

Mangá não era acolhedora como a maioria das mulheres que tomaram conta de Reyita. Casada com um tio paterno da menina a rejeitou, preferindo destinar o seu afeto para outra criança, uma afilhada, que passava a maior parte do tempo na sua casa. Mangá impunha castigos cruéis e humilhantes a Reyita, fazia-a trabalhar exageradamente:

Trabalhava como uma mula, pois tinha que limpar a casa, carregar água, lavar as panelas e, por cima, me puseram uma mesinha na rua principal do povo para vender doces.

[...] Houve uma ocasião em que Mangá lavava e passava a roupa dos donos da maior de La Maya. Eu me lembro bem deles: Lino, Santiago e Vicente Mancebo. Ela me fazia lavar as meias e os lenços melecados. Que catarrentos eram esses brancos! Eu chorava quando tinha que lavar. Então pegava uma vareta e com ela revolia os lenços na água, para que soltassem um pouco de catarro e depois os esfregava. Mas não era só lavá-los, tinha que passá-los e dobrar as meias uma dentro da outra.¹⁶⁰

A escravidão, máximo exemplo de violência interpessoal, impôs suas práticas desumanas em toda a sociedade. O castigo físico, o trabalho infantil extenuante, a humilhação, foram banalizados na sociedade escravista e continuaram sendo aplicados por todos os seus integrantes após a abolição.

As práticas repressivas implementadas nos engenhos açucareiros e nas casas senhoriais continuaram sendo o modelo de referência para a correção das condutas. As punições eram bárbaras e ultrajantes, como esta aplicada a Reyita quando a outra menina da casa, enciumada, realizava algumas ações erradas para provocar a ira de Mangá contra a sobrinha:

Um dia Paquita defecou no cesto de guardar a roupa branca suja e minha tia, quando descobriu, cansada – porque ela acreditava que tinha sido eu -, me castigou. E de que maneira! Ajoelhou-me na calçada com os braços abertos em cruz e me pôs um pouco de cocô na palma das mãos, de maneira que todos os que passavam me pudessem ver. Os meninos

¹⁶⁰

Rubiera, pp. 41 e 42.

gritavam: “Reyita, a cagona!”. Eu queria morrer de vergonha e o mais triste é que era inocente. Daquele castigo me salvou Tirso – um jovem que morava no bairro, que quando passou e me viu, levantou-me, lavou minhas mãos e enfrentou a dona~, que surpresa porque nunca ninguém se tinha atrevido a levantar-lhe a voz, não me castigou mais nesse dia¹⁶¹.

A escravidão, a frustração, a opressão permanente que a sociedade impunha aos discriminados deixam suas marcas nas pessoas e, especialmente, no modo de exprimir a afetividade. No livro não aparecem outros dados sobre a vida de Mangá, mas alguns traços do seu caráter podem ajudar a entender a sua conduta. Ela é uma mulher de caráter e vontade fortes, respeitada e até temida na cidade, vigiada pelas autoridades.

Apesar do PIC não aceitar mulheres nas suas fileiras, se converteu numa referencia do partido e a sua casa foi utilizada para reuniões dos principais dirigentes do levantamento. Ela deseja progredir. Trabalha forte, é empreendedora, cria um negócio de venda de doces que não lhe dá um retorno suficiente e se vê obrigada a trabalhar lavando e passando roupa para outros.

Qual seria a sua participação na guerra de independência? Foi nessa contenda que ganhou o reconhecimento social de que desfrutava na sua cidade? Sendo empreendedora, voluntariosa e rebelde, aceitaria passivamente trabalhar como lavadeira para os ricos da cidade? A sua consciência racial lhe permite aceitar a obrigatoriedade de realizar trabalhos domésticos noutra casa? Ser sempre subalterna? Uma cidadã de segunda classe?

Ela enfrenta a opressão masculina e se destaca na cidade; seu destino econômico e vira empreendedora; o Estado excludente e entra no PIC. Mas as estruturas de dominação classista, machista e racista são muito mais fortes do que sua vontade. A sua frustração será inevitável. Reyita a verá sempre irada, violenta, sem afeto.

3.3. O Movimento de Marcus Garvey em Cuba.

Após a repressão do protesto armado protagonizado pelo Partido Independiente de Color em 1912, os anti-racistas negros desistiram da idéia de criar partidos políticos independentes para defender seus direitos. Nenhum dos organizadores do PIC que sobreviveram voltariam a aparecer na cena pública. Lideranças como Juan Gualberto

¹⁶¹ Ibidem, p. 41.

Gómez continuaram participando da política partidarista, que cada vez estava mais centrada na satisfação das necessidades eleitorais dos caudilhos.

A luta contra a discriminação racial se desenvolveria, principalmente, através dos clubes e centros de instrução e recreio dos negros e na mídia negra, na qual se debatia a partir de então, sobre os melhores caminhos para conduzir a causa anti-racista em Cuba.

Em 1917 foi criado o Clube Atenas¹⁶², integrado por negros e mulatos de classe média e alta, que seria a instituição negra mais influente do país. Seus integrantes denunciavam a discriminação racial, faziam campanhas anti-racistas e tentavam influenciar os diferentes governos para que implementassem ações anti-discriminatórias. A maioria dos clubes e jornais definia o desenvolvimento da educação e a difusão das idéias anti-racistas como o melhor caminho para consolidar a unidade entre negros e brancos, visando a consecução de uma nação racialmente integrada que tivesse como base os ideais defendidos pelos libertadores nas guerras de independência¹⁶³.

Nessa época, muitos dos intelectuais negros defendiam um ideal de desenvolvimento que estava em consonância com o predominante nas ciências sociais do século XIX e começos do XX. Para eles, a civilização humana avançava em linha ascendente e unívoca. Nessa linha de pensamento, o tipo de desenvolvimento atingido pelas nações européias mais destacadas na cena mundial simbolizava o progresso, enquanto os demais povos representavam o atraso. Em consequência, esses intelectuais propugnavam a universalização do ensino em Cuba e insistiam na necessidade de remover os obstáculos que impediam o avanço dos negros na sociedade cubana, para que pudesse avançar por esse caminho. Estas concepções implicavam, de fato, renunciar à defesa dos valores culturais africanos presentes na cultura cubana, desprezados pelo sistema de ensino oficial¹⁶⁴.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, os empresários norte-americanos promoveram a entrada massiva de imigrantes antilhanos¹⁶⁵ para trabalharem

¹⁶² Montejo, Carmen. *Sociedades Negras en Cuba. 1878 – 1960*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004. Pp. 178-179.

¹⁶³ Ibidem, pp. 172-175; 185-191.

¹⁶⁴ Sobre a significação dessas idéias e a postura discordante de intelectuais negros como Gustavo Urrútia, ver: Fernandez, Robaina, Tomás. “La santería: africana, cubana, afrocubana?: Elementos para o debate”. In: *La Jiribilla*, La Habana, 2003. [http://www.lajiribilla.cu/2003/n116_07]

¹⁶⁵ Sobre os imigrantes caribenhos, suas características e condições de vida, ver: Chailoux Laffita, Graciela (org.). *De donde son los cubanos*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 2007; Cilene de

na produção de açúcar nos seus engenhos, visando resolver a escassez de braços e deprimir, ainda mais, os salários.

Os políticos e intelectuais partidários da imigração europeia, temendo o incremento da população de origem africana em Cuba, protestaram contra a entrada dos caribenhos, ías não puderam impedi-la. Estimularam, então, a xenofobia racista.

As condições de vida desses trabalhadores eram infra-humanas. Eles foram reprimidos constantemente pela guarda rural e humilhados e injuriados pela imprensa, que os acusava de introduzir doenças infecciosas e de praticar religiões “bárbaras”. Tanta hostilidade criou um sentimento de mal-estar entre eles, que os compeliu a se organizarem para defender seus direitos e salvaguardar a identidade nacional dos imigrantes de cada ilha.

Entre os naturais das colônias inglesas do Caribe começaram a circular as idéias do jamaicano Marcus Garvey, que concebera o projeto de retornar os negros da América para a África. Garvey criou em 1914 a Associação Internacional para o Melhoramento do Negro (conhecida pela sua sigla em inglês, UNIA)¹⁶⁶ que rapidamente se expandiu pelas diferentes ilhas caribenhas e os países de América Central onde existia um forte contingente de migrantes da região. Em 1916 se trasladou para os Estados Unidos, lugar onde o movimento atingiria sua maior força.

Os imigrantes jamaicanos, radicados principalmente nas províncias de Oriente e Camagüey, e também na capital da Ilha, organizaram seções da UNIA. Em Santiago de Cuba e ao norte dessa cidade o garveysmo teve bastante força entre os jamaicanos.

Reyita residia em Banes, na casa da sua avó paterna e do marido dela, Panchito, que era funcionário da *United Fruit Company*, uma das principais importadoras de mão de obra caribenha. Ainda estavam frescas as lembranças dos acontecimentos de 1912. O racismo e a discriminação continuavam como antes. Tatica, a sua avó africana, faleceu.

Couto, Katia. *Os desafios da sociedade cubana frente à imigração*. Brasília, 2006.[Tese (Doutorado), Universidade de Brasília].

¹⁶⁶ Garvey defendia a unidade entre os descendentes de africanos e a valorização da condição do negro. A UNIA (Universal Negro Improvement Association), tinha filiais em muitos países caribenhos, Estados Unidos e na África. Propugnava o retorno dos negros para a África e realizou gestões na Libéria com esse fim. Orador inspirado, seus discursos emocionavam as multidões e elevavam a auto-estima do negro, deprimida pelos efeitos do colonialismo. Estimulava a criação de negócios próprios nas comunidades negras dos diferentes países de América. A UNIA deu um exemplo organizando a empresa marítima Black Star, que transportava mercadorias e passageiros. Os integrantes do movimento garveyista aportavam fundos para desenvolver a organização. Eles aspiravam a viajar para África nos barcos dessa companhia.

Marcus Garvey se opôs ao colonialismo e apoiava aos lutadores anticolonialistas. As idéias que ele defendia são consideradas uma das fontes principais do Pan-africanismo que vigorou a partir da década de 1940 entre intelectuais africanos e caribenhos.

Sua alma, pensava, regressaria para a África. Nesses dias Reyita soube do movimento garveyista. Incorporou-se de imediato:

Lembro-me das coisas que minha avó contava sobre os africanos que moravam longe do seu país. Dizia que seus espíritos regressavam às suas terras depois de mortos. Eu não pude vê-la morta porque eu já não estava em La Maya, mas lembro quando a notícia chegou em Banes. Chorei muito! Mas quando me acalmei e fechei os olhos me pareceu vê-la levantar-se e voar entre as nuvens, rumo à sua terra natal, a sua África querida, que nunca esqueceu e à que aprendi a querer pelas histórias que nos relatava.

[...] Esse amor que minha avó me inculcou pela sua terra natal influenciou na minha determinação de incorporar-me ao movimento de Marcus Garvey – e ir-me para África –, cansada de ser discriminada por negra. Em Cueto eu visitava a casa de Malvina Grand, *miss Molly*, e participava de umas reuniões que ela e seu esposo, Charles Clark, davam aos domingos. Eles dirigiam essa organização e eu gostava muito de conversar com eles. Eu era uma adolescente muito inquieta e sempre gostava de estar fazendo alguma coisa. Os jamaicanos estavam muito estimulados com a idéia de ir para a África. Depois de várias reuniões eu já tinha o mesmo ou maior entusiasmo do que eles e entrei plenamente no movimento. Estávamos seguros de que as coisas ali seriam diferentes: negros com negros. Tinha que ser diferente! Íamos ser uma grande família e, sobretudo, sem discriminação racial¹⁶⁷.

Nessa extensa citação é possível observar, entrelaçadas, várias idéias que oferecem luz sobre a situação do país e acerca da maneira como os integrantes do setor negro pobre reagem perante a realidade social adversa.

Observa-se a simpatia pela África e os elementos da religiosidade e da cultura africanas transmitidas pela avó angolana, numa época em que, como dito mais acima, a cultura oficializada do país, e até muitos dos intelectuais negros renegavam a herança cultural africana; a insuportável discriminação racial, sem solução visível, que a fêz procurar uma saída política definitiva: o abandono da ilha; a participação majoritária de

¹⁶⁷ Rubiera, pp. 22-23.

jamaicanos e outros imigrantes no movimento e não de cubanos¹⁶⁸; o seguimento de uma utopia nova, capaz de garantir-lhe o conforto espiritual, a paz, a integração com os demais:

O senhor Clark, naquelas reuniões dominicais oferecia uma informação acerca da África e a vida dos africanos, e sobre a quantidade de terras que estariam à nossa disposição quando chegássemos lá. Quando eu o escutava, recordava as histórias da minha avó Tatica¹⁶⁹.

Reyita ficou entusiasmada. Participa de atos públicos. Faz proselitismo.

Eu era muito ativa e me deram a tarefa de visitar outros negros para convidá-los a se incorporarem; entusiasmei muitos de meus amigos e alguns familiares. Lembro uma senhora que convenci para entrar; era viúva e tinha duas filhas e aceitou dizendo que “assim minhas filhas não terão de trabalhar como serventes dos brancos”. No movimento, em Cueto, havia cerca de 50 cubanos¹⁷⁰.

O entusiasmo era cada dia maior, estimulado pela visão paradisíaca da África transmitida pelos ideólogos do movimento, totalmente diferente da realidade dos negros cubanos e dos imigrantes antilhanos. Era uma saída para a opressão cotidiana. Era a possibilidade de viver num mundo diferente, sem racismo, como vivera a avó de Reyita antes de ser capturada e trazida para o inferno do canavial.

Para incrementar os recursos do movimento se organizam festas e almoços coletivos onde confraternizavam negros cubanos e imigrantes. Nesses espaços, os cubanos negros, os brancos pobres e os imigrantes se confraternizavam, a despeito das campanhas racistas e xenófobas promovidas pela imprensa. O proselitismo dava alguns frutos. Os imigrantes reuniam dinheiro para comprar os barcos e sustentar o movimento.

¹⁶⁸

O movimento garveysta cresceu entre os trabalhadores jamaicanos e de outras ilhas caribenhas de fala inglesa. Alguns cubanos entraram, mas era uma minoria dentro da organização. Os dados sobre a atuação do garveysmo em Cuba foram tomados de: Rodríguez, Pedro Pablo. “Marcus Garvey en Cuba”. In. *Anales del Caribe* [Centro de Estudios del Caribe. Casa de las Américas, Cuba], n. 7-8, 1987 –1988; Rabelo, Danilo. *Rastafari: identidade e hibridismo cultural na Jamaica, 1930-1981*. Brasília, 2006. [Tese (Doutorado). Universidade de Brasília]. A tese de Rabelo oferece uma ampla informação sobre as características e a ideologia desse movimento.

¹⁶⁹

Ibidem, p. 23.

¹⁷⁰

Rubiera, pp. 23-24.

Para reunir dinheiro e comprar os barcos em que partiríamos – já tínhamos um, o “Antonio Maceo” – se pagava uma cota de 25 centavos semanais, organizavam-se rifas e festas nas que se cobrava a entrada. Recolhia-se muito dinheiro com as feiras, onde se vendiam comidas e doces tradicionais, cubanos e jamaicanos. Nelas não se tomavam bebidas alcoólicas, só sucos naturais.

Essas festas eram muito alegres, participavam muitas pessoas. Claro, não havia muitos lugares aonde os pobres - e, sobretudo, os negros – pudessem se divertir. A música era dos dois países. Foi necessário fazer um acordo, pois os cubanos queriam sua música e os jamaicanos a deles. Decidiu-se fazer um sorteio e colocar a música vencedora¹⁷¹.

O movimento garveyista foi crescendo muito entre os jamaicanos. Em 1921 Marcus Garvey visitou Cuba para reunir-se com seus seguidores e divulgar sua doutrina. Teve um encontro com o presidente Menocal, que possivelmente pretendia explorar a possibilidade de exportar açúcar cubano nos barcos da Black Star, empresa marítima criada pela UNIA para transladar futuramente os negros para a África.

Garvey esteve em Havana e em Santiago de Cuba. Na capital discursou em dois atos públicos e se reuniu com os integrantes do Clube Atenas. Segundo noticiou o jornal *La Prensa*, ainda que ele fosse recebido cortesmente no ato, a direção manifestou sua discordância com as idéias que ele defendia. O presidente dessa instituição, Dr. Miguel Angel Céspedes, desejou-lhe sucesso nas suas gestões, mas fez questão de reafirmar que o negro de Cuba tinha os mesmos direitos que o branco e, por isso, a idéia africanista não conseguiria adeptos em Cuba. Garvey respondeu manifestando sua confiança no triunfo de suas idéias e reconheceu que em Cuba não existiam diferenças raciais que justificassem sua propaganda.

Nessa notícia publicada pelo jornal *La Prensa* aparecem idéias que contradizem as respectivas lutas de Garvey e do Clube Atenas. O primeiro conhece que existe uma forte discriminação racial em Cuba e fez todo o possível por difundir suas idéias nos atos públicos onde discursou. Por outro lado, o presidente do Clube Atenas não poderia afirmar que no seu país ambas as raças possuíam os mesmos direitos, sem correr o risco

¹⁷¹

Ibidem, p. 24.

de ser incoerente com os objetivos da sua própria instituição. Parece que o jornalista escreveu o que ele gostaria de escutar e não o que escutou na reunião.

Pouco tempo depois da visita de Garvey, o movimento começou a enfraquecer. Vários fatores externos e internos contribuíram para esse desfecho. Principalmente o fato de que o período de bonança econômica, provocado pela elevação do preço do açúcar no mercado mundial durante a I Guerra Mundial (1914-1918) havia acabado após o fim do conflito armado e os preços baixaram.

Começou então uma forte crise econômica em Cuba, que provocou a quebra de bancos e outras muitas empresas, dentre elas a açucareira. A imigração antilhana deixou então de ser estimulada e os imigrantes que tinham conseguido ficar em Cuba, estavam desempregados e sob a ameaça de expulsão. Nesse cenário tão adverso não foi mais possível reunir recursos suficientes para as atividades do movimento.

O movimento garveyista, que tinha atingido grande influência na população negra norte-americana, passou a ser perseguido pelo governo desse país e em 1925 Garvey foi encarcerado, acusado de fraudar os correios. O movimento começou a enfraquecer em todos os países onde atuava.

Reyita, adolescente, não tem possibilidade de conhecer as diferentes causas que incidiam na destruição do movimento. Só pode observar os seus efeitos.

Pouco tempo depois [da visita de Garvey a Santiago de Cuba] as atividades se reduziram. Os negros que dirigiam o movimento eram perseguidos e alguns deles foram expulsos do país. Tudo começou a ser feito em segredo. Quase não se recolhia dinheiro. Eu não soube exatamente o que aconteceu. Por que se dissolveu aquilo. Mas foi triste, muito triste! Todas as esperanças caíram por terra. Para mim foi como se de repente me dessem um golpe: tinha que ficar em Cuba, seguir sofrendo por ser negra. Depois daquilo, alguma coisa ficou clara para mim: Tinha que me impor à discriminação!¹⁷²

¹⁷²

Ibidem, p. 26.

IV. Novos tempos, novas lutas.

Por que o movimento de Marcus Garvey desapareceu em Cuba, extinguindo-se aos poucos? Por que não se entranhou nas massas cubanas, ficando restrito às áreas onde a presença de imigrantes das ilhas de fala inglesa era maior? Mas, antes é preciso perguntar-se por que o movimento conseguiu a adesão de alguns cubanos, dentre eles Reyita.

A resposta podemos encontrá-la na sua fala:

Os negros não podiam ser prefeitos nem nada disso; as mestras negras eram mandadas para trabalhar em Monte Ruth, em Jarahueca, nesses lugares, no campo. Nunca na cidade grande. Aos negros não lhes davam um posto importante ainda que tivessem capacidade. Houve exceções, mas por conveniência dos políticos. Às meninas negras, às negrinhas, eram postas para trabalhar nas casas dos brancos, e ai lhes cortavam o cabelo “para não lhes ver o ‘pixaim’ revolvido”. Enfim, eram muitas as coisas com as que eu não concordava e, ainda que eu me sentisse muito cubana, por isso queria ir, sem imaginar sequer onde ficava a África. Sabia que existia, que era um dos cinco continentes, mas não tinha idéia de onde estava. Mas, seguramente, ali as coisas seriam diferentes¹⁷³

¹⁷³

Rubiera, p. 24 – 25.

Nesse trecho, para explicar as motivações que a conduziram ao movimento garveyista, lista uma série de discriminações que sofriam as pessoas negras no país e reitera a seguir, que se “sentia muito cubana”, como se precisasse dar uma desculpa pelo fato de haver querido alguma vez ir-se para a África. Ela percebe que há uma contradição implícita nesse episódio da sua vida.

Filha e neta de soldados libertadores, mulher preocupada pela causa nacional, parece pensar que deve explicar cuidadosamente a opção tomada quando adolescente, poucos anos depois da selvagem repressão aos negros que protestavam pela discriminação racial, que cegou vidas na sua própria família. Parece evidente que estes fatos influíram na sua decisão.

Mas é preciso penetrar no contexto histórico e ideológico dessa época para procurar novas pistas sobre o impacto que um movimento profundamente Panafricanista pudesse causar numa sociedade como a cubana.

Antes de tudo, vale lembrar as características demográficas das ilhas colonizadas fundamentalmente pela Inglaterra, França, Espanha e Holanda, bem como as suas características sócio- econômicas. Trata-se de pequenos territórios nos que, durante três séculos, as metrópoles introduziram incessantemente escravos africanos para servir de força de trabalho nas plantações açucareiras e cafeeiras, voltadas para a exportação. Essas atividades econômicas desencadearam processos sociais e culturais específicos em cada ilha, mas semelhantes também entre elas.

Um dos resultantes desses processos é a criação, em cada ilha, de uma sociedade totalmente diferente da que existia na metrópole. Nas colônias caribenhas foram-se criando povos novos, surgidos da interação forçada entre representantes de diferentes etnias africanas levados como escravos a esses países. Recriaram-se as línguas, as religiões, as formas de pensar africanas, com os aportes dos diferentes povos africanos e com elementos da cultura do colonizador. Em algumas ilhas nasceu uma língua nova, o creole, através do qual se deu voz ao sentimento, se realizou a sociabilidade entre as pessoas, se exprimiram os ritos, as práticas religiosas, as relações de família e se transmitiu a história. Em todas, à exceção das ilhas espanholas, a maioria da população é negra e a branca tem escassa expressão.

As metrópoles do Caribe eram também, até a década de 1960, as maiores colonizadoras da África. O colonialismo, nos dois lados do Atlântico, justificava-se com argumentos raciais. A ideologia colonial explicava a escravidão e os sabores dos colonizados com o argumento da cor. Essa pele escura era vista, então, pelo

discriminado, como a marca principal de sua identidade. Se se era negro e colonizado na América e na África, então o destino dos negros americanos devia estar vinculado ao dos seus pares africanos.

O negro dessas ilhas, desprezado e rejeitado pela minoria dominante, não estava em condições objetivas de assimilar-se à cultura e à história do colonizador. E embora assumisse elementos importantes dessa cultura, da língua e das religiões cristãs principalmente, a via principal de seu processo de transculturação se desenvolveu nas relações entre as diversas etnias africanas. Dessa interação emergiu um povo não propriamente africano, mas caribenho, com uma cultura fortemente vinculada às matrizes culturais africanas.

Não será estranho, então, que o movimento anti-colonial surgido em alguma das ilhas, e principalmente nas francesas e anglôfonas, leve em consideração o fator racial como veículo de unidade transnacional e, às vezes, pan-africana e sinta seu destino vinculado ao dos povos africanos. Estes homens e mulheres submetidos também a degradadas condições de existência pelos mesmos colonizadores, humilhados e discriminados, aproximaram-se da África em seus ideais. Os anti-colonialistas de um e outro lado do Oceano não tardariam muito em passar do estabelecimento de contatos entre eles à criação de estruturas políticas comuns quando, a partir da década de 1930, uma nova geração de líderes intelectuais se encontra e trabalha unida nas capitais metropolitanas, juntando seus esforços num movimento Pan-africanista de grandes proporções¹⁷⁴.

O processo sócio-histórico nas ilhas hispânicas não se desenvolveu pelo mesmo caminho. Cuba, Santo Domingo e Porto Rico, uma vez esgotado o ouro de seus rios, foram convertidas em produtoras de açúcar e outros produtos de exportação. Mas o tamanho maior das duas primeiras, mais a posição estratégica que ocupavam na região, permitiram a sua transformação também em colônias de povoação.

¹⁷⁴ Essa nova fase do Panafricanismo aparece entre intelectuais de países africanos e caribenhos colonizados por França e Inglaterra, principalmente. Durante os anos de entre – guerra, alguns jovens pertencentes às elites foram estudar nas metrópoles e lá tiveram possibilidade de estabelecer contatos entre si. Eles conheceram as características e semelhanças das respectivas nações e criaram um sentimento de unidade de destino afincado no passado comum. Dentre os resultados dessa interação está a corrente intelectual chamada “negritude”, cujos principais inspiradores foram o senegalês Leopold Sedar Senghor e o martiniquense Aimé Césaire. Na sua vertente estritamente política, o Panafricanismo se materializou na criação de partidos e movimentos de liberação supra-estatais, nas colônias francesas, inglesas e portuguesas da África. Figuras como o norte-americano Jules Du Bois e o jamaicano Marcus Garvey foram reconhecidos como antecessores e inspiradores desse movimento.

Durante os quatro séculos que durou a dominação espanhola centenas de milhares de migrantes espanhóis, procedentes das mais diversas regiões de Espanha, se assentaram nessas ilhas. Eles se instalaram nas cidades, nos campos, nas plantações. Ao longo desses séculos estupraram índias e negras ou se relacionaram com elas, dando origem à população mestiça, que virou cubana. Tanto brancos como negros e mestiços sentiram-se cubanos quando o processo sócio-histórico e político do país provocou, no século XIX, confrontações violentas pela independência, construindo uma nação nova, diferente da espanhola e com objetivos comuns a todos.

Porém, as elites brancas insistiram em negar a cubanidade dos negros. Esse “medo ao negro” foi alimentado pelo temor a uma revolução escrava como a de Haiti e impediu a consecução da independência nacional, simultaneamente à latino-americana.

Só quando um setor empobrecido da classe escravista da região oriental da ilha, proprietário de poucos escravos e afogado pelas exações fiscais do governo, decide iniciar a luta independentista, é que começa a definir-se a cubania como um objetivo comum a negros e brancos. Essa compreensão foi facilitada pelo fato de que nas áreas onde residia a maioria dos conspiradores era alto o número de negros e mulatos livres, muitos deles camponeses, com os que comerciavam e compartilhavam determinados interesses comuns¹⁷⁵.

Esses independentistas, liderados pelo pequeno fazendeiro de Bayamo, Carlos Manuel de Céspedes, entenderam que a independência deveria ser obra das duas raças e a República futura teria que contemplar a abolição e a igualdade ante a lei dos negros e dos brancos. Esse compromisso foi expresso simbolicamente por Céspedes quando, após ler a Proclama da independência, deu a liberdade aos seus escravos e os convidou a se integrar à luta, dizendo para os presentes: “Cuba livre é incompatível com Cuba escravista”¹⁷⁶.

Numa Assembléia Constituinte organizada pelos independentistas em abril de 1869, foi criada uma “República em Armas” e aprovada uma Constituição, cujo artigo 24 estabelecia que “todos os habitantes da República são inteiramente livres”¹⁷⁷. Também se criou uma Câmara de Representantes encarregada de ditar Leis e de nomear

¹⁷⁵ Ibarra, Jorge. “Regionalismo y esclavitud patriarcal en los departamentos central y oriental de Cuba”. In: *Anales del Caribe*, n° 6, 1986, p. 26.

¹⁷⁶ Pichardo, Hortensia. *Documentos para la História de Cuba*. T. I, pp. 370-373. Apud: Torres Cuevas, Eduardo e Reyes, Eusebio. *Esclavitud y Sociedad*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1986. P. 216.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 222.

o Presidente do Executivo, cargo que passou a desempenhar Carlos Manuel de Céspedes.

Essa extemporânea estrutura política trouxe muitas contrariedades e problemas internos que afetaram a marcha da guerra e contribuíram, após 10 anos de muito esforço, para o fracasso da mesma. A decisão de criá-la foi uma expressão das lutas internas dos independentistas, cuja procedência social era extensa demais. Dentre eles existiam militaristas e civilistas; partidários da ditadura e da democracia; independentistas e pessoas favoráveis à anexação aos Estados Unidos; abolicionistas radicais e propugnadores da abolição gradual. Desatou-se entre esses grupos uma constante luta pelo controle dos órgãos de poder, visando dirigirem os rumos da guerra para o logro de uma independência do tipo almejado pelas suas correntes ideológicas.

Essas contradições internas refletiram-se no campo da igualdade racial, pois embora a Constituição decretasse a igualdade de todos os cubanos, foi aprovado em 1870, um Regulamento de Libertos, que obrigava aos escravos liberados prestar serviços pesados para o exército e, dentre eles, realizar funções auxiliares tais como plantar e fornecer alimentos aos combatentes. Esse Regulamento cerceava a liberdade dos ex-escravos, pois os obrigava a trabalhar nas fazendas de seus antigos donos, dando-lhes como única garantia a proibição aos fazendeiros de bater neles¹⁷⁸.

Essa Lei significava um retrocesso nos princípios unitários proclamados desde o primeiro dia da insurreição. O presidente Céspedes decidiu aceitá-la esperando obter o apoio dos grandes fazendeiros do Ocidente de Cuba que, afinal, optaram por apoiar a Espanha e não os insurgentes.

Porém, o Regulamento causou muito descontentamento nas áreas orientais onde a guerra era mais forte e já se estava forjando uma forte fraternidade entre os combatentes. Nesses lugares o Regulamento praticamente não foi aplicado até inclusive porque a mobilidade dos combatentes e as constantes operações militares empreendidas pelo Exército espanhol não permitiam plantar nem realizar atividades próprias de países em paz. O Regulamento de Libertos foi finalmente extinto em novembro de 1871, por meio de uma simples Ordem Circular do Presidente Céspedes, ficando definitivamente abolida a escravidão no campo independentista.

Muitos negros livres e escravos se incorporaram desde o primeiro momento às tropas mambisas. Almejavam a abolição da escravidão, a erradicação da discriminação

¹⁷⁸ Ibidem, pp. 223-225.

racial e a mudança das suas condições de vida. Esperavam acabar com esse status subumano que Espanha lhes impôs desde que o primeiro africano chegou à ilha. A avó paterna de Reyita, Mamasita, se incorporou a essa guerra junto aos filhos e o seu marido – que morreu nela –, e retornou à luta na guerra final.

A fraternização de soldados e oficiais negros e brancos nos acampamentos mambises, compartilhando penúrias, fome, doenças, esforços físicos, combates; protegendo-se mutuamente, ou morrendo juntos durante os dez anos que durou a guerra, deixou marcas para sempre na história de Cuba e na cultura política cubana.

Desde então, o independentismo esteve unido ao abolicionismo e à igualdade racial. Todo cubano sabia que um próximo esforço independentista teria que garantir, na futura República, a igualdade racial já testada com sucesso na Guerra dos Dez Anos, apesar das manifestações de racismo aberto sofridas por alguns negros.

Alguns dos dirigentes da guerra que tinham sido proprietários escravistas e decidiram continuar até o final, não abandonaram a luta quando a mesma assumiu um caráter democrático radical e adotou como arma principal a destruição das propriedades açucareiras e cafeeiras e a libertação imediata dos escravos das fazendas, algo que essa classe social temeu desde a época da Revolução de Haiti. Nos anos finais, fazendeiros organizadores da contenda¹⁷⁹, e intelectuais de classe média se sentiram orgulhosos de formar parte do quadro de oficiais negros como Antonio Maceo.

É preciso destacar que nesse primeiro ensaio de convivência republicana que Cuba conheceu, jogaram um papel destacado os chefes abolicionistas, tais como os generais Donato Mármol e Máximo Gómez. Este último, camponês de origem dominicana, tinha experiência militar no seu país e se incorporou à guerra cubana “buscando a liberdade do negro”, tal como acostumava afirmar¹⁸⁰. Ele, além de ser o principal estrategista do campo cubano, foi também o chefe e o mestre militar de Antonio e José Maceo, de Flor Crombet e de outros soldados negros, os quais foram ganhando posições até chegarem a coronéis e generais. Gómez nunca obstaculizou a ascensão desses chefes negros no exército, ainda que suas posições democráticas e populares atraíram-lhes a inimizade dos setores elitistas cubanos. Assim, negros e mulatos trabalhadores do campo ou das pequenas cidades e camponeses pobres e

¹⁷⁹ Em Baraguá estiveram presentes figuras como Fernando Figueiredo e José Maria “Titá” Calvar, que tinham sido fazendeiros escravistas.

¹⁸⁰ Máximo Gómez demonstrou sempre sua profunda aversão à escravidão. Entre as estratégias de luta que mais utilizou estava a queima das plantações açucareiras e a conseguinte libertação dos escravos por onde suas tropas passavam.

médios, como a família de Antonio Maceo, cujo pai, mãe, padrasto, irmãos, meios-irmãos, esposa, cunhadas, e outros parentes, se incorporaram à guerra e foram ganhando graus militares até chegar vários deles a generais e chefes de primeira linha, constituíram-se em verdadeiros mitos nacionais. Figuras como seu irmão José Maceo, Quintín Banderas, Guillermo Moncada, Flor Crombet, Jesús Rabi, e outros negros, ainda hoje, são os primeiros nomes que vêm à memória de qualquer cubano quando pensa em símbolos da luta independentista.

Eles recebiam os graus militares após a realização de atos de heroísmo ou da mostra de capacidade para o planejamento e a condução das ações bélicas. Porém, outros muitas vezes foram preteridos em favor de oficiais brancos de menor merecimento. Antonio Maceo foi o mais destacado de todos, e o alvo predileto dos racistas e elitistas, mas ultrapassou todos os obstáculos e se firmou, no final da guerra, como a principal figura política e militar¹⁸¹ dos cubanos. Símbolo natural do independentismo intransigente, da abolição e dos interesses das massas populares.

O tipo de relações raciais desenvolvidas no seio da República em Armas constituiu-se em paradigma do que se esperava obter na república independente.

A próxima grande tentativa de re-iniciar a luta independentista incluiu explicitamente a demanda pela igualdade racial no seu programa. A escravidão já tinha sido abolida pelo governo espanhol em 1886, mas a exclusão do negro dos lugares públicos assim como as demais formas tradicionais de discriminação continuou intacta. Líderes negros como Juan Gualberto Gómez de Havana e Rafael Serra dos Estados Unidos (New York), consideravam que para conseguir erradicar a discriminação racial era preciso mudar o status colonial, pois a discriminação e o racismo eram praticamente consubstanciais ao regime colonial. Ambos os líderes se engajaram nos preparativos da nova insurreição. Serra trabalhou na mobilização dos negros e foi um dos principais propagandistas e organizadores da emigração e Juan Gualberto foi o principal coordenador de toda a conspiração e do alçamento em Cuba. Foi também o responsável da incorporação dos membros do Diretório Central de Sociedades da Raça de Cor ao esforço separatista.

¹⁸¹ Antonio Maceo se revelou como a principal figura política do independentismo, quando no final da Guerra dos Dez Anos (1868-1878), a maioria dos líderes aceitou firmar um acordo de paz proposto pelo governo espanhol, que oferecia algumas promessas de democratização da colônia e a liberdade para os escravos que tivessem combatido no exército libertador. Dentre os principais chefes cubanos Maceo foi o único que rejeitou o acordo dizendo que não podia aceitar uma paz que não contemplasse a independência nem a abolição total.

O principal organizador da guerra era o poeta e político emigrado José Martí, com um ideário democrático radical e antiimperialista que após ter estudado o estado das repúblicas latino-americanas, a realidade política e social dos Estados Unidos, e as experiências da guerra anterior conseguiu re-organizar os independentistas cubanos e ganhar o apoio das diferentes classes sociais e dos setores interessados em derrubar o colonialismo. Entre os componentes do ideário de José Martí figurava o anti-racismo e a luta contra a discriminação racial, temas estes que estão presentes em diferentes artigos, ensaios, cartas e documentos programáticos elaborados durante a preparação da guerra¹⁸².

Essas idéias anti-racistas e de democracia popular eram compartilhadas por Máximo Gomez e António Maceo, eleitos General em Chefe e Lugar-Tenente General, respectivamente, do Exército cubano. A guerra se iniciou em 24 de fevereiro de 1895. Juan Gualberto Gómez, após cumprir seu destacado papel organizativo se levantou em armas na província de Matanzas, (no Ocidente do país) e não teve sucesso, ficando encarcerado até o final da guerra. Antonio Maceo desembarcou na Província de Oriente, e a simples notícia de sua chegada provocou o levantamento massivo de camponeses que se incorporaram a sua tropa. Em poucos dias dirigia uma força considerável integrada por camponeses e trabalhadores negros e brancos. José Martí e Máximo Gómez arribaram às costas de Cuba em 11 de abril, mas apenas um mês mais tarde, Martí perdeu a vida numa ação militar. Maceo morreria em 1896 e Máximo Gómez foi o único a concluir a guerra.

A prematura perda de Martí, facilitou a mudança dos projetos políticos por ele defendidos. Aos poucos, integrantes de setores mais moderados e das elites cubanas, foram assumindo o controle dos órgãos da nova República em Armas, tanto na Ilha quanto na emigração e destruíram as práticas democráticas e solidárias propostas para Cuba e já testadas pelo Partido Revolucionário Cubano na emigração¹⁸³. O resultado de isso tudo foi a criação de mecanismos políticos que beneficiaram o controle dos rumos da guerra pelos integrantes dessas camadas sociais¹⁸⁴ e a interposição de dificuldades

¹⁸² Servem de exemplo o ensaio “Nuestra América”. In. José Martí. *Obras Completas*, t.5, p. 22; o artigo “Mi raza”. Ob. Cit. t. 2, p. 299; a “Carta a Manuel Mercado”. Ibidem, t.4, p. 168.

¹⁸³ Tomás Estrada Palma, que já tinha sido um dos presidentes da República em Armas durante a Guerra dos Dez Anos, substituiu José Martí na direção do Partido Revolucionário Cubano e passou de imediato a mudar as práticas democráticas ao interior desse partido. Foi eleito primeiro presidente de Cuba após a independência. (1902 -1906).

¹⁸⁴ Ver esse processo em: Ramón de Armas. *La Revolución Pospuesta*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975; Ibrahim Hidalgo de Paz. *Cuba 1895 -1898. Contradicciones y disoluciones*. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2004.

para o acesso dos negros aos postos de direção¹⁸⁵. O que estava no fundo dessas lutas internas, era a ocupação de posições por parte dos representantes das elites econômicas e intelectuais cubanas que lhes permitissem mudar o caráter democrático e anti-discriminatório do movimento independentista para implementar, na futura República independente, o projeto de nação europeizada que esses setores sociais defendiam desde décadas atrás.

Esses dados históricos até aqui apresentados permitem afirmar que:

1. Desde o início da Guerra dos Dez Anos foi criado e testado um projeto de nação independente, de caráter democrático e anti-racista no qual os cubanos conviveram, pela primeira vez na sua história, sob os preceitos de uma Constituição que afirmava a igualdade de todos os cidadãos perante a Lei.
2. A população negra conheceu, a pesar da interposição de alguns obstáculos ao seu avanço, um processo de mobilidade social sem precedentes no país, bem como a aplicação do princípio do mérito, chegando alguns dos seus representantes a ocupar cargos de primeira magnitude.
3. O independentismo dos anos subseqüentes incluirá explicitamente entre suas demandas, a erradicação da discriminação racial.
4. O setor populacional negro apoiou ostensivamente a última guerra de independência (1895 – 1898), esperando conseguir numa República independente a sempre desejada igualdade racial

Em capítulos anteriores abordamos a realidade encontrada pelos cubanos negros e mestiços na nova república. Neles foi possível observar que em todo momento as reclamações que eles realizam contra o governo estão baseadas na denuncia do descumprimento do programa de integração racial prometido pelos organizadores da guerra e pelo qual se somaram à mesma.

Inclusive, quando a decepção foi tão grande que alguns veteranos decidiram criar um partido negro, o seu programa estava percorrido, de princípio ao fim, da aspiração dos negros ao desfrute dos mesmos direitos que seus concidadãos brancos.

¹⁸⁵ Foi aprovado, por exemplo, que qualquer pessoa incorporada à insurreição que tivesse anos de estudos universitários receberia a patente de oficial. Também se possuía estudos concluídos receberia graus mais altos, sem que os méritos ou a capacidade ou experiência militar fosse levada em conta. Paralelamente, era dificultada a ascensão dos militares negros.

Esse programa não cogitava em momento algum a saída dos negros para África, senão a luta pelo cumprimento do programa de integração racial prometido e do que se sentiam credores pelos esforços realizados durante a guerra.

Por tais motivos o movimento panafricanista de Marcus Garvey, do qual participou Reyita não se arraigou na sociedade cubana porque a população negra cubana e os brancos anti-racistas tinham um programa próprio de luta contra o racismo, testado nas duas guerras; possuíam também um projeto de nação para Cuba unido ao sentimento de pertencimento à nação cubana, forjado durante anos de luta.

Outros fatores também concorreram para o insucesso do garveysmo: o fato dos negros de Cuba ter referenciais de heróis negros, tais como António Maceo e outros, que elevavam a auto-estima do negro e serviram, pela sua própria condição de símbolos nacionais, para demonstrar a injustiça cometida com os integrantes da sua raça e a necessidade de repará-la.

Por outra parte, o cubano sempre olhou mais para a América Continental de fala hispânica, do que para os seus vizinhos do Caribe insular, talvez pela permanência do colonialismo nesses países até época recente.

Outro fator que pode ter contribuído para a pouca influência do garveysmo respondeu à propaganda articulada das elites cubanas sobre os perigos do aumento da população negra. Por isso pediam a substituição desses imigrantes por europeus.

Os caribenhos eram acusados na imprensa de trazer doenças que já tinham sido erradicadas em Cuba¹⁸⁶. Difamavam-se as práticas religiosas de origem africana, como o vudú dos haitianos, mentia-se a respeito das culturas e dos costumes caribenhos.

Era tanto o medo do crescimento da imigração caribenha (promovida pelos empresários norte-americanos para que trabalhassem nas suas plantações, que as elites cubanas não podiam evitar) que começou a abrir caminho entre alguns intelectuais e jornalistas uma concepção de nacionalidade que incluía o negro cubano junto ao branco, de quem diziam, tinha recebido uma influência civilizatória ao longo de vários séculos de convivência, elevando-o por cima dos migrantes caribenhos que estavam “civilizatoriamente” mais próximos da África. Essa concepção de nacionalidade cubana de matriz branca, onde o negro poderia ser incluído na medida em que abandonava seus traços culturais africanos esteve e continua presente em muitas pessoas em Cuba, a pesar de que, nas décadas seguintes, surgiria uma nova concepção de nacionalidade

¹⁸⁶

Beldarrain, pp. 201-202.

mais equilibrada que reivindica os valores das culturas negras originárias e será a que predomina em Cuba.

4.1 Um novo projeto para o negro em Cuba.

Parece ser que o século XX começou em Cuba na década de 1920. As forças políticas que sustentavam o jogo de poder durante os primeiros vinte anos da república, assim como as concepções políticas e ideológicas que eles defendiam provinham do século XIX.

O liberalismo econômico sustentado por quase todos eles, a democracia representativa restringida aos homens, os preconceitos sociais, raciais e de gênero, típicos da época colonial; começam a serem postos em xeque pelos representantes de uma nova geração que, aberta às mudanças do mundo, deseja renovar a vida pública cubana e colocar a nação em consonância ao seu tempo.

Havia finalizado em 1918 a guerra mundial que encerrou definitivamente o século XIX na Europa e trouxe uma reorganização do mapa político internacional após as potências européias colonizassem ou dominassem o resto do mundo. Das entranhas da guerra emergiu em 1917, na Rússia, a Revolução de Outubro, mostrando uma forma inédita de organização econômica, política, e social que influenciou os movimentos sociais de todos os continentes. Debatem-se novas idéias, novas concepções filosóficas, novas interpretações do mundo, a essência da democracia, da cultura, do colonialismo. Surgem também ideologias anti-humanistas, como o fascismo, baseado na supremacia de uma raça sobre outras e de um povo sobre os demais.

A América Latina assiste à transformação dos Estados Unidos numa potência de influência mundial que não se conforma com o domínio dos seus vizinhos do Sul. Começa a ser observada, com novos aparelhos conceituais, o fenômeno da dominação norte-americana na América e em toda a região procuram-se formas criativas para enfrentá-la.

As jovens elites intelectuais latino-americanas buscam nos setores até então excluídos da vida política e cultural oficiais das suas nações (como o índio, o camponês, o negro) a força, a energia, a interpretação da vida existente nas culturas desses setores, para elaborar as novas estratégias libertadoras e conformar, amalgamando-as com os elementos da cultura universal, outro modo de entender e expressar a realidade nacional e construir um novo projeto de nação. No México as massas indígenas, camponesas e operárias entram na cena pública, é golpeada a estrutura agrária semi-feudal, renovam-

se as idéias políticas e artísticas. No Peru, os jovens se inspiram no passado indígena e criam o Aprismo.

Em Cuba esse processo toma forma desde inícios da década de 1920. Intelectuais pouco conhecidos criam o “Grupo Minorista” e protestam contra a corrupção da vida pública. Os pintores, poetas, romancistas e músicos eruditos rejeitam as antigas formas de se fazer arte; introduzem formas artísticas contemporâneas e adotam novos temas e visões sobre a realidade nacional. Tomam elementos da cultura negra para trabalhá-los pela primeira vez de maneira respeitosa¹⁸⁷.

O movimento operário toma força e acelera o seu processo de unificação. Os estudantes universitários saem às ruas e se vinculam com as classes populares e os movimentos sociais. Transformam-se no setor mais dinâmico da vida política cubana. Surgem movimentos políticos de caráter reformista, nacionalista e revolucionário, dentre eles os movimentos estudantis e suas organizações, o partido comunista e outros que desatam uma luta intensa contra a ditadura de Gerardo Machado e pela transformação da República.

As crises econômicas, principalmente, a de 1929, causam enormes danos à economia cubana escassamente industrializada e dependente de monocultura do açúcar, produzida em enormes latifúndios, para a exportação. O desemprego e a fome se expandem por todo o país, facilitando as condições para a derrocada do governo e o início de um complicado processo de modernização que teve seu ponto mais alto na convocação de uma Assembléia Constituinte para elaborar, em 1940, uma nova Constituição.

Durante as convulsas décadas de 1920 e 1930, o tratamento da questão racial conheceu transformações substanciais. A primeira e a mais importante de todas é que o

¹⁸⁷ Alejo Carpentier escreve, na prisão onde estava encarcerado por suas atividades políticas em 1929, o romance *Ecué Yamba-O*, que constitui uma aproximação ao mundo negro, tratado desde uma perspectiva respeitosa. Na obra faz referência às religiões Abakuá e iorubana, ambas de origem africana. A primeira era praticada pelos integrantes de uma sociedade secreta de ajuda mútua, que eram majoritariamente negros. Essa religião era tida em Cuba como própria de marginais. Naquela época ainda se desatavam fortes campanhas midiáticas e policiais contra essa sociedade.

Nessa obra, Carpentier assume uma postura contrária aos migrantes caribenhos, mostrando-se adepto da já citada concepção nacionalista que inclui o negro cubano e enfrentava o negro estrangeiro. Porém, seu interesse em aproximar-se das manifestações da cultura negra cubana, sem insultá-las, o separa das posições racistas das elites oficiais e o prepara para seguir um caminho evolutivo que fez dele, nas décadas seguintes, um dos principais expoentes da literatura caribenha e um dos maiores pesquisadores da cultura dessa região.

Ver. Garcia, Calixto. *El negro en la narrativa cubana*. Tese apresentada para obter o grau de Doutor na The City University of New York. 1973. (Cópia microfilmada) o autor afirma que talvez essa postura anti caribenha da sua obra inicial fosse a causa da sua reiterada negativa a permitir a re-edição de *Ecué Yamba-O*, obra que não tinha esses grandes defeitos literários que ele aduzia para não aceitar sua republicação.

mesmo deixou de ser monopólio das elites racistas dominantes e novos autores anti-racistas começaram a escrever sobre o negro de uma maneira diferente. O historiador e antropólogo Fernando Ortiz, principal estudioso do tema, mostra sua honestidade intelectual quando abandona as abordagens lombrosianas, passa a estudar o negro como um componente essencial da nacionalidade e da cultura do país e desenvolve ainda uma grande campanha anti-racista baseada na convicção da inexistência de raças entre os seres humanos. Criou revistas de altíssimo nível, como a titulada *Estudios Afrocubanos*, onde apareceram artigos e resultados de pesquisas realizadas por intelectuais negros e brancos, que são verdadeiros clássicos das ciências sociais cubanas. Sua obra serviu de paradigma para os novos estudiosos.

Ortiz, durante esses anos e na década de 1940, escreveu vários livros e ensaios nos que expôs a sua concepção de nação cubana como uma resultante do processo de transculturação, do qual participara, em igualdade de condições, os povos chegados da Espanha e da África, além de outros componentes menos numerosos da população cubana

O que aportou cada um? perguntava-se Ortiz. No final, em nossos tempos, é possível identificar as origens de cada elemento componente do cubano? Para responder essas perguntas realizou inúmeros estudos. Na década de 1940 escreveu “Os fatores humanos da cubanidade”¹⁸⁸, onde explica as origens dos traços mais determinantes da cultura cubana e revela a origem africana da música, dos gestos, e de vocábulos do espanhol falado no país, das comidas, das danças.

No seu *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*¹⁸⁹ explica sua posição inovadora:

Entendemos que o vocábulo transculturação expressa melhor as diferentes fases do processo transitivo de uma cultura para outra, este não consiste somente em adquirir uma cultura distinta, que é o que indica a voz anglo-saxona *aculturation*, senão porque o processo implica também necessariamente a perda, o desarraigo de uma cultura precedente, pode se dizer, uma parcial deculturação e, além disso, significa a conseguinte criação de novos fenômenos culturais que poderiam denominar-se de “neoculturação”. Ao final, como bem

¹⁸⁸ Ortiz, Fernando. “Los factores humanos de la cubanidad”. In: *Fernando Ortiz y la cubanidad*. La Habana: Fundación Fernando Ortiz, 1996.

¹⁸⁹ Ortiz, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. La Habana: Consejo Nacional de Cultura, 1963.

sustenta a escola de Malinowski, em todo abraço de culturas acontece o que na cópula genética dos indivíduos: a criatura sempre tem algo dos progenitores, mas também é sempre distinta deles. Em conjunto, o processo é uma transculturação, e este vocábulo compreende todas as fases da sua parábola¹⁹⁰.

Deu a entender ainda que o conceito transculturação criado por ele não devia ser tomado dogmaticamente para definir a realidade do país. Não se devia passar a definir que tudo era igual, homogêneo, cinza, sem identidade, pois não corresponderia à verdade.

No seu *Contrapunteo* (...) dirá a respeito:

Essas questões de nomenclatura sociológica não são de pouca importância para a melhor inteligência dos fenômenos sociais, e menos em Cuba onde, como em povo algum de América, sua história é uma intensíssima, complexa e incessante transculturação de várias massas humanas, elas todas em passos de transição¹⁹¹.

No ensaio intitulado “Os fatores humanos da cubanidade” é onde Ortiz explicará melhor esses “passos de transição”. Nesse ensaio dirá que a transculturação em Cuba se realiza como num “ajiaco” (sopa de tubérculos, verduras e carnes) numa panela. Segundo esta receita tradicional da cozinha pobre cubana, feita com os escassos recursos alimentícios que sobraram na despensa da casa, se coloca na água fervente todos esses alimentos, que vão cozinhando em comum. Dentro da panela se misturam entre si, perdendo propriedades que tinham e ganhando outras. Na medida em que se misturam vai surgindo um caldo novo, homogêneo que se vai depositando no fundo enquanto outros pedaços de tubérculos continuam na parte superior misturando-se progressivamente, mas sem acabar de transformar-se totalmente em caldo novo.

Levando esta metáfora à realidade cotidiana, esses pedaços insolúveis seriam os núcleos de cultura africana ou espanhola resistentes que ainda se conservam na sociedade transculturada, mas que ao ferver na panela junto aos demais elementos não deixam de receber constantemente a influência do processo transculturador, nem deixam de adquirir elementos dos demais, nem deixam, portanto, de pertencer ao povo e à cultura cubana.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 130.

¹⁹¹ Ibidem, pp. 103-104.

Essa nova concepção foi assumida pela vanguarda intelectual¹⁹², pelos políticos anti-racistas e o movimento social negro, servindo de subsídio científico para suas obras e suas lutas. Aparece uma geração de pesquisadores que abordam diferentes aspectos da cultura, a religião e a história do negro, tais como Lydia Cabrera e Rómulo Lachatañeré. A primeira escreveu a obra mais completa sobre as culturas negras cubana, *El monte*, e o segundo, aprofundou os conhecimentos da religião de origem iorubana; historiadores que valorizam as contribuições do negro, analisando o pensamento e a ação dos independentistas dessa raça bem como as conspirações e sublevações escravas e anti-racistas; músicos eruditos que utilizam música de origem africana nas suas obras, pintores que pintam o negro, junto ao operário e o camponês. É uma renovação total da vida espiritual cubana.

A segunda grande transformação no tratamento do tema negro está dada pelo fato do negro começar a pesquisar sua própria cultura. Como fruto de esforço realizado pelas famílias negras em prol da educação, nos anos 1930 e 1940 aparece uma intelectualidade com forte consciência do seu papel transformador. Intelectuais como José Luciano Franco, Gustavo Urrutia, Salvador García Agüero, Ángel César Pinto, entre outros, dedicaram a maior parte de suas obras ao estudo e a defesa do negro.

A confluência destas duas vertentes intelectuais foi altamente proveitosa para a cultura cubana. Negros e brancos uniram seus esforços em projetos conjuntos de divulgação do anti-racismo e de difusão da nova concepção de nacionalidade cubana, com independência das concepções políticas de cada qual.

Quem representou mais explicitamente as mudanças acontecidas no meio artístico intelectual foi o poeta mulato Nicolás Guillén, que em 1930 publicou um caderno intitulado *Motivos del Son*, no qual, utilizando pela primeira vez a métrica e o ritmo da música popular chamada Son (que se utiliza de elementos musicais de raiz conga) expressa a realidade das camadas negras mais humildes do país, seu modo de viver, de pensar, de falar. A obra poética de Nicolás Guillén coloca definitivamente o negro na cultura letrada cubana. Seus poemas foram musicados por artistas brancos eruditos e recebeu imediato reconhecimento de importantes personalidades nacionais e estrangeiras, além de críticas de alguns intelectuais elitistas brancos e até de membros das sociedades negras, como o Clube Atenas, integrado por negros e mulatos de classe

¹⁹² O pintor vanguardista Wifredo Lam, reconhecia que a essência filosófica da sua obra estava influenciada pela obra de Fernando Ortiz. Em muitos outros intelectuais cubanos: pintores, poetas, romancistas, ou pesquisadores, se evidenciam as concepções de Ortiz sobre a transculturação e a interação que deu origem à população cubana.

média e alta. Essa instituição lutava fortemente contra a discriminação racial, mas não concordava com a exposição das personagens negras humildes e a suas falas populares, que eles consideravam mostra de atraso do negro.

Guillén colocou em verso o mesmo que Ortiz em ensaio: a existência de uma nacionalidade cubana criada por negros e brancos que aportaram seus valores culturais de origem africana e espanhola; a persistência de um forte racismo e uma discriminação racial na sociedade cubana que oprime o negro, afeta a nação e se faz necessário eliminar.

Mas, o primeiro, tendo em vista sua condição de negro, além de se referir à importância das duas heranças culturais e sublinhar que ambas, entrelaçadas, concorreram para a criação do povo cubano e a determinação do seu destino, assume também, de uma posição de cubano negro atual – e não africano - a ascendência afro como raiz nutriente de seu grupo racial subalternizado, falando, pela primeira vez na poesia cubana, como um negro orgulhoso dos aportes negros à cultura cubana e americana em geral:

Aqui estamos!

A palavra nos chega úmida dos bosques,
e um sol enérgico nos amanhece entre as
veias.

O punho é forte
e tem o remo.

No olho profundo dormem palmeiras
exorbitantes.

O grito nos sai como uma gota de ouro
virgem.

Nosso pé,
duro e largo,
comprime o pó nos caminhos abandonados
e estreitos para as nossas filas.

Sabemos onde nascem as águas,
e as amamos porque empurraram nossas
canoas sob os céus vermelhos.

Nosso canto é como um músculo sob a pele da alma,
nosso singelo canto.

Trazemos a fumaça na manhã,
e o fogo sobre a noite,
e a faca como um duro pedaço de lua,
apto para as peles bárbaras;
trazemos os jacarés na lama,
e o arco que dispara as nossas ânsias,
e o cinturão do trópico,
e o espírito limpo.

**Trazemos
nossos traços ao perfil definitivo da América.**

Eh, companheiros, aqui estamos!
A cidade nos espera com seus palácios,
tênues
como colméias de abelhas silvestres;
suas ruas estão secas como os rios quando
não chove na montanha,
e suas casas nos contemplam com os olhos medrosos
das janelas.
Os homens antigos nos darão leite e mel
e nos coroarão de folhas verdes.
Eh, companheiros, aqui estamos!
sob o sol
nossa pele suarenta refletirá os rostos
úmidos dos vencidos,
e à noite, enquanto os astros andam na ponta das nossas chamas,
nosso riso madrugará sobre os rios e os pássaros.¹⁹³

O tráfico de escravos é apresentado aqui pelo negro resultante dele. O negro orgulhoso que o critica, mas reconhece que existe graças a ele. Preocupar-se-á então, em olhar o ser humano que envolveram nele, o que ele trouxe, o que deu a este mundo onde

¹⁹³ Nicolas Guillén. “Llegada”. In: Morejón, Nancy. *Nación y mestisaje em Nicolás Guillén*. La Habana: Ediciones Unión, 2005. Pp. 91-91 e 95 – 97. [Sublinhado meu. DPB]

fincou para sempre e teve filhos cujo destino estará sempre associado ao dos descendentes dos seus algozes, que deverão respeitá-lo em toda sua humanidade.

A divulgação dos poemas de Guillén e de alguns outros poetas negristas (como eram às vezes chamados), o labor de declamadores especializados como Eusebia Cosme e Luis Carbonell, as músicas e obras teatrais que abordavam a temática racial, as palestras dos intelectuais anti-racistas, a divulgação de obras literárias e jornalísticas que enfatizavam a injustiça do racismo, a condenação mundial a essa corrente danosa levada até as últimas conseqüências pelos fascistas, o trabalho das sociedades negras que empreenderam um processo unificador a partir de 1937 e coordenaram seus esforços anti-racistas, a realização de meetings políticos que criticavam determinadas ações racistas, a divulgação pela rádio da música popular mais próxima à matriz africana na voz de Rita Montaner, Chano Pozo, Mercedita Valdés e outros artistas famosos, fizeram com que a população cubana entrasse em contacto com essas novas interpretações da realidade racial e da essência da nacionalidade cubana.

Dáí em diante, qualquer projeto de nação que se defendesse em Cuba não poderia mais ser apresentado explicitamente contra o negro. Podiam ignorá-lo nos programas e nos projetos políticos, mais não atacá-lo.

Reyita acompanhou todo esse processo de revalorização cultural do negro. Esteve sempre atenta às questões marcantes da atualidade do país e tinha desenvolvido o gosto pela leitura desde a sua adolescência. Lia muita poesia. Na sua entrevista menciona autores como Juan de Dios Peza, José Jacinto Milanés, Gertrudis Gomez Avellaneda, Luiza Pérez de Zambrana e Amado Nervo e recita vários poemas românticos. De Peza diz: “Escrevia coisas tão lindas, que às vezes fechava os olhos assim, e me imaginava que as escrevia para mim. Conhecia-as quase todas de cor”¹⁹⁴. Mas não era uma leitora despreocupada. Quando lê um poema com temática social o leva à sua realidade, assumindo uma posição crítica. Assim acontece quando conhece um poema publicado, em 1938, por Emilio Ballagas poeta que estava inserido na corrente negrista¹⁹⁵. Dirá:

De todas as poesias que eu lia, a que nunca gostei foi aquela que se chamava “Para dormir um negrito”, ou coisa assim, porque nela se

¹⁹⁴ Rubiera, p. 132.

¹⁹⁵ Trata-se de um poema que utiliza a forma tradicional das canções para ninar crianças, mas usando temas e a forma de falar de uma mãe escrava ou negra humilde. Declamadores de poesia afro-cubana como Luis Carbonell e cantores reconhecidos como o cubano Bola de Nieve fizeram louvadas versões desse poema-canção.

refletia – segundo o autor – a máxima aspiração que tinha um negro, ou que uma mãe negra tinha para seu filho. Numa linha dizia: “Quando tu seja grande vai sé boxeadô”, uh! Só nós [mulheres negras] sabíamos realmente quais eram nossas aspirações. Mas, bom, se um negro sonhava em sair da miséria, naquela época, tinha que se meter a negociante ou a matão e, ao final que? O presídio ou a morte e, para as crianças e os jovens, o reformatório¹⁹⁶.

Após a destruição do Partido Independiente de Color em 1912, a atuação político-social organizada do negro contra a discriminação racial se realiza através dos clubes e associações de instrução e recreio, as quais foram se incrementando em número de membros. O trágico desfecho daquele movimento demonstrou que a causa negra não poderia ser levada para frente sem levar em consideração as características do sistema de poder racial existente em Cuba, o qual perpassava, transversalmente, todas as classes sociais, cujos beneficiários estavam dispostos a cair sobre o negro à menor ameaça contra o sistema. Um erro podia fazer regredir a causa defendida e afastar a hora do triunfo. Ativistas negros fizeram um balanço do resultado desse episódio e chegaram a conclusões como as expressadas singelamente por Reyita: “O resultado foi que Cuba ficou mais dividida que nunca: os brancos de uma parte e os negros de outra. Os negros sentiam ódio e rancor pelos brancos e estes humilhavam e ofendiam os negros. E foi assim durante muito tempo¹⁹⁷”.

Eles fizeram um balanço do resultado. Haveria que determinar quais demandas colocar em cada momento, que argumentos utilizar para fazê-la prosperar, aproveitar as conjunturas políticas nacionais e internacionais para utilizá-las em proveito da sua causa, procurar aliados e articular ações com eles.

Entre os clubes que se criaram destacava-se o Clube Atenas, fundado em 1918. A sua condição elitista, com filiados de classe média e alta, embora lhe granjeara críticas, facilitou-lhe o estabelecimento de relações com pessoas vinculadas aos distintos governos que se sucederam no poder, através das quais tentavam influir para a implementação de medidas e leis antidiscriminatórias.

Pode-se criticar as posições que eles defendiam a respeito das manifestações da cultura africana sustentada pela maioria da população negra, inclusive, em momentos

¹⁹⁶ Rubiera, pp. 158-159.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 49.

em que já essas manifestações eram valorizadas e reconhecidas pela vanguarda intelectual a partir da década de 1930, mas o clube nunca deixou de criticar, na sua revista e em pronunciamentos oficiais, os casos de discriminação racial e de exclusão do trabalho que cotidianamente o negro sofria.

Outros clubes não eram tão exclusivistas mas, pelo geral, o associacionismo em Cuba refletia a realidade classista, e era inevitável que as pessoas se associassem, seguindo as suas afinidades e condições econômicas.

Em todos os clubes e sociedades de instrução e recreio da raça negra, pelo geral se realizavam bailes e festas, celebravam-se atividades culturais e patrióticas, apresentavam-se conferencistas que falavam sobre a situação racial do país e a história do negro e, invariavelmente em todos os clubes, nos dias 7 de dezembro comemoravam a morte em combate do General Antonio Maceo, principal símbolo do esforço realizado pelos negros para a consecução da independência e a criação da república cubana.

Os ativistas negros atentos às mudanças políticas e ideológicas que se abriam caminho no país após a revolução dos anos 1930”, empreenderam um processo de coordenação dos clubes e para isso organizam, em 1936, a Convenção Nacional de Sociedades Cubanas da Raça de Cor¹⁹⁸.

Era uma época muito convulsionada, pois a revolução de 1933 acabava de ter seu desfecho em 1935, após o fracasso de uma greve geral que foi utilizada pelo governo direitista para desatar uma grande repressão contra os seus oponentes e conduzir o país pelos rumos desejado por ele. De qualquer maneira, o país pós-revolução ainda não estava consolidado e continuava latente na sociedade o anseio de criar uma nova Constituição que plasmasse as demandas dos diferentes setores sociais e garantisse a modernização do país. Nesse contexto é que se convoca a Convenção Nacional das Sociedades da Raça de Cor, a qual expõe também as suas propostas sobre a forma em que o Estado deve organizar-se e as medidas que o governo deveria tomar para conduzir os interesses públicos tomando em consideração o negro, que, nessa época, - segundo afirmam os participantes – estava em piores condições econômicas que o resto da população¹⁹⁹.

Para tal fim apresentam o “Programa Fundamental de Reformas Políticas, Econômicas e outras de caráter Educacional, Imigratório, de Salubridade Social”. A primeira medida, de caráter político propunha a supressão do sistema presidencial de

¹⁹⁸ Montejo, pp. 221 -226.

¹⁹⁹ Ibidem, pp. 222 -223.

governo e o estabelecimento de um sistema parlamentar, “com um Primeiro Ministro Chefe de Governo e Ministros responsáveis perante o Congresso”, com o qual as entidades negras organizadas dariam sua contribuição para o debate sobre a forma em que deveria ser organizado o país após a etapa revolucionária e ainda sob os efeitos de grave crise econômica iniciada no ano 1929.

O Programa apresenta demandas dedicadas diretamente à solução do problema racial, tal como a petição de que a Constituição autorizasse a aplicação de penalidades contra todos os privilégios de classe, sexo ou raça²⁰⁰, mas também uma série de políticas públicas encaminhadas à solução de problemas sociais gerais e que beneficiariam o negro. Dentre as quais se destacam:

1. Reorganização da economia agrária no país: uma reforma capaz de assegurar que todas as terras do Estado fossem distribuídas entre os camponeses cubanos nativos e cultivadas sob a direção do Estado, com o assessoramento dos técnicos graduados das Escolas de Oficiais de Agricultura, sendo a produção regulada em acordo com as previsões do Plano Agrário Nacional.
2. Política Migratória: “Estabelecimento de um sistema de cotas de acordo com a procedência dos migrantes e todos eles seriam obrigados a depositar uma garantia”.
3. Proteção do Trabalho dos Nativos: Incluir na Constituição a Lei de Nacionalização do Trabalho chamada de 50%, regulando amplamente o trabalho da mulher e dos menores de idade, não devendo exceder a seis horas de trabalho. Criação, ainda, de uma Lei Geral de Seguro Social dirigida e garantida pelo Estado contra as doenças e o desemprego.
4. Reforma e nacionalização do Ensino. O Estado deveria lutar contra o analfabetismo. Declarar obrigatória a instrução primária até sexta série para todos os cubanos e residentes estrangeiros. Transformar todas as escolas primárias em escolas de artes e Ofícios.
5. Reformas de caráter higiênico-sanitárias: “O exercício da medicina sem todos os ramos será declarado de necessidade social. O Estado criará um organismo oficial de caráter nacional, subordinado à

²⁰⁰

Ibidem, p.224.

Secretaria de Sanidade ou de um Conselho Nacional de Salubridade, do qual dependerão para as finalidades do serviço público e da assistência Social todos os profissionais destas disciplinas, por isso o Estado terá faculdades para destiná-los às zonas onde fosse necessário e lhes proporcionará as compensações devidas”.

Esse programa incluía outras demandas, como a necessidade do Estado empreender ações para acabar com o parasitismo e outras doenças curáveis que afetavam a população. Pela primeira vez o movimento reivindicativo dos negros cubanos se baseia em dados estatísticos oficiais que revelam objetivamente a realidade e, a partir deles, procuram soluções específicas em cada campo. Por exemplo, na área da saúde, segundo diziam:

As estatísticas particulares e oficiais sobre o parasitismo intestinal nos campos e a tuberculose pulmonar indicam um crescente aumento entre a população de cor o que acusa a presença de novos fatores, singularmente a miséria, que está determinando uma perigosa diminuição das defesas orgânicas espontâneas, especialmente contra a tuberculose, que sempre estão favorecidas em um bom “standard” de vida.

Nos bairros que a miséria tem feito construir nos arredores da cidade, carentes no absoluto de condições aceitáveis para a vida civilizada, nossos dados acusam que 97,5% dos seus moradores são elementos da raça de cor²⁰¹.

Nesse Programa evidencia-se um avanço considerável na luta dos negros contra a discriminação racial. Em 1936 conseguem vincular o objetivo da sua luta específica com os da sociedade em geral e aproveitam as conjunturas políticas para tirar proveito delas em função da sua causa.

Diferente dos anos iniciais do século não pedem só participação nos postos públicos – aos que tinham direito e merecimento -, mas políticas sociais que melhorasse a vida de toda a população negra, no marco de uma política social universalista que garantissem os direitos humanos primordiais a todos os cidadãos. Solicitavam aplicar, além disso, medidas específicas direcionadas à solução da discriminação. A saúde universal, a reforma agrária, a previdência social, a reforma educacional, as leis de proteção ao trabalhador, dentre outras, são medidas que

²⁰¹ Ibidem, p. 223.

garantiriam um patamar mínimo, para desde ai passar a pedir mais, tudo o que correspondia ao negro como cidadão cubano.

Essas novas demandas serão feitas nos anos seguintes, quando após uma articulação com diferentes partidos políticos, conseguem incluir no texto da Constituição de 1940, artigos que determinam, explicitamente, a punição das manifestações de discriminação racial, junto às discriminações por motivo de sexo e classe, e a proteção do negro contra a discriminação racial no âmbito do emprego.

Esses artigos eram os seguintes:

Art. 10. Todo cubano tem direito de residir na sua pátria sem que seja objeto de discriminação nem extorsão alguma, não importam quais sejam sua raça, classe, opiniões políticas ou crenças religiosas.

Art. 20. Todos os cubanos são iguais perante a Lei. A República não reconhece foros nem privilégios. Declara-se ilegal e punível toda discriminação por motivos de sexo, raça, cor ou classe, ou qualquer outra lesiva à dignidade humana. A lei estabelecerá as sanções em que incorram os infratores desse preceito.

Art. 74. O Ministério do Trabalho cuidará, como parte essencial, dentre outras da sua política social permanente, de que na distribuição das oportunidades de trabalho na indústria e no comércio, não prevaleçam práticas discriminatórias de nenhuma classe. Nas remoções do pessoal e na criação de novas vagas, assim como nas novas fábricas, indústrias e comércios que se estabelecerem, será obrigatório distribuir as oportunidades de trabalho sem distinção de raça ou cor, sempre que se satisfaçam os requisitos de idoneidade. A lei estabelecerá que toda prática será punível e perseguível de ofício ou a instância da parte afetada²⁰².

O artigo 20 precisava, para sua implementação definitiva, a aprovação de uma lei complementar que estabelecesse as punições devidas aos discriminadores, mas nenhum dos governos que se sucederam no poder desde 1940, nem as sucessivas legislaturas do Congresso fizeram nada por aprová-la, a pesar dos vários projetos de Lei apresentados nesse sentido em ambas as instituições do Congresso Nacional.

A luta dos ativistas negros incrementou sua intensidade a partir de 1938, quando é criada a Federação de Sociedades Negras, nome que depois, por necessidade tática mudaram para Federação Nacional de Sociedades Cubanas, evitando assim serem tachados maldosamente de racistas e facilitando a realização de alianças.

²⁰²

Ibidem, p. 249.

A Federação tinha dentre seus objetivos:

1. Propiciar pelos meios à sua disposição a superação do “status atual” da população negra e do povo de Cuba em geral nos aspectos sociais, econômicos e culturais que atrasam a igualdade cidadã.
2. Trabalhar para fazer desaparecer do nosso meio nacional toda prática de preconceitos e de discriminação racial.
3. Atender que nas esferas oficiais se cumpra estritamente a Constituição e as leis, e quanto está previsto nelas para evitar toda corrente divisória entre os cubanos.
4. Estabelecer o intercâmbio cultural, ideológico e patriótico com todas as organizações que compartilhem destes fins.
4. Combater por todos os meios de difusão a sua disposição as teorias e os falsos conceitos sobre a inferioridade ou a superioridade das raças humanas.
5. Fazer cumprir o programa de atuação que adote a Convenção e os acordos emanados dela²⁰³.

A Federação, em 1950, já agrupava 230 sociedades de todo o país. Tinha como máximo órgão de direção a Convenção, onde representantes das instituições associadas debatiam a situação nacional e determinavam as prioridades do trabalho anti-discriminatório.

Na direção da Federação e nos comitês organizadores das Convenções estiveram vários militantes negros do Partido Socialista Popular, nome que à época adotara o Partido Comunista criado em 1925. Dentre eles, Salvador Garcia Agüero, Luis Felipe Carneado, Pedro Serviat e Serafín Portuondo Linares²⁰⁴, filho de um participante do alçamento do Partido Independente de Color e autor do livro que resgataria esse fato histórico sobre o qual se tendeu um manto de silêncio²⁰⁵.

O interesse por resgatar o significado do Partido Independente de Color para a luta subsequente do negro cubano, foi uma mostra da maturidade atingida pelos ativistas negros. Se bem a maioria deles não concordava com os métodos que os independentes aplicaram nem com a necessidade de assumir posições violentas, não deixavam de

²⁰³ Ibidem, pp. 227- 228.

²⁰⁴ A II Convenção celebrada em 1945 aprovou organizar a edição de uma monografia histórica “onde se esclareçam, definitivamente os verdadeiros motivos, desenvolvimento e caráter do movimento realizado pelo Partido Independente de Color”. Portuondo se deu ao trabalho de elaborar essa monografia, publicada em 1951. Na III Convenção, efetuada nesse mesmo ano, recebeu por tal motivo a homenagem dos participantes. Ibidem, pp. 227 e 232.

²⁰⁵

reconhecer que aqueles acontecimentos, a pesar do “silêncio”, continuavam a pairar sobre a sociedade cubana e afetavam o desenvolvimento da atividade anti-racista. Não era outra, a causa da rápida mudança do nome adotado pela Federação, mudando-o de “negra” para “cubana”, sendo uma sociedade integrada exclusivamente por “entidades da raça de cor”. É certo que eles pediam reformas para o negro e toda a sociedade, mas o Partido Independiente de Color, também.

Os sucessos de 1912 e a luta do Partido Independiente de Color foram praticamente ignorada durante todo o século XX. Antes da Revolução sequer foi mencionado, motivo pelo qual a Federação decidiu solicitar a elaboração de uma monografia a respeito. Depois do início da Revolução, esse fato não foi incorporado ao acervo histórico da mesma, contrastando com o acontecido com outros movimentos de tipo progressista sem inspiração marxista,. Não encontrou um posto na história de rebeldia do povo cubano. Nas escolas era mencionado brevemente, sem aprofundar nas suas características e colocado quase ao mesmo nível que outros movimentos armados de motivações diferentes, como os organizados pelo Partido Liberal contra os conservadores para reclamar das fraudes eleitorais de que foram vítimas em 1906 e 1917.

Reyita após concluir o seu relato comovedor daqueles fatos diz para a entrevistadora:

Durante essa época a ninguém interessava que se soubesse a verdade, mas o que me chama a atenção é que depois do triunfo da Revolução ninguém teve a idéia de entrevistar as pessoas que viveram esses momentos, aos que perderam seus familiares, os que conheciam de perto os motivos que se tinham para fazer aquele partido. Deviam tê-lo feito, creio que já não têm ninguém vivo. Agora, eu me pergunto: Por que os historiadores não têm aprofundado no que passou? É provável que até a mão dos americanos estivesse metida em aquilo tudo²⁰⁶.

²⁰⁶ Na repressão do levantamento do PIC, teve alguma responsabilidade, mas não a principal, o governo norte-americano. Eles eram os árbitros da política nacional e também desejavam a manutenção da ordem em Cuba. Alguns documentos demonstram que Estenoz pedia ao governo norte-americano que pressionasse ao de Cuba para abolir a Emenda Morúa que invalidava seu partido. Também alguns políticos e até o Secretário do Exterior Manuel Sanguily desejavam a repressão rápida do movimento para impedir uma possível intervenção militar norte-americana. Esses dois argumentos foram utilizados para desprestigiar o PIC e seus líderes perante a história, como parte do esforço para esconder que o motivo principal do massacre cometido contra a população negra foi o racismo presente na sociedade cubana desde séculos atrás. Rubiera, p. 49.

A Federação estabeleceu uma forte relação com os intelectuais anti-racistas, como Fernando Ortiz, e trabalhou em projetos comuns. Em 1939, por iniciativa da mesma, foi criada a Associação Nacional Contra as Discriminações Racistas, que tinha como objetivo "realizar pesquisas, publicações de todo gênero, celebrar reuniões, ou assembléias públicas ou privadas, conferências, congressos, cursos de ensino, propagandas e demais procedimentos de estudo e divulgação"²⁰⁷. Esse comitê teria um caráter permanente e estava facultado para organizar delegações provinciais e municipais. Entre os membros da diretoria se encontravam figuras conhecidas como: Fernando Ortiz, Presidente; Salvador Garcia Agüero, Primeiro Vice-presidente; Emilio Roig, Segundo Vice-Presidente, Miguel Angel Céspedes, Terceiro Vice-Presidente; Gustavo Urrutia, Vice-Tesoureiro; Lino D'Ou, Angel Pinto, Zoila Galvez, Miss Elma Taylor e Carlos Rafael Rodriguez, Vocais.

Chama a atenção o caráter suprapartidário da Federação, que estabelece relações de trabalho com todo intelectual ou político que apóie a causa anti-discriminatória. Dentre os citados na diretoria desse Comitê estavam dirigentes comunistas como Salvador Garcia Agüero e Carlos Rafael Rodríguez, e após umas eleições celebradas em 1940, entra como sócio, entre outras pessoas, Nicolás Guillén.

O vínculo do PSP com o movimento reivindicativo da população negra datava da época em que estava clandestino durante a ditadura de Gerardo Machado. Em 1931 decide incrementar sua influência nos diversos setores da sociedade cubana e, entre novembro desse ano e os meses iniciais de 1932, se reestrutura, criando, além do Comitê Central e os Distritais e Seccionais, que dirigiam os trabalhos das células nas províncias e os municípios, os novos departamentos de Organização, Sindical, Agrícola, Agitação e Propaganda, Negro, Anti-militarista e Feminino²⁰⁸.

O partido também tinha vínculos fortes com o movimento operário cubano. Seus militantes lideravam os principais sindicatos e muitos deles eram negros, até o ponto de

²⁰⁷ Montejo, p. 257 -259.

²⁰⁸ Rojas Blaquier, Angelina. *Primer Partido Comunista de Cuba*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2005. T. I, P. 151.

Esse Partido desde a fundação colocou como uma necessidade a luta contra a discriminação racial, mas só depois de 1935, com o incremento do número de militantes negros, é que conseguiu tomar um rumo mais efetivo e realista no combate à discriminação. Em 1933, por exemplo, aprovaram um "Plano de ação para a luta contra a discriminação racial", no qual se dizia que os negros do sul de Oriente (precisamente a região onde nasceu e morava Reyita) formavam uma nação oprimida pelo qual "nesse território as massas negras tinham direito à autodeterminação até a separação em um Estado". Essa louca interpretação foi aprovada por sugestão de um militante recém-chegado dos Estados Unidos onde tinha copiado uma estratégia do partido comunista norte-americano direcionada aos negros desse país. Em 1935, durante o VI Pleno do Comitê Central, o Partido abandonou oficialmente essa proposta. In: Rojas, pp. 169 -170.

que, na década de 1940, os dirigentes sindicais dos setores mais importantes da economia cubana eram negros. Figuras como Jesús Menendez, açucareiro; Aracelio Iglesias, portuário e Lázaro Peña, operário da indústria do tabaco e presidente da Central de Trabalhadores de Cuba, desfrutavam de grande prestígio entre os trabalhadores do país. Dentro da estrutura do PSP, destacavam-se líderes negros ou mestiços como Blas Roca, secretário geral e de fato, o principal dirigente do partido e Salvador García Agüero, mestre de profissão e um dos oradores mais famosos do país.

Essa forte presença de negros na direção do partido e dos sindicatos, talvez inédita na história da esquerda latino-americana, facilitou que a luta contra a discriminação racial fosse uma das prioridades do partido ao longo da sua existência. Contribuía para isso o interesse do partido em ampliar sua influência nos diferentes setores da sociedade cubana, para sua luta social, mas também o interesse dos próprios negros do partido em erradicá-la.

Foi esse partido o que mais ênfase pôs no combate antidiscriminatório. No seu jornal *Noticias de Hoy* apareciam constantes denúncias dos atos de racismo. Durante os trabalhos da Assembléia Constituinte levou as demandas da Federação Negra e insistiu, junto a outras forças sociais que se incluíssem artigos anti-racistas na Constituição.

Os negros se sentiram reconhecidos nas lutas do PSP, era primeira vez que um partido político – com exceção do PIC - defendia ativamente seus direitos. Salvador García Agüero passou a ser muito conhecido nacionalmente pelos seus discursos contra o racismo na Constituinte, que eram transmitidos pela rádio.

A própria Reyita, que nunca havia militado em partido algum, encontrou no quintal da sua casa dois homens que penetraram nele para se esconderem da polícia:

Eram dois membros do Partido Socialista Popular. Eu tinha ouvido falar muito daquele partido, e o que mais gostava deles era que lutavam, entre outras coisas, pela igualdade de direitos entre negros e brancos; entre homens e mulheres. Eles me falaram muito do Partido enquanto estiveram ali. Animei-me e, ao pouco tempo, solicitei meu ingresso - através de um companheiro de sobrenome Maceo, a quem já conhecia porque comia na minha fonda, mas eu não sabia que era membro do Partido – e me aceitaram. Isto acontecia na década de 1940²⁰⁹.

²⁰⁹

Rubiera, pp. 83 – 84.

Reyita teve uma vida ativa de militante: emprestou sua casa para reuniões de dirigentes, trabalhou na busca de fundos para o partido mediante a realização de festas, ajudou a criar uma “Academia de Corte e Costura”, para ensinar moças pobres. Cobrava um preço módico e a sua filha, Pura, que já costurava na sua casa e tinha clientes, era uma das professoras. Reyita vendia o jornal do Partido.

Levava uma vida muito ativa no Partido. Rubiera não gostava daquilo, mas eu não lhe fazia caso. Já desde muito antes eu me ocupava de muitas coisas que ele não gostava, mas é que eu estava despertando, tu entendes? Despertando da cegueira que tinha por muito inocente que eu era²¹⁰.

Pela maneira como fala, percebe-se que ela gostou muito do seu trabalho no partido. Mas teve que deixá-lo:

Aquilo foi muito bonito, lutar pela igualdade, pela irmandade, pelos direitos da mulher. Que esperança tão grande renasceu em mim! Mas, claro, aquela luta não era fácil. A política em Cuba tinha muita corrupção e aquele partido não convinha. Nunca pedi desligamento, mas quando me mudei de cidade, me desvinculei, chica, me desvinculei²¹¹.

À época ela já desfrutava de autonomia pessoal, tinha o seu empreendimento caseiro, que era o principal elemento da sua estratégia de sobrevivência nessa etapa de sua vida. E um objetivo principal: fazer avançar os filhos, por cima de qualquer outra coisa.

Por tal motivo, a sua participação no partido não se converte numa questão imprescindível, vital, nem a sua desfiliação significa um trauma para ela. Continua com suas preocupações sociais. Trabalha duro para melhorar a economia do lar, acompanha a vida política nacional e espera que algum dia aconteça uma mudança no seu país.

Chama atenção a maneira de referir-se ao esposo. Ela reconhece que, nessa década de 1940, desfrutava de tal autonomia pessoal que podia entrar num partido e realizar atividades políticas fora da casa sem contar com o aval do marido. É um comportamento que não se encaixa nos moldes do matrimônio e da família de tipo patriarcalista. Nesse casal, sem dúvidas, tinha acontecido uma mudança cujas causas,

²¹⁰ Ibidem, p. 84.

²¹¹ Ibidem, p. 85.

significação e profundidade podem ser indagadas a partir das próprias colocações da entrevistada.

4.2. Da relação de dominação à autonomia.

Os fatos narrados pela entrevistada ao longo do livro permitem afirmar que entre os fundamentos da sua relação com o marido se destacava a intenção de conseguir um matrimônio estável, de tipo tradicional, única forma de organização familiar que, segundo parecia, poderia garantir a ela e aos seus futuros descendentes o desenvolvimento pessoal, a proteção e a estabilidade que sempre almejou desde sua mais tenra infância.

Esse tipo de vínculo entre o homem e a mulher, assim como a organização familiar tradicional, estava baseado numa relação de poder patriarcal que só podia funcionar mediante o acatamento, por parte dos membros da família, daqueles papéis determinados socialmente para cada um deles. Na reprodução da prática dessas funções não estava alheio o “hábitus” de que falamos no primeiro capítulo. Vale a pena analisar a descrição que ela faz dos rituais praticados nos primeiros 15 anos de sua relação conjugal:

Recém casada eu obedecia muito a meu marido. Ele era caprichoso para comer: tinha que levantar-me muito mais cedo, porque seu café da manhã era com arroz branco, ovos fritos e um copo de vinho Sansón. Além disso, quando eu o acordava, punha-lhe as meias, a cueca e a calça, de tal maneira que, quando se levantava, somente tinha que meter os pés nos sapatos e acabar de subir-se a cueca, a calça e amarrar os sapatos. Ele não me exigia isso, eu o fiz durante muito tempo com prazer²¹².

Que como foi nossa vida amorosa? A normal entre um casal que se queria. Ele costumava, quando vinha do trabalho, assobiar quando estava chegando à casa e eu o esperava na porta, limpinha, perfumada. Abraçávamos, e nos beijávamos. Sempre foi assim nos primeiros 10 ou 15 anos do nosso matrimônio. Disse-te que eu era muito romântica, que tinha lido muitos romances de amor e gostava que ele fosse audaz nas relações sexuais²¹³.

²¹² Rubiera, p. 133.

²¹³ Ibidem, p.159.

Trata-se de um casal que têm uma sexualidade desinibida. Ambos desfrutam com prazer dos jogos sexuais que criam (tais como vestir o homem) e os rituais de recepção do marido, os quais solidificam o seu relacionamento. Mas, uma observação atenta dos jogos e afagos relatados por ela permite entender que neles se juntam prazer sexual, sensualidade e elementos patriarcais (como acordar cedo para preparar e servir o café da manhã), uma mistura que aponta para o fortalecimento da posição dominante do homem na relação de poder patriarcal.

O romantismo da jovem esposa - cujas expressões são aceitas pelo marido -, manifestado no contexto de uma relação patriarcal contribui, objetivamente, para o embelezamento e a ocultação da força dominadora presente no interior desse tipo de relação.

Nas relações do casal têm um papel importante fatores tais como a atração sexual, a obtenção da estabilidade material e/ou emocional, a manutenção ou aquisição do prestígio social, e a relação psicológica entre dois indivíduos. Todos eles operam, quase sempre, em acordo com as características da época e da realidade nacional.

No caso de Reyita, negra e pobre, a necessidade de avançar num meio social adverso caracterizado pelo racismo, lhe faz incluir entre as suas expectativas a mudança de vida através do casamento com um homem branco. Por tal motivo, entre os baseamentos da sua relação estava o agradecimento ao marido “por ter-se casado com ela”²¹⁴. Esse agradecimento, na sua circunstância racial e social, provoca a necessidade imperiosa de aceitar as “cláusulas gerais” do matrimônio patriarcal e algumas outras que fossem criadas pelo poder dirigente (o marido) para reafirmar seu domínio sobre ela.

Exemplo disso último é o acatamento da vontade impositiva do esposo durante os primeiros anos da sua vida em comum, impondo-lhe práticas serviçais, talvez consideradas por ele como típicas do senhorio escravista e que, pela sua origem pobre, nunca conhecera; a obrigatoriedade imposta aos filhos de abaná-lo enquanto descansava na casa²¹⁵, que ainda que fosse uma prática patriarcalista muita estendida nas famílias cubanas, inspirava-se nos costumes impostos pelas famílias escravistas, em cujas casas senhoriais os pequenos escravos estavam obrigados a abanar os amos enquanto

²¹⁴ Ibidem, p. 159.

²¹⁵ “Parecia um colonizador na sua fazenda, rodeado de escravos, como os que eu via nas películas”. Diria sua filha Daisy. Rubiera, p. 163.

jantavam ou descansavam²¹⁶, o que se transformou em símbolo de status; a proibição de vê-la conversando com as vizinhas no horário de retorno dele do trabalho; a imposição de relações sexuais sem levar em conta o cansaço dela provocado pelo trabalho na fonda; a recusa a passear com ela e com seus filhos, coisa que Reyita sempre almejou²¹⁷; a negativa a levá-la à casa dos seus colegas de empresa brancos²¹⁸ ou de convidar estes a conhecer sua família.

Essas e outras proibições aceitas tacitamente por Reyita eram expressões de poder conjugal, que se bem se manteve rodeada de expressões carinhosas e românticas, na prática e na sua simbologia contribuía para a conservação do poder do patriarca, exercido sobre a esposa e os filhos de maneira rigorosa. As práticas que caracterizavam sua forma de dominação caseira incluíam os “elementos básicos” que aplica o homem em diferentes épocas e lugares do mundo, e outros que apontam para a imposição do poder racial branco no núcleo familiar.

A violência é uma das formas através das quais se implementa o poder masculino nos casais e nas famílias regidas pelas relações de dominação patriarcais.

Segundo Saffioti e Almeida:

A organização social de gênero, que se traduz por relações hierarquizadas e desiguais, modeladas a partir da diferenciação social dos sexos, embora mutáveis e reatualizadas continuamente, encerra em si mesma uma dimensão de violência. Sua expressão sob a forma de agressão física representa o ápice, a exacerbação do exercício do poder do qual se revestem tais relações. Assim, não é preciso que cada mulher de *per si* tenha sofrido esta forma de violência. A existência do fenômeno em larga escala, bem como os mecanismos modeladores da identidade de gênero hegemônicos, amplamente difundidos por toda a

²¹⁶ Esteban Montejo conta acerca dessas crianças e dos maus tratos que sofriam. “Quando um negrinho era lindo e gracioso o mandavam para a casa dos amos. O negrinho tinha que passar a vida espantando moscas, porque os amos comiam muito. E ao negrinho o paravam num canto da mesa enquanto eles comiam. Davam-lhe uns abanos grandes e longos, feitos de folhas de palmas. E lhe diziam: ‘Pega. Para que não caiam moscas na comida!’. Se alguma mosca caía num prato davam bronca nele e até o chicotavam. Eu nunca fiz isso porque eu não gostava de ficar próximo dos amos. Eu era *cimarrón* de nascimento”. In: Barnett, p. 29.

²¹⁷ “Nunca passei fome, mas tive, sim, muita falta de afeto, de estímulo. Não pude conseguir algo que sempre desejei: sair a passear com meu marido e com meus filhos. E tivesse sido tão lindo!”. Rubiera, p. 134.

²¹⁸ Franz Fanon analisou o visio alienante presente num caso similar acontecido com uma escritora martiniquense que, paradoxalmente, apoiava a atitude do seu companheiro francês. Reyita acatava, mas não aceitava essa atitude depreciativa do marido. Ver: Fanon, p.57.

sociedade, exercem pressão virtual sobre o conjunto das mulheres - em que pesem as possibilidades e as ocorrências, de fato, de transgressões²¹⁹.

O livro de Saffiotti e Almeida, se bem está dedicado ao estudo da violência presente nas relações de gênero, parte da premissa de que existe um tipo de relações de poder entre os gêneros que determina a existência de hierarquia e funções independentes das criadas pelo sistema de poder classista, embora este perpassasse as relações de gênero, as raciais assim como outras relações de poder²²⁰. Para o entendimento das relações familiares estabelecidas por Reyita e Rubiera essa interpretação é de grande utilidade.

4.3. Crise no lar.

Se as aspirações de avanço social perseguidas por Reyita durante sua juventude - para cuja obtenção adotou a estratégia do estudo pessoal e do casamento com um homem branco -, não foram totalmente conseguidas, na nova etapa de sua vida adulta encaminhará sua aspiração de avanço social através dos filhos. A nova estratégia que adota será a criação de condições melhores de vida material com o intuito de estimular os estudos deles.

Essas aspirações não eram compartilhadas pelo marido. Para este, as condições de pobreza em que viviam e de relativa instabilidade não tinham solução:

Teu pai não me deixava desenvolver-me como eu queria, lutar para satisfazer as ambições de vocês. Não podia fazê-lo. Rubiera não me deixava. Ele os queria muito, (...) mas as ambições que eu tinha ele nunca as teve. Eu queria que vocês fossem algo na vida²²¹.

Realmente era difícil para ele encontrar uma saída à pobreza familiar. O principal freio estava na sua própria concepção patriarcal, que tinha entre seus fundamentos a rigorosa conservação do papel de provedor nas mãos do homem chefe da família. Ele, pela sua escassa formação profissional e pelas características do mercado de trabalho, em poucas ocasiões conseguiu empregos que lhe reportassem uma remuneração suficiente para sustentar a sua longa família. Não tinha, objetivamente,

²¹⁹ Saffiotti, Heleieth e Suely Souza de Almeida. *Violência de Gênero. Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Reiventer, 1995. p. 151.

²²⁰ Este assunto foi destacado com maior extensão no livro de Heleieth Saffiotti. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987. P. 61

²²¹ Rubiera, p. 133.

possibilidade de conseguir mais, nem culturalmente, se permitia aceitar a mobilização da inteligência e a criatividade da mulher, posta de manifesto em inúmeros episódios da sua acidentada vida. Ele cerceava qualquer manifestação de independência ou iniciativa econômica de Reyita, ainda que com esse posicionamento prejudicasse a família em pleno.

Sua atitude ia numa direção contrária à tradição histórica da mulher negra cubana, que desde a época colonial demonstrou a sua capacidade para ganhar-se a vida e fazer avançar suas famílias. A experiência acumulada especialmente por Reyita desde a infância, o aprendido com sua mãe e avós, ficou desaproveitado por causa do insistente interesse do marido em reduzi-la à realização do papel social reservado para a mulher na família cubana: a criação dos filhos e o cuidado do lar.

Reyita aceitou de bom grau o desempenho desse papel, pois, ao final, tal modelo familiar parecia-lhe idôneo para o cumprimento dos seus objetivos vitais. Contudo, nos momentos de penúria estava disposta a flexibilizar e participar da atividade econômica, procurando o bem-estar da família.

O seu acatamento das funções pré-estabelecidas socialmente durou até o momento em que seus filhos chegaram a certa idade que não mais podiam avançar sem melhorar a vida econômica. A falta de dinheiro, a casa em mal estado, a roupa escassa, eram fatores que dificultavam a sociabilidade dos filhos e a continuidade dos seus estudos. Entra, então, em contradição com o sistema de organização familiar estabelecido socialmente. Começa a observar a relação familiar de um modo diferente e constata, por exemplo, que quando o marido consegue certa estabilidade econômica se preocupa na melhoria de suas próprias condições de vida em detrimento das dos filhos:

Nunca lhe critiquei nada, necessitava conservar meu matrimônio a qualquer preço. Ele mudou até a sua forma de vestir, usava camisetas com botões de ouro, roupas muito fina e calçava pantufas de glacê. Porém, nós apenas tínhamos com que nos vestir e nos calçar. Aquilo me afetava muito, por isso comecei minha luta. Rubiera garantia – além da representação como chefe de família -, casa, comida, médico e remédios. O demais eu decidi buscar²²².

222

Ibidem, p. 86.

Essa realidade foi o pano de fundo da sua decisão de mudar as coisas dentro de casa. De dar uma virada nas relações de poder. Para isso, era necessária uma ruptura nos fios que a atavam ao sistema de poder patriarcal, que a faziam parte sustentadora do mesmo. O momento chegou a partir de uma inesperada descoberta.

Quando após a morte de seu pai teve que procurar documentos no cartório, para receber uma pensão, Reyita descobriu que não existia certidão de matrimônio algum, que era solteira. O casamento tinha sido uma farsa urdida pelo marido com a cumplicidade de um notário.

Vieram à sua mente as incidências daquela noite de festa no hotel. O vestido branco; o penteado com flores no cabelo; a elegância do marido; os convidados; a mesa adornada; o bolo; as perguntas do notário.

Falso, todo aquilo falso! Todo o mundo metido naquela armação mentirosa? Ou somente Rubiera e o tabelião? Mas, por que, Deus meu, por quê? Senti como se a mente se me encolhesse e se enredara. Não podia pensar bem. Para que esse engano? Não se explicava. Ele estava aí comigo, com todos vocês. Senti uma grande dor no meu coração. O que fazer? Recriminá-lo, exigir-lhe que me dissesse por que o tinha feito?

Estive vários dias sem poder ordenar meu pensamento. Depois meditei e meditei, e decidi o que ia fazer. Segui fazendo os trâmites para minha pensão de filha de veterano, enquanto por qualquer pretexto o evitava e me mantinha longe dele. Quando me entregaram os papéis da pensão, os mostrei para ele – para ver a sua reação -. Ficou vermelho. Quis me dizer algo, mas não o deixei. Seu castigo era esse, carregar com aquele peso na sua consciência até a morte; não lhe dei oportunidade de se livrar do seu engano. Outra decisão não haveria tido sentido, já estávamos velhos: eu com quase 50 anos, ele com 60. Pensei em vocês, no lar que tanto tinha lutado por manter. Guardei minha dor no mais profundo do meu coração. Mas eu fui daí em diante outra Maria de los Reyes²²³.

Reyita decidiu guardar dos filhos esse segredo. Só o revelou no final da sua vida à filha nessa entrevista.

²²³

Ibidem, pp.161-162.

Decidiu manter a aparência do matrimônio, mas sua relação com o marido nunca mais seria igual. Começou a empreender atividades econômicas para complementar o sustento da casa e garantir o bem-estar dos filhos. Quando o marido lhe proibia alguma atividade econômica ou iniciativa benéfica para a casa, ela criava outra. “Então eu sacrifiquei tudo, me sacrifiquei como mulher para ser somente mãe, tive que romper com a tradição e começar a lutar sozinha”²²⁴.

Vale destacar essa afirmação. Na sua interpretação pessoal o papel de mãe e o de esposa, na família tradicional – que tem um caráter patriarcal e se justifica no Ocidente tomando como modelo a Santíssima Trindade católica - funcionavam intrinsecamente vinculados, como se fossem uma mesma coisa. Nesse caso, “renunciar” ao desempenho das funções estabelecidas para a esposa do modo como estas eram concebidas constituía uma grave falta contra a instituição familiar no seu conjunto, o que levava a mulher sentir um sentimento de culpa. Daí seu sentido de sacrifício. “Sacrifiquei-me como mulher para ser só mãe”.

A recusa à obediência, a não aceitação das imposições do patriarca, enfrentá-lo na sua função dirigente, significava para ela um ato radical dentro da família, justificável só pelo seu objeto: o cumprimento da sua função materna, concebido por ela como a entrega total das suas forças para o avanço dos seus filhos.

Desde então se dedicou com afinco à tarefa de melhorar as condições econômicas dos mesmos, mas sem abrir mão da forma de organização familiar tradicional, motivo pelo qual ocultou de todo o mundo a mudança operada na sua relação. Diz:

Por isso me separei de Rubiera. Não! não rompi a relação com ele, mas comecei a fazer uma vida independente do teu pai para poder, pela minha conta, dar a vocês o que eu ansiava: uma educação, desenvolver-lhes a personalidade, cuidar do ambiente em que iriam se desenvolver, não misturá-los com o difícil da vida. Tu entendes? Eu não podia ser feliz sem a felicidade de vocês e educá-los e desenvolvê-los era ajudá-los a serem homens e mulheres livres. Mas Rubiera não tinha esses critérios²²⁵.

²²⁴ Ibidem, p. 134.

²²⁵ Idem.

Ela, ao se transformar em provedora principal do lar, na gestora das finanças, na reitora das prioridades do desenvolvimento da família e ao desafiar a relação de submissão ao marido quebra definitivamente alguns dos preceitos fundamentais que sustentam a relação de tipo patriarcal. Nesse caso, se abrem perante o casal duas opções:

1. A mudança de paradigma na relação: da patriarcal para a de responsabilidade compartilhada.
2. A conclusão da relação marital.

A primeira opção implica a aceitação do marido, algo impossível de se conseguir nesse casal porque o homem continua a defender os princípios patriarcais aos quais nunca renunciou.

A segunda, após muito meditar, não foi aplicada por Reyita porque nas suas convicções – criadas desde a infância errante e por vezes desvalida -, a família nuclear jogava um papel central na proteção e desenvolvimento dos filhos, principal objetivo dela nessa etapa de sua vida. A luta pela satisfação das necessidades dos filhos era o que a incentivava a continuar no caminho escolhido, segundo diz, “mas sem me separar do Rubiera; meus filhos tinham que crescer junto à mãe e ao pai, isso é algo muito importante”²²⁶.

O matrimônio - analisado desde o seu ponto de vista - tinha duas linhas de relações afetivas (que implicavam obrigações): a direcionada para o marido e a direcionada para os filhos. A articulação entre ambas e o funcionamento harmônico de cada uma, ajustado aos princípios socialmente estabelecidos, provocava a estabilidade do núcleo familiar. Por tal motivo manteve a forma do modelo, mudando sua essência para garantir a conservação daqueles elementos que julgava necessário para o desenvolvimento dos seus filhos.

Quando caem as premissas que sustentam a relação patriarcal - as quais são mutuamente aceitas pelo casal que as compartilha e toma como pontal da sua relação - criam-se as condições para a destruição dessa relação de poder ou, ao menos, para que fique totalmente esvaziada do seu conteúdo. No caso aqui analisado a relação marital esvaziou-se de conteúdo patriarcal, mais continuou mantendo a “envoltura” tradicional.

226

Ibidem, p. 38.

Essa foi a nova estrutura da instituição familiar adotada por Reyita para fazer funcioná-la em benefício dos filhos nas novas condições existentes no país a partir da década de 1940. Era sua nova estratégia de sobrevivência.

As aspirações de Reyita para seus filhos ultrapassavam os horizontes comumente interpostos perante os integrantes dos setores pobres e negros. Chama a atenção a sua força vital. Ela não conseguiu satisfazer todas suas expectativas pessoais, mas não se desalentou. Encorajará os filhos a conseguirem as suas. Sua função será a de estimulá-los e garantir o apoio material necessário para que eles tenham sucesso:

Ele lhes queria decentes, honestos, trabalhadores. Mas quando me dizia “ponha-os para trabalhar” o que queria dizer com isso? Lavar, passar roupa, carregar sacos. Eu não queria isso! Nem que meus filhos trabalhassem na rua tão jovens e muito menos que servissem de criados a ninguém. Desejava vê-los progredir, que não fossem uns “quaisquer”. Essa era minha ilusão e para isso tinha que me esforçar²²⁷.

Para poder servir de apoio aos seus filhos necessitava, primeiramente, a independência pessoal em relação ao marido para poder tomar as decisões que julgava necessárias ao cumprimento dos seus objetivos, sem a interferência dele. A principal garantia da independência pessoal era a independência econômica. Com isso garantiria não ter que voltar à situação anterior.

Desse modo, conhecendo a magnitude de suas forças e as limitações que a sociedade preconceituosa impunha à mulher em geral e à mulher negra em particular, decide escolher o espaço adequado para a sua atividade econômica:

Por tudo isso sentia a necessidade de ser uma pessoa independente e me dediquei a trabalhar – algo do que sempre gostei – para ganhar o meu, não depender de ninguém, o que significava ser livre: a independência econômica é a única maneira de ser livre. Como eu não era uma pessoa que pudesse ganhar a vida num escritório ou num trabalho que não fosse o de servente – e eu, não ia fazer isso -, sempre inventei algum trabalho que pudesse realizar na minha casa.

²²⁷

Ibidem, p. 133.

Comecei pondo um trem de cantinas. O filho do dono do Expresso Velar casou com uma mulher que não sabia cozinhar. Ele me propôs que lhe fizesse a comida. Ela achou gostosa. Dizia que eu cozinhava muito bem e foi fazendo-me a propaganda. As pessoas iam a minha casa, e assim, e assim, fui adquirindo clientes: mestras, trabalhadoras de escritórios e, sobretudo, prostitutas. Cheguei a ter 21 cantinas; comprava a prazo e pagava aos poucos, na medida em que progredia o negócio²²⁸.

As habilidades adquiridas pela mulher após séculos de confinamento no interior da casa podem ser utilizadas com sucesso em função da melhoria das condições de vida familiares. Para isso contribuem fatores tais como o conhecimento que elas possuem das necessidades vitais dos seus vizinhos e dos membros da sua classe social, dos que conhecem as suas necessidades de alimentação, de vestimenta; os salários que recebem e o que dá para fazer com ele, o preço que podem pagar pelos alimentos sem afetar as outras obrigações que eles têm.

A qualidade alcançada na confecção dos alimentos, na tecelagem de roupas, no bordado e noutras atividades aprendidas é colocada pela mulher dona de casa no mercado, ao serviço dos interesses familiares, quando conseguem reduzir a férrea interdição do patriarca:

Eu pus uma fonda na casa. Minha casa era muito espaçosa, durante o dia colava meus móveis à parede e punha duas mesinhas com quatro cadeiras cada – construídas por um marceneiro do bairro que paguei aos poucos -, colocava uma toalha e aí servia aos meus fregueses. Não penses que aquilo era muito elegante, mas tinha muita limpeza. As pessoas que ali comiam eram humildes: trabalhadores do porto, vendedores ambulantes, e alguma que outra pessoa que passava por aí nas horas da comida. Não cobrava caro; naquele tempo as coisas estavam muito difíceis, tinha muitos homens sem trabalho, muita pobreza, muita miséria. Não ganhava muito dinheiro, mas assim ia levando vocês para frente²²⁹.

²²⁸ Ibidem, pp. 134 – 135.

²²⁹ Ibidem, p. 137.

Quando Reyita consegue seu independizar, começa a realizar sua atividade econômica utilizando os conhecimentos adquiridos no lar, especialmente na cozinha. Mas no seu caso específico, como nem sempre esteve confinada na sua casa, pois antes de casar tinha trabalhado muito no espaço público - como era característico nas mulheres negras desde o século XIX e, mais, desde que suas antepassadas moravam na África – aprendeu táticas de negociação, como a implementada durante a compra de uma geladeira, sem ter dinheiro e as habilidades para conseguir pagar as mensalidades e driblar os obstáculos que lhe interpunha o marido, utilizando adequadamente o pouco dinheiro que conseguia.

Segundo conta, após a crítica que uma vizinha faz por sua constante solicitação de água fria, Reyita se sente humilhada e decide comprar de imediato uma geladeira. Como não possui dinheiro para pagar a entrada nem a primeira parcela, negocia com o dono da loja a utilização, como garantia, da sua pensão de filha de veterano de guerra. O marido, pensando na sua renda mensal, considera essa compra descabida e insustentável e lhe adverte que não vai ajudar a pagar esse aparelho.

Reyita decide não retroceder:

Não lhe dei importância ao que me disse e trouxe um plano para conseguir meu objetivo. No dia seguinte comprei frutas, e comecei a fazer din-din; fiz gelo, refresco de frutas, tudo para vender. Saí-me bem. Quase nenhum vizinho tinha geladeira. Naquele momento vivíamos no bairro Luis Dagnesse, de gente muito pobre. Comprei um cofrinho e aos trinta dias tinha o dinheiro da entrada e da luz.

(...) Com a minha pensão pagava as mensalidades – nunca tive atrasos – e pagava a luz com o que vendia. Assim tive a geladeira. É uma Crosley, e é muito boa, tem 44 ou 45 anos e só quebrou duas vezes²³⁰.

Essa determinação mostrada e as habilidades exibidas para conseguir as coisas necessárias para sua família Reyita já tinha demonstrado desde inícios da década de 1940, quando decidiu comprar um rádio. Nessa época morava num bairro ainda mais pobre. Havia casas de madeira construídas umas junto às outras e ela não tinha luz elétrica instalada. Naquela época as novelas de rádio eram uma novidade e Reyita queria escutá-las também:

²³⁰

Ibidem, pp. 140-141.

Os vizinhos do lado tinham o seu rádio na sala de jantar e a parede que dividia minha casa da sua era de madeira. Quando minha vizinha punha a novela eu ficava colada na parede para escutá-la. O dia em que a novela estava mais emocionante, eles mudaram o rádio de posição; parece que se deram conta de como é que eu a escutava - porque eram muito mau caráter. Não sei se foi tristeza ou indignação, mas naquele instante jurei que compraria um rádio!

O primeiro que tinha que fazer era por a luz na minha casa. Não consultei teu pai; fiz as averiguações, busquei o dinheiro, e instalei a luz! Ai, garota! Que dia aquele em que puseram a instalação. Eu não deixei que acendessem a única lâmpada que colocamos no meio da sala até que chegasse a noite. Rubiera nos olhava sem dizer uma palavra, eu não sabia se ele aprovava ou não o que estava acontecendo. Que emoção quando ao fim chegou a hora de acendê-la. Todos os meus filhos rodeando-me e quando a acendemos, que alegria! Tanta que teu irmão Monin – que já era um adolescente - bateu continência e cantou o Hino Nacional. Divertido, verdade? Mas se se analisa bem, é triste, muito triste²³¹.

Este fato acontecido uma década antes de impor sua independência, pode ser tomado como antecedente da mudança. Nesse episódio, tal como no da compra da geladeira, manifestou-se a dignidade dessa mulher e a sua determinação, que não reconhecia limites.

Ela saiu para resolver a instalação da luz, sem contar com o esposo, porém, olhava para ele, pendente da sua aprovação ou reprovação. Ela mostrava sua força, mas ainda temia transgredir. A imagem dos filhos colocados em torno dela e do marido sozinho noutra extremo, observando tudo, calado, parece uma premonição das transgressões dos papéis que se criarão no futuro dentro do lar²³².

O objetivo final era a compra de um rádio. Porém, a instalação da luz consumiu o escasso dinheiro que possuía. Mas Reyita não se deteve. Lançou mão da sua

²³¹ Rubiera, p. 136.

²³² Mary Del Priore, quando se refere aos papéis destinados às mulheres durante a Colônia (casa, maternidade e família), mostra como essas funções facilitaram a sua união aos filhos, o que lhes garantiu respaldo afetivo e material, além do exercício do poder no espaço do lar. Apud: Raquel Soihet. "História das Mulheres". In . Cardoso, Ciro e Vainfas, Ricardo. (org.) *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. P. 191.

criatividade, aquela que, quando era uma criança de menos de 10 anos, a fez vender um pouco mais caro os doces preparados pela tia²³³:

Ao dia seguinte tua irmã Moña e eu fomos a uma loja para ver os rádios. Vendiam parcelados e davam, para prová-los, durante uma semana. Caso não te convinha por alguma razão, devolvias e pronto. Depois que instalei a luz não tinha dinheiro para pagar a entrada do rádio. Tive a ideia de pedir, para provar, um de qualquer marca. Na semana o devolvia e em outra loja pedia outro de outra marca. Assim passei um tempo escutando rádios em prova, até que juntei o dinheiro e paguei a entrada para comprar o meu²³⁴.

Essa luta pelo rádio e pela luz deixou-lhe marcas profundas. Sentiu a força própria e saboreou com prazer sua independência:

Não me esqueço do rádio. Era da marca Firestone. Tinha já luz e rádio! Aquilo foi o que operou em mim uma tremenda transformação: tinha acontecido uma mudança muito grande na minha vida, minha independência! Já podia fazer coisas sem contar com o velho, tinha rompido com a tradição da subserviência ao homem da casa. A tal extremo que um dia teu pai se sentou para ouvir outro programa na hora da novela e eu lhe disse:

- Chico, deixa-me ouvir a novela que está muito boa.

- Bah, deixa de romantismo.

Aquilo me incomodou muito, porque ele desfrutava da luz e do rádio como se sempre os tivesse, e lhe disse:

- Não Rubiera, esse é meu rádio!, o rádio que eu comprei -. E o peguei e o levei para a cozinha e pus a novela²³⁵.

²³³ Quando morava em La Maya, sua tia Mangá mandava-a vender os doces que preparavam na sua casa. Devia vender 3 doces por cinco centavos, mas ela só dava 2 pelo mesmo preço, pelo que, de cada 15 centavos, cinco ficavam com ela e os utilizava na satisfação das suas pequenas necessidades. Para poder vender mais caro que as demais vendedoras da praça, Reyita inventou um pregão muito engraçado que atraía os fregueses. Rubiera, p. 41.

²³⁴ Rubiera, p.6.

²³⁵ Ibidem, pp. 136-137.

A perda para a mulher do controle absoluto sobre assuntos tais como o destino da família, a determinação das prioridades materiais do lar e a realização exitosa de atividades econômicas que algumas vezes tirou das suas mãos a condição de provedor principal, não foi aceito pelo marido que, incapaz de praticar um novo tipo de relacionamento, optou por obstaculizar o desempenho econômico da mulher. Assim, guiado pelo seu orgulho ferido fez coisas tais como a supressão do dinheiro que dava na casa enquanto a mulher lutava duramente para pagar os móveis e a geladeira.

Essa posição obstrucionista a levou até as últimas conseqüências anos depois, quando Reyita recebeu um carro dos filhos.

Foi um presente de teus irmãos no primeiro Dia das Mães depois de concluída a guerra. Trouxeram-no de Havana. Olha que teu pai me fez coisas! Eu falei com um vizinho para que trabalhasse com ele, desse para mim um percentual de seus ganhos e se responsabilizasse pela manutenção. Teu pai não concordou. Discutimos várias vezes esse assunto. Não sei se ele se sentia inferior porque fui eu quem teve a idéia e não ele, porque feria a sua hombridade ou por machismo. O certo foi que um dia chegou a pé, e quando lhe perguntei pelo carro meteu a mão no bolso e arremessou um maço de notas sobre a mesa. Não precisava falar. Vendeu meu carro! Voei para cima dele, não sei como pude me segurar. Deu-me vontade de matá-lo!²³⁶

O fato de a esposa receber um presente de valor e decidir, à revelia do marido, que destino lhe dar, provocou-lhe um sentimento de inferiorização. O medo da perda do poder de decisão, do pouco poder que lhe restava dentro do lar, assim como a possível exposição pública de seu limitado poder de decisão patriarcal quando Reyita decide negociar sozinha com outro homem (o vizinho), o levou a realizar uma ação desesperada e brutal, danosa para toda a família. Era a expressão da violência por meio da ação sem razão.

Estudando vários casos de violência sobre a mulher, motivados também pela perda ou pelo medo de perder a posição dominante na relação de gênero, Saffioti e Almeida aclaram: “pode-se admitir a existência de baixa auto-estima do homem que

²³⁶

Ibidem, p.141.

prática violência contra a sua companheira, e do medo como dimensão modeladora de sua identidade de gênero²³⁷”.

Como se pré-determina socialmente que o relacionamento homem-mulher esteja marcado pelo patriarcalismo, o homem inserto nesse tipo de relação temerá constantemente não ser capaz de dar conta do que a sociedade machista espera dele, e sente medo. Por outra parte, na modernidade, a mulher conseguiu espaços de atuação fora do lar (que é o lugar privilegiado para o exercício da opressão de gênero). A relação de trabalho ou as negociações da mulher com homens de fora do espaço caseiro incrementa no homem patriarcal o temor à perda do objeto da sua dominação e anseia retorná-la à casa, “ao seu espaço” onde é mais fácil controlá-la.

No caso específico de Rubiera, como não encontrou argumentos “lógicos” para justificar a sua negativa de utilizar o carro em função da família, nem palavras para verbalizar seu medo e seu desejo de fazê-la regredir à condição de pessoa dominada, adota o procedimento da violência – não física, mas simbólica e igualmente danosa – expressando desse modo sua impotência.

A decisão do casal - tomada por Reyita, mas aceita pelo esposo -, de manter o matrimônio após a descoberta do engano e conservar sua aparência “tradicional”, provocou essas manifestações de violência simbólica que, sem dúvida alguma, por momentos azedaram as relações interpessoais, ainda que ambos se adaptassem - como ela disse em várias ocasiões -, a uma convivência harmônica.

Mas como qualificar, senão de reação contra o marido no plano sentimental, uma espécie de violência defensiva, o desprezo pelo seu corpo deteriorado no final da sua vida, quando ele sofreu de hérnia “e ‘isso’ lhe cresceu, e não sei o que me dava somente ao pensar nessa ‘bolsa’ tão grande. Nem a olhei nunca. Por isso deixamos de fazer amor alguns anos antes que ele morresse²³⁸”.

Ou quando fala para sua filha do desfrute que começou a sentir nas suas relações imaginárias com outro homem:

Tive duas grandes dores no fundo do meu coração: minha grande decepção amorosa e o engano de teu pai. Ambas conviveram aí. Quando tudo dentro de mim voltou à normalidade comecei a desfrutar, sem remorsos, minha infidelidade de pensamento, ao “fazer amor” com o que

²³⁷ Saffioti e Almeida, p. 180.

²³⁸ Rubiera, p. 158.

parecia com Mella, enquanto tinha relações sexuais com teu pai. Total, eu também tinha direito a enganá-lo. Enfim, não havia tal infidelidade, eu era solteira. Eu sempre tinha sido uma mulher solteira!²³⁹.

Quanta tristeza nessas palavras. Percebe-se que ela considera sua atitude uma expressão de violenta e silenciosa vingança contra o engano brutal do marido, mas o tom triste, amargurado, com que pronuncia essas palavras, não deixa lugar a dúvidas de que sua atitude constitui uma compensação íntima pelo dano recebido. Essa vontade de ser infiel não a pode levar à prática porque compartilha os valores e os pressupostos da organização familiar tradicional, que a proíbe. Ela decidiu não romper o relacionamento, o que significa aceitar a ofensa e a presença do ofensor no dia a dia, até a morte. Esse era o preço do seu sacrifício “como mulher para ser somente mãe²⁴⁰” dentro de um esquema de família tradicional, que implicava cumprir os dois papéis.

Descumprir um deles, tomar em suas mãos as rédeas econômicas da família, destruir a relação de dominação do homem sobre a mulher, significou a remodelação interna do sistema familiar tradicional e um passo de avanço no caminho da sua substituição por um sistema novo, diferente, sem dominações e baseado na solidariedade, o qual, infelizmente para ela, não pôde concluir. O preço pago por “romper a tradição e começar a lutar sozinha”²⁴¹ foi a tristeza e a compensação que encontrou para esse dano, aliás, muito pouca.

Porém, a sua férrea vontade de perseverar no seguimento das estratégias de vida que adotava para a consecução dos seus objetivos e a constatação dos resultados positivos que seu cumprimento trazia para os filhos, fez-lhe compensar as agruras da sua vida conjugal e desfrutar plenamente de todas as demais dimensões da vida familiar. Pensa que valeu a pena seu sacrifício.

Seu interesse maior estará concentrado no avanço dos filhos, ainda que não deixe de preocupar-se pela situação do país, cujos problemas sociais fundamentais continuavam sem solução, frustrando-se as expectativas criadas na população durante a realização da Assembleia Constituinte de 1940.

As esperanças despertadas pela inclusão de artigos contra a discriminação racial na nova Constituição, se desvaneceram. Salvador Garcia Agüero, eleito senador,

²³⁹ Ibidem, p. 162.

²⁴⁰ Ibidem, p. 142

²⁴¹ Idem.

apresentou um projeto de Lei para implementar o artigo 20 da Constituição, mas não teve sucesso, por causa da posição obstrucionista da maioria dos membros do senado.

Na seguinte Legislatura, o senador negro, Prisciliano Becquer Piedra - que tinha sido presidente do Clube Atenas e mais tarde presidiu a Federação de Sociedades Cubanas -, apresentou outro projeto no que correu a mesma sorte. Ao mesmo tempo, na Câmara de Representantes, o deputado comunista Aníbal Escalante, tentava aprovar medidas contra o racismo e também fracassou.

Os governantes Fulgencio Batista (1940-1944), Ramón Grau San Martín (1944-1948) e Carlos Prío Socarrás (1948-1952), que tinham prometido nas suas respectivas campanhas eleitorais implementar medidas contra a discriminação racial, não se preocuparam por aprovar as Leis complementárias nem por tomar medidas efetivas para erradicar a discriminação racial. E Fulgencio Batista, que voltou ao poder após dar um golpe de Estado em 1952 e instaurou uma sangrenta ditadura, tampouco se preocupou pela questão racial.

Os problemas de Cuba se agravaram sob o governo de Batista. Os políticos corruptos foram cooptados. As forças políticas opositoras não foram capazes de articular uma resistência eficaz. Uma nova geração de jovens revolucionários, sob a liderança do advogado Fidel Castro, inicia a luta armada em 1953, com o assalto frustrado à segunda fortaleza militar mais importante do país, o Quartel Moncada, em Santiago de Cuba.

Como nos anos 1930, os estudantes saem às ruas e o setor mais radical deles adota a luta armada como estratégia de luta. O Movimento 26 de julho, dirigido por Fidel, se estende por todo o país, mas a cidade de Santiago de Cuba e as demais da província oriental constituem seus principais baluartes. Organiza-se a guerra nas montanhas da Sierra Maestra. A guerrilha se transforma num exército, recebe apoio dos camponeses e dos combatentes clandestinos das cidades e infringe derrotas militares ao exército governamental durante os anos 1957 e 1958.

A maioria dos integrantes das classes populares e o setor negro da população apóiam a revolução. Esperam resolver de uma vez os graves problemas da república, dentre eles o desemprego, a saúde pública, a educação, o analfabetismo, a corrupção política, a brutalidade policial e a discriminação racial.

Reyita também espera a queda do governo de Batista e a solução dos problemas sociais:

A ditadura de Batista era horrível. Todos os dias apareciam jovens mortos em qualquer parte; os guardas faziam o que queriam; maltratavam o povo, por qualquer motivo batiam nas pessoas. A miséria era tremenda; o estado de insalubridade dos bairros pobres era alarmante; muitas crianças não iam à escola; o trabalho escasseava e não havia seguridade para a gente. Assim estavam as coisas em Cuba em 1958²⁴².

Sobre aqueles momentos de preocupações, medos e ansiedade ela contaria:

O tempo transcorria para mim com uma angustia dupla: a da luta pela vida – ainda que naqueles momentos não fosse tão difícil porque teu pai ganhava um bom dinheiro - e a de saber o perigo que corriam teus irmãos. Mas sempre com a segurança de que a virgensinha da Caridad del Cobre não os abandonaria, mas os protegeria; e tudo aquilo matizado com a esperança tão grande de que ao triunfar a Revolução teríamos uma vida melhor²⁴³.

Pode-se afirmar que perante a incapacidade de sistema político vigente em Cuba para resolver os problemas da população pobre do país e a falta de viabilidade dos diferentes partidos que pugnavam na arena política, os setores populares apoiaram o movimento revolucionário armado que se apresentava como a culminação das diferentes tentativas de modificar a realidade social do país empreendidas desde 1868, para resgatar a soberania nacional e ampliar a participação das camadas populares na condução dos assuntos fundamentais do país.

Embora a luta contra a discriminação racial não fosse um objetivo direto do movimento armado, supunha-se que o futuro governo revolucionário a enfrentasse, pois essa sempre fora uma das bandeiras representativas dos movimentos progressistas e revolucionários dessa etapa. A população negra, integrante das camadas operárias e sub-empregadas no campo e na cidade, tinha motivos fundados para aspirar melhorar a vida com as medidas de caráter popular que o movimento armado prometia para os pobres do país.

A participação destacada de camponeses e trabalhadores humildes das cidades e do campo junto aos estudantes de classe média (que desde os anos 1920 e 1930

²⁴² Rubiera, p. 108.

²⁴³ Ibidem, p. 109.

representavam no imaginário popular a ética e o idealismo na política) serviu para aumentar a confiança da população no movimento e garantir-lhe o apoio popular.

Dois filhos de Reyita, Anselmo “Monín” e Nené se incorporaram em Bayamo ao Movimento 26 de Julho. Um deles foi detido e torturado pela polícia e ao sair da prisão se incorporou à guerrilha. Pouco tempo depois o irmão seguiu seus passos. Para fugir da situação ameaçadora, a família se mudou para Santiago de Cuba. O pai teve que abandonar o bom emprego que tinha e recomeçam os problemas econômicos: “Chegamos quase sem nada, com um pouco de dinheiro que o velho tinha, para poder-nos organizar. Foi cumprida a sentença que diz ‘em casa do pobre a felicidade dura pouco’ e isso foi o que durou a melhor vida que fomos procurar em Bayamo”²⁴⁴.

No bairro onde conseguiram morar, Chicharrones, “todos os vizinhos eram pobres e na sua maioria, negros”. Quase todas as casas estavam precariamente construídas, faltava-lhes água corrente, sistema de esgoto, asfalto. Os moradores precisavam e queriam um cambio social e lutaram por ele.

Esse bairro foi apelidado de “A Serra pequena”, pela quantidade de pessoas que se incorporaram ao Movimento 26 de Julho; também porque nesse lugar de pobreza e de miséria, os vizinhos tinham depositado todas suas esperanças na Revolução, e porque a bestialidade da ditadura punha em perigo a vida de quase todas as pessoas, foram revolucionárias ou não. Desde ali se podia chegar facilmente a uma área montanhosa que estava relativamente perto, por isso o bairro foi um lugar de trânsito habitual para os revolucionários chegarem a uma parte da Serra. Os guardas e a polícia não gostavam de entrar nesse bairro de noite, tinham medo²⁴⁵.

Novamente, como na guerra de 1895, o negro, fazendo parte dos setores mais pobre do país, sem saída no regime imperante, espera resolver seus problemas humanos vinculando-os à luta armada. Muitos em Santiago de Cuba, nos campos e nas demais cidades e povos da província oriental, que foi onde maior força atingiu o movimento, incorporaram-se.

Quando no amanhecer de 1º de janeiro de 1959 o povo soube da fuga de Batista, saiu às ruas para comemorar e secundar a convocatória de greve geral, feita por Fidel

²⁴⁴ Ibidem, p. 110.

²⁴⁵ Ibidem, pp. 110-111.

Castro, para impedir que um governo provisional de última hora escamoteasse o triunfo do Exército Rebelde.

Os rebeldes tomam as cidades de Oriente e partem em caravana para a Capital. Reyita consegue ver seus filhos:

Quando caiu a ditadura de Batista, em 1959, o re-encontro com meus filhos foi uma grande alegria. Em 2 de janeiro, depois de ir a agradecer à Virgem da Caridad del Cobre, porque foram devolvidos com vida, saímos para Bayamo num caminhão que emprestaram a teu pai na empresa onde trabalhava. Ali encontramos os garotos. Que lindos! Com seus uniformes verde oliva e o cabelo e a barba longos; um, com patente de oficial. Eram o digno relevo “mambí” dos meus antepassados e de meu pai²⁴⁶.

Poucas vezes o vínculo “indivíduo - história” consegue-se expressar tão claramente como nesse trecho do livro. Só em instantes de alta emoção é possível olhar entrelaçados, a história, o sobrenatural, o cotidiano, a família, o amor filial, a identidade política, a esperança.

Reyita se percebe ponte entre seus ascendentes e seus descendentes. Ambas as gerações, ao finalizar suas respectivas guerras, tinham uma coisa em comum: a procura pela felicidade.

Como no início da República, em 1902, o negro ficará na expectativa. Será desta vez?

²⁴⁶

Ibidem, p.126.

V. Reyita, raça e revolução.

Reyita, nascida em 1902, fala no início do livro sobre a felicidade: “A felicidade para mim, nos primeiros 50 ou 60 anos da minha vida foi durante curtos momentos isolados”²⁴⁷. Esse período vital, demarcado de modo um tanto impreciso, corresponde basicamente aos anos anteriores ao início da revolução de 1959.

Essa afirmação provoca-me indagar sobre o seu sentimento de felicidade após esses anos. Próximo ao final do livro, encontro algumas referências a esse sentimento quando fala das suas relações com os netos e das brincadeiras que realiza junto a eles:

Tu crês que isso não é felicidade?

Ver-me rodeada pelos netos nos dias das férias escolares, cantar-lhes, fazer-lhes contos e estórias, oferece-lhes doces feitos por mim, ensinar-lhes a se querer uns aos outros: isso também é felicidade (...)

Estou segura de uma coisa: quem não leva amor no seu coração, esse não vai ser feliz nunca, como tampouco o será o egoísta, o individualista, o ambicioso. Esses são defeitos que não são compatíveis com a felicidade²⁴⁸.

Nota-se a fala de uma mulher calma, sem tensões, que desfruta a sua nova fase de mulher adulta. É a avó que educa e aconselha os netos, a que fica na casa aguardando a chegada deles.

Ela já não sofre as grandes dificuldades econômicas que acompanharam suas infância e juventude. Criou uma família enorme, de 118 descendentes diretos: filhos, netos, bisnetos e tataranetos. Sem contar outros parentes, tais como noras, genros, sobrinhos, sobrinhos-neto, e outros. Ainda que não fale expressamente da sua situação material nas últimas décadas de vida, é fácil imaginar que os valores que ela sempre praticou e inculcou nos descendentes, tais como ajuda mútua, cooperação e unidade familiar contribuíram para garantir a sua sustentação econômica e alimentar, sobretudo, nos períodos de maiores dificuldades econômicas nas últimas décadas do século, como a crise da primeira metade da década de 1970 e a chamada “Período Especial” iniciada na década de 1990 que se estende até nossos dias.

²⁴⁷ Rubiera, p.18.

²⁴⁸ Ibidem, p.148.

A felicidade de Reyita não se exprime só do ângulo das relações afetivas intra-familiares. O espaço em que desenvolve a vida – o seu lar - é próprio e acolhedor, o qual contribui também para reforçar o seu sentimento de felicidade.

Há 35 anos que vivo neste setor. Ele é relativamente novo, foi construído depois do triunfo da revolução. Deram-me a casa por ser mãe de mártir; é um setor muito lindo. Chama-se “30 de Novembro” por um fato histórico²⁴⁹. Quase todas as casas se parecem, são espaçosas e com um grande jardim. Tal parece que o fizeram expressamente para mim, pois sigo satisfazendo meu gosto de plantar. Creio que a Virgensinha teve muito a ver com que eu tivesse uma casa própria, uma casa minha²⁵⁰.

A família unida, a casa própria, o entorno espacial agradável, as relações de vizinhança, o respeito à sua condição de “mãe de mártir”²⁵¹ (que socializa a sua dor e perpetua o reconhecimento comunitário ao sacrifício do seu filho), são fatores que contribuem para ela sentir uma sensação de felicidade, desconhecida durante a maior parte da sua vida anterior. Mas não são os únicos. Há também o conforto pela realização pessoal dos seus descendentes:

Agora eu tenho muitos bens – diz lembrando o desconforto sentido quando os vizinhos lhe negavam o título de “dona”, por ser pobre e negra -, mas não materiais, senão espirituais: meus filhos e meus netos, que lindos! Há mestres, médicos, engenheiros, professores, técnicos,

²⁴⁹ Alude à ação armada organizada por Frank País, realizada em 30 de novembro de 1956, na cidade de Santiago de Cuba pelo Movimento 26 de Julho, para atrair a atenção das forças armadas do governo e facilitar assim o desembarque do iate Granma que conduzia Fidel Castro e mais outros 81 expedicionários que pretendiam começar a guerra de guerrilhas no país.

Na ação do 30 de novembro participaram vários jovens muitos queridos na cidade, alguns dos quais morreram, fator este que estimulou a incorporação de outros à organização, dentre eles, dois filhos de Reyita. Desde então, Santiago de Cuba seria o principal centro de resistência popular contra o governo de Batista. Seus habitantes protegiam e sustentavam os combatentes da guerrilha e das células clandestinas do movimento 26 de julho.

O desembarque que devia acontecer no mesmo dia da ação em Santiago de Cuba, atrasou-se e só aconteceu no dia 2 de dezembro, sendo detectado e atacado pelo exército. Quase todos os expedicionários morreram em combate ou foram assassinados nos dias subsequentes e os poucos sobreviventes – dentre eles Fidel Castro, Raúl Castro e Ernesto Che Guevara –, ajudados por camponeses, conseguiram chegar às montanhas da Sierra Maestra e começar a luta armada.

²⁵⁰ Rubiera, p. 148.

²⁵¹ O filho de Reyita, Anselmo “Monín”, que tinha sido combatente do Exército Rebelde, foi uma das vítimas fatais do atentado terrorista preparado pela Central de Inteligência dos Estados Unidos, em 4 de março de 1960. Agentes da CIA sabotaram o barco *La Coubre*, que conduzia armas compradas pelo governo de Cuba na Bélgica. Quando eram desembarcadas no cais do porto, aconteceram duas fortes explosões que provocaram muitas mortes entre os militares e os trabalhadores portuários. No livro, Reyita expressará a sua dor pela perda do filho e os detalhes do velório coletivo, que assistiu desde Santiago de Cuba pela TV.

operários. Não tenho bêbados nem ladrões. Sinto-me rica, e nem com essa riqueza tão grande gosto que me digam dona. Prefiro ser Reyita, simplesmente Reyita. Não é verdade? É mais bonito²⁵².

Após a revolução ela sentiu que a felicidade tinha chegado para ela. É possível observar que há elementos de tipo pessoal (o respeito das pessoas, a vida familiar) que explicam esse sentimento. Sem dúvida, o entorno político-social prevalecente nessa etapa da história do país aporta uma dimensão social, mais justa.

Quando na sua função de avó espera impaciente a chegada das crianças da família para contar-lhe histórias e brincar com elas tem plena consciência de que está vivendo num cenário diferente ao que ela conhecera quando teve idade similar no começo do século. Essas crianças não precisam trabalhar nem abandonar os estudos como aconteceu com ela.

Nessa nova etapa da história de Cuba a principal preocupação com as crianças não é evitar a sua morte por doenças curáveis, nem combater o raquitismo como aconteceu com seus filhos. Os netos e bisnetos estão vacinados, atendidos por médicos e protegidos por um conjunto de programas sociais.

O novo Estado, pela primeira vez na história do país, universaliza o ensino e estimula a população a alfabetizar-se, atingir coletivamente 6 anos de estudos e depois 9, expande as universidades e escancara as portas das mesmas para que entrem todos os que quiserem entrar.

O estudo tinha sido uma das estratégias implementadas por Reyita para avançar socialmente durante a sua meninice, adolescência e primeira juventude, mas o racismo e a pobreza não lhe permitiram avançar. Na nova etapa histórica, muitos dos seus descendentes puderam chegar longe, até onde ela teria gostado de chegar.

As profissões e os ofícios aprendidos pelos seus descendentes diretos lhes garantem empregos e uma renda equivalente aos níveis educacionais e profissionais adquiridos. O desemprego ficou no passado. Cuba virou um país de pleno emprego e com redes de seguridade social. A população se sentia protegida. Reyita compara frequentemente a situação político e social criada no país depois de 1959 com a existente nos anos anteriores.

²⁵² Rubiera, p. 63.

Se durante a etapa histórica 1935 - 1958, caracterizada pela modernização da República e o amadurecimento das lutas sociais, ela simpatizou com as forças políticas que tentavam melhorar a situação política, social e racial do país, à vez que gerava iniciativas individuais para fazer avançar a família e seus descendentes num mundo hostil, no final desse período, com todas as mazelas do país aprofundadas, esperará resolver as aspirações familiares vinculando-as ao projeto coletivo de mudança do país.

O triunfo do movimento popular em 1º de janeiro de 1959 abriu perspectivas insuspeitadas para os integrantes das classes populares. De imediato se promulgaram leis e decretos que melhoraram as condições de vida de milhões de pessoas e que apontavam para a solução dos problemas mais sensíveis da vida do povo. Eram medidas tais como:

Rebaixamento do preço do aluguel das vivendas.

Rebaixamento das tarifas telefônicas.

Rebaixamento do preço dos combustíveis.

Reforma Agrária.

Reforma Urbana.

Nacionalização das grandes empresas norte-americanas.

Nacionalização das escolas privadas e universalização do ensino.

Nacionalização dos hospitais e universalização dos serviços de saúde.

Campanha de Alfabetização

Nacionalização dos clubes e espaços de lazer exclusivos para brancos ou negros, universalizando-se a entrada neles.

Eliminação dos mecanismos que impediam o acesso de negros a determinados espaços públicos como praias, hotéis, restaurantes.

Eradicação dos principais bairros insalubres (favelas) e entrega a muitos dos seus moradores de vivendas em bairros exclusivos, abandonadas por integrantes das classes altas e média que emigraram.

Construção de moradias populares com recursos da loteria nacional.

Criação de escolas internas na capital para acolher, como bolsistas, milhares de estudantes camponeses ou cidadãos de baixa renda.

Expansão do ensino universitário. Criação de mecanismos para o acesso e permanência de operários, camponeses e outros estudantes de baixa renda.

Expansão do Ensino técnico - profissional.

Criação de Escolas Vocacionais de Arte e de Esportes.

Criação de programas de capacitação laboral para prostitutas visando à sua incorporação ao mercado de trabalho legal.

Aumento dos preços pagos aos pequenos camponeses pelos seus produtos.

Criação de planos integrais de desenvolvimento em regiões inóspitas.

Criação de cooperativas agropecuárias e pesqueiras.

Aumentos sucessivos dos salários.

Universalização da cobertura da previdência social.

Inclusão dos antigos imigrantes caribenhos no sistema da previdência social.

Implementação de diversas políticas sociais que beneficiam as mulheres.

Implementação de políticas sociais para os portadores de deficiências físicas ou de deficiência mental.

Todas essas medidas tomadas a partir de 1959, às que se foram somando outras de marcado caráter socialista - impulsionada pelo crescente conflito político entre Cuba e Estados Unidos – beneficiaram às classes e setores mais pobres do país e, de maneira especial, à população negra. Por isso não é de estranhar a imediata identificação da maioria da população negra com a revolução e a sua resposta positiva aos repetidos chamados de participação da sua defesa.

O negro sente, pela primeira vez na história nacional, a existência de um governo que não estimula a discriminação racial e que a condena abertamente. Percebe também que estão abertas as portas para a sua participação social. As primeiras medidas tomadas pelo governo no âmbito da moradia sinalizam para a erradicação das favelas e dos cortiços e a criação de condições de moradia digna para todos.

O negro desfruta sua nova condição de cidadão de uma única classe, parecendo-lhe que nunca mais haverá pessoas de primeira nem de segunda categoria. Nas férias e aos domingos leva sua família às praias públicas que tinham sido apropriadas pelos clubes aristocráticos que possuíam nomes em inglês e que agora, após a nacionalização, foram re-batizados com os de mártires da recente luta armada, alguns deles negros ou de líderes estrangeiros prestigiosos como Patrício Lumumba.

Muitos membros das classes altas e médias emigram porque não aceitam essas mudanças. No plano simbólico as transformações atingem o sistema de dominação racial. Os negros, por sua vez, na sua grande maioria as apóiam e se dedicam à defesa do novo sistema social que tanto os beneficia.

A defesa da revolução por parte da maioria dos integrantes da geração de negros que conheceu o racismo durante o capitalismo é quase incondicional, a pesar de entrar

em conflito com a linha dogmática e eurocêntrica adotada pela liderança da revolução com respeito às religiões, especialmente as de origem africana, que eram consideradas expressões de “atraso” social a ser corrigido com o tempo, mediante a educação científica e a divulgação do “ateísmo científico”. Até meados da década de 1990, em que o governo decidiu modificar a Constituição e mudar o caráter da República de “ateia” para “laica”, e o Partido Comunista de Cuba, considerado partido reitor do sistema político socialista, decidiu permitir a entrada de religiosos nas suas filas, muitas pessoas aceitaram humildemente a desvalorização social das suas crenças como um dano incompreensível, porém menor do que os benefícios que recebiam do novo regime.

Essas pessoas, por vezes praticantes de religiões de matriz africana, aceitavam em silêncio as interdições sem renegar as suas crenças, pois a subversão que formava já parte da cultura negra permitia a permanência das práticas religiosas. Em outros casos, os praticantes de determinadas religiões ou simples crentes, quando tinham muitos desejos de fazer parte do partido, ocultavam do público suas práticas e objetos de culto.

Reyita viu-se também perante essa contrariedade: O que fazer quando a revolução lhe solicita eliminar uma parte do seu ser, o seu lado espiritual? Opor-se? Continuar defendendo-la e aceitar como certa sua condição de “pessoa atrasada”?

Foi precisamente aqui onde tive que fazer algo que sempre me passou. Tu sabes que eu tinha o quadro da Virgem na parede, de frente para a rua, mas quando tua sobrinha Maria Elena ganhou o ingresso no Partido, chegou um dia a casa e me disse: “Avó, eu gostaria que você tirasse essa imagem da sala. Nós não cremos nisso e sinto vergonha quando meus companheiros vêm e a vêm aí. Por que não a coloca no seu quarto?”

Eu tenho a mesma Fe na Virgem que lhe tinha antes. Mas os tempos mudam, entendi a minha neta e a coloquei no meu quarto. Na posição que agora está se vê desde a sala, mas é no quarto da velha “a que não pode mudar sua maneira de pensar”, como dizem. Sei que não está bonita e até perdeu a cor. Têm quase três quartos de século! Mas nunca quis mudá-la porque é à que lhe tenho pedido durante toda minha vida²⁵³.

²⁵³

Rubiera, p.149.

Na solução achada por Reyita observa-se a sabedoria, a negociação intergeracional com sua neta e a defesa de suas convicções, tanto à época em que os fatos aconteceram quanto no momento de dar a entrevista, em que faz gala de uma deliciosa ironia. Ela entende o sem-razão da neta e de seus amigos, pondera o que fazer e decide “recuar” para não prejudicá-la, pois o objetivo supremo de Reyita está no avanço da sua família e de seus descendentes.

Parece acreditar que as sem-razões são solucionáveis e passageiras. E que os fatos concretos que a revolução trouxe para ela são tão importantes que vale a pena não prestar muita atenção à incompreensão do significado das suas crenças.

5.1. A estrutura de poder racial e a revolução social cubana.

Em determinado momento das entrevistas utilizadas para confeccionar o livro, Reyita faz referencia ao tipo de discriminação que existia no capitalismo e menciona casos de discriminação racial que aconteceram no socialismo. É importante ler as opiniões de uma pessoa que conheceu as duas etapas históricas acerca da manifestação de um mesmo problema em dois tempos históricos diferentes.

A discriminação racial em Cuba era muito forte e um assunto muito complicado. Os brancos discriminavam os negros, e estes guardavam rancor contra os brancos; os negros que conseguiam uma posição econômica e social mais elevada discriminavam os negros pobres e até buscavam uma branca para se casar. Mas eles eram poucos em comparação à grande massa de negros que não conseguiram solvência econômica nem estudos.

Havia sociedades de negros, e de mulatos. Aqui em Santiago, estava a “Luz de Oriente”, para mulatos; “Aponte”, para os negros, ambas eram para pessoas que tinham certo nível educacional e econômico. Para os negros pobres, “El Gran Casino Cubano”; mas para os pobríssimos, os analfabetos, a grande massa de negros e mulatos, para esses não havia nada! Para estudar também havia problemas com a cor. A maioria dos negros que estudavam – os que o conseguiam -, o faziam na Escola de Artes e Ofícios, ou na Escola Normal para Mestres. Eram muito poucos os que faziam o Ensino Médio, porque era muito difícil continuar carreira; o mesmo acontecia na Escola do Lar e na de Comércio, ali era muito raro que estudasse um negro.

Agora, já não há que se preocupar com cor da pele. Ainda que, bom, eu sei de muitas pessoas nas que perduram sérios problemas raciais. Tenho ouvido falar de moças negras que não foram empregadas num escritório para favorecer uma branca; posto que com qualquer pretexto lhe é negado a um negro para ser entregue a um branco. São muitos os que ainda conservam essa mentalidade, não sei por que se empenham em manter latente esse problema²⁵⁴.

Quando os negros cubanos pertencentes à geração que conheceu o capitalismo se referem ao racismo, tendem a contar os casos de discriminação aberta que mais danos ocasionaram às suas pessoas e de imediato passam a relatar os benefícios sociais recebidos desde 1959.

Para muitos deles não existe racismo na atualidade. Reyita afirma que “já não há que se preocupar com a cor da pele”, mas vê-se na necessidade de reconhecer que ouviu falar “de moças negras que não foram empregadas num escritório, para favorecer uma branca”, e de “vagas que com qualquer pretexto não são dadas a um negro para reservá-las para um branco”. Mas a causa desses fatos discriminatórios a atribui sempre a pessoas isoladas que preservam a mentalidade racista e criam muito dano com essa atitude.

Ela acredita que o novo regime eliminou a discriminação racial que tanto lhe fez sofrer durante quase seis décadas de vida. Não se sente mais discriminada individual nem coletivamente. Sente uma felicidade contínua, e não intermitente como nas etapas anteriores. Não fecha os olhos para os casos de discriminação que outras pessoas relatam, mas os considera casos isolados, incapazes de fazê-la rever sua íntima convicção da desaparecimento do racismo em Cuba. Para ela e demais negros da sua geração, discriminação racial é aquela prática aberta e pesada da exclusão do negro no emprego, na habitação, na saúde, na educação. A interdição ofensiva do espaço público urbano (bairros, parques, praias, restaurantes), a agressão policial contra o negro, a separação das raças em clubes de recreio e outros espaços de lazer.

A eliminação desses obstáculos interpostos ao desenvolvimento normal das suas vidas e ao exercício pleno da cidadania é razão suficiente para se sentirem livres dos efeitos opressivos do racismo sobre suas consciências livres e rebeldes. As demais

²⁵⁴

Ibidem, pp. 26 -27.

evidências de racismo que escutam são, para eles, práticas remanescentes do passado, inferiores em magnitude ao sistema fechadamente hostil que conheceram. Nesse sentido, muitos intelectuais e líderes políticos que fizeram do combate ao racismo o centro das suas atividades políticas, tais como Nicolás Guillén e Pedro Serviat²⁵⁵, sustentam após a implementação de medidas e leis populares como as anteriormente listadas, posições semelhantes às expressadas por Reyita, as quais podem ser reconhecidas em muitos negros pertencentes às gerações atuantes antes de 1959.

Nicolás Guillén, principal voz poética do negro cubano, em 1964 expôs seu júbilo pela conquista dos direitos humanos para o cubano negro e o pobre após a remoção da opressão social e racial. Sentia-se realizado, tinha conseguido todo o que esperava desde sua juventude. O negro continuará na sua poesia, mas agora inserido, junto aos demais grupos preteridos do capitalismo, num projeto triunfante que removeu os obstáculos que lhes impediam o acesso ao desfrute da cidadania. No poema “Tengo”²⁵⁶, dirá:

Tenho

Quando me vejo e toco
eu, Juan sem Nada ainda ontem,
e hoje Juan com Tudo,
e hoje com tudo,
volto os olhos, vejo,
olho-me e toco
e me pergunto como pode ser.

Tenho, vamos ver,
tenho o gosto de andar pelo meu país,
dono de quanto nele há,
olhando bem de perto o que antes
não tive nem podia ter.

Safra posso dizer,
monte posso dizer,
cidade posso dizer,
exército dizer,
já meus para sempre e teus, nossos,

²⁵⁵ Pedro Serviat esteve vinculado ao movimento comunista desde a década de 1920, trabalhando na área relacionada à discriminação racial. Na década de 1960 foi nomeado diretor da Escola Nacional “Ñico López” do Partido Comunista de Cuba. Anos depois foi diretor do Instituto de História do Movimento Comunista e da Revolução Socialista de Cuba. Morreu em 1994. Publicou em 1986 o livro *El problema negro em Cuba y su solución definitiva*.

²⁵⁶ Esse poema é o mais conhecido dentre os que formam parte do livro. Ver: Guillén, Nicolás. *Obra poética*. La Habana: Editora Letras Cubanas, 1981. T. 2.

e um largo resplendor
de raio, estrela, flor.

Tenho, vamos ver,
tenho o gosto de ir
eu, camponês, operário, gente simples,
tenho o gosto de ir
(é um exemplo)
a um banco e falar com o administrador,
não em inglês,
não em senhor,
senão lhe dizer companheiro
como se diz em espanhol.

Tenho, vamos ver,
que sendo um negro
ninguém pode me deter
na porta de um dancing ou de um bar.
Ou bem no balcão de um hotel
me gritar que não há quarto,
um mínimo quarto e não um quarto colossal,
um mínimo quarto onde eu possa descansar.

Tenho, vamos ver,
que não há guarda rural
que me agarre e me encerre em um quartel,
nem me arranque e me jogue da minha terra
no meio do caminho real.

Tenho que como tenho a terra tenho o mar,
não country,
não railaif,
não tennis e não yatch,
senão de praia em praia e onda em onda,
gigante azul aberto democrático:
em fim, o mar.

Tenho, vamos ver,
que já aprendi a ler,
a contar,
tenho que já aprendi a escrever
e a pensar
e a rir.

Tenho que já tenho
onde trabalhar
e ganhar
o que tenho que comer.
Tenho, vamos ver,
tenho o que tinha que ter.

Por sua vez, Pedro Serviat, num livro que informa desde o próprio título a sua posição sobre a questão racial no regime socialista (*O problema negro em Cuba e sua solução definitiva*), faz uma leitura dos fatos mais marcantes das lutas do negro pela igualdade racial, seus processos históricos, seus movimentos e suas principais figuras, expondo as posições do seu partido a respeito.

Serviat considera que o negro não deveria estimular a organização independente nem do ponto de vista político nem econômico – o qual caracteriza como nacionalismo negro pequeno burguês – senão conduzir suas lutas reivindicadoras junto aos brancos a través da luta de classes, pois para ele e para o partido que representava, a discriminação racial era o resultado da exploração dos capitalistas interessados em manter as divisões entre os operários para reduzir o preço da força de trabalho e para evitar a unidade dos trabalhadores.

Condena também todo intento de conduzir o movimento reivindicativo do negro por fora dos caminhos traçados pelos partidos políticos de esquerda e dos sindicatos. No seu livro critica fortemente as propostas realizadas por Luis René Betancourt, intelectual que via o negro como integrante de uma comunidade a que lhe era impedido qualquer avanço econômico ou social. Para resolver esses obstáculos, ele propugnou nos seus livros *Doutrina Negra* (1958) e *El negro, ciudadano del futuro* (1959) a construção de uma economia própria para sua comunidade mediante a reunião entre os negros - organizados em cooperativas - de uma soma de dinheiro suficiente para investir em indústrias e comércios e começar assim um processo de capitalização. Essa proposta, de viabilidade duvidosa, foi rejeitada totalmente por Serviat, cuja crítica vai além da análise do mérito intrínseco da mesma e se encaminha à caracterização ideológica das personalidades negras e dos movimentos reivindicativos que não se baseiam exclusivamente na luta de classes, tais como os liderados pelo Partido Independiente de Color e Marcus Garvey. Nesse sentido, considera os livros de Betancourt “a expressão mais acabada do nacionalismo negro: sectário e contrário a todo tipo de integração²⁵⁷”. E lhe censura não ter sido capaz de compreender que

a condição de explorados constitui o fator principal de união entre os trabalhadores, sejam brancos, negros ou mestiços, cubanos ou estrangeiros; que sua separação é sempre um fenômeno temporal até o

²⁵⁷ Serviat, Pedro. *O problema negro en Cuba e su solución definitiva*. Apud: Pedro Pérez Sarduy e Jean Stubbs. *AfroCuba*. San Juan, Puerto Rico: Editorial de la Universidad de Puerto Rico, 1998. P. 63.

momento em que uns e outros tomam consciência de que, na última instância, a sua força reside na unidade e na irmandade e não na separação²⁵⁸.

Essas concepções expostas por Serviat eram as predominantes entre os intelectuais e militantes de organizações políticas e sindicais de esquerda. Eram também as que o Estado difundiu entre a população após o início do processo revolucionário. No fragmento selecionado estão presentes três elementos que facilitam a sua rápida aceitação popular:

1. O legítimo apelo à unidade inter-racial para a solução desse complexo problema social (mas sem referir-se ao fato de que entre os operários brancos também existem privilégios e sentimento de dominação racial sobre o negro, não necessariamente estimulado pelo patrão).

2. A não explicação de que muitos dos chamados movimentos nacionalistas estipulam a organização independente dos oprimidos para enfrentar os efeitos do racismo secular sobre si mesmos e estabelecer, a continuação, as alianças com os demais movimentos sociais e pessoas opostas ao racismo.

3. A evidente melhora das condições de vida da população negra após a destruição do sistema capitalista, o qual, aos olhos da cidadania, validava a linha classista assumida oficialmente pelo governo para resolver o conflito racial.

O marxismo-leninismo parecia dar conta de todas as mazelas criadas pelo homem ao longo da sua história. Segundo a interpretação do marxismo difundida nos países socialistas e exposta por Serviat, parecia bastar destruir o sistema de classes típico do capitalismo para resolver os demais problemas, pois:

O desenvolvimento econômico, cultural e social alcançado pelas nações da comunidade socialista tem demonstrado que a única teoria que por seu caráter científico pode oferecer as soluções mais adequadas aos complexos problemas sociais de qualquer nação, é o marxismo-leninismo.

Ao produzir-se a expropriação das classes que sempre estiveram interessadas em manter a discriminação racial como um meio de incrementar a competência e a divisão entre o operário negro e o branco,

²⁵⁸

Ibidem, p. 65.

e obter assim mais lucros, eliminava-se o principal fator econômico sobre o que se sustentava a discriminação por motivos de raça e de sexo²⁵⁹.

Nessa interpretação, tudo parece começar e terminar nas estruturas de classes e na economia. O marxismo expresso desse modo foi ganhando espaço na abordagem oficial dos problemas raciais de Cuba e, ainda hoje, é a visão que predomina sobre esse tema nas instituições ideológicas, culturais e educacionais do país, as que insistem em negar a existência de conflitos raciais na sociedade atual.

A referência feita nesse livro ao desenvolvimento dos países socialistas de Europa era corriqueira naquela época. Poucos anos depois, com a eliminação do chamado “socialismo real” e o início de cruentas guerras motivadas pelas discriminações e a intolerância em vários desses países do leste europeu, ficou claro que eles não resolveram seus “complexos problemas sociais”, notadamente os de caráter étnico. Em todos os países que optaram pelo socialismo, incluindo Cuba, o pensamento social estava defasado com respeito ao predominante no resto do mundo. Desconheciam-se muitos autores que refletiam sobre questões de raça, etnia, identidade e movimentos sociais. Desestimulava-se o debate, a publicação de idéias novas, o acesso às publicações estrangeiras, mesmo aquelas originadas em países ex-coloniais.

A unidade política e integração econômica com as nações do campo socialista, além das vantagens políticas, econômicas e de segurança que reportava para o país, trouxeram como subprodutos a homogeneização do pensamento social e o freio ao desenvolvimento do pensamento próprio. Nesses países - descontando algumas poucas áreas de conhecimento das ciências sociais e humanas -, predominava uma interpretação maniqueísta da realidade social, a que devia “se adequar” ao modelo de marxismo oficializado.

Vale destacar, que a partir de 1985, pelas pressões dos intelectuais e a constatação, pelo próprio governo, da necessidade de oxigenar o pensamento social para dar conta dos problemas internos, começou abrir-se passo, timidamente, o debate sobre alguns problemas sociais em vários centros de pesquisa e em revistas, mas a área racial ficou excluída desse processo.

²⁵⁹ Ibidem, p. 69.

É importante referir que nos primeiros meses do ano de 1959, algumas vezes se levantaram para indagar das novas autoridades qual seria sua postura ao respeito do conflito racial. As reformas sociais que beneficiavam a população pobre e, no interior dela, o setor negro, estavam em plena marcha, mas esses ideólogos negros, cientes da existência de mecanismos de exclusão específicos, desejavam ouvir o posicionamento oficial sobre o tema.

Segundo o autor Tomás Fernandez Robaina, Juan René Betancourt publicou em março desse ano, num jornal de ampla circulação, um artigo convidando ao debate público sobre a questão racial. Esse artigo teve grande repercussão e, talvez como resultado desse fato, Fidel Castro abordou o tema num discurso pronunciado no dia 21 do próprio mês. Disse ele que o racismo era um dos principais problemas que afetavam a sociedade cubana e que era necessário erradicá-lo, fundamentalmente, por meio da educação. Reconhecia também que “a pior de todas as formas de discriminação racial é aquela que limita o acesso do cubano negro às fontes de trabalho”.

Nesse discurso, a diferença de outros dirigentes e intelectuais de esquerda, se referiu ao racismo como um fenômeno que estava presente nos integrantes de todas as classes sociais e não apenas nas mais altas:

Para fazer justiça, digo que a questão da discriminação racial não é coisa somente de filhos de aristocratas. Há gente muito humilde que também discrimina. Há operários que também padecem dos mesmos preconceitos de que pode padecer qualquer senhorzinho endinheirado. E isto é o mais absurdo e o mais triste, o que deve obrigar o povo a meditar²⁶⁰.

A abordagem do tema racial pela principal figura do governo teve inesperadas repercussões que o levaram a falar outra vez sobre o assunto. Segundo divulgou em discurso de 29 de março, teve notícias de que algumas pessoas afirmavam que após o seu discurso, “os negros estavam insuportáveis”. Ao que respondeu:

Pode que se dê uma exceção, que tenha havido um caso, mas é justo converter isso em um caso generalizado? Pois, o que querem?

Tiveram-nos toda a vida toda limpando automóveis, tiveram-nos engraxando sapatos e pedindo esmolas, não puderam ir à escola, não

²⁶⁰ Castro, Fidel. “Discurso”. *Revolución*, La Habana, 26 de março de 1959. P p. 3-4. Apud: Fernandez Robaina, Tomás. “El tema negro en el Siglo XX”. In. Sarduy, Pedro Pérez e Stubbs, Jean. *AfroCuba*. San Juan, Puerto Rico: Editorial de la Universidad de Puerto Rico, 1998. P. 85.

puderam receber uma boa educação, e agora querem que sejam mais finos que os que foram estudar em Paris²⁶¹.

Intervenções como essas contribuíram para aumentar a identificação das massas populares e do setor negro com o principal líder e o projeto de renovação que liderava. Pela primeira vez na história de Cuba um governante abordava abertamente o tema racial e com uma linguagem popular. A confiança na sua liderança se solidifica e o negro, que praticamente não estava representado nas altas esferas do governo, nem havia ocupado altos postos no Exército Rebelde a pesar de muitos dos soldados serem negros²⁶², participa entusiasticamente da defesa do projeto social e caminhará junto ao seu líder para o socialismo.

A própria Reyita, exemplifica pessoalmente esse processo:

Em Santiago me incorporei à Revolução: Ao Comitê de Defesa da Revolução, à Federação de Mulheres Cubanas²⁶³, à Milícia Nacional Revolucionária²⁶⁴. Tu ingressaste na Universidade, que felicidade! Ao fim consegui que ao menos um dos meus filhos tivesse essa oportunidade²⁶⁵.

Quando triunfou a Revolução eu vivia naquele mesmo setor²⁶⁶. Durante a Campanha de Alfabetização²⁶⁷ alfabetizei várias pessoas. Tive que fazê-lo no bairro, pois eu não podia ir ao campo. Fiz isso com muito amor. Eu que gostava tanto de aprender, como não ia ensinar aos demais! Tu sabes quais foram minhas primeiras alunas, as vizinhas que já te mencionei. A Crise de Outubro²⁶⁸ também me pegou nesse bairro. Trabalhei muito com os companheiros do Comitê de Defesa da Revolução na recolhida

²⁶¹ Ibidem, p. 85.

²⁶² Morales, Esteban. *Desafíos de la problemática racial en Cuba*. La Habana: Fundación Fernando Ortiz, 2007. P. 158.

²⁶³ A Federação de Mulheres Cubanas é uma organização política-social feminina. Luta pelo reconhecimento dos direitos da mulher.

²⁶⁴ A Milícia Nacional Revolucionária foi criada no ano 1960 para defender a Revolução e estava integrada por civis (operários, camponeses e estudantes).

²⁶⁵ Rubiera, p. 126.

²⁶⁶ Refere-se ao Bairro Chicharrones, de maioria negra e um dos mais pobres da cidade de Santiago de Cuba.

²⁶⁷ A Campanha de Alfabetização foi desenvolvida durante o ano 1961. Em dezembro desse ano praticamente tinha erradicado o analfabetismo em Cuba.

²⁶⁸ “Crise de Outubro” foi o nome que recebeu o conflito criado entre Cuba, Estados Unidos e a União Soviética, em 1962 quando o governo cubano decidiu aceitar a instalação de mísseis nucleares soviéticos em Cuba, visando dissuadir Estados Unidos de um possível ataque militar a Cuba. Os Estados Unidos reagiram estabelecendo um cerco naval a Cuba. Após negociações diplomáticas entre as grandes potências, a União Soviética decidiu retirar seus mísseis, dando início à solução da crise.

de pás, picos e facões. Também passei um curso de primeiros auxílios: tínhamos que estar preparados para o que viesse. Aqueles foram momentos de muita tensão, mas estávamos firmes e decididos em defender nossa independência e nossa soberania²⁶⁹.

O novo regime construído no país satisfazia suas expectativas pessoais e familiares, como explicado anteriormente. Ela estava totalmente engajada na política do país e contribuía com a defesa do sistema social. Era realmente feliz, vivia em perfeita harmonia entre os interesses pessoais, familiares e sociais. A transumância, as dificuldades econômicas, os temores de perder a qualquer momento as crianças, ficaram no passado.

Suas filhas e demais descendentes estudavam e avançavam socialmente. Suas aspirações, suas concepções políticas, sua decisão de integrar-se ao sistema era compartilhada pelos familiares, pelos vizinhos. Junto com eles cooperava nas atividades voluntárias na agricultura que o governo demandava dos cidadãos para suprir a mão de obra faltante e poder tirar o país do subdesenvolvimento, tal como se pensava naquela época de utopias e voluntarismo.

Sentia-me feliz compartilhando com os vizinhos da minha quadra, quando suava no canavial recolhendo cana, ou na campanha de colheita do café, nos trabalhos voluntários depois do triunfo revolucionário, ou quando escapava da casa e ia sozinha ver um filme de Carlos Gardel ou de Libertad Lamarque. Compreendes? Esses foram momentos de felicidade que eu me proporcionava, como os que eu tive tentando que vocês e meus netos também fossem felizes²⁷⁰.

O avanço do pobre e do negro em termos gerais foi espetacular. Com a generalização do ensino e as fortes inversões nas áreas sociais, o país foi atingindo índices de desenvolvimento social semelhantes aos de muitos países desenvolvidos, fundamentalmente na educação, na saúde, no esporte. O analfabetismo foi praticamente erradicado em um só ano, a esperança de vida aumentou a cada ano e a mortalidade infantil diminuiu. As famílias aumentavam seu nível de renda, chegou-se ao pleno emprego, as portas da universidade se abriram massivamente.

²⁶⁹ Rubiera, p. 113

²⁷⁰ Rubiera, p. 147.

Como a maioria dos integrantes das classes alta e média abandonou o país, foi produzido um forte déficit de profissionais. Isto demandou até meados da década de 1970, a entrada massiva de estudantes nas universidades, sem vestibular nem outros obstáculos.

Os filhos e netos de Reyita viraram mestres, médicos, operários qualificados.

Foi-se criando uma nova classe de intelectuais e profissionais procedentes na sua quase totalidade de famílias de operários, camponeses e classe média baixa. Sem muito esforço podia ver-se que apareciam médicos, enfermeiras, advogados, dentistas e economistas negros. Talvez mais engenheiros e professores das ciências exatas do que licenciados em letras e outras disciplinas das ciências humanas que precisam para facilitar o sucesso na carreira, mas que simples inteligência própria, um acúmulo de conhecimentos humanistas no seio familiar e um estímulo para a leitura, que faltava nas famílias mais humildes.

O Estado protetor tinha sobre si a responsabilidade de empregar esses novos profissionais. Praticamente ninguém ficava sem emprego. Mas, um fato recorrente chamava a atenção de alguns: os recém-formados negros, embora tivessem a mesma qualificação do que seus pares brancos e às vezes até maior do que eles eram empregados em lugares que tinham menos “prestígio” e em empregos de menor remuneração. Um engenheiro mecânico negro era mandado, por exemplo, a trabalhar numa oficina de reparação de caminhões, enquanto seu companheiro de estudos branco ficava de gestor no ministério. Um historiador branco era colocado num centro de pesquisas ou na universidade, enquanto o negro era mandado para o museu do bairro ou a casa de cultura municipal. Em todos esses casos as condições de trabalho e renda eram bem diferentes.

Claro está, um bom profissional é respeitado em qualquer lugar em que trabalha e encontra satisfação no que faz, mas a recorrência dessas casualidades fazia pensar a alguns se havia alguma coisa estranha acontecendo.

Por outra parte, desde os inícios da década de 1980, após a introdução das provas vestibulares para diminuir a quantidade de estudantes no ensino superior, pois o país já contava com um alto número de profissionais, começou a reduzir-se também a presença dos negros nas universidades.

Observou-se que muitos dos novos estudantes, a diferença dos anos 1960’ e 1970’, não eram já filhos de operários e camponeses, senão dos intelectuais e

profissionais, especialmente, dos que tinham melhores empregos, salários e moradia, isto é, dos brancos.

Os operários, especialmente os que realizam trabalhos que exigem menor qualificação nas indústrias, nos portos, na construção, no campo, continuaram como sempre sendo majoritariamente negros. Para ser operário em Cuba o primeiro passo é deixar de estudar ou decidir estudar numa escola-oficina profissionalizante e não escolher estudar no ensino médio pré-universitário nem nas escolas tecnológicas que preparam técnicos médios. Desconhece-se si existem pesquisas com recorte racial que expliquem as causas da interrupção dos estudos antes de tempo por esses futuros operários, pois os dados sensíveis sobre raça são guardados sob sete chaves.

Só conheço que longe do prometido nos discursos de março de 1959 não se trabalhou conscientemente na eliminação dos preconceitos raciais na sociedade e especialmente nas escolas primária, secundária, média nem nos demais tipos de ensino. Sequer nos centros de formação de mestres e professores se abordou o assunto. Em todos os níveis de ensino se repete até o cansaço que “em Cuba a revolução erradicou o racismo e a discriminação racial”.

Realmente, o novo governo tinha um discurso ideológico que enfatizava na unidade nacional anti-racista desde posições martianas, difundia as idéias de Fernando Ortiz acerca da inexistência de raças e promovia a condenação do racismo como fenômeno social negativo, mas parecia acreditar mesmo na sua inexistência em Cuba e sua expressão só em países como Estados Unidos e África do Sul.

Em conseqüência, não se tomaram medidas especiais direcionadas à mudança dos preconceitos na população, nem a proteger as vítimas dos seus efeitos. Não se aprovaram leis que condenassem as praticas racistas e quem discrimina no trabalho, por exemplo, pode ficar impune, pois não existe figura delitiva onde encaixar os seus atos.

Por tal motivo, em todo o país apareciam queixas a respeito de ações discriminatórias, de preterições no mercado de trabalho, exposição pública de idéias preconceituosas, atitudes na mídia contrárias à dignidade do negro ou das religiões de origem africanas, incômodas piadas racistas nos programas de televisão, nos espetáculos teatrais e nas peças “cômicas” apresentadas nos centros de lazer.

Na literatura, no livro escolar, inclusive, era possível ver imagens e abordagens de personagens negras que reproduziam estereótipos racistas. A imagem do negro apresentada na mídia reforçava essa visão existente na população. Atores e atrizes

negras estavam condenados a representar, durante toda sua carreira, escravos, serventes e bandidos.

Porém, alguns cidadãos, constatando que essas atitudes diferiam radicalmente da ideologia oficial socialista e dos princípios de unidade nacional e anti-racismo defendidos pelo governo, insistiam e até acreditavam que as mesmas constituíam manifestações isoladas condenadas a desaparecer com o passar do tempo, pois eram reminiscências do passado capitalista. Nessa postura permanecia Reyita, que as considerava ações de pessoas “que ainda conservam essa mentalidade, não sei por que se empenham em manter latente esse problema²⁷¹”.

Mas, a pesar de se ter encontrado uma resposta para a incongruência representada pelas atitudes racistas presentes em um processo sócio-político socialista, fazendo recair em determinadas pessoas a culpa da violação dos preceitos anti-racistas, existem outros fatos que insistem em apontar numa direção não pessoal. A própria Reyita se refere à constatação da presença do racismo em outros campos da vida nacional:

Eu sou muito observadora e vejo que há poucos atores negros e nunca tem sido protagonistas de uma novela ou de um conto. Sempre são os criados, os trabalhadores do cais, os escravos; em fim, depende do tema de que se trate. No começo da Revolução isso era lógico, nós não tínhamos muito ou nenhum conhecimento, mas agora! Depois de estes anos todos... Será que os escritores não gostam de fazer novelas onde os protagonistas sejam negros, ou é outra coisa? É por isso que penso que os que continuam mantendo vivos os problemas discriminatórios fazem muito dano. Nesse sentido tem muita coisa para se fazer!²⁷²

Na sua fala é possível distinguir quatro elementos que apontam não mais para uma questão isolada, mas sistêmica:

1. Uma influente instituição cultural do Estado, a televisão, que no socialismo não é comercial, senão educativa, veicula, insistentemente, programas que apresentam uma visão distorcida do negro.
2. A imagem do negro apresentada é colocada em posição subalterna com respeito ao branco. Reafirmando nos telespectadores a idéia do

²⁷¹ Rubiera, p. 27.

²⁷² Ídem.

negro como ser humano inferior, incapacitado para fazer algo melhor do que servir ao branco.

3. Ainda que o negro tenha atingido altos níveis de desenvolvimento em diferentes setores da vida social, a instituição cultural e seus operadores insistem em atrelar sua imagem à subalternidade e negar-se a apresentá-lo na sua variedade de funções.
4. A instituição cultural do Estado contrata escritores incapazes de olhar o negro sem preconceitos ou que estão interessados conscientemente em reforçar a imagem racista contra ele. A instituição geralmente não contrata escritores negros ou brancos anti-racistas interessados em mudar a imagem negativa do negro.

É alarmante que a televisão cubana insista em veicular programas que colam o negro à imagem de escravo que ainda está presente no imaginário popular e se negue a apresentá-lo em qualquer outra das inúmeras posições sociais, ofícios e profissões que ele ocupa na atualidade. Essa atitude é tão contrária ao bom senso, que até uma filha de escrava, Reyita, se opõe a que sua raça seja representada só assim. Ela, que tanto estudou para avançar na vida, tanto se esforçou para fazer avançar seus filhos e que se orgulha de ter conseguido que sejam mestres, professores e médicos, entre outras coisas, sente o propósito de afixar a raça negra eternamente na posição de escrava.

Qualquer profissional das áreas de comunicação, jornalismo, psicologia, pedagogia, literatura, culturologia e dramaturgia conhece hoje os efeitos que a televisão e os demais meios audiovisuais exercem nos espectadores, e que nenhuma área da vida social foge desses efeitos, inclusive a racial. Por tanto, é difícil acreditar que a reiteração desses estereótipos seja casual. Os que escrevem dessa forma e os que autorizam a divulgação desse tipo de obra são responsáveis pelos efeitos que ocasionam na população. Eles sabem o que fazem.

A discriminação racial, a desvalorização do negro, a exclusão não acontecem só nessas áreas apontadas por Reyita, (mercado de trabalho e mídia), mas são nelas que se apresentam de forma mais descarnada. É possível observar alguns desses fenômenos também na educação, na habitação, no transporte individual, nos espaços de lazer, na renda, na alimentação, entre outros.

Por exemplo, um estudo realizado em 1995 no Centro de Antropologia de Havana²⁷³, concretamente nas áreas de turismo e de investimento estrangeiro, que são atualmente as que melhores condições de trabalho, renda e prestígio oferecem em Cuba mostra resultados desalentadores para os que pensam que o conflito racial tende a solucionar-se com o tempo.

Segundo o pesquisador nesses setores laborais chamados de “emergentes”, a presença dos negros é notadamente inferior à dos brancos. Nas entrevistas realizadas a trabalhadores e quadros de direção desse setor é possível encontrar critérios racistas que explicam a ausência do negro nesses espaços.

São paradigmáticos os critérios vertidos por um profissional que possui “uma longa trajetória como dirigente administrativo” e nesses momentos trabalhava no novo setor:

O negro é um cara que se preocupa mais em como se vestir. Tem uma forma de ser que o leva a buscar trabalhos naqueles lugares onde o sacrifício não seja grande. Num trabalho que obtenha vantagens sem grandes sacrifícios. Delinqüe com mais facilidade. (...) De cada 10 pessoas presas 8 ou 9 são negras. A maioria por roubo com força ou por violência. Isso você o vê no programa de televisão, esse da polícia.

Deram-lhes as mesmas possibilidades, mas existe uma discriminação do próprio negro sobre ele mesmo. Essa atitude que tem assumido os mantém discriminados.

Tem branco de todo tipo. Porém, existe entre eles mais preocupação por outras coisas. Há mais tendência à superação profissional, ao trabalho mais intelectual, mais científico.

Entre o mulato e o negro existe uma grande diferenciação. O mulato não vê bem o negro. Têm mulatos que se querem passar por brancos. Fazem um esforço por parecer-se com os brancos. E os negros crêem que eles não são fieis à sua raça. Em geral, eu creio que o mulato é mais sem vergonha do que o negro.

Tu vais a uma cervejaria e a maioria da gente é negra. Nas prisões também a maioria é negra. Eu não sou racista. Eu tenho um amigo negro, mas creio que chegará o momento em que se haverá que tomar medidas

²⁷³ Rodríguez, Pablo. *Las relaciones raciales en Cuba. Una aproximación a la realidad actual*. Centro de Antropologia de la Academia de Ciências de Cuba, 1995.

com eles porque prejudicam a imagem. Eu não tenho nada a ver com a discriminação, mas te estou falando em sentido geral. Não sei que tipo de medida poderia ser tomada, mas haverá que pô-los no seu lugar.²⁷⁴

O entrevistado não é uma pessoa sem influências. Com 65 anos de idade à época e uma longa trajetória como quadro administrativo, com certeza teve possibilidades de aplicar suas concepções acerca dos negros e dos mulatos. Quantos negros e mulatos ele barrou? Quanta dor provocou? A quantos pôs “no seu lugar”?

Ele tem critérios similares aos difundidos pela imprensa racista do século XIX e inícios do XX, que não podem ter correspondência com um projeto socialista. Não se compreende como permaneceu no seu posto de trabalho sem sofrer a acusação de ter “problemas ideológicos”, como se costumava fazer com quem não concordava com qualquer preceito ideológico ou prática oficial.

A expressão “pôr o negro no seu lugar” não é uma simples figura retórica. É uma frase que tem um significado concreto na sociedade cubana. Quem a pronuncia geralmente acompanha a frase com uma expressão irada ou sisuda no rosto. Muitas vezes surge quando algum negro enfrenta ou ofende um branco ou toma uma decisão que este último considera pretensiosa. Essa frase serve para vingar o orgulho racial branco ferido ou burlado.

Para colocar o negro “no seu lugar” milhares de brancos se alistaram em milícias para cair sobre os negros quando aconteceu o levantamento armado do Partido Independente de Color.

A pesquisa oferece também dados significativos sobre a composição racial nas empresas estrangeiras radicadas no país. São firmas que empregam poucos funcionários, pagam os melhores salários do país e oferecem as melhores condições de trabalho, pelo que a competição para ocupar esses postos é maior.

Nas 15 firmas que ele conseguiu pesquisar, escolhidas de maneira aleatória, encontrou um total de 168 trabalhadores, dos quais 141 eram brancos, 16 mulatos e 11 negros. Ao separá-los por categorias laborais, aparece que dos 19 dirigentes, 0 são mulatos e 0, negros. Dos 129 trabalhadores administrativos, 113 eram brancos, 10 mulatos e 6 negros. No grupo dos prestadores de serviço 9 eram brancos, 6 mulatos e 5 negros.

²⁷⁴

Rodríguez, p. 5.

Nesse tipo de empresa o branco é maioria, inclusive, naqueles postos que tem como missão prestar serviços aos trabalhadores que desempenham a função central da empresa. São copeiros, faxineiros, mecânicos dos carros, motoristas etc.

No setor turístico, que foi rapidamente desenvolvido quando se iniciou a crise econômica em 1990, os trabalhadores negros encontram grandes dificuldades para serem aceitos, ainda que tenham uma alta qualificação. Existe um mecanismo criado para fornecer a força de trabalho às empresas estrangeiras ou cubanas que implantam hotéis e outras instalações turísticas no país. É a chamada “bolsa de turismo” onde os recém formados dos cursos de hotelaria e turismo se inscrevem para serem chamados. Também se inscrevem na bolsa aquelas pessoas que ficaram “disponíveis”, que são as que foram demitidas da alguma empresa turística e esperam serem re-contratados.

A pesquisa demonstrou que o tempo de demora em conseguir emprego era muito maior para os negros do que para os brancos. Os negros são os que mais dificuldades têm para serem contratados nas instalações turísticas e os que mais facilmente são demitidos das mesmas. O percentual de negros demitidos é quase o dobro dos que se apresentam para entrar a trabalhar no setor.

Nas respostas dos entrevistados é possível encontrar a explicação desses fenômenos de discriminação. Um dos operadores da bolsa de turismo, homem branco, relata:

Existem, sim, formas solapadas de discriminação racial. Em ocasiões aqui se choca com esses problemas. Eu os tive e os tenho enfrentado. Existem pessoas que quando tem confiança comigo falam. Tu mandas um grupo de trabalhadores negros e os empregadores te dizem: “Não me mandes mais desses que eu já tenho bastante”. Falam desse jeito. Não é um problema generalizado, mas existe. Quando eu tenho confrontado essas situações me indigno e o que faço é voltar a enviar os trabalhadores negros²⁷⁵.

Atitudes como a do funcionário anteriormente citado, infelizmente, parecem não predominar entre aqueles que tem poder de decisão sobre a entrada ou a interdição das pessoas nos melhores espaços de trabalho. O que Reyita e a sua geração esperava, o que os ideólogos socialistas esperavam, o que as forças democráticas ao longo da

²⁷⁵

Rodríguez, p.14.

história de Cuba esperavam, era que existisse uma sociedade na que negros e brancos, defendessem o direito de todos a exercer sua cidadania.

Uma educação anti-racista da sociedade, que apontasse para a destruição dos preconceitos e focasse na necessidade de respeitar os direitos cidadãos, embora não seria suficiente para resolver o problema racial, haveria contribuído muito para reforçar a solidariedade inter-racial e naturalizar a rejeição das condutas racistas.

Esse operador da bolsa de turismo que considera inaceitável a discriminação racial, e que reconhece ter presenciado e atuado mais de uma vez em casos de discriminação aberta, observa-se, contudo, a tentativa de minimizar o caso: “Não é um problema generalizado”, afirma, a despeito do que mostra sua própria experiência do dia a dia e o que mostram as estatísticas. Parece existir, em algumas pessoas, um mecanismo psíquico que as leva a reduzir a magnitude dos problemas da vida real que se desviam das normas estabelecidas pela sociedade e não podem ser apreendidos pela lógica usual.

A reclamação dos negros e mulatos que trabalham no turismo oferece luz sobre as práticas que levam à sub-representação do negro nessas áreas econômicas prestigiosas e os efeitos que exercem nos trabalhadores não brancos que conseguem emprego no setor.

Um homem mestiço, de 65 anos, responsável do estacionamento de um hotel, mostra uma acentuada capacidade de observação das sutilezas das práticas discriminatórias do conflito racial e das conseqüências para o país:

Há problemas de racismo. Existem pessoas que de modo solapado te acurralam. Se tu és disciplinado e tem todas as condições sempre te buscam algo, algum problema. Os negros e mulatos tem maiores dificuldades. É muito sutil, mas vão te relegando. Não é de forma aberta, mas te fazem sentir a subestimação. Aos negros e mulatos lhes é muito difícil chegar a postos chaves de direção. São os parentes dos brancos os privilegiados, e assim os negros vão ficando excluídos. Mas o que mais dano faz nestes momentos é que se busca o posto para o homem e não o homem para o posto. Isso dana, porque afeta sobretudo à economia²⁷⁶.

²⁷⁶

Ibidem, p. 15.

Desde seu humilde posto no estacionamento observa como vai se reproduzindo, nas novas e futuras gerações, a discriminação e a exclusão racial:

(...) Pessoas chaves que são racistas e tem poder, o usam para discriminar. No grupo de rapazes que estudavam para gerentes não tinha um só negro. Todos eram brancos. É como se existisse uma política de rejeição pela cor, não definida por ninguém. Ao negro lhe custa muito trabalho demonstrar que é bom²⁷⁷.

Ao entrevistado resulta tão incompreensível essa atitude discriminatória, tão parecida a uma “política oficial racista”, incongruente com os princípios socialista por ele defendidos, que chega a dizer: “Parece que em tudo isso existe uma influência da atividade inimiga”.

As falas dos próprios jovens negros são reveladoras do que acontece nesses espaços, que pessoas com poder de decisão determinaram que “não são para eles”.

Não existem as mesmas possibilidades *para brancos e negros* – diz, um jovem trabalhador repetindo sem saber o título do livro de Rafael Serra publicado em 1907²⁷⁸-. Aos negros tudo lhes é mais difícil. Tudo começa desde a escola [de hotelaria e turismo]. Aceitaram-me pelo aval que eu trazia. No meu curso só tinham 2 negros. Um que era filho do gerente do.... e eu. Ali me acoassaram. Em mais de uma ocasião se reuniram comigo para que passasse para a escola de cozinha. Diziam que eu não ia dar conta do curso, mas eu era um dos que tirava melhores notas. O que é isso? Racismo de verdade, ainda que solapado. (...) O primeiro posto de trabalho que tive foi no Hotel Comodoro. Estive um mês a prova e me abriram um contrato. Trabalhei durante um mês e meio. Cancelaram-me o contrato e tive que fazer uma reciclagem. Depois me colocaram na bolsa empregadora. Fiquei aí dois anos sem emprego. Depois foi (...)

Esse e outros depoimentos citados nessa pesquisa mostram que o espaço está praticamente fechado para o negro. Se alguém ousa penetrá-lo deve pagar as

²⁷⁷ Ibidem, pp. 16-17.

²⁷⁸ Serra y Montalvo, Rafael. *Para blancos y negros: Ensayos políticos, sociales y económicos*. Havana, Cuba: Imprenta El Score, 1907.

consequências. Primeiro tentam removê-lo da idéia de continuar nesse lugar, fazê-lo ocupar o espaço que o sistema de poder racista destinou para o negro desde a época da escravidão²⁷⁹. Não importa que ele seja um dos melhores alunos do curso: “deve ser posto no seu lugar”.

Se conseguir se sobrepuser a tantas pressões e concluir o curso, passará a enfrentar dificuldades no espaço laboral. Terá mais possibilidades de ser demitido, e de ficar mais tempo desempregado do que seus colegas brancos, como mostram as estatísticas antes citadas.

Essas situações são as que provocam que os jovens negros se apresentem menos do que os brancos para solicitar empregos nas áreas denominadas emergentes. Muitos se sentem desestimulados, como explica uma jovem formada em hotelaria e turismo:

Existem formas sutis de discriminação. O negro quer subir e tem uma coisa que o empurra para baixo. Em concreto não se pode ver nem demonstrar porque o sistema não a apóia, mas existe e a gente choca com ela.

Estou tão desiludida...²⁸⁰.

Esses dados demonstram claramente que os exemplos de discriminação racial presente na sociedade cubana contemporânea não são fatos isolados nem desconexos, como Reyita e a maioria dos negros da sua geração pensavam, senão que constituem a manifestação de um fenômeno de caráter sistêmico. A exclusão do negro das principais fontes de renda e de poder conserva-se e, tal como se deduz das práticas de exclusão denunciadas pelos participantes dessa pesquisa, parece que está em condições de crescer.

Esse sistema de exclusão exerce efeitos materiais sobre o cidadão negro e a sua família, que são mantidos em condições econômicas piores das que o branco está, o que se faz mais evidente a partir da crise começada no ano de 1990.

Segundo pesquisas do Instituto Nacional de Investigaciones Económicas, focalizada na situação das famílias cubanas durante os anos 1996-1999 e os efeitos sobre elas no período de crise que se estende desde a década de 1990 até os dias atuais,

²⁷⁹ González, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: *Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984. pp. 225 –226 e 232 -233.

²⁸⁰ Rodríguez, p. 14.

os maiores níveis de renda nesses anos são obtidos pelos trabalhadores desses setores chamados emergentes, dos que o negro está quase ausente:

As maiores rendas correspondem aos trabalhadores por conta própria²⁸¹, os assalariados em sociedades mercantis cubanas, associações mistas e firmas estrangeiras. As menores rendas e, por tanto, a situação mais desvantajosa, correspondeu aos trabalhadores estatais, o que explica a migração de trabalhadores deste último setor para outros com melhor remuneração²⁸².

Para as autoras da pesquisa, a principal causa de diferenciação dos ingressos reais da população é a diferença que existe entre os salários que se recebem em moeda cubana e os que se obtêm em divisas estrangeiras, pelo fato de que o câmbio da moeda nacional para a divisa é extremadamente alto.

Os setores onde mais se oferecem divisas são precisamente aqueles chamados emergentes.

Esta situação vê-se explicitada na pesquisa. Para determinar a situação específica de cada grupo racial, o total de famílias foi dividido em 10 seções, desde as que menos gastos realizavam (grupo 1) até as que maiores níveis de consumo tinham (grupo 10). No grupo 10, praticamente não existiam famílias negras, pelo que foi tomado como referência, para fazer as comparações, o grupo 9.

A comparação determinou que no primeiro grupo, existiam 51,4% de famílias brancas, 17,7% de famílias negras, e 17,3 % de mestiços. No grupo 2, as cifras atingiam, 41,6%, 27,8% e 18,0% respectivamente e no grupo 9, as diferenças se disparavam: 67,8% das famílias eram brancas, 13, 6% negras e apenas 8,3% mestiças.²⁸³.

Pode-se observar, nos muitos dados aportados pelas diferentes variáveis que apresenta a pesquisa, que a qualidade, quantidade e variedade dos alimentos consumidos pelas famílias dos grupos 1 e 2 é muito inferior à do grupo 9²⁸⁴.

²⁸¹ Trabalhadores por conta própria são pequenos empreendedores, geralmente vinculados ao comércio ou à produção e venda de artesanato e produtos de primeira necessidade tais como sapatos, roupas, comida. Também os taxistas, pedreiros, encanadores e os que realizam diferentes ofícios sem manter vínculos empregatícios. Os que comerciam e produzem alimentos e bens de tipo industrial ou artesanal, e os proprietários de caminhões obtêm grandes ingressos em moeda nacional ou estrangeira, porque se ocupam de atividades que o Estado não pôde suprir ao longo destes anos.

²⁸² Ferriol Maruga, Ángela; Ramos, Maribel e Añe, Lia. "Reforma económica y población en riesgo en Ciudad de La Habana. In: *Cuba: Investigación Económica*. a. 12; n° 1 e 2. Janeiro – junho de 2006. P.24.

²⁸³ Ibidem, p. 44.

²⁸⁴ Ibidem, pp. 54 - 60.

A situação é realmente mais dura para a população negra, o que pode provocar graves problemas ao país caso se manter imutável. Alguns dos integrantes do setor dirigente se preocupam com as conseqüências que a discriminação racial pode ter no futuro, mas a falta de mecanismos de participação popular eficazes, a limitação do debate público, a não divulgação de textos teóricos novos sobre esse tema, a ocultação dos resultados de pesquisas sobre a questão racial, contribuem para manter vivo e robustecido o sistema de poder racial.

Os dois sistemas, o classista e o racial, se apresentam entrelaçados porque são complementários e, em ambos os espaços, apenas as pessoas brancas ocupam quase todos os lugares proeminentes. Esta circunstancia dificulta tanto a compreensão das características e os efeitos de cada uma, quanto a decisão e a capacidade de enfrentá-las.

A geração de Reyita sobretudo, que conheceu os dois regimes socioeconômicos e observou diretamente os benefícios que o sistema social socialista trouxe para o negro, compara ambos os sistemas e opta pelo segundo. Pensa então que qualquer referência a problemas do país põe em risco a segurança do mesmo. Esse pensamento é inculcado constantemente desde as altas esferas do poder, as quais consideram que expor a existência de problemas raciais no país destoa do discurso oficial que apresenta ao mundo a imagem de um país que resolveu com o socialismo os conflitos raciais. Teme-se que a divulgação desses problemas ofereça pretextos aos inimigos para criticar o sistema social socialista.

Essa preocupação por ocultar as diferenças entre brancos e negros em Cuba e divulgar a idéia de uma sociedade racialmente homogênea e sem conflitos, é sustentada tanto por pessoas que compartilham desse pensamento e são insensíveis à situação do negro, quanto por pessoas interessadas em manipular esse sentimento popular para conservar inalterado o sistema de poder racial que desfrutam.

Por outra parte o tipo de pratica política prevalecente em Cuba contribui para dificultar a atuação independente de qualquer setor social que pretende defender os seus interesses setoriais, pois a forma de gestão “verticalista” que se aplica em quase todas as esferas da vida social e econômica, não deixa espaço para a intervenção popular numa verdadeira gestão participativa.

Essas práticas de poder exercidas tradicionalmente nos países socialistas alem do tipo de gestão mencionada, e tal vez como parte dela, inclui elementos que dificultam a participação popular na identificação, conhecimento e solução coletiva dos seus problemas, a começar pela falta de informação à cidadania.

Contribuem também para essa dificuldade o obstáculo ao acesso às idéias e teorias diferentes das que sustentam o projeto defendido pela camada social que dirige o Estado socialista; que são, no fundamental, as teorias de Carlos Marx, Federico Engels e Vladimir Lênin, às que se somam as idéias dos cidadãos que lideram os respectivos projetos políticos (no caso cubano as de Fidel Castro e, por vezes, as de Ernesto Che Guevara). Essas idéias, em muitas ocasiões são aplicadas de maneira ahistórica e acrítica. Em geral, nesses discursos não se abordam explicitamente determinados temas sociais (como o racial), ou o tema é moldado, readequado e reinterpretado pelos operadores da ideologia oficial de forma tal que lhes resulte fácil encontrar-lhe uma explicação “lógica”, a partir do que essas ideologias preceituam para o conflito de classes.

Em conseqüência dessa insuficiente participação popular na solução dos problemas raciais e da abordagem incorreta dos mesmos pelos políticos e os intelectuais oficialistas, tem se reconstituído na Cuba socialista o sistema de poder da branquitude, que como viemos explicando, continuou a existir depois da abolição da escravidão e durante toda a república criada em 1902, entrelaçado ao poder político republicano.

Isso aconteceu porque não foram tomadas medidas de maneira sistêmica para enfrentar com sucesso o sistema de poder racial que se manifesta em diferentes esferas da vida social.

Esse sistema de poder racial se evidencia na esfera educativa, mas não só nela. Por isso, insistir apenas na educação para eliminar o racismo não é suficiente. É preciso empreender uma completa educação anti-racista da população, tendo como eixo principal o sistema educacional. Adaptar os conteúdos do currículo às características das diferentes idades²⁸⁵, desde o ensino pré-escolar até o universitário incluindo as escolas de formação de professores. Implementar políticas públicas específicas que atuem transversalmente em todo o enramado social, e sejam capazes de produzir mudanças verificáveis nas áreas de emprego, habitação, representação política, direção econômica, mídia, publicidade e outras.

Essas medidas não foram tomadas pelo governo cubano. As práticas políticas apontadas antes o impediam. A população negra não tem caminhos viáveis para fazer sentir sua indignação perante as práticas racistas que lhe afetam. E quando o estado de descontentamento é tão elevado que o grupo dirigente o percebe, ou a pressão dos

²⁸⁵ Poey Baró, Dionísio. “Cuando comenzar la educación antirracista de la sociedad”. *La Gaceta de Cuba*. n.298, La Habana, 1998.

intelectuais dessa raça se faz sentir, torna-se prática oficial Fidel Castro fazer um discurso onde aborda o tema e se mostra compreensivo às queixas ou a realização de um “encontro de especialistas no tema racial”²⁸⁶. A construção coletiva de soluções para o problema racial foi substituída por discursos de Fidel (como os de 1959 e 2001, no Congresso da Uneac)²⁸⁷, ou a tentativa de mudar desde acima a composição racial da liderança política e econômica – falha e mal dirigida – em 1986²⁸⁸.

As práticas políticas institucionalizadas nos países socialistas, algumas das quais já mencionamos, dificultam a procura de soluções coletivas aos problemas mais estratégicos da sociedade. A solução é quase sempre tomada pela direção do partido seguindo a linha determinada pelo grupo dirigente. No caso específico do socialismo cubano, as coisas são mais complexas, pois a figura do líder Fidel Castro está revestida de um poder pessoal imenso e possui um apoio majoritário da população, que lhe

²⁸⁶ Pedro Serviat se refere a uma reunião celebrada no recém reorganizado Comitê de Integração Nacional, após os discursos de Fidel de março de 1959. Participaram dela Fernando Ortiz, Nicolas Guillén, Salvador Garcia Agüero, Elias Entralgo, Diego González Marin, Juan B. Kouri, José Felipe Carneado e Lázaro Peña, dentre outros. Um verdadeiro auditório de luxo.

O ato foi resumido pelo Comandante Che Guevara quem “fez importantes declarações contra o racismo, a discriminação e a favor da integração nacional”. O antropólogo Fernando Ortiz “advogou pela liquidação do racismo, e chegou inclusive a questionar a existência mesma de raças, de acordo com o critério por ele mantido há anos atrás”. O líder sindical Lázaro Peña “em nome dos operários cubanos demandou apoio às exortações de Fidel e pediu aos sindicatos que tomassem nas suas mãos a aplicação de medidas contra a discriminação nos empregos”. Serviat. p.67.

O autor desta Tese participou de uma reunião de intelectuais convocada no ano 2000 pelo Ministério de Cultura na Fundação que leva o nome do já falecido Fernando Ortiz, com objetivos similares aos daquela. Também, em 2005, esteve presente noutra, restringida a pessoas mais diretamente interessadas na questão racial, mas nenhuma delas significou o início de um processo de construção de políticas públicas anti-racistas como desejavam os participantes.

²⁸⁷ Durante o processo de preparação do Congresso da União de Escritores e Artistas de Cuba, os membros das seções artística e literária colocaram suas demandas. Os intelectuais negros apresentaram suas críticas à discriminação no ramo artístico e na sociedade em geral, o que levou o Ministério da Cultura e a direção da Uneac a organizar uma reunião que abordasse especificamente a questão racial. Depois, durante o Congresso celebrado finalmente em fevereiro de 2001, Fidel Castro discorreu extensamente sobre o tema.

²⁸⁸ Em 1985, no 2º Congresso do Partido Comunista de Cuba, foi debatido o tema racial. A solução que a direção do Partido tomou foi a de incrementar o número de negros entre os quadros políticos, administrativos e da área econômica nos três níveis de direção. O processo foi conduzido pelo partido. No nível máximo, decidiram incluir no Buró Político e no Secretariado do Comitê Central vários políticos negros. O partido nas províncias e na base encarregou aos militantes criar listas de negros que eles achassem que tinham condições para dirigir. Alguns deles foram nomeados para ocupar diferentes cargos sem levar em conta a preparação nem a vocação. Não lhes foi oferecido qualquer tipo de capacitação nem de acompanhamento de desempenho. Tampouco essa política teve continuidade.

Desconhece-se se os participantes da experiência continuaram no sistema de direção nem se tiveram sucesso ou fracassaram – não se publicaram estatísticas sobre eles -, mas é possível afirmar que essa espécie de ação afirmativa voluntarista feita sem um método adequado nem suficiente discussão, acabou sem que gerasse mudanças nas práticas de seleção de quadros vigentes, que privilegiam o branco na entrada e permanência nos postos de direção.

permite exercê-lo ultrapassando, às vezes, as funções inerentes às instituições, tais como, o Parlamento e os Conselhos que assessoram os ministérios²⁸⁹.

As suas idéias pessoais e as análises da realidade cubana e mundial que ele faz, são vistas pela geração que recebeu os benefícios das mudanças sociais de inícios da revolução - e estabeleceu, de fato, um pacto de unidade com ele e o seu grupo dirigente - como a expressão das necessidades do povo cubano, e a sua palavra é aceita como a “palavra” da Pátria.

Esse fenômeno de identificação extrema entre os dirigidos e o dirigente, explicado por Pierre Bourdieu²⁹⁰ como resultado da identificação simbólica dos liderados que compartilham os mesmos princípios “representados” pelo líder, e que o investem de dita representação, constituiu-se em Cuba num mecanismo que contribuiu para garantir a coesão política dos partidários do socialismo e da soberania nacional no embate com os Estados Unidos, mas que acabou prejudicando o funcionamento de algumas estruturas de representação popular, como por exemplo, o Sistema de Poder Popular e o Parlamento (chamado Assembléia Nacional do Poder Popular) criado a partir de 1972 e a sua utilização como espaços de debate e solução dos problemas de interesse prioritário da população ou de setores desta.

Pelos motivos citados, essa geração de cubanos, confiante, entrega seu poder de decisão soberano ao líder máximo e à direção do seu partido, e aceita esperar deles soluções para os seus problemas, sem exigir a sua participação direta na discussão dos assuntos que lhes preocupa. De tal maneira acaba ficando sem possibilidade de influir na mudança de políticas ou de mecanismos de aplicação destas prejudiciais para seus interesses.

Nessa situação está a população negra, que não tem possibilidade de fazer-se ouvir pelo governo, nem de compeli-lo a oferecer uma resposta segundo sua expectativa. Não tem como obrigá-lo a modificar ou eliminar os mecanismos que asseguram a interdição das principais fontes de renda e de prestígio para os não brancos.

O negro se queixa na casa ou com os amigos. Às vezes manda uma carta ao presidente do país acompanhada de cópia para algum dos dirigentes negros na esperança

²⁸⁹ Embora em 2007 Fidel Castro decidisse, por motivos de saúde, repassar os cargos de Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros para Raúl Castro, até então Vice-presidente primeiro e ministro das Forças Armadas, ainda desempenha oficialmente o cargo de Primeiro Secretário do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, partido único que exerce a função reitora do sistema político cubano. Além disso, Fidel Castro conserva muita influência nas decisões de governo, pois seu poder emana principalmente do reconhecimento majoritário da sua liderança na revolução.

²⁹⁰ Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Pp. 168-169.

de que se solidarizem com a sua dor pela preterição sofrida. Como não existe legislação que o tipifique claramente, o racismo institucional tem poucas chances de solucionar o problema. Mas a dor pela preterição não se evapora. Fica na pessoa e em quem a escuta; “tenho ouvido falar de moças negras que não empregaram num escritório para favorecer a uma branca, postos de trabalho que com qualquer pretexto não são dados a um negro para reservá-los para um branco²⁹¹” - dirá Reyita na entrevista, sem especificar em que momento, dia ou ano recebeu essa queixa. Essas dores perduram na vítima, no ouvinte, são transmitidas aos familiares, aos amigos. Conformam um estado anímico de desencanto ou de irritação coletiva entre os negros que ainda que não tenham sofrido a discriminação direta, sabem que estão fadados a sofrê-la por causa da sua cor.

Mas, como já foi apontado, o fato da estrutura de poder racista apresentar-se inter-relacionada com a de poder de classes, faz com que muitas pessoas negras que compartilham dos ideais do socialismo acreditem que a crítica à discriminação racial coloca em risco a própria existência desse regime social e desistem de fazê-la. Enquanto isso, os praticantes da discriminação aplicam à vontade o poder racial sobre o negro.

Até agora não tem sido divulgada em Cuba alguma pesquisa sociológica ou antropológica que tente estudar as características comuns aos integrantes dos grupos dirigentes, nem que os defina como um grupo ou camada social. Por tal motivo, dada a inexistência de estudos que focalizem o tema em Cuba, qualquer afirmação que se faça ou idéia que se apresente a respeito deverá basear-se na interpretação de dados fragmentados e algumas observações.

As palavras de Reyita sobre a felicidade que desfruta nos últimos anos de sua vida, que evidentemente coincidem com a etapa socialista da história de Cuba, me provocaram indagar quais seriam os fios que unem sua sensibilidade individual com um projeto político coletivo. A viagem desse texto ao contexto, recomendado por Robert Darnton²⁹², me permitiu compreender os elementos que fazem com que ela e, de fato, toda uma geração de negros pobres e discriminados sintam que conseguiram suas aspirações e projetos pessoais e familiares em comunhão com um projeto político, social e econômico novo que os valorizava humanamente e atendia suas necessidades materiais essenciais. Sentem, pela primeira vez, que a nação os acolhe, lhes pertence e que não são mais cidadãos de segunda categoria.

²⁹¹ Rubiera, p. 26.

²⁹² Darnton Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986. [Prólogo], p.XVII.

A felicidade decorre do fato de encontrar um estado de harmonia entre eles e os outros cidadãos, entre o Estado e a casa, entre sua aspiração e as da coletividade, entre suas ideologias antigas ou recém-aprendidas e as do grupo que dirige o Estado. É tão forte a comunhão entre o individual e o coletivo que o esforço físico que Reyita realiza para fazer avançar economicamente o projeto socialista ou a sua preparação para enfrentar uma guerra em defesa do seu projeto individual-coletivo, enche-a de felicidade.

Volto ao texto e vejo que a sua defesa do sistema é constante ao longo das páginas do livro. Mas, em meio à felicidade aparece a tristeza pela presença do racismo. Ela não encontra explicação para esse fato incoerente com os objetivos do projeto coletivo, com as palavras do seu líder, com a lógica da época. Parece coisa de pessoas malvadas: “não sei por que se empenham em manter latente esse problema”, diz amargurada.

Procuro outra vez o contexto da época. Encontro preocupação por resolver o problema histórico das relações raciais e constato esforços baldios, interpretações dogmáticas, resultados incompletos e tentativas de ignorá-lo e fazer com que a população também o ignore.

Adentro-me na realidade atual e observo que o problema persiste e se fortalece. Qual será a causa disso? Por que persiste? Comprovo que os dados do instituto de pesquisas econômicas acerca da família cubana atual dão razão a Reyita quando diz: “os que continuam mantendo vivos os problemas discriminatórios fazem muito dano”.

Constato nas opiniões dos entrevistados para uma pesquisa sociológica a existência de pessoas que discriminam conscientemente e falam desde uma perspectiva de poder racial, tal como a inícios da república de 1902. Observo também nessa pesquisa a existência de mecanismos que permitem a esses discriminadores se manterem em posições que garantem o desfrute de vantagens econômicas maiores que as do resto da população e reproduzem esse status. Noto que eles utilizam esses mecanismos para impedir a entrada dos cidadãos negros nesses espaços.

Esses funcionários são perfeitamente identificáveis na sociedade cubana atual. Embora ainda não tenham sido amplamente pesquisados, pode-se ver que aqueles que ocupam postos de decisão dentro da estrutura de poder político e econômico do sistema socialista foram criando ao longo de muitos anos de exercício de poder ininterrupto, uma identidade de pertencimento a uma camada social dirigente, portadora de uma

imagem pública identificável, que inclui hábitos, costumes, formas de lazer, padrões de consumo e uma imagem racial branca.

Essa camada social, que não está assentada na propriedade sobre meios de produção, senão no usufruto dos altos postos de direção administrativa, política e econômica do país nos seus três níveis de direção, cria mecanismos que permitem sua permanência nas esferas de poder e a reprodução dessa camada com seus filhos e demais descendentes. O mesmo fenômeno se apresenta nos novos e mais prestigiosos e rentáveis setores emergentes, tais como o turismo e as empresas mistas ou de capital estrangeiro. Os integrantes do setor dirigente tendem a migrar para este último setor ou utilizar suas influências para colocar seus filhos e demais familiares e amigos deles.

Como o socialismo é um sistema universalista que tem como princípio criar condições para o avanço universal dos seus cidadãos, e estabelece formalmente a meritocracia como critério de progressão social, esse grupo utiliza mecanismos existentes no acervo cultural cubano, tais como o racismo, para criar métodos de exclusão social para o negro, e reduzir assim a competição pelos postos de trabalho privilegiados.

Não se pode esquecer que as marcas identitárias de qualquer grupo humano são imprescindíveis para a sua definição e, por tal motivo, tendem a ser preservadas pelos integrantes do coletivo. E entre as marcas que identificam esse grupo está a cor branca.

A possibilidade de efetivar essa prática de exclusão racial está na existência de sentimentos profundamente racistas na população cubana, pois o governo não fez o necessário nem o adequado para erradicá-los. A pesquisa realizada em 1995 em três bairros da capital mostrou que 58% dos brancos consideram os negros menos inteligentes; 69% expressaram que os negros em relação aos brancos possuem menos valores e decência e 68% dos brancos se opõem aos matrimônios inter-raciais²⁹³. Preconceitos racistas como esse fazem com que aproximadamente 2/3 da população branca não veja como negativo a exclusão do negro desses espaços prestigiosos.

Por outra parte, a redução da auto-estima do negro - reforçada constantemente pela difusão de sua imagem negativa, o desalento pela constante recusa de emprego nesses espaços e a ausência de mecanismos de defesa - desestimula sua capacidade de exigir tudo o que lhe corresponde como cidadão e aceita, crescentemente, a idéia que esse não é o seu lugar.

²⁹³

Morales, p. 285.

Desse modo transcorre, perante os olhos de todo o mundo, um processo grave de exclusão racial que cresce na medida em que se incrementa a importância desses setores emergentes na economia cubana.

Esse conjunto de mecanismos criados por essa camada social aqui citada que tende a excluir o negro, constitui simplesmente uma expressão da branquitude no contexto atual. Ela é uma estrutura de poder que opera tanto no plano material quanto no simbólico.

A dimensão material dessa estrutura de poder consiste na criação e funcionamento de mecanismos e instrumentos de tipo político, administrativo e cultural na sociedade e no Estado, capazes de garantir ao setor branco o controle permanente das fontes de riqueza, de bem-estar e de prestígio do país, mediante o acesso exclusivo de indivíduos dessa raça às mesmas e a exclusão dos demais.

No plano simbólico a estrutura de poder chamada branquitude, para se sustentar, exige dos seus beneficiários a criação, divulgação, ensino e imposição dos valores culturais supostamente superiores do grupo racial branco e da sua matriz européia, bem como determinados estereótipos positivos que se auto-atribuem e, ao mesmo tempo, desprestigiar os valores culturais dos grupos não-brancos e construir estereótipos negativos sobre eles, visando à aceitação, por todos os membros da sociedade, da inevitabilidade desse sistema de dominação racial.

Na sociedade escravista e na república burguesa as elites dominantes eram as que regiam o sistema. Detentoras do poder econômico controlavam os poderes executivo, legislativo, e judicial e o aparelho estatal estava sob a sua órbita. Eram eles os criadores das normas do sistema de poder racial.

Após o início da Revolução em Cuba as elites tradicionais desapareceram. Com a adoção do regime socialista a estrutura de classes capitalista desapareceu. O sistema de poder racial que aquelas elites sustentavam foi afetado, mas não desapareceu. Não podia desaparecer espontaneamente porque existia uma população educada para sustentá-lo. Todos conheciam seu papel, o lugar que as elites destinaram para cada um. A forma pela qual os mecanismos de poder racial funcionavam. Muitos cidadãos haviam interiorizado os preceitos racistas, “o lugar de cada qual”. O negro, em 1959, ainda constituía a maioria dos analfabetos, dos desempregados, dos menos qualificados, dos que tinham piores moradas.

A revolução produziu uma grande reviravolta na estrutura social, facilitada pela massiva emigração das classes alta e média. O país ficou com apenas 3.000 médicos,

quase sem dentistas, engenheiros, técnicos, gerentes, professores universitários. Existia um grande déficit de funcionários públicos que foi preenchido por pessoas das classes média baixa, operária e camponesa.

Sindicalistas brancos e alguns negros, muitos com poucos anos de estudo, assumem cargos da direção de empresas nacionalizadas. Militantes dos movimentos armados, estudantis e do Partido Socialista Popular ocuparam os principais cargos de direção político e administrativo do Estado.

Os negros, como já apontado antes, não tinham muita presença no quadro de oficiais do Exército Rebelde, pelo que as novas forças armadas não contarão com muitos chefes dessa cor.

A demanda urgente de profissionais de todo tipo facilita o rápido emprego nas estruturas do Estado aos egressos das universidades e escolas técnicas. Os centros educacionais estavam abertos para todos, porém, o atraso relativo da população negra em relação à branca na educação possibilitou mais aos brancos o aproveitamento dos benefícios abertos pela conjuntura criada na década de 1960. Não houve política social direcionada à procura da igualdade racial no acesso aos postos públicos nem ao avanço acelerado do negro na área da educação.

A etapa de conformação dos novos espaços estatais foi-se encerrando nos inícios da década de 1970. As estruturas de poder institucional abandonavam seu caráter provisório.

A partir de 1972 se reorganiza o sistema político, o partido dirigente é reestruturado. O poder executivo adota novas estruturas, cria-se um sistema parlamentar, chamado de Poder Popular, cujo máximo órgão de direção é a Assembléia Nacional, com poderes para nomear os membros do Conselho de Estado, que à sua vez tem potestade para escolher o Presidente da República. Quase a metade dos integrantes da Assembléia é escolhida pelos vizinhos e a outra metade é proposta pelas organizações setoriais reconhecidas pelo Estado. Porém, o exercício do poder pessoal do líder da Revolução e do grupo dirigente, aceita pela maioria da população desde que selaram uma espécie de “aliança” em 1959, ultrapassa as prerrogativas do sistema de Poder Popular.

Dessa forma, a criação de um sistema parlamentarista não mudou em quase nada o tipo de relações de poder, de práticas políticas, de comportamento das lideranças, de eleição dos quadros, que caracterizara a etapa anterior à institucionalização.

Isso provocou, dentre outros problemas, a indicação pelas principais lideranças do país, de quadros para as áreas política, administrativa e econômica e sua permanência nesses postos por um tempo prolongado, que pode chegar a décadas, em cargos com poder decisório no governo central, nas províncias e nos municípios sempre que sua atuação se ajuste aos objetivos traçados por aquele que o indicou, a sua conduta ética não ultrapasse os últimos limites da ética aceita pela população e tenham um desempenho administrativo e gerencial pelo menos não desastroso. O poder de decisão desses altos funcionários nos diferentes níveis da administração pública lhes permite influir na seleção das pessoas que ocuparão determinados cargos e manipular a legislação que regula a política geral de admissão e promoção dos funcionários e a preparação e efetivação dos quadros dirigentes da sua instituição. Essas prerrogativas facilitam o nepotismo, o favorecimento aos amigos, o corporativismo e o sentimento de pertencimento grupal.

A prática administrativa cubana, desde os inícios da Revolução possui uma espécie de “lei não escrita” que estabelece a necessidade de os mais altos funcionários públicos terem assegurado alimentação, moradia em lugar nobre, atenção médica especializada, transporte pessoal e da instituição, e espaços de lazer exclusivos, tudo sustentado pelo Estado. Enquanto isso acontece exibem um salário relativamente baixo, próximo ao recebido por qualquer profissional subalterno e que não dá para sustentar o nível de vida que possuem.

Não é difícil entender que a procura pelos postos de direção e a sua conservação durante lustros está motivada, em muitos casos, pela necessidade de escapar das agruras e escassezes que padece a população cubana por causa do bloqueio econômico norte-americano e pelos erros na condução econômica, ainda que se justifique com argumentos tais como “cumprir o dever que a revolução me encomendou” ou “servir ao povo até meu último alento”.

Para conservar esse status foram criados mecanismos tais como a destinação de certas quantidades de produtos alimentícios suplementares aos membros do primeiro escalão; a reserva de casas e apartamentos vazios nas áreas mais nobres de cada município para os membros da estrutura de poder; a construção de “casas de descanso” sustentadas pelos ministérios e as grandes empresas para usufruto dos altos funcionários; a entrega de carros para o seu uso pessoal enquanto estivessem ocupando esses cargos.

Alguns desses meios de vida – que para o nível de consumo deprimido do cubano geral representavam muito – eram concedidos à população na forma de estímulo pelo “bom trabalho realizado”. Estes consistiam numa temporada na praia, uma viagem turística a um país socialista, um carro para um operário “vanguarda nacional” ou um campeão olímpico. Mas a diferença entre as pequenas melhoras do nível de vida das famílias da população em geral e as dos altos dirigentes está no fato de que as dos primeiros eram temporárias e as dos segundos permanentes.

É desse modo que se cria entre altos funcionários do Estado e suas famílias um sentimento de diferença com respeito ao resto da população. Uma identificação com seus pares de outros ministérios e empresas, com os que estabelecem relações de colaboração, amizade e parentesco, compartilham lazer e hábitos de vida. Criam uma identidade grupal.

É precisamente esse grupo, essa camada social surgida no socialismo, que não tem propriedades, mas usufrui quase permanentemente dos melhores postos públicos e dos mais importantes empregos nas empresas da economia mista ou de capital estrangeiro, o que possui poder para determinar sobre o acesso ou a interdição dos demais cidadãos aos espaços que eles controlam. É o responsável principal pela criação de mecanismos de aberta exclusão racial do negro, que embora não seja o único excluído desses espaços, o está de forma permanente.

Essa camada, com respeito às relações entre as raças, cumpre hoje o papel que antigamente cumpriam as elites econômicas do capitalismo. Ela é a que traça as normas e os mecanismos de admissão e de exclusão; a que determina por onde passa a linha da cor; a que serve de exemplo para a sociedade, à que mostra sua branquitude como um dos atributos do sucesso; a responsável pela consolidação e o crescimento do sistema de poder racial da branquitude na etapa atual da história de Cuba.

A não destruição da branquitude e a acelerada consolidação das estruturas e mecanismos excludentes do negro em Cuba fazem perigar muitas das conquistas históricas obtidas pela população negra após o triunfo da Revolução.

Os sinais de racismo percebidos por Reyita e exposto no final da sua vida são realmente alarmantes, pois auguram tempos de convulsões intensas. Os conflitos por motivos étnicos ou raciais, quando não atendidos devidamente, tendem a explodir de maneira súbita e violenta, tal como acontece hoje em diferentes países.

A despeito da conservação do sentimento racista na Ilha, desde a década de 1930 e, mais notadamente, a partir de 1959, o anti-racismo também tem fincado suas raízes

na cultura cubana, convivendo ambos elementos contraditórios. Essa sociedade multirracial está em condições de encontrar o caminho adequado para enfrentar o racismo, erradicar a discriminação e estabelecer uma convivência respeitosa e fraternal entre seus integrantes, tal como a existente na longa família criada por Reyita:

Agora somos 118: 8 filhos, 39 netos, 64 bisnetos e 7 tataranetos. É muito linda minha família! Parece um arco-íris: brancos, negros, mulatinhos, sararás. Cabelos longos, curtos, crespos, macios. Têm engenheiros, licenciados, professores, técnicos médios, operários simples. Em fim, todos organizados e, sobretudo, livres de preconceitos raciais²⁹⁴.

²⁹⁴

Rubiera, pp. 150-151.

CONCLUSÕES.

Finalizo este trabalho expondo os principais resultados da realização da pesquisa:

A comprovação da utilização pela população negra e, basicamente, pela mulher, da instituição familiar como elemento fundamental da sua estratégia de sobrevivência numa sociedade que lhes era altamente hostil. Para isso foram utilizados elementos da herança africana e da família escrava transmitidos de mães a filhas e outros provenientes da própria experiência de vida da protagonista.

As estratégias de sobrevivência utilizadas por Reyita eram o resultado das experiências recebidas das suas ascendentes femininas e da aprendizagem própria durante sua acidentada vida. A vontade de constituir uma família nuclear que servisse de centro e refugio da vida; a realização pela mulher de atividades econômicas a pesar dos preconceitos; a modificação e a re-significação da instituição familiar para fazê-la responder mais aos interesses da família; a particular maneira de agir nas relações inter-raciais afetivas ou sociais e a procura pelo branqueamento racial eram elementos comumente utilizados pelas mulheres da sua raça e classe social.

O branqueamento racial visto como uma estratégia de sobrevivência utilizada pela população negra para ascender dentro da escala racial hierárquica ditada pela estrutura de poder racial.

A existência de uma estrutura de poder racial que atua junto à estrutura de poder sócio-classista nas nações que estruturaram suas sociedades com base à escravidão e o racismo. Esse poder racial somente poderá ser destruído quando for atacado diretamente e de modo sistêmico.

A constatação de uma continuidade na luta anti-racista da população negra durante quase todo o século XX. Essa luta tinha como base ideológica a convicção - defendida e testada durante as lutas independentistas (1868-1878 e 1895-1898) -, da necessidade de conseguir uma república igualitária que garantisse o respeito e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente da cor de suas peles.

Esses princípios estavam presentes, inclusive, no Partido Independente de Color, cujo protesto político armado foi utilizado como pretexto para reprimir a população negra em 1912.

A luta dos anti-racistas negros, desenvolvidas nos espaços dos clubes, sociedades e Federações de clubes e sociedades negras, e também mediante a relação com diversas forças políticas e a realização de denúncias na sua imprensa, viu-se reforçada a partir de meados da década de 1930, com a mudança do paradigma racial e do modelo de nação defendido pelos intelectuais e artistas mais influentes da época, brancos e negros, que consideraram o negro parte importante da nação cubana ao mesmo nível do que o branco.

Após o início da revolução de 1959 são nacionalizados os clubes segregados e impedido o funcionamento das instituições que tradicionalmente compunham a sociedade civil, dentre elas, as que lutavam contra a discriminação racial. Por outro lado, a maioria da população negra, incluindo muitos dos seus representantes mais destacados, pensa que com as políticas sociais implementadas pelo governo desaparecerá o racismo para sempre, pelo que seria desnecessária a existência de organizações reivindicativas.

A evidência de que a grave crise econômica que afetou o país a partir 1990 contribuiu para o deterioro das condições de vida da população cubana, principalmente a negra. A crise, e também algumas das medidas adotadas pela direção do país para enfrentá-las – dentre elas o estímulo à remessa de divisas pelos emigrados, a criação de empresas mistas e a instalação de firmas estrangeiras, o incremento da autonomia das empresas em matéria de gestão econômica e do pessoal -, afetou mais à população negra do que à branca, incrementando ainda mais as desigualdades entre ambas as raças.

A permanência, em Cuba socialista, de um sistema de poder racial que sobreviveu à abolição da escravidão em 1886; vigorou na república criada em 1902; sofreu um duro golpe ao início da revolução de 1959, se recompõe a partir da década de 1990, com predominância nos setores mais importantes da economia nacional.

A responsabilidade de uma camada social integrada por funcionários da área política, da administração pública e da economia, basicamente nos chamados setores emergentes, pela criação de mecanismos excludentes para o negro visando à reserva e conservação dessas posições de poder material e prestígio simbólico para os integrantes do grupo racial branco. Esse propósito é facilitado pela existência de profundos sentimentos racistas na população branca cubana.

A partir dos anos 1990, uma nova geração de intelectuais negros começa a pautar o debate e a reflexão sobre a realidade racial da Cuba contemporânea. Começam a aparecer questionamentos e análises em revistas, eventos acadêmicos e congressos de

escritores e artistas. E recentemente, a partir do ano 2000, devido à pressão dos intelectuais são publicados ou re-editados alguns livros polêmicos sobre o tema racial.

O livro *Reyita simplemente*, editado em 1997 e reeditado em Cuba no ano 2000, constitui uma das mais interessantes fontes de análise da realidade social cubana do século XX, fundamentalmente, na sua dimensão racial.

BIBLIOGRAFIA

- ARMAS, Ramón de. *La Revolución Pospuesta*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.
- AUGIER, Ángel. *Nicolas Guillén. Estudio biográfico-crítico*. La Habana: Ediciones Unión, 2005.
- BARCIA, María del Carmen. *La otra familia. Parientes, redes y descendencia de los esclavos en Cuba*. La Habana: Fondo Editorial Casa de las Américas, 2003.
- _____. *Capas populares y modernidad en Cuba (1878 – 1930)*. La Habana: Fundación Fernando Ortiz, 2005.
- BARNET, Miguel. *Biografía de um Cimarrón*. La Habana: Editorial Letras Cubanas, 2006.
- BELDARRAIN, Enrique. *Los médicos y los inicios de la antropología em Cuba*. La Habana: Fundación Fernando Ortiz, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Edit. Minuit, 1980.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006
- CABRERA, Olga (org.). *Migraciones, e fronteiras no mundo Atlântico*. Goiânia: Cecab, 2008.
- _____. “Cuba y Brasil: El negro en la intersección de los conceptos. In. *Espiral*, Vol. XIV, n.º41. Enero-abril de 2008. Pp.207-219.
- _____. “El mundo de la despalilladora”. In: *Historia y Fuente Oral*, n.1, 1989. Barcelona, España.
- CANO Secade, Maria del Carmen. “Relaciones raciales, proceso de ajuste y política social”. In. *Temas*. n. 7, julio-septiembre de 196. Pp. 58-65.
- CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ricardo (orgs.) *Domínios da História. Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARONE Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- César, Maria Auxiliadora. *Mujer y política social en Cuba: El contrapunto socialista al bienestar capitalista*. Ciudad de Panamá: Mercie Ediciones, 2005.
- CHAILOUX Laffita, Graciela (org.). *De donde son los cubanos*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

- CHAPEAU, Pedro Deschamps. *El negro en la economía habanera del siglo XIX*. La Habana: UNEAC, 1971.
- COUTO, Katia Cilene. *Os desafios da sociedade cubana frente à imigração*. Brasília, 2006.[Tese (Doutorado), Universidade de Brasília].
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DECRAENE, Philippe. *O Pan-africanismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- DE LA FUENTE, Alejandro. “Um debate necesario: raza y cubanidad” In: *La gaceta de Cuba*. Enero –Febrero de 2005. pp. 62-64.
- DEPESTRE, René. *Buenos dias e adiós a la negritud*. La Habana: Ediciones Casa de las Américas, 1985.
- FANON, Frantz. *Peles Negras. Máscaras Brancas*. Porto, Portugal: Paisagem, 1975.
- FERMOSELLE, Rafael. *Política y color en Cuba. La guerrita de 1912*.Montevideu, Uruguay: Ediciones Géminis, 1974.
- FERNANDEZ Robaina, Tomás. *El negro en Cuba (1902 – 1958)*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1990.
- _____ “La santería: africana, cubana, afrocubana?: Elementos para el debate”. In: *La Jiribilla*, La Habana, 2003. [http://www.lajiribilla.cu/2003/n116_07]
- _____ “El negro espacio del negro. Raza y nación en Cuba”. In: GUANCHE, Julio César (Org.). *La imaginación contra la norma. Ocho enfoques sobre la república de 1902*. La Habana: Ediciones La Memoria, 2004.
- FERRIOL, Ángela; RAMOS, Maribel e AÑE, Lia. “Reforma económica y población en riesgo en Ciudad de La Habana”. In: *Cuba: Investigación Económica*. a. 12; n°. 1 e 2. Janeiro – junho de 2006.
- FOX Hernandez, Leonor Arlene. *El divorcio en la sociedad cubana (1763-1878)*. La Habana: Editorial de Ciências sociales, 2007.
- FRANCO, José Luciano. *Comercio clandestino de esclavos*. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, 1980.
- _____. *El pensamiento vivo de Antonio Maceo*. La Habana, Editorial de Ciências Sociales, 1980.
- FRANKENBERG, Ruth. “A miragem de uma branquitude não- marcada”. In: Vron Ware (Org). *Branquitude: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamount, 2004.

- _____. *White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness*. Minneapolis: Minnesota University Press, 1993.
- GARCIA, Calixto. *El negro en la narrativa cubana*. Tese apresentada para obter o grau de Doutor na The City University of New York. 1973.
- GARCIA Molina, José Antonio. “Relaciones raciales em Cuba. Notas de investigación”. In: *Temas*. n. 7, julio-septiembre de 196. Pp. 37-43.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. LTC Editora, 1989.
- GLISSANT, Edouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- GONZALEZ, Lélia. “A mulher negra na sociedade brasileira”. In: Luz Madel T. (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: *Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984.
- GUANCHE, Jesus. “Etnicidad y racialidad en la Cuba actual”. In: *Temas*. n. 7, julio-septiembre de 196. pP. 51-57.
- GUANCHE, Julio César (Org.). *La imaginación contra la norma. Ocho enfoques sobre la república de 1902*. La Habana: Ediciones La Memoria, 2004.
- GUILLARD Limonta, Norma. “La mujer negra. Su representación gráfica y los estereótipos en la publicidad”. In: *Panorama da Realidade Cubana*. Ano. 4; n.º 12. Março de 2004. Pp. 157-167.
- GUILLÉN, Nicolás. *Obra poética*. La Habana: Editora Letras Cubanas, 1981.
- GUIMARÃES, Antonio S.Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de SÃO Paulo, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HELG, Aline. *Lo que nos corresponde. La lucha de los negros y mulatos por la igualdad em Cuba. 1886 – 1912*. La Habana, Ediciones Imagen Contemporánea, 2000.
- HIDALGO de Paz, Ibrahin. *Cuba 1895 -1898. Contradicciones y disoluciones*. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2004.
- IBARRA, Jorge. *Cuba: partidos políticos, clases sociales y dominio neo-colonial (1898 -1923)*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1992.

- _____. “Regionalismo y esclavitud patriarcal en los departamentos central y oriental de Cuba”. In: *Anales del Caribe*, n° 6, 1986.
- LEACH, Edmund. *Sistema Político da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1995.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- MANZONI, Celina. *Um dilema cubano. Nascionalismo y vanguardia*. La Habana: Fondo Editorial Casa de las Américas, 2001.
- MARTI, José. “Mi raza”. In: *Obras Completas*, t.2. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, 1973.
- _____. “El Tercer año del Partido Revolucionario Cubano”. In *Obras Completas*, t. 3. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1973.
- _____. “Nuestra América”. In. *Obras Completas*, t.6. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1973.
- _____. “Carta a Manuel Mercado”. *Obras Completas*, t.4. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, 1973.
- MARTI, José; GÓMEZ, Máximo. “Manifiesto de Monteristi”. In: *Obras Completas*, t.3. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1973.
- MARTINEZ Heredia, Fernando. “Historia y Raza en la Cuba actual”. In: *La Gaceta de Cuba*. La Habana, Enero-Febrero de 2005. pp. 65-66.
- MERIÑO Fuentes, Maria de los Ángeles. *Uma vuelta necesaria a mayo de 1912*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.
- MONTEJO, Carmen. *Sociedades Negras en Cuba. 1878 – 1960*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004.
- MORALES, Esteban. *Desafíos de la problemática racial en Cuba*. La Habana: Fundación Fernando Ortiz, 2007.
- MOREJÓN, Nancy. *Nación y mestisaje en Nicolás Guillén*. La Habana: Ediciones Unión, 2005.
- NASCIMENTO Beatriz: “A mulher negra e o amor”. In. *Jornal Maioria Falante*, fevereiro a março de 1990.
- ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. La Habana: Consejo Nacional de Cultura, 1963.
- _____. El engaño de las Razas. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.
- _____. Los negros esclavos. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.

- _____. “Los factores humanos de la cubanidad”. In: SUÁREZ, Norma (compiladora). *Fernando Ortiz y la cubanidad*. La Habana: Fundación Fernando Ortiz, 1996.
- PÉREZ Álvarez, Maria Magdalena. “Los prejuicios raciales: um mecanismo de reprodução”. In: *Temas*. n. 7, julio-septiembre de 196. Pp. . 44-50..
- PEREZ GUZMÁN, Francisco. *Herida profunda*. La Habana: Ediciones Unión, 1998.
- PICHARDO, Hortensia. *Documentos para la História de Cuba. T. I*, La Habana: Editorial de Ciências sociais, 1973.
- POEY Baró, Dionísio. “Cuando comenzar la educación antirracista de la sociedad”. *La Gaceta de Cuba*. n.298, La Habana, 1998.
- PORTUONDO Linares, Serafin. *Los independientes de Color*. La Habana: Editorial Caminos, 2000.
- RABELO, Danilo. *Rastafari: identidade e hibridismo cultural na Jamaica, 1930-1981*. Brasília, 2006. [Tese (Doutorado). Universidade de Brasília].
- RACHLEFF, Peter. “‘Branquidade’: seu lugar na historiografia da raça e da classe nos Estados Unidos”. In: Vron Ware (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamount, 2004.
- RANDALL, Margaret. *La mujer cubana ahora*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1972.
- RATTS, Alex. *Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2007.
- ROBAINA, Tomás Fernandez. “El tema negro en el Siglo XX”. In. Pedro Pérez Sarduy e Jean Stubbs. *AfroCuba*. San Juan, Puerto Rico: Editorial de la Universidad de Puerto Rico, 1998.
- RODRÍGUEZ, Pablo. *Las relaciones raciales en Cuba*. Una aproximación a la realidad actual. Centro de Antropología de la Academia de Ciências de Cuba, 1995.
- RODRÍGUEZ, Pedro Pablo. “Marcus Garvey en Cuba”!. In. *Anales del Caribe* [Centro de Estudios del Caribe. Casa de las Américas, Cuba], n. 7-8, 1987 –1988.
- ROJAS Blaquier, Angelina. *Primer Partido Comunista de Cuba*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2005.
- RUBIERA, Daisy. *Reyita simplemente. Testimonio de una cubana nonagenaria*. La Habana: Ediciones Verde Olivo, 2000.
- SAFFIOTI, Heleieth . *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

- SAFFIOTI, Heleieth e ALMEIDA, Suely. *Violência de Gênero. Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Reiventer, 1995.
- SANTANA, Joaquín G. *El joven Guillén*. La Habana: Editora Abril, 1987.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. *Mulher negra, homem branco*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
- SARDUY, Pedro Pérez e Stubbs, Jean. *AfroCuba*. San Juan, Puerto Rico: Editorial de la Universidad de Puerto Rico, 1998.
- SCOTT, Rebeca. *Grados de Libertad. Cuba e Luisiana después de la esclavitud*. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, 2006.
- SELIER, Yesenia. “Acercamiento a la identidad racial de los negros cubanos”. In. *Panorama da Realidade Cubana*. Ano. 4; n.º 12. Março de 2004. pp. 145 -156.
- SERRA y Montalvo, Rafael. *Para blancos y negros: Ensayos políticos, sociales y económicos*. Havana, Cuba: Imprenta El Score, 1907
- SOIHET, Raquel. ”História das Mulheres”. In . Cardoso, Ciro e Vainfas, Ricardo. (org.) *Domínios da História. Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- STEYN, Melissa. “Novos matizes da ‘branquitude’: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática”. In: Vron Ware (Org). *Branquitude: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamount, 2004.
- STOLCKE, Verena. *Racismo e Sexualidad en Cuba colonial*. Madrid: Ed. Alianza Editorial, Madrid, 1992.
- TORRES CUEVAS, Eduardo; REYES, Eusébio. *Esclavitud y Sociedad*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1986.
- WARE, Vron (org.). *Branquitude: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamount, 2004.
- WOORTMANN, Klass. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: e Brasília: Tempo Brasileiro, 1987.
- YGLESIAS, Tersita. *El segundo ensayo de República*. Las Habana: Editorial Ciencias Sociales, 1980.
- ZURBANO, Robertro. “El triángulo invisible del siglo XX cubano; raza, literatura y nación”. *Temas*, n.º 46, abril-junio de 2006. Pp. 111-123.